



DIÁRIO

República Federativa do Brasil
DO CONGRESSO NACIONAL



SEÇÃO II

ANO L - Nº 152

QUINTA-FEIRA, 21 DE SETEMBRO DE 1995

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 - ATA DA 14ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 20 DE SETEMBRO DE 1995

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Mensagens do Senhor Presidente da República

- Nº 308, de 1995 (nº 968/95, na origem), restituindo autógrafa de projeto de lei sancionado. 16202

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nomes indicados para cargos cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

- Nº 304, de 1995 (nº 971/95, na origem), de 15 do corrente, referente à indicação do Senhor Fernando Pedreira para exercer a função de Embaixador, Chefe da Delegação Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. 16202

- Nº 305, de 1995 (nº 972/95, na origem), de 15 do corrente, referente à indicação do Senhor José Jerônimo Moscardo De Souza, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Romênia. 16203

- Nº 306, de 1995 (nº 961/95, na origem), de 12 do corrente, referente à indicação do Senhor Nelson Antônio Daiha para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Classista Temporário, representante dos empregadores, no triênio de 1995 a 1998. 16206

- Nº 307, de 1995 (nº 962/95, na origem), de 12 do corrente, referente à indicação do Senhor Luiz Malheiros Tourinho para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos empregadores, no triênio de 1995 a 1998. 16208

1.2.2 - Avisos de Ministros de Estado

- Nº 435/95, de 18 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, referente ao Requerimento nº 1.063, de 1995, de informações, do Senador Lúcio Alcântara. 16213

- Nº 820/95, de 15 do corrente, do Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº 1.042, de 1995, de informações, do Senador Gilberto Miranda. 16213

1.2.3 - Ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados

Encaminhando à revisão do Senado Federal autógrafa do seguinte projeto:

- Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 1995 (nº 869/95, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. 16214

1.2.4 - Requerimento

- Nº 1.218, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 1.188, de 1995. **Deferido.** 16221

1.2.5 - Leitura de projetos

- Projeto de Lei do Senado nº 263, de 1995, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que dispõe sobre a educação à distância. 16221

- Projeto de Lei do Senado nº 264, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a redação da alínea e do artigo 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, e dá outras providências. 16222

1.2.6 - Requerimentos

- Nº 1.219, de 1995, de autoria do Senador Ney Suassuna, solicitando que o Ministro da Fazenda, Senhor Pedro Malan, determine ao Presidente do Banco Central fornecer as informações que menciona. 16223

- Nº 1.220, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando ao Ministro da Justiça as informações que menciona. 16223

1.2.7 - Comunicações da Presidência

- Recebimento de expediente do Secretário-Geral do Parlamento Latino-Americano solicitando seja designado um representante do Senado Federal para participar do Seminário sobre o "Desenvolvimento Econômico-Comercial na América Latina e a Cooperação Financeira com a União Européia", a realizar-se em Segóvia, Espanha, nos dias 5 e 6 de outubro próximo. (Diversos nº 109, de 1995.) 16223

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

JÚLIO WERNER PEDROSA
Diretor Industrial do Cegraf

MANOEL MENDES ROCHA
Diretor da Subsecretaria da Ata

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

LUIZ AUGUSTO DA PAZ JUNIOR
Diretor Administrativo do Cegraf

CLAUDIONOR MOURA NUNES
Diretor Executivo do Cegraf

FLORIAN COUTINHO MADRUGA
Diretor de Apoio Operacional do Cegraf

DENISE ORTEGA DE BAERE
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

– Recebimento do ofício do Senador Romeu Tuma, consultando sobre a possibilidade de indicação de seu nome junto ao Itamaraty para integrar a delegação brasileira que participará da Assembléia Geral da INTERPOL, que terá lugar na China, no período de 4 a 10 de outubro do corrente ano. (Diversos nº 110, de 1995.)..... 16223

– Recebimento do Recurso nº 10, de 1995, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 75, de 1995, que extingue disposições legais que asseguram a prisão especial; e abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas..... 16223

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR LEVY DIAS – Homenagem póstuma ao ex-Deputado Federal Fernando Luiz Alves Ribeiro..... 16223

SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO – Considerações acerca da matriz energética brasileira..... 16223

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Regozijo pela formalização do convênio entre o Ministério do Meio Ambiente, dos recursos Hídricos e da Amazônia legal, através do IBAMA, e o Ministério do Exército para a fiscalização da fauna e flora da Região Amazônica..... 16227

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Comentários sobre artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 18-9-95, intitulado *Adib Jatene quer garantir esterilização gratuita*..... 16228

SENADOR OSMAR DIAS – Denúncias de envolvimento de elementos do Sendero Luminoso nos movimentos dos sem-terra..... 16229

SR. PRESIDENTE – Resposta a indagações contidas no discurso do Sr. Carlos Patrocínio, proferido na presente sessão, referentes a requerimento de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 114/94..... 16229

1.2.9 – Requerimentos

– Nº 1.221, de 1995, de autoria do Senador Levy Dias, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Fernando Luiz Alves Ribeiro. **Aprovado**..... 16230

– Nº 1.222, de 1995, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 1993, além da Comissão constante do despacho

inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos..... 16230

1.2.10 – Aviso

– Nº 1.038/95, do Sr. Ministro da Saúde, consultando o Presidente do Senado sobre a possibilidade de comparecer, por sua própria iniciativa, à sessão do Senado que se realizará no próximo dia 26 para prestar esclarecimentos que se fizerem necessários à proposta de emenda à Constituição que dispõe sobre a instituição de contribuição social para financiamento das ações e serviços de saúde..... 16230

1.2.11 – Comunicação da Presidência

– Estabelecendo a data de 26-9-95, às 15 horas e 30 minutos para o comparecimento do Ministro da Saúde, Dr. Adib Jatene, ao Senado Federal a fim de prestar esclarecimentos sobre a política de financiamento do sistema de saúde..... 16230

1.2.12 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA EMÍLIA FERNANDES – Aniversário da Revolução Farroupilha..... 16230

1.2.13 – Ofício

– Nº 1.094/95, do Deputado Luís Eduardo, Presidente da Câmara dos Deputados, de indicação e substituição de membros do PT, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 16231

1.3 – ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 1993 (nº 316/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Rb De Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Itumbiara, Estado de Goiás. **Aprovado**. À Comissão Diretora para redação final..... 16231

– Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 1993. **Aprovada**. À promulgação..... 16232

Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 1994 (nº 338/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pampeana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Uruguajana, Estado do Rio Grande do Sul. **Aprovado**. À Comissão Diretora para redação final..... 16232

– Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 1994. Aprovada. À promulgação.....	16232	de.(tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 1995). Usam da palavra no 1º dia de discussão os Srs. Jefferson Péres e Eduardo Suplicy, tendo sido apresentada a Emenda nº 2-PLEN.....	16248
Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 1994 (nº 361/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Mattos, Andery e Santos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Itarantim, Estado da Bahia. Aprovado. À Comissão Diretora para redação final.....	16233	Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 1995, de autoria do Senador Wilson Kleinübing e outros Senadores, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, facultando à União instituir imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, de vigência temporária. (Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 1995). Não houve oradores na 1ª sessão de discussão.....	16250
– Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 1994. Aprovada. À promulgação.....	16234	1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia	
Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 1994 (nº 357/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga deferida à Rádio Record S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Aprovado, após usarem da palavra os Srs. Eduardo Suplicy, Antônio Carlos Magalhães, Roberto Freire, Esperidião Amin, Pedro Simon, Hugo Napoleão, Francelino Pereira, Epitácio Cafeteira, Levy Dias, José Eduardo Dutra, José Fogaça, Gilberto Miranda e Roberto Requião. À Comissão Diretora para redação final.....	16234	SENADOR ERNANDES AMORIM – Projeto de lei que encaminhará à Mesa para dar ao Judiciário o poder de rever o julgamento dos políticos cassados.	16250
– Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 1994. Aprovada. À promulgação.....	16243	SENADOR GILBERTO MIRANDA – Lista de convocados para prestarem esclarecimentos sobre o Projeto SIVAM.....	16250
Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1994 (nº 360/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à FM Cinderela Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Colorado, Estado do Paraná. Aprovado. À Comissão Diretora para redação final.....	16243	SENADOR HUMBERTO LUCENA – Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Governador da Paraíba, Antônio Mariz.....	16251
– Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1994. Aprovada. À promulgação.....	16244	SENADOR DARCY RIBEIRO – Solidarizando-se com os movimentos dos sem-terra que se espalham pelo Brasil.....	16253
Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 1994 (nº 384/94, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Sucesso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul. Aprovado. À Comissão Diretora para redação final.....	16245	SENADOR ADEMIR ANDRADE – Teste nuclear subterrâneo no atol de Mururoa, realizado pelo Governo Francês do Sr. Jacques Chirac.....	16253
– Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 1994. Aprovada. À promulgação.....	16245	1.3.2 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão	
Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 1994 (nº 392/94, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da COLINHALFIN – Empresa De Rádio Difusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina. Aprovado. À Comissão Diretora para redação final.....	16246	1.4 – ENCERRAMENTO	
– Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 1994. Aprovada. À promulgação.....	16246	2 – RETIFICAÇÕES	
Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1995 (nº 351/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à empresa RÁDIO TV DO AMAZONAS S/A, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia. Aprovado. À Comissão Diretora para redação final.....	16247	– Ata da 148ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 19 de setembro de 1995 (Publicado no DCN, Seção II, de 20 de setembro de 1995).....	16255
– Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1995. Aprovada. À promulgação.....	16248	3 – ATAS DE COMISSÕES	
Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 1995, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares e outros Senadores, que dispõe sobre a instituição de contribuição social para o financiamento das ações e serviços de saúde.(tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 1995). Usam da palavra no 1º dia de discussão os Srs. Jefferson Péres e Eduardo Suplicy, tendo sido apresentada a Emenda nº 2-PLEN.....	16248	– Atas das 3ª e 4ª Reuniões da Comissão Especial criada através do Requerimento nº 470, de 1995-SF, destinada a analisar a Programação de Rádio e TV, no País, realizadas em 22 e 29 de agosto de 1995, respectivamente.....	16256
		– Ata da 28ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 13 de setembro de 1995.....	16274
		4 – ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO	
		– Nº 12, de 1995.....	16301
		5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
		– Nºs 593 a 596, de 1995.....	16302
		6 – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS	
		– Portaria nº 19/95-IPC/DE.....	16304
		7 – MESA DIRETORA	
		8 – CORREGEDOR E CORREGEDORES SUBSTITUTOS	
		9 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS	
		10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 149ª Sessão Deliberativa Ordinária em 20 de setembro de 1995

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura
Presidência dos Srs. José Sarney, Teotônio Vilela Filho e Levy Dias

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, COMPARECERAM OS
SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Antônio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valladares – Arlindo Porto – Artur da Távola – Bello Parga – Benedita da Silva – Beni Veras – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Coutinho Jorge – Darcy Ribeiro – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Elcio Álvares – Emília Fernandes – Epitácio Cafeteira – Ernandes Amorim – Esperidião Amin – Fernando Bezerra – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Íris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Joel de Holanda – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Bianco – José Agripino – José Alves – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Ignácio Ferreira – José Roberto Arruda – José Sarney – Júnia Marise – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Levy Dias – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Odacir Soares – Onofre Quinan – Osmar Dias – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Roberto Freire – Roberto Requião – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – A lista de presença acusa o comparecimento de 75 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafa de projeto de lei sancionado: Nº 308, de 1995 (nº 968/95, na origem), de 15 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 1995 (nº 290/95, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos de Agente Penitenciário da Caneira Policial do Distrito Federal e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 9.095, de 15 de setembro de 1995.

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nomes indicados para cargos cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

MENSAGEM Nº 304, DE 1995 (Nº 971/95, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De acordo com o art. 84, inciso VII, da Constituição Federal, com o disposto nos arts. 18, do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e 40, § 1º do Anexo I ao Decreto nº 99.578, de 10 de outubro de 1990, submeto à apreciação de Vossas Excelências

a indicação do Senhor Fernando Pedreira, para exercer o cargo de Embaixador, Chefe da Delegação Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

Os méritos do Senhor Fernando Pedreira, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de setembro de 1995. – **Marco Maciel**

EM Nº 525/DP/SRC/G/APES

Brasília, 12 de setembro de 1995

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso VII, da Constituição, com o disposto nos artigos 18, do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e 40, § 1º do Anexo I ao Decreto nº 99.578, de 10 de outubro de 1990, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Fernando Pedreira, para exercer o cargo de Embaixador, Chefe da Delegação Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre a Unesco e **Curriculum Vitae** do Senhor Fernando Pedreira, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, será apresentado ao Senado Federal para exame de seus ilustres membros.

Respeitosamente, **Luiz Felipe Lampreia**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

INFORMAÇÃO

Curriculum Vitae

Fernando Pedreira

Rio de Janeiro, 31 de março de 1926.

Filho de João Pedreira Filho e de Odete Lobo Pedreira.

Jornalista.

Bacharel em Direito, Faculdade Nacional de Direito, Universidade do Brasil.

Redator de **O Estado de S. Paulo** desde setembro de 1957.

Adido de Imprensa, Missão Junto às Nações Unidas, 1965/66.

Diretor-Redator-Chefe de **O Estado de S. Paulo**, 1970/77.

Diretor-Redator-Chefe do **Jornal do Brasil**, 1985/88.

Livros publicados sobre temas políticos brasileiros:

A Liberdade e a Ostra, Brasil Política, Março 31 e Impávido Colosso.

Desde 1977 escreve artigos semanais para o **Jornal do Brasil e O Estado de S. Paulo**.

Prêmio "Maria Moors Cabot", Universidade de Columbia, Nova York, 1974.

Stélio Marcos Amarante – Chefe do Departamento do Serviço Exterior.

INFORMAÇÃO

Unesco

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) foi criada em 1945, com o objetivo de

promover a "consecução gradual, por meio da cooperação entre as nações do mundo nos campos da educação, ciência e cultura, dos objetivos da paz internacional e da prosperidade comum da humanidade". Além do Secretariado, cuja autoridade maior é o Diretor-Geral, a Unesco está constituída por uma Conferência Geral, de cujas reuniões, de caráter bienal, participam os 184 Estados-Membros da Organização, e por um Conselho Executivo, constituído por 51 Estados-Membros (Brasil), que se reúne duas vezes ao ano. Existe, ainda, uma série de organismos periféricos (conselhos de coordenação dos diversos programas permanentes mantidos pela Organização), com número variável de membros (cada um desses conselhos e comitês intergovernamentais foi instituído por um acordo ou por uma resolução da Conferência Geral, em que está previsto o número de membros de cada um deles).

2. Membro fundador da Unesco, o Brasil formalizou sua adesão ao Ato Constitutivo da Organização em 4-11-46. Atualmente, o Brasil é membro do Conselho Executivo (e candidato à recondução para novo mandato de 4 anos, nas eleições a serem realizadas durante a XXVIII Sessão da Conferência Geral, prevista para o período de 25 de outubro a 16 de novembro próximo) e dos seguintes órgãos periféricos: Programa Geral de Informação (PGI), Programa Intergovernamental de Informática (PII), Comitê do Patrimônio Mundial, Comitê Intergovernamental da Década Mundial para o Desenvolvimento Cultural, Comitê de Convenções e Recomendações (encarregado de assessorar o Conselho Executivo em questões ligadas à violação de direitos humanos em áreas de competência da Organização) e Comitê Intergovernamental do Programa "Management of Social Transformation" (MOST) – candidato à recondução nas eleições para renovação parcial do comitê, a serem realizadas durante a XXVIII Conferência Geral.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 305, DE 1995
(Nº 972/95, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, com o disposto no art. 56, § 1º, do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e com os arts. 39, inciso II, alínea a, e 40 do Anexo I ao Decreto nº 99.578, de 10 de outubro de 1990, submeto à apreciação de Vossa Excelência a escolha, que desejo fazer, do Senhor José Jerônimo Moscardo de Souza, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Romênia.

Os méritos do Embaixador José Jerônimo Moscardo de Souza, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de setembro de 1995. – **Marco Maciel**.

EM Nº 526-A/DP SRC/G/APES

Brasília, 12 de setembro de 1995

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso VII, da Constituição, com o disposto nos artigos 18, inciso I, e 56, § 1º do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e nos artigos 39, inciso II, alínea a, e 40, do Anexo I ao Decreto nº 99.578, de 10 de outubro de 1990, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor José Jerônimo Moscardo de Souza, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Romênia.

2. Encaminhado, igualmente em anexo, informação sobre o país e **Curriculum Vitae** do Embaixador José Jerônimo Moscardo de Souza, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, será apresentado ao Senado Federal para exame de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Luiz Felipe Lampreia**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

ROMÊNIA

1. Dados Básicos

Área: 237.500 km²

População: 22,7 milhões de habitantes (1992)

Densidade Demográfica: 97,7 hab/km²

Capital: Bucareste

2. Sistema Político

Após a deposição, no final de dezembro de 1989, de Nicolae Ceausescu, a Romênia adotou uma nova Constituição e um regime mais democrático, de Parlamento bicameral, eleições diretas, inclusive para Presidente da República, e pluripartidarismo.

3. Governo

Presidente: Ion Iliescu

Primeiro-Ministro: Nicolae Vacaroiu

Ministro dos Negócios Estrangeiros: Teodor Viorel Melescanu

4. Política Interna

Os acontecimentos na Romênia, que culminaram na deposição e execução do Presidente Nicolae Ceausescu, levaram à formação de um Comitê de Salvação Nacional, reconhecido como novo Governo da Romênia pela comunidade internacional. Em maio de 1990, realizaram-se eleições para a Presidência e para o Parlamento, quando, pela primeira vez, desde a Segunda Guerra Mundial, participaram representantes de outros partidos políticos, de orientação diversa do já extinto Partido Comunista. As eleições foram vencidas pela Frente de Salvação Nacional. O novo Governo romeno vem enfrentando o descontentamento da população com as reformas econômicas e tem sobrevivido graças a alianças políticas instáveis com os "conservadores" da esquerda e os "reformistas" da direita. A questão da minoria húngara (1,6 milhões), representada no Parlamento por ativa bancada ainda não foi satisfatoriamente resolvida, mas foram dados alguns passos na direção de um entendimento. As eleições presidenciais e parlamentares de novembro de 1992 confirmaram a vitória da Frente de Salvação Nacional, agora denominada Frente Democrática de Salvação Nacional. Recentemente, o Partido Comunista, proscrito desde 1989, foi tornado legal por decisão do Tribunal Municipal de Bucareste. Ao renascer, já conta com mais de 4.000 filiados só na capital, mas tudo indica que o movimento deverá voltar a ter bases nacionais.

5. Política Externa

Sob a orientação do então Presidente Nicolae Ceausescu, a Romênia seguia uma política externa diferenciada daquela seguida pelos demais países do Leste Europeu, na medida em que adotava comportamento independente em relação a Moscou.

Atualmente, a Romênia busca angariar credibilidade internacional e melhorar sua imagem perante os principais países ocidentais e os EUA, que ainda se mostram reticentes em investir em um país que ainda não conseguiu organizar satisfatoriamente a administração pública e tampouco obter resultados satisfatórios em sua política econômica. A Romênia logrou, entretanto, assinar acordo de associação com a UE em 1992 e também foi admitida no Conselho da Europa em 1993.

Primeiro país a reconhecer a independência da República Moldova, em 27 de agosto de 1991, a Romênia ainda tem pretensões veladas a uma união entre os dois países, haja vista ser a maioria da população moldova de origem romena.

6. Situação Econômica

A situação econômica da Romênia retrata o esgotamento do modelo planejado de desenvolvimento industrial introduzido pelo então Presidente Nicolae Ceausescu, quando, a partir do final da década de 60, a economia romena chegou a apresentar índices de crescimento econômico anual da ordem de doze por cento. Hoje a população convive com o desabastecimento, complicado pelo virtual colapso da capacidade produtiva de seu parque industrial, provocado pela escassez de insumos energéticos. A seu favor, a Romênia conta com o fato de ser o único país que já liquidou inteiramente a sua dívida externa. O novo Governo procura reestruturar o parque industrial do país, em função das reais possibilidades de sua capacidade energética, assim como, gradualmente, passar de uma economia centralmente planejada a uma economia de mercado.

7. Principais Indicadores Econômicos

PNB: US\$ 15,8 bilhões (1992)

Renda per capita: US\$ 680 (1992)

Câmbio: US\$ 1 = 374,1 Lei (1992)

Força de trabalho: 10,7 milhões (1989)

8. Comércio Exterior da Romênia

Quadro de Exportações e Importações
(1988 – 1992, em US\$ bilhões FOB)

Anos	Exp	Imp	Total	Saldo	Var.%(x)	M	X+M
1988	11.391	7.641	19.032	3.750	8,5	-8,0	1,2
1989	10.486	8.436	18.922	2.050	-7,9	10,5	-0,5
1990	5.870	9.115	14.985	-3.244	-44,0	8,0	-20,8
1991	4.124	5.600	9.724	-1.477	-29,7	-38,5	-35,2
1992	4.031	5.394	9.425	-1.363	-2,2	-3,6	-3,0

Fonte: Monthly Bulletin of Statistics – Nov. 1993 – ONU.

11 – Comércio Brasil-Romênia

Intercâmbio Comercial Brasil-Romênia (1984 – 1992)

em US\$ milhões FOB

Anos	Exportação			Importação			Total		
	Do Brasil	P/Romênia	%	P/Brasil	Da Romênia	%	Brasil	C/Romênia	%
1984	27.005	55,5	0,2	13.915	13,9	0,09	40.921	69,4	0,2
1985	25.638	76,1	0,3	13.168	21,6	0,2	38.806	97,7	0,2
1986	22.393	55,0	0,2	14.044	41,6	0,3	36.437	96,6	0,3
1987	26.225	54,5	0,2	15.051	30,0	0,2	41.276	84,5	0,2
1988	33.786	26,0	0,07	14.605	13,0	0,09	48.391	39,1	0,08
1989	34.382	39,0	0,1	18.263	9,8	0,05	52.695	48,8	0,09
1990	31.390	65,1	0,2	20.582	8,3	0,04	51.072	73,4	0,14
1991	31.636	39,7	0,1	21.039	19,8	0,09	52.675	59,5	0,11
1992	36.207	29,2	0,08	20.556	3,1	0,01	56.763	32,3	0,05
1993	38.782	34,0	0,09	25.677	3,9	0,01	64.459	37,9	0,06

Fonte: Elaborado pela Coleste, com base em dados do DECEX.

– Principais produtos exportados para a Romênia: hematita, farelo de soja, minério de manganês e extrato tanante de acácia negra.

– Principais produtos importados da Romênia: manufaturas de ferro fundido, manufaturas de alumínio, máquinas e aparelhos elétricos.

9. Principais Mecanismos Institucionais Bilaterais

– Acordo de Comércio e Pagamentos (20-12-1976)

– Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica (30-8-1983)

– Acordo Cultural (6-3-91)

– Acordo, por Troca de Notas, para Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais (6-3-91)

– Acordo de Comércio e de Cooperação Econômica (assinado em 23-2-94, encontra-se em processo de aprovação pelo Legislativo)

– Memorando de Intenções sobre Tráfico de Entorpecentes (3-3-94)

10. Relações com o Brasil

Embora concentradas nos aspectos econômico-comerciais, as relações entre o Brasil e a Romênia têm sido marcadas por visitas importantes, dentre as quais a do Presidente Nicolae Ceausescu, em junho de 1975, do Ministro dos Negócios Estrangeiros, em maio de 1981, do Ministro do Comércio Exterior e da Cooperação Econômica Internacional, em 1982, da então Vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros e do Ministro da Defesa, em 1989, e do Primeiro-Ministro Petre Roman, em 1991. O Presidente Ion Iliescu esteve no Rio de Janeiro, em 1992, por ocasião da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Em outubro de 1993, visitou o Brasil o Senador Oliviu Gherman, Presidente do Senado da Romênia, que foi recebido em audiência pelo Senhor Presidente da República.

A Romênia tem, em diversas ocasiões, reiterado convite ao Presidente da República e ao Ministro das Relações Exteriores para realizarem visita oficial àquele país. Em 1990, visitou a Romênia o então Ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva, que se fez acompanhar de empresários brasileiros.

Por ocasião da XII Reunião da Comissão Mista Brasil-Romênia, o Primeiro-Ministro Nicolae Vacaroiu manifestou ao Chefe da Delegação brasileira, Embaixador Francisco Junqueira, o desejo de visitar o Brasil, tendo-lhe sido formulado convite oficial. Em fevereiro de 1994, visitou o Brasil o Ministro do Comércio, ocasião em que foi realizada a assinatura do novo Acordo de Comércio e Cooperação Econômica entre os dois Governos, e, em março, do Secretário de Estado do Interior, que assinou Memorando de Intenções sobre o combate ao narcotráfico.

12. Assuntos correntes

– O comércio com a Romênia ressentia-se da rigidez da pauta de exportação e importação dentro do **clearing**, cujo modelo clássico se caracterizava pela venda de minério de ferro da CVRD, contra a importação de vagões, dormentes e transformadores. A entrada em vigor do novo Acordo de Comércio, assinado em fevereiro de 1994 e a abertura econômica da Romênia poderão fazer surgir novas oportunidades, como por exemplo, a participação de empresas brasileiras na modernização do setor rodoferroviário na Romênia, do sistema de telecomunicações, etc.

– A Romênia tem reiterado seu interesse na utilização pela CVRD das facilidades do porto de Constança para depósito e escoamento de mercadorias brasileiras para o Leste Europeu. A CVRD está examinando as propostas.

– A empresa brasileira Embramil vem negociando uma série de acordos, tanto na área civil como na área militar. Dentre os vários projetos negociados, na área civil, assinala-se a possível montagem no Brasil, no Estado do Paraná ou São Paulo, de veículos romenos fora-de-estrada da marca ARO-24, a importação de equipamentos romenos para a geração de energia e para o sistema ferroviário. Na área militar, prevê-se a transferência de tecnologia romena para a fabricação de bombas de calibre diverso e para o seu transporte.

– A empresa romena Rocar também tem interesse em fabricar no Brasil veículos utilitários na Zona Franca de Manaus. A mesma empresa pretende fornecer ambulâncias para o Governo do Estado do Rio de Janeiro, que necessita obter financiamento para a operação. Delegação desse Estado visitou Bucareste em junho de 1993 para tratar também de projeto de recuperação da fábrica de equipamentos ferroviários Santa Matilde e construção de estradas de rodagem na Romênia.

– A XII Reunião da Comissão Mista Brasil-Romênia realizou-se em novembro de 1993, em Bucareste. Paralelamente ao encontro foi negociado e rubricado o novo acordo de comércio bilateral, que previa o encerramento da conta **clearing** e a concessão recíproca do tratamento de nação mais favorecida, que foi assinado em fevereiro de 1994, por ocasião de visita ao Brasil do Ministro do Comércio romeno.

INFORMAÇÃO**Curriculum Vitae**

Embaixador José Jerônimo Moscardo de Souza
Fortaleza/CE, 6 de novembro de 1940.

Filho de José Colombo de Souza e Yolanda Gurgel de Souza.

Bacharel em Ciência Jurídicas e Sociais – Universidade do Brasil.

CPCD, IRBr.

"Master of Arts" em Ciência Política – Universidade de Colúmbia, Nova Iorque.

Terceiro Secretário, 18 de novembro de 1963.

Segundo Secretário, merecimento, 31 de dezembro de 1966.

Primeiro Secretário, merecimento, 1 de janeiro de 1973.

Conselheiro, merecimento, 24 de agosto de 1977.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 17 de dezembro de 1981.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 17 de dezembro de 1986.

Assistente do Chefe da Divisão Jurídica, 1964.

Subchefe da Divisão da América Meridional II, 1974/76.

Subchefe da Divisão de Fronteiras, 1976/77.

Chefe da Divisão de Fronteiras, 1977/78.

Chefe da Divisão da Europa II, 1984/85.

Chefe, substituto, do Departamento da Europa, 1984.

Chefe da Assessoria Parlamentar do MRE, 1985.

Nova Iorque, ONU, Segundo Secretário, 1967/70.

Montevideu, ALALC, Segundo Secretário, 1970/73.

Montevideu, ALALC, Primeiro Secretário, 1973.

Washington, OEA, Conselheiro, 1978/81.

Washington, OEA, Ministro Conselheiro, 1981/82.

Washington, OEA, Encarregado de Negócios, a.i., 1982.

Moscou, Ministro Conselheiro, 1982/83.

Moscou, Encarregado de Negócios, a.i., 1982 e 1983.

São José, Costa Rica, Embaixador, 1987/91.

Montevideu, ALADI, Embaixador, 1992/93.

Paris, Unesco, Embaixador, 1994/95.

XXII, XXIII e XXIV Assembléias Gerais da ONU, Nova Iorque, 1967 e 1968 (Assessor), 1969 (delegado-suplente).

XXIV Reunião da Comissão Jurídica da Assembléia Geral da ONU, Nova Iorque, 1969 (delegado-suplente).

Representante do Brasil junto ao FISI, Nova Iorque, 1967 e 1968.

X, XI, XII e XIII Conferências da ALALC, Montevideu, 1970/73 (delegado).

Grupo de Trabalho sobre Mercado de Aceites Bancários, ALALC, Montevideu, 1973 (membro).

Pré-Negociações da ALALC, previstas pela Resolução nº 249 do IX Período de Sessões Ordinárias da Conferência das Partes Contratuais do Tratado de Montevideu, Montevideu, 1973 (delegado).

II Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Cooperação Econômica e Técnica, Brasília, 1974 (delegado).

VI Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, Washington, 1978 (delegado).

Reunião de Técnicos Governamentais da Comissão Especial de Consulta e Negociação (CECON) sobre o Sistema Geral de Preferências (SGP) dos EUA, 1978 (delegado).

XVII Reunião de Consulta de Ministro das Relações Exteriores, OEA, 1978.

Conselho Permanente da OEA, 1978/80 (Representante altemo).

Comissão Executiva Permanente do Conselho Interamericano Econômico e Social (CEPCIES), 1978/1980 (Representante altemo).

Reunião Especial de Alto Nível do CECON sobre comercialização do Açúcar, 1979 (delegado).

VI e VII Assembléia Gerais Extraordinárias da OEA, Washington, 1978/79 (delegado).

XIV Reunião do Grupo *ad hoc* de Comércio sobre Barreiras Alfandegárias e Não-Alfandegárias da CECON, Lima, Peru, 1979 (chefe).

XVII Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores, Washington, 1979 (delegado).

IX e X Reuniões Ordinárias Anuais da CECON, Washington, 1979 e 1980 (delegado).

XIII, XIV e XV Reuniões Ordinárias Anuais do CIES, Washington, 1978 e 1980 (delegado), Barbados, 1979 (subchefe).

IX e X Assembléias Gerais Ordinárias da OEA, La Paz, 1979 e Washington, 1980 (delegado).

XI Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Castries, Saint Lucia, 1981 (delegado).

VII Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho, São Domingos, República Dominicana, 1982 (delegado).

IX Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-URSS para a *Cooperação Comercial, Econômica, Científica e Tecnológica*, Moscou, 1983 (delegado).

V Centenário do Descobrimento da América, São José, 1988(chefe).

VI Sessão do Comitê Coordenador do CODEX Alimentário para a América Latina e o Caribe, São José, 1989 (Chefe).

Reunião Preparatória ao VIII Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Tratamento do Delinqüente, São José, 1989 (chefe).

Reunião de Cúpulas Ibero-americana, São José, 1989 (delegado).

VI Reunião Ordinária, CADESCA, São José, 1989 (chefe). Conferência Espacial das Américas, São José, 1990 (chefe).

Reunião de Cúpula Presidencial de Punta Arenas, São José, Dezembro, 1990.

Presidente do Grêmio Literário do Colégio Pedro II, Internato, 1957.

Vice-Presidente e Presidente em exercício da Associação Metropolitana de Estudantes Secundários, 1958.

Prêmio de História, viagem à Europa (Portaria nº 229 do MEC), 2/julho/1957.

Chefe do Gabinete Civil do Governo de Goiás, 1964.

Oficial de Gabinete do Presidente da República, 1964/65.

Secretário Particular do Presidente da República, 1965/67.

Subchefe para Assuntos Parlamentares do Gabinete Civil da Presidência da República, 1985/86.

Subchefe para Assuntos Institucionais do Gabinete Civil da Presidência da República, 1986/87.

Assessor do Gabinete Pessoal do Presidente da República, 1987.

Membro da "American Political Science Association".

Membro da "American Society of International Law".

Publicações:

"A Influência das Superpotências nas Nações Unidas", Revista Brasileira de Política Internacional, Ano XIII, nº 49/5, março/junho, 1970.

"Inanidade e modernidade em Eça de Queiroz", CB _ 1965.

"Educação e Poder Político no Brasil", Columbia University, Nova Iorque, 1970.

Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil.

Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Comendador Brasil.

Ordem do Mérito das Forças Armadas, Comendador, Brasil.

Ordem da Coroa, Cavaleiro, Bélgica.

Stélio Marcos Amarante, Chefe do Departamento do Serviço Exterior.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 306, DE 1995

(Nº 961/95, na Origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal

Nos termos do § 1º, in fine, do artigo 111 da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências o nome de Nelson Antônio Daiha, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Classista Temporário, representante dos empregadores, no triênio de 1995 a 1998,

Os méritos do indicado, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, constam do anexo *curriculum vitae*.

Brasília - DF, 12 de setembro de 1995. - **Fernando Henrique Cardoso**.

Curriculum Vitae

I - DADOS PESSOAIS

Nome: Nelson Antônio Daiha

Data de Nascimento: 25 de setembro de 1941

Naturalidade: soteropolitano

Nacionalidade: brasileiro

Filiação: Antônio Salomão Daiha e Joana Daiha

Estado Civil: casado

C.P.F.: 018 640 845-53

Carteira de Identidade: 276.472 - Inst. Pedro Melo-BA.

End. Residencial: Av. Euclides da Cunha, 89, Edf. Vila de Bragança, apt. 1.201 - Graça

Tel (071) 245-0131. CEP 40.150.120

Endereço Comercial: R. Marcílio Dias, 30 - Conceição da Praia -

Tel: (071) 242-0850 CEP. 40.015.250

II - ESCOLARIDADE

Curso Superior - Universidade de Salvador

Formado pela Faculdade de Direito, Turma de 1967.

III - ATIVIDADE DE EMPREGADOR

Diretor das Lojas Daiha

OUTRAS ATIVIDADES

- Eleito Presidente do Sindicato Atacadista de Tecidos, Vestuário e Armário da Cidade de Salvador, período 1975/1979;

- Reeleito Presidente do Sindicato Atacadista de Tecidos, Vestuário e Armário da Cidade de Salvador, períodos 1980/1984, 1985/1988, 1988/1991 e 1991/1994;

- Eleito 3º Diretor Secretário da Federação do Comércio do Estado da Bahia, período 1977/1980;

- Eleito 3º Diretor Tesoureiro da Federação do Comércio do Estado da Bahia, períodos 1980/1983 e 1983/1986;

- Eleito Presidente da Federação do Comércio do Estado da Bahia para completar o triênio 1986/1989;

- Suplente da Representação do Conselho da Fazenda Estadual, assumiu o cargo de Conselheiro em virtude do afastamento, por 60 dias, de Dr. Fernando Gonçalves em 5-5-1978;

- Indicado Primeiro Membro da Lista Tríplice, representante da Federação do Comércio junto ao Conselho da Fazenda Estadual, em 22-12-1981;

- Reconduzido Primeiro Membro da Lista Tríplice, representante da FECEB no Conselho da Fazenda Estadual em 5-5-1982;

- Membro da Segunda Câmara Permanente eleito Membro da Câmara Superior como representante da FECEB no Conselho de Fazenda Estadual em 16-9-1982;

- Reconduzido Primeiro Membro da Lista Tríplice, representante da FECEB no Conselho da Fazenda Estadual em 10-3-1983;

- Eleito Vice-Presidente da Segunda Câmara do Conselho da Fazenda Estadual em 4-1-1984;

- Reconduzido Primeiro Membro da Lista Tríplice, representante da FECEB no Conselho da Fazenda Estadual em 22-3-1985;

- Nomeado Conselheiro efetivo, representante da FECEB no Conselho da Fazenda Estadual em 12-4-1985;

- Indicado Conselheiro Titular da Lista Tríplice, representante da FECEB no Conselho da Fazenda Estadual em 13-4-1987;

- Eleito Membro do Conselho Fiscal do Clube de Diretores Lojistas de Salvador em 1987 a 1989;

- Indicado Suplente da FECEB junto ao Conselho Deliberativo do CEAG/BA em 5-6-1987;
- Reconduzido Suplente da FECEB junto ao Conselho Deliberativo do CEAG/BA de 1983/1985;
- Nomeado Conselheiro do PROPEME a partir de 25-8-1987;
- Indicado representante do SESC/BA no Conselho Nacional do SESC em 1986/1989;
- Reeleito Presidente da FECEB para o triênio 1989/1992;
- Eleito Delegado representante da FECEB junto à Confederação Nacional do Comércio para o triênio 1989/1992;
- Reeleito Presidente do Conselho Regional do SESC para o triênio 1989/1992;
- Reeleito Presidente do Conselho Regional do SENAC para triênio 1989/1992;
- Membro da Comissão Especial nos trabalhos da Assembléia Estadual Constituinte em 1989;
- Nomeado Membro Suplente do Conselho Deliberativo da Sudene, representante da CNC com mandato de dois anos em novembro/1989;
- Reeleito Presidente da Federação do Comércio do Estado da Bahia para o triênio 1992/1995;
- Reeleito Presidente do Conselho Regional do Serviço Social do Comércio - SESC para o triênio 1992/1995;
- Reeleito Presidente do Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC para o triênio 1992/1995;
- Nomeado 1º Diretor Secretário da Confederação Nacional do Comércio para o triênio 1992/1995;
- Eleito Presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE para o biênio 1993/1995;
- Reeleito Presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE para o biênio 1995/1997;
- Reeleito Presidente da Federação do Comércio do Estado da Bahia para o triênio 1995/1998;
- Reeleito Presidente do Conselho Regional do Serviço Social do Comércio para o triênio 1995/1998;
- Reeleito Presidente do Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial para o triênio 1995/1998.

IV - CURSOS, SEMINÁRIOS, PALESTRAS, ETC.

- C.P.O.R. - Janeiro 1962 a julho/1963;
- I Seminário de Estudos Norte Americano - 9-10 a 10-12-1964;
- IV - Conferência Nacional das Classes Produtoras - 31-10 a 4-11-1977;
- Seminário Sobre o Comércio Ambulante de Salvador - 25 a 29-7-1983;
- Simpósio Nacional de FACTORING - RIO - 23-2-1984;
- IV Congresso Nacional de Pequena e Média Empresa - 7 a 9-11-1984;
- IV - Debate Marketing Brasil - São Paulo - 16 a 16-5-1986;
- Fórum das Américas - Rio; 19-8-1982;
- Seminário BAMERINDUS de Administração, Chefia e Relações Humanas - 28-6 a 1º-7-1976;
- Certidão 46ª Semana Oficial de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - 21 a 25-11-1989;
- Seminário Sobre Processos e Técnicas de Negociação Trabalhista - 29-5 a 1º-6-1990;
- III Seminário Nacional Para Empregadores Sobre Reações do Trabalho - 24 a 15-9-1990;
- Seminário Nacional Para Empregadores Sobre Informação Profissional - 29 a 31-8-1990;

- Participação nos Trabalhos da Assembléia Estadual Constituinte - 1989;
- I Encontro de Juizes Classistas - 5ª Região - 18 a 19-8-1991;
- Participação no I Simpósio Nacional de Segurança - I SINASP - dez/1993.
- Participação no ENEAC - Encontro Nacional de Empresa de Asseio e Conservação - 22 a 24-4-1992;
- Participação na 80ª reunião da OIT, em Genebra - 2 a 22-6-1993.

V - TÍTULOS HONORÍFICOS

- Diploma da Prefeitura Municipal do Salvador, reconhecimento a sua contribuição como debatedor no Seminário sobre Comércio Ambulante de Salvador - 1993;
- Diploma da Casa dos Meninos Pobres, em reconhecimento a sua contribuição - 1971;
- Diploma da Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos da Bahia - confere o Título de Benemérito de acordo com o artigo 6º do estatuto - 14-8-1988;
- Diploma conferido pela associação dos Cronistas de Sócio Colaborador - 1988;
- Diploma amigo da Marinha conferido pela Marinha do Brasil em reconhecimento aos serviços prestados à Marinha em 13-12-1990;
- Diploma de colaborador emérito do Exército conferido pelo Comandante Militar do Nordeste, em reconhecimento aos serviços prestados ao Exército Brasileiro - Recife - 25-8-1990;
- Diploma concedido pela Federação Baiana de Judô Título de Benemérito do II Campeonato Nacional de Judô em 25-11-1989;
- Título de membro honorário concedido pela Sociedade Baiana de Reumatologia, como justo preito de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados.

VI - CONDECORAÇÕES

- A Assembléia Estadual Constituinte concede Placa de agradecimento pela histórica contribuição à nova Carta Constitucional da Bahia - 1989;
- Jornal *O Estado* - Armando Chaves, conferem o troféu 13 de maio em agradecimento pela sua contribuição - 9-5-1988;
- Comenda Grão-Mestre da Ordem do Mérito da Bahia, por decreto de 13 de dezembro de 1990, concedida pelo Excelentíssimo Governador do Estado da Bahia em 13-12-1990;
- Placa da Associação dos Executivos da Bahia, homenagem da Agefiba ao Destaque Executivo de 1989 - 8-11-1989;
- Placa concedida pela Associação Desportiva dos Comentários, homenagem da Diretoria pelo estímulo e dedicação a essa Associação 1989/1990;
- Escolhido Parafino da turma do primeiro semestre de 1990 de Secretariado da Universidade Católica de Salvador - USCSAL - 8-6-1990;
- Homenagem patrono da turma de 1990 da Faculdade de Ciências Econômicas do Estado da Bahia - FACCEBA - 1990
- Homenagem com troféu pela Faculdade de Ciências Econômicas ref. comemoração 30 anos da FACEBA - 4-8-1990;
- Homenagem pela turma do primeiro semestre de 1991 do Instituto de Letras da Universidade Católica do Salvador - 8/1991.
- Moção nº 1.125/92 da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia em especial pela sua dedicação, seriedade e lisura da frente da Diretoria.

Salvador, 13 de dezembro de 1995. - Nelson Antonio Daiha.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

MENSAGEM Nº 307, DE 1995**(Nº 962/95, na origem)**

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal.

Nos termos do § 1º, *in fine*, do artigo 111 da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências o nome de Luiz Malheiros Tourinho, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos empregadores, no triênio de 1995 a 1998.

Os méritos do indicado, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, constam do anexo **curriculum vitae**.

Brasília – DF, 12 de setembro de 1995. – **Fernando Henrique Cardoso**.

Curriculum Vitae**1. Identificação**

1.01 – Nome: Luiz Malheiros Tourinho

1.02 – Sexo: Masculino

1.03 – Filiação: Homero de Castro Tourinho e Eulália Malheiros Tourinho

1.04 – Data de Nascimento: 29 de maio de 1995

1.05 – Naturalidade: Campo Grande – Mato Grosso do Sul

1.06 – Profissão: Advogado, Jornalista Profissional, Comerciante, Técnico em Contabilidade Industrial, Corretor de Imóveis e Corretor de Seguros

1.07 – Estado Civil: Casado

1.08 – Endereço:

Residência – Rua José do Patrocínio, 786 c/José Bonifácio

Centro – Porto Velho (RO) – CEP 78902-280

Telefone: (069) 221-5235 e 221-0622

Escritório – Rua Guaporé, 1 – Cobertura C-10 Ed. Rio Madeira Centro – Porto Velho (RO) CEP: 78900-00

Telefone: (069) 221-4989

Comercial – Av. Alto Madeira, 200, Setor Industrial Porto Velho (RO) – CEP: 78905-160

Telefone: (069) 225-1866, 225-2250 e 225-2251

Fax: (069) 225-1857

1.09 – Carteira de Identidade: nº 1302 SSP – RO, Expedida em 25-5-79

1.10 – CIC – nº 001.048.172-51

1.11 – Título de Eleitor: 3436723/64 – 2ª Zona – Seção 0070 Expedida em 18-9-86 – Porto Velho-RO

1.12 – Carteira e Registro na OAB-AC: nº 213, em 13-1-77 (AC) e Inscrição Suplementar nº 39-A-OAB-RO, em 7-10-77 (RO)

1.13 – Carteira e Registro no Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia nº RO-000026/1-0

1.14 – Carteira e Registro de Jornalista Profissional nº 193 FL-98 do Livro nº 1 (Processo 1936) na 1ª DRT-MT, em 6-6-66.

1.15 – Registro no Conselho Regional dos Representantes Comerciais do Amazonas – Reg. 296, em 14-10-1968.

1.16 – Carteira Nacional de Habilitação nº 003032549, prontuário nº 136033431, Categoria "B", expedida em 3-9-85 – DETRAN (RO)

1.17 – Certificado de Isenção do Serviço Militar nº 259.108 – 29ª C.R. da 8ª R.M., expedida em 23-10-54 – Manaus – (AM)

1.18 – Carteira Profissional nº 40.012 – Série 459, expedida em 6-6-58, substituída pela Carteira Profissional nº 13.351 – Série 210, expedida em 22-3-71 pela DRT (RO).

1.19 – Carteira do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado da Guanabara, Registro nº 193, Matrícula nº 2595, em 19-2-70.

1.20 – Carteira do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis: 5ª Região, Registro nº 658, Expedida em 3-4-79.

1.21 – Carteira e Registro na Associação Acreana de Imprensa, Matrícula nº 042, Categoria M.

1.22 – Carteira e Registro na Associação Brasileira de Imprensa, Matrícula nº 800P, Carteira nº 1103.

1.23 – Título de Habilitação Profissional da Superintendência de Seguros Privado SUSEP/Rio, nº 5.980, expedida em 10-9-70, no Rio de Janeiro (RJ).

1.24 – Carteira da Associação Atlética Banco do Brasil Mat. nº 11932 BYV.

1.25 – Passaporte nº CC 127812 SR/DPF – RO expedido em 23-7-89.

1.26 – Porte Federal de Arma – Certificado nº 011307129, Cont. SR/RO Categoria Defesa Pessoal.

2. Formação pré-universitária

2.1.1 – Ginásio Dom Bosco – Porto Velho-RO

Período: 1944 a 1948

2.1.2 – Ginásio Dom Bosco – Porto Velho-RO

Período: 1948 a 1952

2.2 – 2º Grau

2.2.1 – Escola Normal do Guaporé – Porto Velho-RO

Curso de Formação de Professores Primário

Período: 1953 a 1955.

2.2.2 – Colégio Dom Bosco – Porto Velho-RO

Ex-Curso Científico

Período: 1955 a 1958.

2.2.3 – Escola Técnica de Comércio "Estudo e Trabalho"

Técnico em Contabilidade

Período: 1959 a 1961 – Certificado.

3. Formação Universitária

3.1 – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Acre

Bacharel em Ciências Jurídicas – Diploma

Período: 1972 a 1976

3.2 – Fundação da Universidade Federal de Rondônia

Curso de Administração – Períodos I e II

(Curso não concluído) – Histórico Escolar

Período: 1981 a 1983.

4. Formação Suplementar

4.1 – Extensão Universitária

4.1.1. – Curso de Direito Penal

Professor James Tubenchlak, Promotor da Faculdade de Direito da UFAC – Rio Branco (AC)

Outubro/73 – Certificado

4.1.2 – Curso Novo Código de Processo Civil

Professor Ronildo Bueno de Souza

Promoção: SUDAM e Reitoria da UFAC – Rio Branco (AC)

Julho/1974 – Certificado.

4.1.3 – Curso de Técnica Acusatória Perante o Tribunal do

Júri

Professor Alberto (Carlos) Torres de Melo Filho

Rio Branco (AC) – Outubro/75 – Certificado.

4.2 Estágio

4.2.1 – Estágio de Nível Universitário instituído pela Resolução nº 30, de 1972 (Regime Interno) e Regulamentado pelo Ato da Mesa nº 6, de 1975, realizado nos seguintes órgãos: Secretaria-Geral da Mesa; Centro de Documentação e Informação; Assessoria de Divulgação e Relações Públicas; Assessoria Regional; Departamento de Comissões; Departamento de Taquigrafia; Revisão e Redação, com 8 horas, na Câmara dos Deputados, em Brasília (DF)

Período: 29-3 a 9-4-76

4.3 Treinamento

4.3.1 – Curso Especial de Administração de Pessoal
Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro

Escola Brasileira de Administração Pública – EBAP – 1956

4.3.2 – Curso Especial de Relações Públicas
Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro

Escola Brasileira de Administração Pública – EBAP – 1956

4.3.3 – Curso Especial de Organização e Métodos
Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro

Escola Brasileira de Administração Pública – EBAP – 1956

4.3.4 – Seminário sobre "Desenvolvimento Gerencial"
Escola de Administração Fazendária

Ministério da Fazenda, Porto Velho (RO)

Período: 26 a 28-8-88 – Registro nº 769/88 – Certificado

4.3.5 – Curso para Contadores/Administradores

Promoção: FIAT Automóveis S.A.

Objetivo: Desenvolvimento Administrativo, Financeiro e Econômico da Empresa

Período: 26 a 28-1-89, Porto Velho (RO) – Certificado

4.3.6 – Estágio integrando Delegação da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, em Tour Tecnológico Brasil de Visita à Fábrica IBM, em Sumaré (SP), Centro Técnico em São Paulo (SP) e Centro Educacional Residencial da Gávea, no Rio de Janeiro

Período: 1º a 3-7-87 – a Convite

4.3.7 – III Congresso Brasileiro de Direito Processual do Trabalho – São Paulo (SP)

Período: 29 a 31-7-91 – Certificado

4.4 – Extensão Universitária no Exterior

4.4.1 – Programa de Desenvolvimento de Administração Organizacional em Regime de Internato

Promoção: Instituto Centro Americano de Administração de Empresas (INCAE) e Instituto Latino-Americano de Gerência Organizacional (ILGO)

Objetivo: Líderes Empresariais Voluntários da América Latina

Local: Campus Universitário de Alajuela (Costa Rica)

Período: 8 a 11-9-88 – Certificado

4.4.2 – Instituto Latino-Americano de Gerência Organizacional

Colaboração: El Instituto Centroamericano de Administración de Empresas

Local: Alajuela, Costa Rica

Período: 11 a 17-9-88 – Certificado

4.4.3 – Estágio Integrando Delegação Brasileira da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, em Tour Tecnológico de visita aos Laboratórios e Fábrica IBM, nos EUA, de costa a costa (USA)

Período: Agosto/1986 – a Convite

4.4.4 – Seminário de Estudos Jurídicos

Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões

Período: 6 a 10-7-87 – Lisboa – Portugal – Diploma

4.4.5 – Seminário de Estudos Jurídicos

Universidade Lusitana – Lisboa – Portugal

Período: 6 a 10-7-87 – Diploma

4.4.6 – Seminário de Causae Civilis Jure a Brasiliensibus

Causidicis

Pontificia Studiorum Universitatis Urbaniana – Roma

Período: 23 a 24 de julho de 1992 – Diploma

5. Experiência Profissional

5.1 – Contrato de Trabalho

5.1.1 – Governo do Território Federal de Rondônia

Período: 30-4-53 a 8-3-57

Função: Datilógrafo "D"

5.1.2 – Banco do Brasil S.A. – Ag. Porto Velho – RO

Período: 11-3-57 a 29-9-68

Função: Escriturário "E"

5.1.2.1 – Promoções:

Data: 22-2-59 – Concurso Interno

Função: Escriturário "A" reclassificado para "B" na mesma data:

Data: 26-11-59 – Promoção

Função: Escriturário "C" a partir 11-3-59

Data: 10-3-61 – Promoção

Função: Escriturário "D"

Data: 9-3-64 – Promoção

Função: Escriturário "E"

5.1.3 – Governo do Território Federal de Rondônia

Período: 5-5 a 1º-6-61

Função: A disposição para colaborar na Missão de Levantamentos Contábeis (Portaria 23598/61).

Período: 5-4-63 a 10-11-64

Função: A disposição do Governo para servir no Gabinete e Assessoria de Imprensa (Portaria 140/69)

5.1.4 – Empresa Alto Madeira Ltda. Jornal Alto Madeira

Admissão: 1º-4-63

Função: Diretor Superintendente

5.1.5 – Condomínio do Edifício Rio Madeira

Admissão: 22-1-68

Função: Administrador

5.1.6 – Condomínio do Edifício Rio Mamoré

Admissão: 10-3-77

Função: Administrador

5.1.7 – Tourinho Corretores de Seguros Ltda.

Admissão: 1º-1-69

Função: Gerente Financeiro

5.1.8 – Empresa "O Rio Branco Ltda" – Jornal O Rio

Branco

Período: 1º-4-69 até 1º-11-88

Função: Diretor Superintendente

5.1.9 – Comercial de Veículos Ltda. (COVEL) – Concessionária FIAT

Admissão: 2-1-78

Função: Diretor-Geral

5.1.10 – Televisão Alto Madeira Ltda.

Admissão: 3-12-85

Função: Diretor-Geral

5.1.11 – Rio Madeira Gráfica Editora Ltda.

Admissão: 1º-1-72

Função: Diretor Superintendente

5.1.12 – Rondônia Comércio de Veículos Ltda. – Concessionária Chrysler

Período: 2-1-69 até 19-10-69

Função: Gerente-Geral

5.1.13 – Acre Veículos Ltda. Concessionária Volkswagen

Período: 3-1-72 até 2-1-76

Função: Gerente-Geral

5.1.14 – Indústria Madeireira Transamazônica Ltda.

Período: 13-9-73 até 14-11-81

Função: Gerente-Geral

5.1.15 – Apedia Fomento Comercial (FACTORING) Ltda.

Admissão: 7-6-82

Função: Diretor

6. Outras atividades profissionais

6.1 – Presidente e Fundador da União dos Estudantes Secundários do Guaporé – Porto Velho (RO)

- Período: 1954-1955
6.2 – 2º Tesoureiro da União Brasileira dos Estudantes Secundários Rio de Janeiro (RJ)
Período: 1956/1957
6.3 – Conferência Alusiva "A Revolução e o Desenvolvimento Privado" Governo de Rondônia – Porto Velho (RO)
Data: 3-1965
6.4 – Presidente da Associação Comercial de Rondônia.
Biênios: 69/70; 85/86 e 87/88
6.5 – Presidente e Fundador da Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado de Rondônia.
Biênios: 85/86 e 87/88
6.6 – Membro Permanente do Conselho Superior da Associação Comercial de Rondônia.
Período: 1979/89
6.7 – Presidente e Fundador do Lions Clube de Porto Velho – Centro
Biênio: 1967/68
6.8 – 2º Vice-Presidente da Associação Comercial do Acre.
Biênio: 1976/77
6.9 – Presidente do Bancrevea Clube (Porto Velho)
Período: 1980/91
6.10 – Vice-Presidente e Fundador da Federação das Associações Comerciais da Amazônia Ocidental.
Biênio: 1985/86, 1986/87, 1987/88, 1988/89, 1990/91
6.11 – Vice-Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil – Rio de Janeiro (RJ).
Biênio: 1986/87 e 87/88
6.12 – Membro e Fundador do Conselho de Recursos Fiscais do Estado de Rondônia.
Período: 1984/91
6.13 – Vogal, Suplente e Fundador do Conselho de Recursos Fiscais do Estado de Rondônia.
Período: 1986/87 e 88/89
6.14 – Conferência "O Seguro e o Direito", na Universidade Federal do Acre, Rio Branco – AC
Data: 04/1977
6.15 – Palestra alusiva a "Semana da Pátria" na TV Rondônia Canal 4
Data: 9-1978
6.16 – Delegado e Fundador da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia.
Período: 1987/90
6.17 – Presidente e Fundador da Federação do Comércio do Estado de Rondônia.
Período: 1987/91, 1992/1995
6.18 – Conselheiro Fiscal e Fundador do Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de Rondônia.
Período: 1986/89
6.19 – Presidente e Fundador do Sindicato do Comércio Varejista de Veículos Automotores do Estado de Rondônia.
Período: 1987/91
6.20 – Palestra "O Papel da Pequena, Média e Grande Empresa no Estado de Rondônia", no Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia.
Objetivo: Transformação do Território em Estado da Federação.
Data: 23-10-1981 – Porto Velho (RO)
6.21 – "Ciclo de Estudos sobre Segurança e Desenvolvimento", âmbito Nacional, promovido pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, Porto Velho – RO.
Período: 19/04 a 27-8-83 – Certificado
6.22 – Participante, em regime de internato, do Projeto Planejamento (Proplan), promovido pela Confederação das Associações Comerciais do Brasil e IBM – Brasil – Rio de Janeiro (RJ)
- Período: 8 a 10-8-1985 – Certificado
6.23 – Participou e presidiu, como dirigente maior, os seguintes Encontros de Dirigentes de Associações Comerciais e Industriais do Estado de Rondônia.
Promoção: Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado de Rondônia – Certificado
. I Encontro – Ouro Preto D'Oeste – de 16 a 18-8-1985.
. II Encontro – Costa Marques – de 16 a 18-5-1986.
. III Encontro – Porto Velho – de 5 a 7-12-1986.
. IV Encontro – Guajará Mirim – de 5 a 7-9-1987.
. V Encontro – Arriquemes – de 28 a 30-5-1988.
6.24 – Participou como Convidado do Encontro "O Cerrado – Uma opção para investir", pelo Banco Itaú-Rio de Janeiro
Data: 1985 – Convite
6.25 – Participou e presidiu a Delegação de Empresários Rondonienses junto ao IV Congresso Nacional das Associações Comerciais, em nome da Associação Comercial de Rondônia e Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado de Rondônia, na Capital Federal (Brasília).
Período: 26 a 28-4-1988 – credencial
6.26 – Participou da Comissão de Recepção e Estudos da Missão Comercial Peruana, Presidida pelo Prof. Henrique Cornejo Ramirez, Presidente do Instituto de Comércio Exterior do Peru, coordenada pela Secretaria de Estado da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia – Porto Velho (RO)
Período: 15 a 17-6-1987 – Carta
6.27 – Participou, como Palestrante, do Encontro Pró-Energia de RO, enfocando a ótica empresarial dos problemas energéticos do Estado, a convite do Ministério das Minas e Energia
Data: 29-10-87 – Convite
6.28 – Participou, como convidado, do Seminário Investimento para Retomada da Expansão Econômica, promovido pela Confederação Nacional do Comércio, em Brasília (DF)
Data: 27-1-88 – Convocação
6.29 – Participou da Delegação Brasileira ao Centenário de Dom Bosco, recebendo Bênção Apostólica de Sua Santidade o Papa João Paulo II, Roma, Itália
Data: 7-1-88 – Atestado de Benção
6.30 – Participou, como Delegado Brasileiro, do 1º Congresso Mondiale de Escallievi di Dom Bosco e dalle Escalieve di Maria Ausiliatrice, Roma, Itália
Período: 8 a 9-11-88 – Atestado de Participação
6.31 – Participou do 1º Encontro Mato Grosso e Rondônia para o Desenvolvimento do Vale do Guaporé-Mamoré, promovido pela Secretaria de Planejamento de Rondônia e Certificado pelos Governos dos Estados de Rondônia e Mato Grosso, Guajará-Mirim, Rondônia
Período: 24 a 27-9-84 – Certificado
6.32 – Participou, como Conferencista, com o tema Experiência dos Encontros Estaduais, ao ensejo do 1º Encontro das Associações Comerciais de Mato Grosso, em Cuiabá
Data: 7-6-88
6.33 – Participou, como Membro do Conselho do CNI, do Encontro Internacional sobre o Papel da Empresa Privada, uma Agenda para o Século XXI, promovido pela Confederação Nacional da Indústria – Rio de Janeiro (RJ)
Período: 10 a 11-8-88
6.34 – Membro da Delegação Oficial do Governo do Estado do Acre, que em nome do Governo Brasileiro negociou com o Governo da República do Peru (Presidente Selaunde Terry) a ligação Rodoviária Atlântico (Brasil)/Pacífico (Peru)

Período: 30-10 a 6-11-83
 6.35 – Membro da Delegação Oficial Brasileira que acompanhou o Presidente João Baptista de Figueiredo em sua visita a Santa Cruz de La Sierra, Bolívia
 Participou das negociações com visitas à ligação Rodoviária Atlântico/Pacífico e o comércio fronteiriço Brasil/Bolívia
 Período: 20 a 25-5-85
 6.36 – Membro e Fundador do Conselho Superior da Confederação das Associações Comerciais do Brasil – Rio de Janeiro
 Período: 1989/91
 6.37 – Participou, como Delegado, representando a Associação Comercial de Rondônia e a Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado de Rondônia, do V Congresso Nacional CACB, no Rio de Janeiro (RJ)
 Período: 19 a 20-6-89 – Credencial
 6.38 – Participou do Encontro Rondônia Discute Nossa Natureza
 Promoção: Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia Sendo, inclusive, Presidente do II Grupo de Trabalho
 Período: 26 a 29 de junho de 1989
 6.39 – Participou do I Encontro dos Empresários da Amazônia, Manaus (AM), onde foi eleito Membro do Conselho de Empresários da Amazônia
 Período: 6 a 8 de agosto de 1989
 6.40 – Membro Suplente da Diretoria da Confederação Nacional do Comércio do Rio de Janeiro
 Triênio: 1989/1992 – Posse: 20-11-89
 6.41 – Membro do Conselho Fiscal da Telecomunicações de Rondônia S.A., conf. A.G.O. realizada em 12 de março de 1990
 6.42 – Participou do Primer Encontro de Integración y Desarrollo Fronterizo Bolívia-Brasil, em Trinidad, Bolívia
 Período: 28 e 29-7-90 – Certificado
 6.43 – Eleito Presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae/RO, em 10 de janeiro de 1991, conf. Carta nº 4/Direx/91
 6.44 – Participou, como presidente da Delegação de Rondônia, da 1ª Convenção Nacional do Sistema Confederativo da Representação Sindical, 1ª Consicomércio, no Rio de Janeiro
 Promoção: Confederação Nacional do Comércio
 Período: 8 e 9-8-91 – Certificado
 6.45 – Visitou o Centro Oeodésico da América do Sul, em Cuiabá (MT)
 Data: 18-9-91 – Certificado
 6.46 – Participou da Reunião da Diretoria da CNC, onde recebeu o Certificado de Amizade do Povo Mato-Grossense
 Data: 10-9-91 – Certificado
 6.47 – Nomeado para compor o Conselho Provisório da Escola Superior de Advocacia de Rondônia, como Diretor de Pesquisas e Divulgação, em Seção Ordinária no dia 6-12-91
 Resolução nº 15/OAB/RO
 6.48 – Membro da Congregação da Associação de Ensino Superior da Amazônia da Faculdade de Ciências Humanas e Letras de Rondônia
 Data: 10-4-92 – Termo de Posse
 6.49 – Membro Efetivo da Confederação Nacional do Comércio em Assunto de Turismo Triênio: 1992/95.
 6.50 – Participou da V Semana de História – História de Rondônia, promovido pelo Centro Acadêmico de História "Profª Maria Carmella N. de Souza".
 Período: 18 a 23 de outubro de 1993. – Certificado.
 6.51 – Bênção Apostólica, concedida pela Sua Santidade, o Papa, João Paulo II.
 Data: 25-11-93. Vaticano-Roma.

6.52 – Visita à cidade de Riberalta Bolívia, para um encontro com o Presidente da República, economista Gonzalo Sanches de Lozada, sobre a ligação Rondônia-Pacífico, via Guajará-Mirim-Riberata-La Paz, presidindo Comitativa do Sistema Fecomércio/RO, e Sebrae/RO.

Período: 2 a 4 de fevereiro de 1994.

6.53 – Participou da Segunda Convenção Nacional do Sistema Confederativo da Representação Sindical do Comércio – II CONSIKOMÉRCIO, promovido pela CNC – Confederação Nacional do Comércio, no Rio de Janeiro.

Período: 15 a 17 de setembro de 1993.

6.54 – Participou do "Segundo Encuentro de Integración y Desarrollo Fronterizo Brasil-Bolívia, em Guayaramerín – Bolívia.

Período: 28 e 29 de abril de 1994.

6.55 – Membro participante da "Confederação Nacional do Comércio", em Missão à União Européia (Madri, Paris, Colônia, Roma, Genebra), promovido pela Confederação Nacional do Comércio – Rio de Janeiro.

Período: 21 de maio a 11 de junho de 1994.

6.56 – Participou do "III Fórum Internacional da Pequena Empresa", promovido pelo Centro de Convenções da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

Período: 7 e 8 de novembro de 1994 – Certificado.

Títulos Honorários

7.1 Pessoais

7.1.01 – Medalha General Barão de Taquari, âmbito nacional, conferida pela Sociedade Brasileira de Educação e Integração – São Paulo (SP).

Data: 23-4-77 – Diploma

7.1.02 – Grau de Comendador, âmbito nacional, conferido pela Sociedade Brasileira de Educação e Integração – São Paulo (SP).

Data: 23-4-77 – Diploma

7.1.03 – Diploma de Membro Benemérito, conferido pela Sociedade Brasileira de Educação e Integração, tendo em vista os altos merecimentos e a cooperação emprestada às finalidades da entidade, adjudicando todos os direitos que lhe são afetos. São Paulo (SP).

Data: 8-12-78 – Diploma

7.1.04 – Medalha Ana Neri, âmbito nacional, conferida pela Sociedade Brasileira de Educação e Integração, atendendo aos merecimentos e serviços – São Paulo (SP).

Data: 14-11-79 – Diploma

7.1.05 – Grau de Comendador, âmbito municipal, título de Cidadão Honorário de Porto Velho, conferido por unanimidade pela Câmara Municipal de Porto Velho (RO).

Data: 13-9-82 – Diploma.

7.1.06 – Grau de Comendador, âmbito municipal, título de Cidadão Rio-Branquense, conferido por unanimidade pela Câmara Municipal de Rio Branco (AC).

Data: 28-12-82 – Diploma.

7.1.07 – Grau de Comendador, âmbito estadual, da Estrela do Acre, conferido pelo Governo do Estado do Acre.

Data: 16-11-84 – Diploma.

7.1.08 – Ordem do Bandeirante, título de Paulista Bandeirante, conferido pelos Lions Clubes de São Paulo, pelo comparecimento e atuação na XIV Convenção Nacional dos Lions Clube do Brasil.

Período: 16 a 20-5-67 – Diploma.

7.1.09 – Participação, como colaborador, na Campanha de Vacinação contra a Paralisia Infantil, em Rondônia, outorga do Governo do Estado de Rondônia.

Período: 14-6 a 16-8-80 – Certificado.

7.1.10 – Distinção da Placa de Prata Lembrança do 1º Centenário de Rio Branco, concedida pela Prefeitura Municipal de Rio Branco, capital do Acre.

Data: abril/1982 – Placa de Prata.

7-1-11 – Grau de Comendador, Âmbito Nacional, Título da Ordem do Mérito Municipalista, conferida por unanimidade pela Sociedade Brasileira de Estudos Municipalistas – São Paulo (SP)

Data: 24-1-1983 – Diploma

7-1-12 – Grau de Grande Oficial, âmbito Nacional, Título da Ordem do Mérito Municipalista conferido por unanimidade pela Sociedade Brasileira de Estudos Municipalistas São Paulo (SP).

Data: 9-5-1983 – Diploma.

7-1-13 – Título Amigo do Esporte, do *Cruzeiro Clube*, em reconhecimento a colaboração ao desporto do Município de Porto Velho (RO).

Data: 20-7-1984.

7-1-14 – Grau de Grã-Cruz, âmbito Nacional, Título da Ordem do Mérito Municipalista, conferido por unanimidade pela Sociedade Brasileira de Estudos Municipalistas – S. Paulo.

Data: 29-7-1983 – Diploma

7-1-15 – Título Grande Benemérito, âmbito Estadual, da 2ª Turma de Economia UNIR-84, conferida pela Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho (RO).

Data: 6-1-1984 – Diploma

7-1-16 – Título Amigo da Educação, da Secretaria de Estado da Educação, conferido pelo Governo do Estado de Rondônia, Porto Velho (RO).

Data: fevereiro/85 – Diploma

7-1-17 – Distinção da Secretaria de Estado da Fazenda pelos relevantes serviços prestados, como Conselheiro, ao Conselho de Recursos Fiscais, conferido pelo Governo do Estado de Rondônia, Porto Velho (RO).

Data: 12-12-1985 – Diploma.

7-1-18 – Distinção dos Garimpeiros, pelos relevantes serviços prestados a classe garimpeira, conferido pelo Sindicato da Indústria Extrativa de Rondônia, Porto Velho (RO)

Data: 27-12-1985 – Diploma

7-1-19 – Condecoração Estrela Mérito de Rondônia, âmbito Estadual, pelos relevantes serviços prestados a Rondônia, especialmente no setor de imprensa e empresarial, conferido pela Sociedade de Pró-Desenvolvimento Integrado de Rondônia, Porto Velho (RO).

Data: 15-4-89 – Diploma

7-1-20 – Prêmio Integração Nacional 1986, em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados a Nação Brasileira, outorgado pelo Instituto Brasileiro de Pesquisas e Integração Social Rio de Janeiro (RJ).

Data: 11-12-1986 – Diploma

7-1-21 – Título Personalidade Destaque, âmbito Municipal, pelos serviços prestados no Estado de Rondônia, outorgado pela comunidade jaruense (*Jornal Tribuna do Povo*), Jaru (RO).

Data: 16-12-1986 – Certificado

7-1-22 – Distinção Empresarial 87, âmbito Regional, pelos trabalhos de contribuição ao desenvolvimento estadual, conferido pela Revista da Amazônia *Momento*, Porto Velho (RO).

Data: 11-12-1987 – Diploma

7-1-23 – Distinção como Grande Oficial, âmbito Nacional, título da Ordem do Congresso Nacional, conferido por unanimidade pela mesma entidade na Capital Federal (Brasília)

Data: 17-12-1987 – Diploma – em Sessão Solene

7-1-24 – Título Amigo do DETRAN-AC, da Secretaria de Segurança Pública, pelos excepcionais serviços prestados a Segu-

rança no Trânsito, concedido pelo Governo do Estado do Acre, Rio Branco (AC).

Data: 5-4-1988 – Diploma

7-1-25 – Comenda "José do Patrocínio", âmbito Municipal, do Centenário da Abolição da Escravatura, concedida pela Câmara Municipal de Vereadores, Porto Velho (RO).

Data: 13-5-1988 – Certificado.

7-1-26 – Medalha Comemorativa do Cinquentenário da CNI, concedida pelo Senador Albano Franco, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – Brasília (DF);

Data: 12-8-1988 – Diploma.

7-1-27 – Título "25 Year Perfect Attendance", concedido pela The International Association of Lions Clubs, Chicago Illinois-EE.UU., por relevantes serviços prestados a Comunidade Internacional durante 25 anos de Atividades Leonísticas, como Fundador e Presidente.

Data: 23-7-89 – Diploma.

7-1-28 – Diploma de "Colaborador Emérito do Exército" concedido pelo Comandante Militar do Oeste, em reconhecimento aos serviços prestados ao Exército Brasileiro.

Data: 25-8-89 – Diploma.

7-1-29 – Diploma de Colaborador pela participação do Estágio de Segurança de Dignitários, conferido pelo Secretário de Estado-Chefe da Casa Militar do Governo de Rondônia.

Período: 10 a 22-6-91 – Diploma.

7-1-30 – Diploma de "Muesped Ilustre" SI Alcalde De La Municipalidad de Juliaca, no Peru.

Data: 28-8-92 – Diploma.

7-1-31 – Certificado de participação como debatedor ao I Congresso Estadual dos Profissionais do Sistema CONFEEA/CREA'S, promovido pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Rondônia – CREA/RO.

Período: 29 a 30-7-93 – Certificado.

7-1-32 – Diploma de "Amigo da AFA", concedida pela AFA – Associação Futebolística do Areal.

Data: 24-12-94 – Diploma.

7.2 – As Empresas de que participa como Dirigente
Títulos Honorários Conferidos

7.2.1 – Título Reportagem do Ano – Melhor do Ano de 1976, outorgado pela Central Rondônia de Jornalismo – TV Rondônia – Canal 4, ao *Jornal Alto Madeira* – Porto Velho (RO)

Data: 15-1-77 – Diploma

7.2.2 – Honra ao Mérito, pela participação do jornal *Alto Madeira* no Processo de Erradicação e Analfabetismo, promovido pela Fundação Mobral, outorgado pelo Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro (RJ)

Data: 13-4-72 – Diploma

7.2.3 – Participação do jornal *Alto Madeira*, como colaborador do Seminário de Cooperativismo, promovido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, outorgado pelo Ministério da Agricultura – Porto Velho

Data: 7-7-72 – Certificado

7.2.4 – Participação do jornal *Alto Madeira*, consagrado em 1º lugar na pesquisa de preferência à simpatia pública, outorgado pela TV Rondônia Canal 4 – Porto Velho (RO)

Data: 31-12-74 – Diploma

7.2.5 – Título Destaque em 1976, outorgado pela Central Rondônia de Jornalismo TV Rondônia Canal 4, ao jornal *Alto Madeira* – Porto Velho (RO)

Data: 15-1-77 – Diploma

7.2.6 – Homenagem ao jornal *Alto Madeira* pela cooperação voluntária no campo da fraternidade cristã, outorgado pela Igreja Presbiteriana Fundamentalista de Porto Velho (RO)

Data: 29-10-77 – Certificado

7.2.7 – Honra ao Mérito em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à entidade no campo de suas atividades pelo jornal **Alto Madeira**, outorgado pela Federação de Desportos de Rondônia – Porto Velho (RO)

Data: 29-10-78 – Diploma

7.2.8 – Diploma de Consagração Pública à Tourinho – Corretores de Seguros Ltda., outorgada pela ORBRAS – Organização Brasileira de Pesquisa de Opinião Pública Ltda.

Data: dezembro/1979 – Diploma

7.2.9 – Honra ao Mérito ao jornal **Alto Madeira** pela relevante colaboração, outorgada pelo Grêmio Recreativo Escola de Samba Pobres do Calari – Porto Velho (RO)

Data: 20-1-80 – Certificado

7.2.10 – Distinção ao jornal **Alto Madeira** pelos relevantes serviços prestados na III Feira da Criança – Porto Velho

Dias: 11 e 12-12-80 – Certificado

7.2.11 – Participação do jornal **Alto Madeira**, no VI Torneio de Integração da Amazônia, Macapá

Período: 2 a 11-9-80 – Certificado

7.2.12 – Consagração Pública, âmbito Municipal, em 1º lugar na pesquisa de preferência e simpatia pública para Tourinho – Corretores de Seguros Ltda., realizada pela Embrapas, em 1981 – Diploma

7.2.13 – Grau de Cavaleiro, da ordem do Mérito Marechal Rondon ao jornal **Alto Madeira**, em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados a Rondônia, outorgado pelo Governador do Estado de Rondônia, Porto Velho (RO)

Data: 4-1-84 – Diploma

7.2.14 – Título Amigo do Esporte concedido ao jornal **Alto Madeira**, pela Federação de Desportos de Rondônia, nos seus 40 anos de Fundação – Porto Velho (RO)

Data: 13-12-84 – Certificado

7.2.15 – Sócio Benemérito, conferido ao jornal **Alto Madeira**, pela Biblioteca Municipal "Francisco Meireles" da Prefeitura do Município de Porto Velho, por ter contribuído para o enriquecimento de seu acervo cultural – Porto Velho (RO)

Data: 24-1-85 – Certificado

7.2.16 – Reconhecimento pelos relevantes serviços prestados pelo jornal **Alto Madeira**, outorgado pelo Lions Clube de Porto Velho – Marechal Rondon, Porto Velho (RO)

Data: 11-11-85 – Certificado

7.2.17 – Distinção ao jornal **Alto Madeira**, outorgada pela Liga de Amadores Brasileiros de Radioemissão pelo significativo apoio ao desenvolvimento do radioamadorismo no Estado de Rondônia, Porto Velho (RO)

Data: 10-5-86 – Diploma

7.2.18 – Grau de Grande Cavaleiro, âmbito Estadual, Título da Ordem do Mérito conferido pela Sereníssima Grande Loja Maçônica do Estado de Rondônia, ao jornal **Alto Madeira** por relevantes serviços prestados à sublime Ordem ou ao Estado de Rondônia, Porto Velho (RO)

Data: 9-4-88 – Diploma

7.2.19 – Diploma dado à Comercial de Veículos Ltda., pela AFRON – Associação dos Fiscais de Tributos Estaduais de Rondônia –, destaque em 1990, entre os maiores Contribuintes do ICMS, no Estado de Rondônia

Data: 10-5-91 – Diploma

6.2.20 – Prêmio Ecoturismo ao jornal **Alto Madeira** em reconhecimento aos relevantes serviços prestados em prol do desenvolvimento da Amazônia Legal, outorgado pelo VII Oscar Empresarial da Amazônia

Data: outubro/93 – Certificado

8. Países visitados em missões de estudos empresariais

8.1 – América do Sul

- Argentina
- Bolívia
- Paraguai
- Peru

8.2 – América Central

- Costa Rica

8.3 – América do Norte

- Estados Unidos

8.4 – Europa

- Alemanha
- Áustria
- Bélgica
- Espanha
- França
- Holanda
- Itália
- Portugal
- Inglaterra

8.5 – Ásia

- Israel
- Japão

8.6 – África

- Egito
- Senegal

9. Associações Profissionais e Sociais a que pertence

9.1 – Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Acre

9.2 – Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Rondônia

9.3 – Associação Acreana da Imprensa – Rio Branco (AC)

9.4 – Associação Amazonense de Imprensa – Manaus (AM)

9.5 – Associação Brasileira de Imprensa – Rio (RJ)

9.6 – Associação Atlética Banco do Brasil – Rio (RJ)

9.7 – Conselho Federal dos Representantes Comerciais – Manaus (AM)

9.8 – Conselho Regional de Contabilidade – Manaus (AM)

9.9 – The Intercional Association of Lion Club – Ilinoise (USA)

9.10 – Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de Rondônia

9.11 – Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro (RJ)

9.12 – Sindicato do Comércio Varejista de Veículos do Estado Rondônia.

Porto Velho, 10 de março de 1995. – **Luiz Malheiros Tourinho.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

AVISOS

DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 435/95, de 18 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, referente ao Requerimento nº 1.063, de 1995, de informações, do Senador Lúcio Alcântara.

Nº 820/95, de 15 do corrente, do Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº 1.042, de 1995, de informações, do Senador Gilberto Miranda.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

OFÍCIO DO SR. 1º SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Encaminhando à revisão do Senado Federal autógrafa do seguinte projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 1995

(Nº 869/95, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São reconhecidas como mortas, para todos os efeitos legais, as pessoas relacionadas no Anexo I desta lei, por terem participado, ou terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, desde então, desaparecidas, sem que delas haja notícias.

Art. 2º A aplicação das disposições desta lei e todos os seus efeitos orientar-se-ão pelo princípio de reconciliação e de pacificação nacional, expresso na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 – Lei de Anistia.

Art. 3º O cônjuge, o companheiro ou a companheira, descendente, ascendente, ou colateral até quarto grau, das pessoas nominadas na lista referida no art. 1º, comprovando essa condição, poderão requerer a oficial de registro civil das pessoas naturais de seu domicílio a lavratura do assento de óbito, instruindo o pedido com original ou cópia da publicação desta lei e de seus anexos.

Parágrafo único. Em caso de dúvida, será admitida justificativa judicial.

Art. 4º Fica criada Comissão Especial que, em face da situação política mencionada no art. 1º e, em conformidade com este, tem as seguintes atribuições:

I – proceder ao reconhecimento de pessoas:

a) desaparecidas, não relacionadas no Anexo I desta lei;

b) que, por terem participado, ou por terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, tenham falecido, por causas não naturais, em dependências policiais ou assemelhadas;

II – enviar esforços para a localização dos corpos de pessoas desaparecidas, no caso de existência de indícios quanto ao local em que possam estar depositados;

III – emitir parecer sobre os requerimentos relativos a indenização que venham a ser formulados pelas pessoas mencionadas no art. 10 desta lei.

Art. 5º A Comissão Especial será composta por sete membros, de livre escolha e designação do Presidente da República, que indicará, dentre eles, quem irá presidi-la, com voto de qualidade.

§ 1º Dos sete membros da Comissão, quatro serão escolhidos:

I – dentre os membros da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados;

II – dentre as pessoas com vínculo com os familiares das pessoas referidas na lista constante do Anexo I;

III – dentre os membros do Ministério Público Federal; e

IV – dentre os integrantes das Forças Armadas.

§ 2º A Comissão Especial poderá ser assessorada por funcionários públicos federais, designados pelo Presidente da República, podendo, ainda, solicitar o auxílio das Secretarias de Justiça

dos Estados, mediante convênio com o Ministério da Justiça, se necessário.

Art. 6º A Comissão Especial funcionará junto ao Ministério da Justiça, que lhe dará o apoio necessário.

Art. 7º Para fins de reconhecimento de pessoas desaparecidas não relacionadas no Anexo I desta lei, os requerimentos, por qualquer das pessoas mencionadas no art. 3º, serão apresentados perante a Comissão Especial, no prazo de 120 dias, contado a partir da data da publicação desta lei, e serão instruídos com informações e documentos que possam comprovar a pretensão.

§ 1º Idêntico procedimento deverá ser observado nos casos baseados na alínea b do inciso I do art. 4º

§ 2º Os deferimentos, pela Comissão Especial, dos pedidos de reconhecimento de pessoas não mencionadas no Anexo I desta lei instruirão os pedidos de assento de óbito de que trata o art. 3º, contado o prazo de 120 dias, a partir da ciência da decisão deferitória.

Art. 8º A Comissão Especial, no prazo de 120 dias de sua instalação, mediante solicitação expressa de qualquer das pessoas mencionadas no art. 3º, e concluindo pela existência de indícios suficientes, poderá diligenciar no sentido da localização dos restos mortais do desaparecido.

Art. 9º Para os fins previstos nos arts. 4º e 7º a Comissão Especial poderá solicitar:

I – documentos de qualquer órgão público;

II – a realização de perícias;

III – a colaboração de testemunhas;

IV – a intermediação do Ministério das Relações Exteriores para a obtenção de informações junto a governos e a entidades estrangeiras.

Art. 10 A indenização prevista nesta lei é deferida às pessoas abaixo indicadas, na seguinte ordem:

I – ao cônjuge;

II – ao companheiro ou companheira, definidos pela Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994;

III – aos descendentes;

IV – aos ascendentes;

V – aos colaterais, até o quarto grau.

§ 1º O pedido de indenização poderá ser formulado até cento e vinte dias a contar da publicação desta lei. No caso de reconhecimento pela Comissão Especial, o prazo se conta da data do reconhecimento.

§ 2º Havendo acordo entre as pessoas nominadas no caput deste artigo, a indenização poderá ser requerida independentemente da ordem nele prevista.

§ 3º Reconhecida a morte, nos termos da alínea b do inciso I do art. 4º, poderão as pessoas mencionadas no caput, na mesma ordem e condições, requerer à Comissão Especial a indenização.

Art. 11. A indenização, a título reparatório, consistirá no pagamento de valor único igual a R\$3.000,00 (três mil reais) multiplicado pelo número de anos correspondente à expectativa de sobrevivência do desaparecido, levando-se em consideração a idade à época do desaparecimento e os critérios e valores traduzidos na tabela constante do Anexo II desta lei.

§ 1º Em nenhuma hipótese o valor da indenização será inferior a R\$100.000,00 (cem mil reais).

§ 2º A indenização será concedida mediante decreto do Presidente da República, após parecer favorável da Comissão Especial criada por esta lei.

Art. 12. No caso de localização, com vida, de pessoa desaparecida, ou de existência de provas contrárias às apresentadas, serão revogados os respectivos atos decorrentes da aplicação desta

lei, não cabendo ação regressiva para o ressarcimento do pagamento já efetuado, salvo na hipótese de comprovada má fé.

Art. 13. Finda a apreciação dos requerimentos, a Comissão Especial elaborará relatório circunstanciado, que encaminhará, para publicação, ao Presidente da República, e encerrará seus trabalhos.

Parágrafo único. Enquanto durarem seus trabalhos, a Comissão Especial deverá apresentar trimestralmente relatórios de avaliação.

Art. 14. Nas ações judiciais indenizatórias fundadas em fatos decorrentes da situação política mencionada no art. 1º, os recursos das sentenças condenatórias serão recebidos somente no efeito devolutivo.

Art. 15. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações consignadas no Orçamento da União pela Lei Orçamentária.

Art. 16. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

I – Nomes de Pessoas Desaparecidas (com a época do desaparecimento)

1. Adriano Fonseca Filho, brasileiro, solteiro, nascido em 18 de dezembro de 1945 em Ponte Nova, Minas Gerais, filho de Adriano Fonseca e Zely Eustáquio Fonseca. (1973)

2. Aluisio Palhano Pedreira Ferreira, brasileiro, casado, nascido em 5 de setembro de 1922 em Pirujú, filho de Henrique Palhano Pedreira Ferreira e Henise Palhano Pedreira Ferreira. (1971)

3. Ana Rosa Kucinski Silva, brasileira, casada, nascida a 12 de janeiro de 1942 em São Paulo – SP, filha de Majer Kucinski e ESTER KUCINSKI. (1974)

4. André Grabóis, brasileiro, nascido a 3 de julho de 1946 no Rio de Janeiro – RJ, filho de Maurício Grabois e Alzira da Costa Reis. (1973)

5. Antônio Alfredo Campos, brasileiro, casado. (1973)

6. Antônio Carlos Monteiro Teixeira, brasileiro, casado, nascido a 22 de agosto de 1944 em Ilhéus – BA, filho de Gessori da Silva Teixeira e Maria Luiza Monteiro Teixeira. (1972)

7. Antônio de Pádua Costa, brasileiro, solteiro, nascido a 12 de junho de 1943 no Piauí, filho de João Lino da Costa e Maria Jardimina da Costa. (1974)

8. Antônio dos Três Reis de Oliveira, brasileiro, solteiro, nascido em 19 de novembro de 1948 em Tiros – MG, filho de Argum de Oliveira e Gláucia Maria de Oliveira. (1970)

9. Antônio Guilherme Ribeiro Ribas, brasileiro, solteiro, nascido a 20 de setembro de 1946 em São Paulo – SP, filho de Walter Pinto Ribas e Benedita de Araújo Ribas. (1973)

10. Antônio Joaquim de Souza Machado, brasileiro, solteiro, nascido em 13 de setembro de 1939 em Papagaios – MG, filho de Joaquim Maria de Souza Machado e Maria de Oliveira Campos, morador no Rio de Janeiro. (1971)

11. Antônio Teodoro de Castro, brasileiro, solteiro, nascido a 12 de abril de 1945 em Itapipoca – CE, filho de Raimundo de Castro Sobrinho e Benedita Pinto de Castro. (1973)

12. Ayrldo Valadão, brasileiro, casado, nascido a 28 de dezembro de 1948 em Itaici – ES, filho de Altivo Valadão de Andrade e Helena Almochede Valadão. (1973)

13. Armando Teixeira Frutosobrasileiro, casado, nascido em 20 de maio de 1921 na cidade do Rio de Janeiro – RJ, filho de Aníbal Teixeira Frutuoso e Maria da Glória Frutuoso. (1975)

14. Aurea Eliza Pereira, brasileira, casada, nascida em 6 de abril de 1950 em Monte Belo – MG, filha de José Pereira e Odila Mendes Pereira. (1974)

15. Adylton Adalberto Mortati, brasileiro, solteiro, nascido em 13 de janeiro de 1946 em Catanduba – SP, filho de Umberto Mortati e Carmem Sobrinho Martins. (1971)

16. Bergson Gurjão Farias, brasileiro, solteiro, nascido em 17 de maio de 1947 em Fortaleza – CE, filho de Gessiner Farias e Luiza Gurjão Farias. (1972)

17. Caiuby Alves de Castro, brasileiro, nascido em 16 de agosto de 1928, filho de Mariano Alves de Castro e Leopoldina Ribeiro de Castro. (1973)

18. Carlos Alberto Soares de Freitas, brasileiro solteiro, nascido em 12 de agosto de 1939, filho de Jayme Martins de Freitas e Alice Soares de Freitas (1971)

19. Celso Gilberto de Oliveira, brasileiro, solteiro, nascido em 26 de dezembro de 1945, filho de João Adelino de Oliveira e Julieta Pedrosa de Oliveira. (1970)

20. Cilon Cunha Brun, brasileiro, solteiro, nascido em 3 de fevereiro de 1946 em São Sepé – RS, filho de Lino Brun e Eloá Cunha Brun. (1970)

21. Ciro Flávio Salazar Oliveira, brasileiro, solteiro nascido em 26 de setembro de 1943 em Araguari – MG, filho de Arédio Oliveira e Maria de Lourdes Oliveira. (1972)

22. Custódio Saraiva Neto, brasileiro, nascido em 5 de abril de 1952 no Ceará, filho de Dário Saraiva Leão e Hilda Quaresma Saraiva Leão. (1974)

23. Daniel José de Carvalho, brasileiro. (1974)

24. Daniel Ribeiro Callado, brasileiro, nascido em 16 de outubro de 1940, em São Gonçalo (RJ), filho de Consueto Ribeiro Callado e América Ribeiro Callado. (1974)

25. David Capistrano da Costa, brasileiro, casado, nascido em 16 de novembro de 1913, em Boa Viagem (CE), filho de José Capistrano da Costa e Cristina Cirila de Araújo. (1974)

26. Dênis Casemiro, brasileiro, solteiro, nascido em 9 de dezembro de 1942, em Votuporanga (SP), filho de Antonio Casemiro e Maria Casemiro. (1971)

27. Derneval da Silva Pereira, brasileiro, solteiro, nascido em 16 de fevereiro de 1945, em Salvador (BA), filho de Carlos Gentil Pereira e Francisca das Chagas Pereira. (1974)

28. Dinaelza Santana Coqueiro, brasileira, casada, nascida em 22 de março de 1949, em Vitória da Conquista (BA), filha de Antonio Pereira de Santana e Jumília Soares Santana. (1973)

29. Dinalva Oliveira Teixeira, brasileira, casada, nascida em 16 de maio de 1945, em Castro Alves (BA), filha de Viriato Augusto Oliveira e Elza Conceição Bastos. (1973)

30. Divino Ferreira de Souza, brasileiro, solteiro, nascido em 12 de setembro de 1942, em Caldas Novas – GO (registrado em Mossamedes – GO) filho de José Ferreira de Souza e Maria Gomes de Souza. (1973)

31. Durvalino de Souza, brasileiro, filho de José Porfírio de Souza. (1973)

32. Edgar de Aquino Duarte, brasileiro, solteiro, nascido em 28 de fevereiro de 1941, em Bom Jardim (PE), filho de José Geraldo Duarte e Maria Francisca Duarte. (1973)

33. Edmur Péciles Camargo, brasileiro, solteiro, nascido em 4 de setembro de 1914, em São Paulo (SP), filho de Tomás Benedito Moura Camargo e Maria da Penha Amaral Vilaça. (1975)

34. Eduardo Collier Filho, brasileiro, solteiro, nascido em 5 de dezembro de 1948, em Recife (PE), filho de Eduardo Collier e Rizoleta Meira. (1974)

35. Eleni Telles Pereira Guariba, brasileira, casada, nascida em 13 de março de 1941, em Bebedouro (SP), filha de Isaac Ferreira Caetano e Pascoalina Alves Ferreira. (1971)

36. Elmo Corrêa, brasileiro, solteiro, nascido em 16 de abril de 1946, no Rio de Janeiro (RJ), filho de Edgar Corrêa e Irene Guedes Corrêa. (1974)
37. Elson Costa, brasileiro, casado, nascido em 26 de agosto de 1913, em Prata (MG), filho de João Soares da Costa e Maria Novais Costa. (1975)
38. Enrique Ernesto Ruggia, argentino, nascido em 25 de julho de 1955, em Corrientes, Argentina, filho de Atilio Carlos Ruggia e Ana Violeta Bambula Ruggia. (1974)
39. Ezequias Bezerra da Rocha, brasileiro, casado, nascido em 24 de dezembro de 1944, em João Pessoa (PB), filho de Simplicio Bezerra da Rocha e Antonia Bulhões Bezerra. (1972)
40. Félix Escobar Sobrinho, brasileiro, nascido em 23 de março de 1923, em Miracema (RJ), filho de José Escobar Sobrinho e Emilici Gomes Escobar. (1971)
41. Fernando Augusto Santa Cruz Oliveira, brasileiro, casado, nascido em 20 de fevereiro de 1948, em Recife (PE), filho de Lincoln de Santa Cruz Oliveira e Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira. (1974)
42. Francisco Manoel Chaves (ou José Francisco Chaves), brasileiro, morou na região de Caianos. (1972)
43. Gilberto Olímpio Maria, brasileiro, casado, nascido em 11 de março de 1942, em Mirassol (SP), filho de Antonio Olímpio Maria e Rosa Cabello Maria. (1973)
44. Guilherme Gomes Lund, brasileiro, solteiro, nascido em 11 de julho de 1947, no Rio de Janeiro (RJ), filho de João Carlos Lund e Júlia Gomes Lund. (1973)
45. Helenira Rezende de Souza Nazareth, brasileira, solteira, nascida em 19 de janeiro de 1944, em Cerqueira Cezar (SP), filha de Adalberto de Assis Nazareth e Euthalia Rezende de Souza Nazareth. (1972)
46. Hélio Luiz Navarro de Magalhães, brasileiro, solteiro, nascido em 23 de novembro de 1949, no Rio de Janeiro (RJ), filho de Gerson Menezes Magalhães e Carmem Navarro de Magalhães. (1974)
47. Hiran de Lima Pereira, brasileiro, casado, nascido em 3 de outubro de 1913 em Caicó-RN, filho de Hilário Amâncio Pereira e Maria Marieta de Lima Pereira. (1975)
48. Honestino Monteiro Guimarães, brasileiro, casado, nascido em 28 de março de 1947, em Itaberá-GO, filho de Benedito Monteiro Guimarães e Maria Rosa Leite Guimarães. (1973)
49. Humberto Albuquerque Câmara Neto, brasileiro, solteiro, nascido em 28 de maio de 1947 em Campina Grande-PB, filho de Roberto Alves Câmara e Marilene de Sá Leitão Câmara. (1973)
50. Idalísio Soares Aranha Filho, brasileiro, casado, nascido em 27 de agosto de 1947 em Rubim-MG, filho de Idalísio Soares Aranha e Aminthas Rodrigues Pereira. (1972)
51. Ieda Santos Delgado, brasileira, solteira, nascida em 9 de julho de 1945, no Rio de Janeiro-RJ, filha de Odorico Arthur Delgado e Eunice Santos Delgado. (1974)
52. Isis Dias de Oliveira, brasileira, casada, nascida em 29 de agosto de 1941, em São Paulo -SP, filha de Edmundo Dias de Oliveira e Felícia Mardini de Oliveira. (1972)
53. Issami Nakamura Okano, brasileiro, nascido em 23 de novembro de 1945 em Cravinhos-SP, filho de Hideo Okano e Sadae Nakamura. (1974)
54. Itair José Veloso, brasileiro, casado, nascido em 10 de junho de 1930 em Minas Gerais-MG, filho de Sebastião Veloso e Zulmira Veloso. (1975)
55. Ivan Mota Dias, brasileiro, solteiro, nascido em 29 de outubro de 1942 em Passa Quatro-MG, filho de Lucas de Souza Dias e Nair Mota Dias. (1971)
56. Jaime Amorim Miranda, brasileiro, casado, nascido em 18 de julho de 1926 em Maceió-AL, filho de Manoel Simplicio de Miranda e Hermé Amorim de Miranda. (1973)
57. Jaime Petit da Silva, brasileiro, casado, nascido em 18 de junho de 1945 em Iacanga-SP, filho de José Bernardino da Silva e Julieta Petit da Silva. (1973)
58. Jana Moroni Barroso, brasileira, solteira, nascida em 10 de junho de 1948 em Fortaleza-CE, filha de Benigno Girão Barroso e Cirene Moroni Barroso. (1974)
59. João Alfredo Dias, brasileiro, nascido em 23 de junho de 1932 em Sapé-PB, filho de Alfredo Ulisses Gonçalves e Amélia Gonçalves Dias, sapateiro e trabalhador do campo. (1964)
60. João Batista Rita, brasileiro, casado, nascido em 24 de junho de 1948 em Braço Norte-SC, filho de Graciliano Miguel Rita e Aracy Pereira Rita. (1973)
61. João Carlos Haas Sobrinho, brasileiro, nascido em 24 de junho de 1941 em São Leopoldo-RS, filho de Idelfonso Haas e Ilma Haas. (1972)
62. João Gualberto Calatrone, brasileiro, nascido em 7 de janeiro de 1951 em Nova Venécia-ES, filho de Clotildo Calatrone e Osaria Calatrone. (1974)
63. João Leonardo da Silva Rocha, brasileiro, nascido em Salvador-BA, filho de Mario Rocha e Maria Natália da Silva Rocha. (1974)
64. João Massena Melo, brasileiro, casado, nascido em 18 de agosto de 1919 em Palmares-PE, filho de Sebastião Massena Melo e Olimpia Melo Maciel. (1974)
65. Joaquim Pires Cerveira, brasileiro, casado, nascido em 14 de dezembro de 1923, em Santa Maria-RS, filho de Marcelo Pires e Auricela Goulart Cerveira. (1973)
66. Joel José de Carvalho, brasileiro, solteiro, nascido em 13 de julho de 1948 em Muriaé-MG, filho de Ely José de Carvalho e Esther José de Carvalho. (1974)
67. Joel Vasconcelos Santos, brasileiro, solteiro, nascido em 9 de agosto de 1949 em Nazaré-BA, filho de João Vicente Vasconcelos Santos e Elza Joana dos Santos. (1973)
68. Jorge Leal Gonçalves Pereira, brasileiro, nascido em 25 de dezembro de 1938 em Salvador-BA, filho de Enéas Gonçalves Pereira e Rosa Leal Gonçalves Pereira. (1970)
69. Jorge Oscar Adur, (padre) argentino, nascido em Noyoya, província de Entrerios. (1978)
70. José Humberto Bronca brasileiro, nascido em 8 de setembro de 1934 em Porto Alegre - RS filho de Humberto Ateo Bronca e Ermelinda Mazaferró Bronca. (1974)
71. José Lavechia, brasileiro nascido em 25 de maio de 1919 em São Paulo - SP, filho de Leo Lavechia e Felícia Mateus Lavechia (1974)
72. José Lima Piauhy Dourado, brasileiro nascido em 24 de março de 1946 em Barreiras - BA, filho Pedro Piauhy Dourado e Anita Lima Piauhy Dourado. (1974)
73. José Maria Ferreira Araújo, brasileiro casado nascido em 6 de junho de 1941 no Ceará, filho de José Alexandre de Araújo e Maria da Conceição Ferreira de Araújo. (1970)
74. José Maurílio Patrício, brasileiro nascido 1943 em Santa Tereza - ES, filho de Joaquim Patrício e Isaura de Souza Patrício. (1974)
75. José Monetenegro de Lima brasileiro, solteiro, nascido em 1948 no Ceará. (1975)
76. José Porfírio de Souza, brasileiro, casado nascido em 27 de julho de 1912 em Pedro Afonso - GO. (1973)
77. José Roman Brasileiro, nascido em 4 de outubro de 1926 em São Paulo - SP. (1974)

78. José Toledo de Oliveira, brasileiro nascido em 17 de julho de 1941 em Uberlândia – MG, filho de José Sebastião de Oliveira e Adáide de Toledo de Oliveira. (1972)

79.

Kleber Lemos da Silva, brasileiro, nascido em 21 de maio de 1942 no Rio de Janeiro – RJ filho de Norival Euprosino da Silva e Karitza Lemos da Silva. (1972)

80. Libero Giancarlo Castiglia, italiano nascido em 4 de julho de 1944 em Corenza, filho de Luigi Castiglia e Elena Giabertini Castiglia. (1973)

81. Lourival de Moura Paulino, brasileiro nascido em Xambioá – PA filho de Joaquim Moura Caminho e Jardilina Santos Moura. (1974)

82. Lucia Maria de Souza, brasileira, solteira, nascida em 22 de junho de 1944 em São Gonçalo – RJ, filha de José Augusto de Souza e Jovina Ferreira. (1973)

83. Lucio Petit da Silva, brasileiro, nascido em 1º de dezembro de 1941 em Piratininga – SP filho de José Bernardino da Silva Junior e Julieta Petit da Silva. (1973)

84. Luís Eduardo Tejera Lisboa brasileiro casado nascido em 29 de janeiro de 1948, em Porto União – SC, filho de Eurico Siqueira Lisboa e Clélia Tejera Lisboa. (1972)

85. Luis Inácio Maranhão Filho, brasileiro casado, nascido em 25 de janeiro de 1921 em Natal – RN, filho de Luis Inácio Maranhão e Maria Salmé Maranhão. (1974)

86. Luiz Almeida Araújo brasileiro, nascido 27 de agosto de 1943 em Anadia – AL filho João Rodrigues de Araújo e Maria José Mendes de Almeida. (1971)

87. Luiz René Silveira e Silva, brasileiro solteiro nascido a 15 de julho de 1951 no Rio de Janeiro – RJ filho de René de Oliveira e Silva e Lulita Silveira e Silva. (1974)

88. Luiz Vieira de Almeida, brasileiro, casado, com um filho, morava em Bocaba. (1973)

89. Luíza Augusta Garlipe, brasileira, solteira, nascida a 16 de outubro de 1941 em Araraquara – SP, filha de Armando Garlipe e Durvalina Santomo Garlipe. (1974)

90. Manoel Alexandrino Brasileiro, nascido na Paraíba, morava no Engenho de Marauá. (1974)

91. Manuel José Nurchis, brasileiro, nascido em 19 de dezembro de 1940 em São Paulo – SP, filho de José Francisco Nurchis e Rosalina Carvalho Nurchis. (1972)

92. Márcio Beck Machado, brasileiro, nascido em 14 de dezembro de 1943 em São Paulo – SP, filho de Otávio Menezes Machado e Edna Beck Machado. (1973)

93. Marco Antônio Dias Batista brasileiro, solteiro, nascido em 7 de agosto de 1954 em Sorocaba – SP filho de Waldomiro Dias Batista e Maria de Campos Batista. (1970)

94. Marcos José de Lima, brasileiro, nascido no Espírito Santo, ferreiro. (1973)

95. Maria Augusta Thomaz, brasileira, solteira nascida em 14 de novembro de 1947, em Leme – SP, filha de Aniz Thomaz e Olga Michael Thomaz. (1973)

96. Maria Celia Corrêa, brasileira, nascida em 30 de abril de 1945, no Rio de Janeiro – RJ, filha de Adgar Corrêa e Irene Corrêa. (1974)

97. Maria Lúcia Petit da Silva, brasileira, solteira, nascida a 20 de março de 1950, em Agudos – SP, filha de José Bernardino da Silva Júnior e Julieta Petit da Silva. (1972)

98. Mariano Joaquim da Silva, brasileiro, casado, nascido a 2 de maio de 1930, em Timbaúba – PE, filho de Antonio Joaquim da Silva e Maria Joana Conceição. (1970)

99. Mário Alves de Souza Vieira, brasileiro, casado, nascido a 14 de fevereiro de 1923, em Santa Fé – BA, filho de Romualdo Leal Vieira e Julieta Alves de Souza Vieira. (1970)

100. Maurício Grabois, brasileiro, casado, nascido em 2 de outubro de 1912, em Salvador – BA, filho de Agostim Grabois e Dora Grabois. (1973)

101. Miguel Pereira dos Santos, brasileiro, nascido em 12 de julho de 1943, em Recife – PE, filho de Pedro Francisco dos Santos e Helena Pereira dos Santos. (1972)

102. Nelson de Lima Piauhy Dourado, brasileiro, nascido em 3 de maio de 1941, em Jacobina – BA, filho de Pedro Piauhy Dourado e Anita Lima Piauhy Dourado. (1974)

103. Nestor Veras, brasileiro, nascido em 19 de maio de 1915, em Ribeirão Preto – SP, filho de Manoel Veras e Pilar Velasques. (1975)

104. Noberto Armando Habeger, argentino, jornalista, pasaporte com nome de Hector Estevan Cuello. (1978)

105. Onofre Pinto, brasileiro, nascido em 26 de janeiro de 1937, em Jacupiranga – SP, filho de Júlio Rosário e Maria Pinto Rosário. (1974)

106. Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior, brasileiro, casado, nascido em 14 de janeiro de 1915, em Santa Tereza – ES, filho de Orlando da Silva Rosa Bonfim e Maria Gasparini Bonfim. (1974)

107. Orlando Momento brasileiro, casado, nascido em 10 de outubro de 1933, em Rio Claro – SP, filho de Alvaro Momento e Antonia Rivelino Momento. (1973)

108. Osvaldo Orlando da Costa, brasileiro, nascido em 27 de abril de 1938, em Passa Quatro – MG, filho de José Orlando Costa e Rita Orlando dos Santos. (1974)

109. Paulo César Botelho Massa, brasileiro, solteiro, nascido em 5 de outubro de 1945, no Rio de Janeiro – RJ, filho de Cristovam Sanches Massa e Laís Maria Botelho Massa. (1972)

110. Paulo Costa Ribeiro Bastos, brasileiro, nascido em 16 de fevereiro de 1945, em Juiz de Fora – MG, filho de Othon Ribeiro Bastos e Maria do Carmo Costa Bastos. (1972)

111. Paulo de Tarso Celestino da Silva, brasileiro, nascido em 26 de maio de 1944, em Morrinhos – GO, filho de Pedro Celestino da Silva Filho e Zuleika Borges Pereira Celestino. (1971)

112. Paulo Mendes Rodrigues, brasileiro, nascido em 25 de setembro de 1931, em Cruz Alta – RS, filho de Francisco Alves Rodrigues e Oúlia Mendes Rodrigues. (1973)

113. Paulo Roberto Pereira Marques, brasileiro, nascido em 14 de maio de 1949, em Pains – MG, filho de Sílvio Marques Carrilho e Maria Leonor Pereira Marques. (1973)

114. Paulo Stuart Wright, brasileiro, casado, nascido em 2 de junho de 1933, em Joaçaba – SC, filho de Lathan Ephair Wright e Maggir Belle. (1973)

115. Pedro Alexandrino de Oliveira Filho, brasileiro, solteiro, nascido em 19 de março de 1947, em Belo Horizonte – MG, filho de Pedro Alexandrino de Oliveira e Diana Piló de Oliveira. (1974)

116. Pedro Inácio de Araújo, brasileiro, morava em Mirim – PB. (1964)

117. Ramires Maranhão do Valle, brasileiro, nascido em 2 de novembro de 1950, em Recife – PE, filho de Francisco Clóvis Marque do Valle e Agrícola Maranhão do Valle. (1973)

118. Rodolfo de Carvalho Troiano, brasileiro, nascido em 1950, em Juiz de Fora – MG, filho de Rodolfo Troiano e Geny de Carvalho Troiano. (1974)

119. Rosalindo Souza, brasileiro, nascido em 2 de janeiro de 1940, em Caldeirão Grande – BA, filho de Rosalvo Cypriano Souza e Lindaura Correia de Souza. (1973)

120. Rubens Beirodt Paiva, brasileiro, casado, nascido em 26 de setembro de 1929, em Santos – SP, filho de Jaime de Almeida Paiva e Aracy Beirodt Paiva. (1971)

121. Ruy Frazão Soares, brasileiro, casado, nascido em 4 de outubro de 1941, em São Luís – MA, filho de Mário da Silva Soares e Alice Frazão Soares. (1974)

122. Ruy Carlos Vieira Berbert, brasileiro, solteiro, nascido em 16 de dezembro de 1947, em Regente Feijó - SP, filho de Ruy Thales Jaccond Berbert e Otília Vieira Berbert. (1972)

123. Sérgio Landulfo Furtado, brasileiro, solteiro, nascido em 24 de maio de 1951, em Serrinha - BA, filho de George Furtado e Diva Furtado. (1972)

124. Stuart Edgar Angel Jones, brasileiro, casado, nascido em 11 de janeiro de 1946, em Salvador - BA, filho de Norman Angel Jones e Zuleika Angel Jones. (1971)

125. Suely Yumiko Kamayana, brasileira, solteira, nascida em 25 de maio de 1948, em Coronel Macedo - SP. (1973)

126. Telma Regina Cordeiro Corrêa, brasileira, casada, nascida em 23 de julho de 1947, no Rio de Janeiro - RJ, filha de Luiz Durval Cordeiro e Celeste Durval Cordeiro. (1974)

127. Thomaz Antônio da Silva Meirelles Neto, brasileiro, casado, nascido em 1º de julho de 1937, em Patintins - AM, filho de Togo Meirelles e Maria Garcia Meirelles. (1974)

128. Tobias Pereira Júnior, brasileiro, nascido em 16 de novembro de 1949, no Rio de Janeiro - RJ, filho de Tobias Pereira e Emília Barreto Pereira. (1974)

129. Uirassu de Assis Batista, brasileiro, solteiro, nascido em 5 de abril de 1952, em Itapicuru - BA, filho de Francisco de Assis Batista e Adinalva Dantas Batista. (1974)

130. Vandick Reidner Pereira Coqueiro, brasileiro, casado, nascido em 9 de dezembro de 1949, em Boa Nova - BA, filho de Arnóbio Santos Coqueiro e Elza Pereira Coqueiro. (1974)

131. Virgílio Gomes da Silva, brasileiro, casado, nascido em 15 de agosto de 1933, em Sítio Novo (Santa Cruz) - RN, filho de Arnóbio Santos Coqueiro e Elza Pereira Coqueiro. (1969)

132. Vitorino Alves Moitinho, brasileiro, solteiro, nascido em 3 de janeiro de 1949, na Bahia, filho de Isau Lopes Moitinha e Yolinda Alves Moitinha. (1973)

133. Walquíria Afonso Costa, brasileira, casada, nascida em 2 de agosto de 1947, filha de Edwin Costa e Odete Afonso Costa. (1974)

134. Wálter de Souza Ribeiro, brasileiro, casado, nascido em 24 de setembro de 1924, em Teófilo Otoni - MG, filho de Benedito Ribeiro e Maria Natalícia de Souza Ribeiro. (1974)

135. Wálter Ribeiro Novaes, brasileiro, casado, nascido na Bahia, filho de Arlindo Ribeiro e Maria Rosalinda Ribeiro. (1971)

136. Wilson Silva, brasileiro, casado, nascido em 21 de abril de 1942, em São Paulo - SP, filho de João Silva e Lígia Vilaça Silva. (1974)

ANEXO II

TABELA PARA CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO

(Art. 5º)

Idade na data do desaparecimento	Expectativa Média de Sobrevida	
	Homens	Mulheres
16 - 20	45,74	50,75
21 - 25	41,37	46,01
26 - 30	37,12	41,53
31 - 35	32,96	37,06
36 - 40	28,93	32,07
41 - 45	25,06	28,48
46 - 50	21,37	24,38
51 - 55	17,09	20,45
56 - 60	14,66	16,73
61 - 65	11,67	13,27

MENSAGEM Nº 916, DE 1995

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Justiça, da Fazenda e do Planejamento e Orçamento, o texto do projeto de lei que "Dispõe sobre o reconhecimento como mortas de pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências".

Brasília, 28 de agosto de 1995. - **Fernando Henrique Cardoso.**

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº MJ/352, DE 28 DE AGOSTO DE 1995, DOS SENHORES MINISTROS DE ESTADO DA JUSTIÇA, DA FAZENDA E DO PLANEJAMENTO

EM/MJ Nº 352 Brasília, 28 de agosto de 1995.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que "Dispõe sobre o reconhecimento como mortas de pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, e dá outras providências".

2. Trata-se de proposta destinada a preencher uma antiga lacuna na recente história do País que visa traduzir a consideração de sua plena democracia, alicerce maior do Estado de Direito, e norteia-se pela idéia da reconciliação e pacificação nacional, desenvolvida a partir da "Lei de Anistia" (nº 6.683, de 28 de agosto de 1979).

3. O reconhecimento pelo Estado dos desaparecidos e das pessoas que tenham falecido por causas não naturais em dependências policiais ou assemelhadas, na forma apresentada na anexa proposta de lei, traduz o restabelecimento de direitos fundamentais de tais pessoas e uma forma de reparação que, sem sentimentos de retaliação, alcance a justiça que o Estado Brasileiro deve a quem seus agentes tenham causado danos.

4. Assim, a proposição é impulsionada no sentido de resolver um assunto penoso na perspectiva de que as paixões devem ceder lugar a sentimentos edificadores.

5. Sobre o Projeto de Lei e sua mecânica transcreve-se o Relatório enviado pelo Dr. José Gregori, a quem incumbi, por determinação de Vossa Excelência, de delinear suas linhas gerais:

6. "A mecânica da proposta é basicamente:

6.1. Reconhecer, em dispositivo expresso, os desaparecidos como mortos para todos os efeitos legais. São abrangidos por essa declaração os constantes de uma lista de 136 nomes. Tal lista é nova e própria mas é convergente com outras, a saber: a) Ministro Maurício Corrêa; b) dos familiares dos desaparecidos que entregaram ao Ministro Nelson Jobim na audiência de 23 de maio; c) de relatórios do Ministro das Relações Exteriores; d) duas da Imprensa, da **Folha de S. Paulo** e do **Jornal do Brasil**. Além disso, solicitei ao Secretário de Justiça de São Paulo, Dr. Belisário dos Santos Júnior, e que mantém contato com os familiares dos desaparecidos, uma lista que obtivesse, o mais possível, consenso entre eles.

6.2. Embora, nesse campo, nada comporte certeza sólida, a lista arrola 136 pessoas que foram detidas por agentes, no que tudo indica, pertencentes aos vários braços do que se chamou sistema de segurança do regime de exceção que o Brasil viveu, e, a partir daí, delas nunca mais se teve qualquer notícia. Caracterizou-se, assim, um ilícito de gravidade máxima praticado por agentes públicos ou a serviço do poder público: deviam guardar quem tinham

sob sua responsabilidade e não o fizeram. Tal circunstância serve de embasamento ético-jurídico para o Estado, como entidade pere-ne e acima da temporalidade dos governos ou regimes, responsabilizar-se pelo dano causado e procurar reparar o procedimento condenável de seus agentes independentemente da motivação que tenha determinado suas condutas. *Objetivamente os representantes do Estado ou investidos de seus poderes não poderiam ter o comportamento materializado por atos e ações que afrontaram leis, mesmo as de exceção, então vigorantes.*

6.3. É lei imemorial entre os homens que quem morre deve ser assim considerado e os restos mortais merecem sepultura. O respeito e mesmo o culto aos mortos está na raiz de quase todas as religiões. Nos casos listados, isso, positivamente, não se deu. Agora, o Estado, decorridos muitos e muitos anos, repara a ausência aberrante pôr meio da declaração do art. 1º e, na medida do possível, nos esforços de localização de despojos da Comissão Especial prevista no art. 4, inciso II.

6.4. A declaração de morte, do anexo do art. 1º, materializar-se-á pelo assentamento de óbitos, se essa for a vontade dos familiares, pois nesse Projeto de Lei, salvo a declaração do art. 1º, nada é compulsório ou ex-offício, pois, todas as possibilidades, nele contidas, dependem que os familiares, por vontade própria, decidam obtê-las.

6.5. Assim, o familiar, com legitimidade para isso, requererá ao oficial de Registro Civil o assentamento de morte. É um expediente sumaríssimo bastando que se comprove a inclusão do nome na lista e que o incluído foi parente de quem requer.

6.6. Prevê-se uma indenização reparatória que o parente que a isso tiver direito poderá requerer.

6.7. Quem receberá e processará o requerimento dessa indenização será uma Comissão Especial que o Presidente da República nomeará, constituída de 7 membros sendo, um vinculado os familiares, outro ao Ministério Público Federal, outro a Comissão de Direitos Humanos da Câmara e outro ao Estado Maior das Forças Armadas. A Comissão Especial funcionará no Ministério da Justiça.

6.8. A indenização será calculada segundo critérios estabelecidos pela Assessoria do Ministro da Previdência e Assistência Social que sugeriu multiplicar certas quantias de Reais a tabelas de expectativas de vida do IBGE. Nenhuma indenização será inferior a R\$100 mil e superior a R\$150 mil.

6.9. Os casos de pessoas que possam estar no campo de abrangência descrito no art. 1º e que não constaram da lista nele prevista poderão ser apresentados, por parentes, à Comissão Especial que decidirá acolher, ou não, o pedido feito. Além disso, os familiares de pessoas que faleceram em dependências policiais ou assemelhadas, por causas não naturais, poderão requerer o reconhecimento para efeitos de indenização junto à Comissão Especial. Essa possibilidade deve crescer, por estimativas do Secretário de Justiça de São Paulo, cerca de 80 pessoas às 136 relacionadas no Anexo.

6.10. Ainda, nas atribuições da Comissão Especial, prevê-se a possibilidade de diligenciar ou "envidar esforços" para localizar o lugar em que, porventura, poderiam estar os despojos. Dependência de requerimento de parentes que deverão apresentar indícios suficientes do que alegarem e da concordância da Comissão.

6.11. O Projeto prevê, ainda, um mecanismo de aceleração do processo judicial de indenização que, porventura, algum familiar - ou quem se entenda com direito de pedir indenização ao Estado por morte - esteja ou venha a mover perante o Judiciário. Ou seja: os recursos serão apenas devolutivos.

6.12. Frisa-se que ao Projeto de lei não tem sentido revan-chista. Trilha objetivamente a estrita bitola da reparação legal sem

conflitar com a Lei da Anistia que determinou o esquecimento de responsabilidades pessoais. Aliás, o Projeto reafirma expressamente o intuito de reconciliação e pacificação daquela Lei que foi um marco fundamental para retomarmos nossa marcha democrática.

7. Tendo compromisso com o futuro e não podendo faltar ao imperativo de sua consciência humanista, o atual governo democrático resgata, com este projeto, inspirado em razões ético-jurídicas, a reparação do Estado aos brasileiros por ele abrangidos."

8. Estamos convictos, Senhor Presidente, de que, com a presente proposta de lei, estará Vossa Excelência, o Congresso Nacional e toda a sociedade brasileira, encerrando um difícil capítulo de nossa história, superando-o com serena firmeza, dignidade e equilíbrio.

Respeitosamente,

**ANEXO A EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Nº DE**

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Necessidade de elaboração de lei que disponha sobre o reconhecimento, como mortas, de pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação em atividades políticas, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Elaboração de projeto de lei que dispõe sobre o reconhecimento como mortas de pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação em atividades políticas, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

4. Custos:

5. Razões que justificam a urgência:

6. Impacto sobre o meio ambiente:

7. Síntese do parecer do Órgão Jurídico:

Manifesta-se favoravelmente ao projeto de lei.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979

Concede anistia e dá outras providências.

O Presidente da República. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de Fundações vinculadas ao Poder Público, aos servidores dos Poderes Legislativos e Judiciários, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (Vetado).

§ 1º. Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2º. Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.

§ 3º. Terá direito à reversão ao Serviço Público a esposa do militar demitido por Ato Institucional, que foi obrigada a pedir exoneração do respectivo cargo para poder habilitar-se ao montepio militar, obedecidas as exigências do art. 3º

Art. 2º. Os servidores civis e militares demitidos, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformado, poderão, nos cento e vinte dias seguintes à publicação desta Lei, requerer o seu retorno ou reversão ao serviço ativo:

I – se servidor civil ou militar, ao respectivo Ministro de Estado;

II – se servidor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Assembléia Legislativa e de Câmara Municipal, aos respectivos Presidentes;

III – se servidor do Poder Judiciário, ao Presidente do respectivo Tribunal;

IV – se servidor de Estado, do Distrito Federal, de Território ou de Município, ao Governador ou Prefeito.

Parágrafo único. A decisão, nos requerimentos de ex-integrantes das Polícias Militares ou dos Corpos de Bombeiros, será precedida de parecer de comissões presididas pelos respectivos Comandantes.

Art. 3º. O retorno ou reversão ao serviço ativo somente será deferido para o mesmo cargo ou emprego, posto ou graduação que o servidor, civil ou militar, ocupava na data de seu afastamento, condicionando, necessariamente, à existência de vaga e ao interesse da Administração.

§ 1º. Os requerimentos serão processados e instruídos por comissões especialmente designadas pela autoridade à qual caiba apreciá-los

§ 2º. O despacho decisório será proferido nos cento e oitenta dias seguintes ao recebimento do pedido.

§ 3º. No caso de deferimento, o servidor civil será incluído em Quadro Suplementar e o militar de acordo com o que estabelecer o Decreto a que se refere o art. 13 desta Lei.

§ 4º. O retorno e a reversão ao serviço ativo não serão permitidos se o afastamento tiver sido motivado por improbidade do servidor.

§ 5º. Se o destinatário da anistia houver falecido, fica garantido aos seus dependentes o direito às vantagens que lhe seriam devidas se estivesse vivo na data da entrada em vigor da presente Lei.

Art. 4º. Os servidores que, no prazo fixado no art. 2º, não requerem o retorno ou a reversão à atividade ou tiverem seu pedido indeferido, serão considerados aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, contando-se o tempo de afastamento do servidor ativo para efeito de cálculo de proventos da inatividade ou da pensão.

Art. 5º. Nos casos em que a aplicação do artigo anterior acarretar proventos em total inferior à importância percebida, a título de pensão, pela família do servidor, será garantido a este o pagamento da diferença respectiva como vantagem individual.

Art. 6º. O cônjuge, qualquer parente, ou afim, na linha reta, ou na colateral, ou o Ministério Público, poderá requerer a declaração de ausência de pessoa que, envolvida em atividades políticas, esteja, até a data de vigência desta Lei, desaparecida do seu domicílio, sem que dela haja notícias por mais de 1 (um) ano.

§ 1º. Na petição, o requerente, exibindo a prova de sua legitimidade, oferecerá tolde, no mínimo, 3 (três) testemunhas e os documentos relativos ao desaparecimento, se existentes.

§ 2º. Juiz designará audiência, que, na presença do Órgão do Ministério Público, será realizada nos 10 (dez) dias seguintes ao da apresentação do requerimento e proferirá, tanto que concluída a instrução, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sentença, da qual, se concessiva do pedido, não caberá recurso.

§ 3º. Se os documentos apresentados pelo requerente constituírem prova suficiente do desaparecimento, o juiz, ouvido o Ministério Público em 24 (vinte e quatro) horas, proferirá, no prazo de 5 (cinco) dias e independentemente de audiência, sentença, da qual, se concessiva, não caberá recurso.

§ 4º. Depois de averbada no registro civil, a sentença que declarar a ausência gera a presunção de morte do desaparecido, para os fins de dissolução do casamento e de abertura de sucessão definitiva.

Art. 7º. É concedida anistia aos empregados das empresas privadas que, por motivo de participação em greve ou em quaisquer movimentos reivindicatórios ou de reclamação de direito regidos pela legislação social, hajam sido despedidos do trabalho, ou destituídos de cargos administrativos ou de representação sindical.

Art. 8º. São anistiados, em relação às infrações e penalidade decorrentes do não cumprimento das obrigações do serviço militar, os que, à época do recrutamento, se encontravam por motivos políticos, exilados ou impossibilitados de se apresentarem.

Parágrafo único. O Disposto neste artigo aplica-se aos dependentes do anistiado.

Art. 9º. Terão os benefícios da anistia os dirigentes e representantes sindicais punidos pelos Atos a que se refere o art. 1, ou que tenham sofrido punições disciplinares ou incorrido em faltas ao serviço naquele período, desde que não excedentes de 30 (trinta) dias, bem como os estudantes.

Art. 10. Aos servidores civis e militares reaproveitados, nos termos do art. 2º, será contado o tempo de afastamento do serviço ativo, respeitado o disposto no art. 11.

Art. 11. Esta Lei, além dos direitos nela expressos, não gera quaisquer outros, inclusive aqueles relativos a vencimentos, soldos, salários, proventos, restituições, atrasados, indenização, promoções ou ressarcimento.

Art. 12. Os anistiados que se inscreveram em partido político legalmente constituído poderão votar e ser votados nas convenções partidárias a se realizarem no prazo de 1 (um) ano a partir da vigência desta Lei.

Art. 13. O Poder Executivo, dentro de 30 (trinta) dias, baixará decreto regulamentando esta Lei.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.
Brasília, 28 de agosto de 1979; 158º da Independência e 91º da República. – **JOÃO FIGUEIREDO** – **Petrônio Portella** – **Maximiano Fonseca** – **Walter Pires** – **R.S. Guerreiro** – **Karlos Rischbieter** – **Eliseu Resende** – **Ángelo Amaury Stabile** – **E. Portella** – **Murilo Macêdo** – **Délio Jardim de Mattos** – **Mário Augusto de Castro Lima** – **João Camilo Penna** – **Cesar Cals Filho** – **Mário David Andreazza** – **H.C. Mattos** – **Jair Soares** – **Daniilo Venturini** – **Golbery do Couto e Silva** – **Octávio Aguiar de Medeiros** – **Samuel Augusto Alves Corrêa** – **Delfim Neto** – **Said Farhat** – **Hélio Beltrão**.

LEI Nº 8.971, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1994

Regula o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão.

O Presidente da República,
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A companheira comprovada de um homem solteiro, separado judicialmente, divorciado ou viúvo, que com ele viva há

mais de cinco anos, ou dele tenha prole, poderá valer-se do disposto na Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968, enquanto não constituir nova união e desde que prove a necessidade.

Parágrafo único. Igual direito e nas mesmas condições é reconhecido ao companheiro de mulher solteira, separada judicialmente, divorciada ou viúva.

Art. 2º As pessoas referidas no artigo anterior participarão da sucessão do(a) companheiro(a) nas seguintes condições:

I – o(a) companheiro(a) sobrevivente terá direito enquanto não constituir nova união, ao usufruto de quarta parte dos bens do "de cujos, se houver filhos deste ou comuns;

II – o(a) companheiro(a) sobrevivente terá direito, enquanto não constituir nova união, ao usufruto da metade dos bens do "de cujos", se não houver filhos, embora sobrevivam ascendentes;

III – na falta de descendentes de ascendentes, o(a) companheiro(a) sobrevivente terá direito à totalidade de herança.

Art. 3º Quando os bens deixados pelo(a) autor(a) da herança resultarem de atividade em que haja colaboração do(a) companheiro, terá o sobrevivente direito à metade dos bens;

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de dezembro de 1994; 173ª da Independência e 106ª da República.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 1.218, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 256 do Regimento Interno, requeiro a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 1.188, de 1995.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 1995. – Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – O requerimento lido é deferido pela Presidência, consoante o disposto no art. 256, § 2º, a, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 1995

Dispõe sobre a educação a distância

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A educação a distância será incentivada pelo Poder Público como meio de democratização de oportunidades educacionais em todos os níveis e modalidades de ensino e na educação continuada.

Parágrafo único. A educação a distância se dirigirá preferencialmente a jovens e adultos, a pessoas com dificuldades de deslocamento a instituições de educação presencial e a pessoas na terceira idade.

Art. 2º A frequência de alunos e professores atenderá às peculiaridades dos programas educacionais e dos cursos a distância.

Art. 3º Os exames dos programas e cursos a distância terão caráter público e serão convocados mediante edital, publicado previamente pelo menos em um jornal de ampla circulação.

Parágrafo único. Os estabelecimentos de ensino a distância guardarão por 3 (três) anos toda a documentação referente aos exames.

Art. 4º A autorização, o recolhimento e a avaliação de estabelecimentos de educação a distância e dos respectivos cursos e, ainda, dos cursos a distância ministrados por instituições que também se dediquem à educação presencial se farão na Unidade Federativa da sua sede.

§ 1º A avaliação nas unidades Federativas, onde estiver domiciliado o aluno, se fará sob a responsabilidade do respectivo sistema de ensino, com base nos exames ministrados.

§ 2º No caso do ensino superior a União se encarregará da autorização, reconhecimento e avaliação a que se refere o caput, podendo delegar competência às Unidades Federativas.

Art. 5º A autorização, o reconhecimento e a avaliação de estabelecimentos e cursos obedecerão, no que couber, às normas referentes à educação presencial, atendidas as especificidades da educação a distância.

Parágrafo único. A União e as Unidades Federativas, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, adaptarão as suas normas, de modo a incluírem o atendimento às peculiaridades da educação a distância.

Art. 6º Os diplomas e certificados terão validade nacional, vedada qualquer discriminação ou exigência de revalidação ou processo similar.

Art. 7º A educação a distância desfrutará de tratamento especial no que se refere:

I – ao uso de tempo reservado por lei ao Poder Público nas transmissões de rádio e televisão;

II – às tarifas postais e telegráficas;

III – à transmissão de dados por intermédio da rede telefônica;

IV – à concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º São revogadas as disposições em contrário.

Justificação

O Brasil já perdeu décadas de oportunidades no campo da educação a distância, situando-se hoje em desvantagem até em relação a países latino-americanos com menores possibilidades econômicas e financeiras. Não é mais possível continuar negligenciando uma alternativa tão preciosa para democratizar a educação em todos os níveis, possibilitando o acesso e o sucesso das chamadas *clientelas alternativas*, como jovens e adultos, pessoas que têm dificuldades de deslocamento a instituições de ensino presencial (seja pelas suas condições físicas, seja pelas distâncias envolvidas) e pessoas na terceira idade. A falta de interesse de concentrar recursos públicos num projeto nacional, como fizeram decênios atrás países como o Reino Unido, a Espanha e Portugal, permitiram que iniciativas fragmentárias surgissem aqui e ali, tendo como única alternativa perante a Lei o caráter experimental e excepcional. Pruridos e formalismos têm dificultado no Brasil a utilização desta alternativa, como se as possibilidades de fraudes e as limitações à qualidade não existissem na educação presencial.

Considerando que a educação a distância é, antes de tudo, uma forma de educação, como o é a presencial, este Projeto de Lei elimina o grande obstáculo legal, que tem sido a frequência obrigatória e indiscriminada de docentes e alunos. Tal frequência passa a atender às peculiaridades dos programas educacionais e cursos a distância. Da mesma forma, só caberá alteração das normas de autorização, reconhecimento e avaliação de estabelecimentos e recursos, de modo a abrigar esta nova e irrecusável realidade.

Para resguardar a autonomia das Unidades Federadas e, ao mesmo tempo, evitar impasses legais, o presente Projeto estabelece o papel que terá cada sistema de ensino. De outro modo a educação a distância não poderia desfrutar de um dos seus maiores benefícios, que é a redução do custo/aluno em vista da escala. Para garantir a lisura do processo, todos os exames terão caráter público e os documentos serão guardados pelos estabelecimentos durante três anos.

Ademais, tendo em conta o elevado valor social da educação a distância e o seu impacto para a distribuição de renda, por proporcionar oportunidades precisamente a clientelas alternativas, o presente Projeto prevê tratamento especial no que se refere ao uso do tempo reservado ao Poder Público nas transmissões de rádio e televisão, às tarifas postais e telegráficas, à concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas e à transmissão de dados por intermédio da rede telefônica. Esta última permitirá a construção dos campi telemáticos, que já se estruturam em vários países, elevando à categoria de lei os incentivos hoje oferecidos.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 1995. – Senador **Lúcio Alcântara**.

(A Comissão de Educação, Revisão Terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 1995

Altera a redação da alínea "e" do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A alínea "e" do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 38.

e) as emissoras de radiodifusão, excluídas as de televisão, são obrigadas a retransmitir, diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República, ficando reservados 25 (vinte e cinco) minutos para o Poder Executivo, igual tempo para o Poder Legislativo, e 10 (dez minutos) para a transmissão de avisos, mensagens educativas e campanhas de utilidade pública, a serem produzidos em regime de interação entre a Presidência da República e as Mesas Diretores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Criado em 1937 pelo Presidente Getúlio Vargas, o programa radiofônico diário de divulgação dos trabalhos dos poderes da República, denominado "Voz do Brasil", tem sua trajetória intimamente ligada à própria história política do País. De programa oficial de "propaganda" do Estado Novo, de canal de divulgação da Doutrina de Segurança Nacional, no período autoritário, o programa reformulou-se, acompanhando os ventos de democratização que varreram a Nação.

Em que pese ser alvo de constantes críticas por determinados setores do empresariado da comunicação, a "Voz do Brasil" representa, sem sombra de dúvida, o mais importante canal de comunicação entre os poderes Executivo e Legislativo e o povo brasileiro. Em muitos casos, constitui, até mesmo, a única opção de informação para os brasileiros que vivem nas regiões mais inóspitas,

nas regiões mais longínquas, em meio às matas mais inacessíveis.

Transmitido por quase 3.000 emissoras em todo o País, o programa conta com índice de audiência em torno de 5%, o que, em termos de rádio, significa público extraordinário. Isso demonstra, certamente, enorme demanda por informações mais aprofundadas sobre o trabalho do Governo e do Parlamento que a grande imprensa não tem interesse ou espaço para noticiar.

Em vista dessa realidade, submetemos à criteriosa consideração dos ilustres pares o presente Projeto de Lei, que pretende ampliar a função social do programa **Voz do Brasil** reservando 10 minutos diários para a veiculação de avisos, mensagens educativas e campanhas de utilidade pública. Produzido em regime de interação entre a Radiobrás e os órgãos de divulgação das duas Casas do Congresso, esse espaço deverá conter informações sobre saúde, educação, cultura, e outras de interesse da população, contribuindo, por certo, para a formação integral do indivíduo e, por consequência, para o fortalecimento do regime democrático.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 1995. – Senador **Pedro Simon**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.117 DE 27-8-62 – LEI ORDINÁRIA

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Artigo 38

Art. 38. Nas concessões e autorizações para a execução de serviço de radiodifusão serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

a) Os diretores e gerentes serão brasileiros natos e os técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores serão brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no país, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do Conselho de Telecomunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, para estas últimas funções.

b) A modificação dos estatutos e atos constitutivos das empresas depende, para sua validade, de aprovação do Governo, ouvido previamente o Conselho Nacional de Telecomunicações.

c) A transferência da concessão, a cessão de cotas ou de ações representativas do capital social, dependem, para sua validade, de autorização do Governo após o pronunciamento do Conselho Nacional de Telecomunicações.

O silêncio do poder concedente ao fim de 90 (noventa) dias contados da data da entrega do requerimento de transferência de ações ou cotas, implicará a autorização.

d) Os serviços de informação, divertimento, propaganda e publicidade das empresas de radiodifusão estão subordinadas às finalidades educativas e culturais inerentes à radiodifusão, visando aos superiores interesses do país.

e) As emissoras de radiodifusão, excluídas as de televisão, são obrigadas a retransmitir, diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República, ficando reservados 30 (trinta) minutos para divulgação de noticiário preparado pelas duas Casas do Congresso Nacional.

f) As empresas, não só através da seleção de seu pessoal, mas também das normas de trabalho observadas nas estações emissoras devem criar as condições mais eficazes para que se evite a prática de qualquer das infrações previstas na presente lei.

g) A mesma pessoa não poderá participar da direção de mais de uma concessionária ou permissionária do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

h) As emissoras de radiodifusão, inclusive televisão, deverão cumprir sua finalidade informativa, destinando um mínimo de 5% (cinco por cento) de seu tempo para transmissão de serviço noticioso.

Parágrafo único. Não poderá exercer a função de diretor ou gerente de empresa concessionária de rádio ou televisão quem esteja no gozo de imunidade parlamentar ou de foro especial.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – Os projetos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.219, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos constitucionais do art. 50, § 2º, e na forma regimental do art. 216, requeiro seja solicitado que o Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Pedro Malan, determine ao Presidente do Banco Central encaminhar ao Senado Federal as seguintes informações:

1. Quais os instrumentos de que dispõe o Banco Central para atuar preventivamente em relação às instituições que apresentem perdas patrimoniais e coloquem em risco seus credores? Esses instrumentos têm se mostrado eficazes ao longo do tempo? Em caso negativo, quais as deficiências verificadas, inclusive no que concerne à legislação de regência?

2. Considerando os diferentes efeitos que a legislação atribui aos regimes especiais (intervenção, liquidação extrajudicial e Raet); quais as razões que determinam a opção por um deles, eis que, em alguns casos, os pressupostos se assemeham?

3. Os mecanismos de redesconto utilizados, pelo Banco Central são adequados para momentos de eventual crise no sistema, provocada por intervenção em instituição de grande porte?

4. O Banco Central dispõe de meios eficazes para, ao detectar má-gestão ou gestão temerária em instituições do sistema, afastar imediatamente seus dirigentes e/ou seus controladores, sem que, para tanto, tenha que assumir a gestão da empresa?

5. Quais as razões que levam o Banco Central a eventualmente retardar a aplicação do regime especial, quando já presentes os pressupostos que o indiquem?

6. Sabendo-se que o mercado experimenta níveis crescentes de sofisticação, os instrumentos disponíveis para intervenção no sistema mostram-se adequados? Caso contrário, o que vem sendo feito ou proposto para adequá-lo à situação atual?

7. A inexistência de autonomia do Banco Central pode ser considerada como obstáculo a uma atuação mais incisiva da instituição, em relação aos aspectos de supervisão bancária?

8. Reconhece-se haver, nos casos de instituições financeiras, assimetria de informações, posto que suas congêneres no mercado acabam por conhecer antecipadamente dificuldades eventualmente enfrentadas, ao passo que o público em geral as desconhece. Quais as medidas que poderiam ser adotadas para contornar essa assimetria de informações?

9. A chamada Lei do Colarinho Branco tipifica como crime a divulgação de informação falsa ou prejudicialmente incompleta sobre instituição financeira. Quais as medidas administrativas que podem ser adotadas, com vistas a evitar-se, por exemplo, a publicação de demonstrativos financeiros em desacordo com a real situação da instituição? Qual tem sido a atitude em relação aos contadores e auditores independentes que elaboram e atestam informações sabidamente falsas ou prejudiciais?

Justificação

As recentes intervenções e liquidações decretadas pelo Banco Central provocaram ampla discussão e questionamentos sobre a atuação daquele órgão de supervisão bancária, particularmente no que diz respeito aos diferentes instrumentos utilizados e aos impactos de tais medidas no sistema, insinuando tratamento diferenciado aos credores das instituições atingidas.

Em razão disso, solicita-se que o Ministro da Fazenda determine ao Presidente do Banco Central esclarecer a matéria, de inquestionável relevância, de modo que esta Casa possa conhecer as reais motivações desses atos de intervenção no sistema e as eventuais dificuldades enfrentadas no trato dessas questões.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 1995. – Senador Ney Suassuna.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.220, DE 1995

Senhor Presidente,

Com fundamento no disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e com base no disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito seja encaminhado, ao Exmº Senhor Ministro de Estado da Justiça, pedido de que determine o levantamento das empresas de assessoria, consultoria e planejamento registradas nos diversos Cartórios de Registro de Pessoas Jurídicas do Distrito Federal, com a juntada de cópias do inteiro teor dos correspondentes contratos sociais e suas alterações, quando houver.

Justificação

O presente Requerimento tem por finalidade obter dados que permitam a esta Casa examinar a questão levantada pelos recentes episódios, fartamente noticiados na imprensa e discutidos nas duas Casas do Congresso Nacional, da existência de empresas que têm, como proprietários ou sócios, servidores da Administração Pública ou seus familiares.

Tais empresas, valendo-se de informações privilegiadas detidas pelos seus proprietários, sócios ou familiares, advogam, muitas vezes, contra os interesses da própria Administração a que servem.

De acordo com o inciso X do art. 49 da Constituição Federal, é da competência exclusiva do Congresso Nacional "fiscalizar e controlar diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta". Daí, Se-

nhor Presidente, a necessidade de que esta Casa busque as informações pertinentes, a fim de coibir atos dessa natureza, que atentam contra a moralidade da Administração e contribuem para malversação dos recursos públicos.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 1995. – Senador **Pedro Simon**.

(À mesa da decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - A Presidência recebeu expediente do Secretário-Geral do Parlamento Latino-Americano, solicitando seja designado um representante desta Casa para participar do Seminário sobre o "Desenvolvimento Econômico-Comercial na América Latina e a Cooperação Financeira com a União Européia", a realizar-se em Segóvia, Espanha, nos dias 5 e 6 de outubro próximo. (DIVERSOS Nº 109, DE 1995)

À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - A Presidência recebeu ofício do Senador Romeu Tuma, consultando sobre a possibilidade de indicação de seu nome junto ao Itamaraty para integrar a delegação brasileira que participará da Assembléia Geral da Interpol, que terá lugar na China, no período de 4 a 10 de outubro do corrente. (DIVERSOS Nº 110, DE 1995)

A matéria será despachada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o Recurso nº 10, de 1995, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 75, de 1995, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que extingue disposições legais que asseguram a prisão especial.

A matéria ficará sobre a mesa durante cinco dias úteis, para recebimento de emendas, de acordo com o disposto no art. 235, II, "c", do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal.

É o seguinte o recurso recebido:

RECURSO Nº 10, DE 1995

Nos termos do art. 91, § 4º, do Regimento Interno, solicitamos que o Projeto de Lei do Senado nº 75, de 1995, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que extingue disposições legais que asseguram a prisão especial, seja submetido ao Plenário.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 1995. – **Eduardo Suplicy – Benedita da Silva – José Eduardo Dutra – Roberto Freire – Marina Silva – Lauro Campos – Ademir Andrade – Júnia Marise – Emilia Fernandes**.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Concedo a palavra ao nobre Senador Levy Dias, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, VII, do Regimento Interno.

O SR. LEVY DIAS (PPR-MS. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, estou encaminhando à Mesa requerimento em que solicito homenagem pelo falecimento do Dr. Fernando Luiz Alves Ribeiro, ex-deputado federal pelo Estado do Mato Grosso do Sul e ex-prefeito da minha cidade, Aquidauana, ocorrido na quinta-feira à noite, em Cam-

po Grande. Ele era cunhado do ex-Presidente do Senado, Dr. José Manuel Fontanillas Fragelli.

Nesta oportunidade, encaminho condolências à família, a sua esposa, D. Maria Tereza, a sua irmã, D. Lourdes Fragelli.

Também estou encaminhando comunicação idêntica à Assembléia Legislativa e à Câmara de Vereadores da cidade de Aquidauana.

O Dr. Fernando Luiz Alves Ribeiro, conhecido popularmente como Tico Ribeiro, começou sua carreira como prefeito da minha terra natal e tornou-se um exemplo a ser seguido não só na cidade de Aquidauana, mas em todo o Estado do Mato Grosso do Sul, um paradigma de homem público, pela sua personalidade forte, pela sua ética, pela sua força moral. Ele deixa um vazio muito grande na política do nosso Estado, exatamente pela presença marcante que teve na política estadual.

Portanto, deixo aqui registrado, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o meu voto de pesar pelo passamento do Dr. Tico Ribeiro, um homem que deixou um exemplo muito grande para o nosso Estado.

O Sr. Lúdio Coelho - Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. LEVY DIAS - Pois não, nobre Senador Lúdio Coelho.

O Sr. Lúdio Coelho - Nobre Senador, participo dessas homenagens ao companheiro Tico. Anteontem, quando homenageávamos o ex-Governador Antonio Mariz, ouvi o pronunciamento de um Senador dizendo que o ex-Governador Antonio Mariz fumava muito. Tive a alegria e a honra de ser companheiro de juventude do Dr. Tico. Nós fumávamos muito. Depois que tive dois infartos, parei de fumar, e o Tico continuou fumando. Acredito que o cigarro teve muito a ver com o sofrimento por que passou nos últimos dias. Faz muito bem o companheiro Levy Dias em homenagear o Tico. Muito obrigado.

O SR. LEVY DIAS - Muito obrigado, nobre Senador Lúdio Coelho. O aparte de V. Exª integrará o meu pronunciamento. Estive na cidade de Aquidauana, na sexta-feira, acompanhei o sepultamento do Tico Ribeiro e pude constatar que toda a cidade de Aquidauana e também a cidade de Anastácio estiveram presentes ao seu velório. Uma grande multidão passava silenciosamente, num ato de respeito e de gratidão por aquele que foi um dos melhores homens públicos do nosso Estado.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, deixo aqui registrado o meu voto de profundo pesar pelo passamento do Dr. Tico Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Concedo a palavra ao nobre Senador José Fogaça. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Francelino Pereira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Joel de Hollanda. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo. (Pausa.)

O Sr. Teotônio Vilela Filho, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Levy Dias, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Concedo a palavra ao nobre Senador Teotônio Vilela Filho.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB-AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, muitas vezes, ocupei esta tribuna para compartilhar apreensões dúbidas e apresentar sugestões em relação à matriz energética brasileira.

Em repetidas oportunidades, colhi propostas e análises de técnicos, de lideranças políticas, empresariais e sindicais e mesmo de pessoas comuns, que me procuraram em meu gabinete, em seminários e encontros de que participei em todo o Brasil, como Presidente da Comissão de Infra-Estrutura e da Subcomissão de Energia desta Casa.

O desconhecimento da importância de nossa opção energética e de sua influência determinante na economia tem retardado a construção de uma matriz da dimensão do Brasil, limitado por sua condição de país em desenvolvimento, mas energeticamente rico por sua localização tropical.

Defendo uma matriz energética que considere os impactos da produção e consumo, custos e preços, da imensa gama de opções que temos em nosso País abençoado, talvez como nenhum outro, quando se trata de energia.

Mais do que nunca, agora com a economia globalizada e a mudança do papel do Estado, que está se afastando das atividades ligadas à produção de energia, precisamos construir essa matriz.

Ocupo esta tribuna mais uma vez, Sr. Presidente, para falar de energia, estimulado por um excelente artigo do jornalista Joelmir Beting, publicado no domingo passado, no jornal **O Estado de S. Paulo**.

O artigo foi motivado pela grave situação vivida na poluída cidade de São Paulo, com o rodízio que impede a circulação de automóveis, de acordo com suas placas. O jornalista alerta para o abandono do Programa do Alcool, chamando a atenção para a insignificante oferta de veículos novos a álcool e mesmo para a ameaça do fim da adição de 22% de álcool à gasolina. Joelmir Beting comenta inclusive o crescente interesse no exterior, particularmente nos Estados Unidos, para o uso desse combustível limpo e renovável, destacando a vinda dos governadores de Nebraska e de Wisconsin ao Brasil para participar de um seminário sobre o Proálcool.

É lamentável, Sr. Presidente, em um período em que o nosso pioneiro Programa do Alcool parece cair em descrédito, é até melancólico poder acompanhar diversas iniciativas de outros países para ampliar a participação dessa alternativa em suas matrizes energéticas.

O álcool, no Brasil, não é apenas mais um energético numa matriz de poucas fontes e muitos equívocos, nem é somente nosso principal energético da biomassa. O álcool, em nossa matriz, é um símbolo acabadamente emblemático das omissões, das vacilações e dos equívocos de uma política energética que não conseguiu alcançar os verdadeiros interesses nacionais, porque esteve presa aos interesses nacionais, porque esteve presa aos interesses corporativos de grandes estatais do setor; de uma política que não conseguiu refletir objetivos de longo prazo, porque se enredou no imediatismo do curto prazo, nem conseguiu preservar a inarredável dimensão estratégica da energia, porque insistiu em amesquinhar a energia como mero insumo econômico de planilha de fábrica e não como assunto de Estado de interesse estratégico.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o Proálcool surgiu quando o frágil equilíbrio geopolítico dos produtores de petróleo se estilhaçava nas guerras frequentes do Oriente Médio, cartelizando os produtores e politizando suas relações e negócios. Nasceu mais por razões estratégicas e menos por imperativo econômico. O Proálcool, se sabia desde seus primeiros dias, produziria combustível a preços superiores às mais exageradas estimativas da explosão dos preços do petróleo, mas seria um combustível verde-amarelo que garantiria uma estratégia auto-suficiência energética.

O preço internacional do petróleo está hoje inferior a 1974, quando a OPEP transformou o mundo importador em refém do seu cartel. Depois de chegar a quase US\$60 em 1981, o petróleo despenca a pouco mais de US\$15, nível inferior aos tempos imediatamente anteriores ao primeiro choque do petróleo. Os preços caíram substancialmente por razões que, na essência, têm a mesma natureza política das causas que o fizeram explodir. Ao longo dos diversos choques do petróleo, os produtores se uniram e reuniram num quartel monolítico, reunido na OPEP, de onde ditavam preços e cotas de produção, de onde exigiam vantagens comerciais e concessões políticas. Hoje, ao invés, os mesmos produtores se digladiam em interesses inconciliáveis a respeito de volumes de produção, se guerream por razões religiosas que mal disfarçam as ambições geopolíticas. O declínio da OPEP se baseia antes nos humores políticos do Oriente, que ontem convergiram para uma união monolítica, hoje desembocam numa divisão aparentemente incontornável, mas que ontem, como hoje, guardam os mesmos traços políticos da instabilidade e de absoluta imprevisibilidade.

As razões estratégicas que presidiram a criação do Proálcool persistem hoje e só uma visão imediatista e caolha podem ignorá-las. São essas razões estratégicas que levam países desenvolvidos, como a França e os Estados Unidos, a estimularem, mesmo agora, a consolidação e expansão de programas já ambiciosos de combustíveis renováveis. Nos Estados Unidos, o álcool já representa 1,5% do consumo de combustível - o equivalente à metade da produção brasileira. E, a partir de 1988, dois por cento das vendas de veículos novos serão obrigatoriamente movidos a combustíveis renováveis. Ainda nos Estados Unidos, a GM acaba de anunciar o lançamento de toda uma linha de **pick-up** a combustível flexível, com 85% de etanol e 15% de gasolina, e espera-se vender 150 mil unidades por ano. O subsídio federal será de US\$23 por barril equivalente de petróleo - um subsídio de cerca de 150% sobre o preço internacional do barril de petróleo. Na França, desde o ano passado, existe um subsídio para o combustível renovável produzido igualmente a US\$90 por barril.

Evidentemente, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, franceses e americanos não se estão guiando por razões econômicas. A França paga de subsídio por barril de combustível renovável que produzir seis vezes mais do que pagaria por um de petróleo comprado em qualquer mercado do mundo.

Ninguém saberá ao certo quanto custa hoje um barril de petróleo produzido pela Petrobrás, até porque a nossa estatal-símbolo tem privilégios fiscais, tributários, inclusive o privilégio maior de não remunerar adequadamente o acionista majoritário. As planilhas da Petrobrás viraram, compreensivelmente, indecifráveis segredos de Estado. Mas é previsível que extrair petróleo de águas profundas de mares revoltos seja mais caro que apenas bombeá-lo de poços jorrantes em terra, quase à beira do porto. Nem por isso o Brasil pensou, nem se poderia imaginar, em desativar a Petrobrás assim que começaram a cair, no Oriente, os preços do petróleo árabe.

O Sr. Lauro Campos – Permita-me V. Exª um aparte?

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO – Com muita honra, nobre Senador e meu mestre Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos – Hoje a posição se inverte. V. Exª é que é o nosso mestre. Mas gostaria de aproveitar essas elucubrações feitas por V. Exª a respeito desse assunto tão importante, qual seja a questão do petróleo, a questão do álcool, dos combustíveis que alimentam o principal meio de comunicação de nosso século, um século dominado pelo carro e pelos meios de transportes individuais, para, lateralmente ao seu raciocínio e à sua exposição, que são merecedores de grandes encômios, lembrar o seguinte: os produtores de petróleo, os países da OPEP que tiveram os preços politicamente aumentados no final de 1973/74 – de US\$3.00 para US\$12.00 o barril, naquele primeiro impacto do aumento dos preços do petróleo –, foram vítimas, demonstrando que o mercado é algo muito diferente do que os neoclássicos pensam. O mercado do petróleo é um mercado político, como são políticos todos os preços, desde pelo menos os anos 30, no mundo todo. O petróleo é um preço político. Assim, a política internacional de dominação obviamente reduzia e pressionava o preço do petróleo como de todas as matérias-primas; e, politicamente organizada, a OPEP conseguiu esse primeiro, depois o segundo aumento do preço do petróleo. Como V. Exª lembra muito bem, hoje o preço real do petróleo se encontra em um nível inferior àquele obtido com o primeiro aumento do preço do petróleo. Como países sofredores, como países dominados, quando eles conseguiram esse aumento nas suas exportações – e, portanto, grandes saldos de exportações –, o que aconteceu com eles? Eles continuaram dominados, por dois motivos fundamentais. Inclusive, o Ministro da Venezuela, em 1979, declarou o seguinte: "A inflação na Venezuela, hoje, se deve ao aumento do preço de petróleo". Houve uma invasão de dólares naqueles países e essa invasão de dólares obviamente foi trocada, foi cambiada por moeda local, pressionando a base monetária e causando uma inflação imensa. Trocava-se petróleo por inflação, uma inflação incontida. Por outro lado, naquela ocasião, os países petrolíferos da OPEP pensavam que tinham um grande poder de compra; mas, como países dominados, não tinham. Nas mãos deles o dólar não podia, não tinha o poder de circular no mundo, como acontece com o dólar nas mãos das empresas norte-americanas. Eles compraram uma parte da Mercedes Benz, compraram um banco nos Estados Unidos, casas e hotéis no centro de Londres e logo foram proibidos de fazer novas compras. Então, a grande vitória, o aumento do preço do petróleo acabou redundando em algo negativo; por isso, até desanimou a continuidade da guerra pelo preço do petróleo. Como nós sabemos – estou querendo apenas enfatizar –, a ditadura do mercado livre, no qual escravos eram comercializados livremente, pesa sobre nós, e as nossas matérias-primas e riquezas acabam se diluindo e se transformando muitas vezes no seu oposto, como aconteceu com o petróleo, que foi vítima dessa inversão; ou seja, uma riqueza que se transformou em inflação e que se transformou em negatividade. De modo que eu gostaria apenas de tentar enriquecer o seu pronunciamento com essas considerações laterais. Agradeço muito a oportunidade que V. Exª me deu.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO – Nobre Senador Lauro Campos, incorpo-ro com muita honra o aparte de V. Exª ao pronunciamento que ora faço nesta tribuna.

O Sr. Romero Jucá – Permita-me V. Exª um aparte, nobre Senador Teotônio Vilela?

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO – Ouço o aparte do nobre Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá – Senador Teotônio Vilela, V. Exª traz nesta tarde um tema extremamente atual, extremamente presente na vida do nosso País e, principalmente, um tema que diz muito respeito ao nosso futuro. E esse tema, da forma como V. Exª o coloca, demonstra principalmente a dicotomia que existe, senão na alma do povo brasileiro, pelo menos na gestão do nosso País. Somos pioneiros na utilização do álcool como combustível para veículos. Foi criado o PROÁLCOOL, avançou-se muito nessa questão; mas, infelizmente, hoje, quando se observa, em nível internacional, um esforço para a utilização do álcool, para a utilização de combustíveis renováveis para mexer o mundo, vemos que, no Brasil, esse programa tende a definhir, e toda a estrutura de produção começa a se tomar uma estrutura quase que em falência. Sem dúvida nenhuma, essa é uma questão que merece toda a atenção do Governo e da sociedade brasileira. V. Exª traz esse tema com muita propriedade. Gostaria de, neste momento, dizer que é de fundamental importância que se tomem posições, não só para modernizar a produção do setor, mas, sobretudo, para procurar caminhos que viabilizem o setor produtivo de forma permanente, de forma a atender a produção futura que precisamos. Não podemos dar as costas para o que outros países estão fazendo. Vimos pela imprensa, durante esta semana, que comitivas dos Estados Unidos vieram aqui para verificar como está sendo feita a produção de álcool do Brasil. Infelizmente, enquanto isso ocorre, estamos vendo falir o programa do álcool brasileiro, estamos vendo as usinas fechando, o desemprego no campo; enfim, Estados inteiros, como o de V. Exª, Alagoas, em situações extremamente graves devido à falta de encaminhamento de uma política. Parabéns V. Exª e faço também meu o alerta que faz hoje do plenário do Senado.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO – Obrigado pelo aparte, nobre Senador Romero Jucá. Fico muito honrado em ter o aparte de V. Exª incorporado ao meu pronunciamento. A respeito dessas questões abordadas por V. Exª, irei, em seguida, fazer alguns comentários que complementarão o raciocínio de V. Exª.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, os produtores de álcool do Brasil terão razões de múltipla natureza para defender o álcool e o PROÁLCOOL. Poderiam argumentar até com a questão social, de que o investimento na produção do álcool gera 155 vezes mais emprego que o mesmo investimento na indústria do petróleo, para o mesmo resultado energético. Hoje, o álcool emprega 1 milhão e 200 mil homens de Sudeste a Nordeste. Poderiam os produtores argumentar com ganhos de produtividade: o setor é um dos poucos que registram significativos ganhos de produtividade de 3% ao ano, durante anos seguidos. Mais ainda, a cada ano o PROÁLCOOL representa uma economia de divisas para o Brasil de 1,5 bilhão de dólares, equivalente à substituição de importação de petróleo. O PROÁLCOOL já representou uma economia de divisas de 27 bilhões de dólares e contribuiu para diminuir a dependência externa do Brasil em relação ao petróleo.

Os produtores de álcool poderiam argumentar ainda com razões econômicas. O Brasil possui os dois pólos sucroalcooleiros mais competitivos de todo o mundo: o primeiro em São Paulo e o segundo no Nordeste. Poderíamos, ainda, exibir dados irrefutáveis sobre a extensão econômica desse setor produtivo: em 1994/1995, o Brasil exportou 3,9 milhões de toneladas de açúcar. Com a falência do mercado interno do álcool, no médio prazo, o Brasil terá excedentes exportáveis da ordem de 75% do mercado livre mundial. Evidentemente, hoje não há mercado para absorver tais excedentes.

Ninguém desconhecerá que esses números são os números e a extensão do desafio que o Brasil terá de enfrentar, hoje ou amanhã, se continuar em sua política de vacilações e omissões

diante do PROÁLCOOL. Será um problema social e econômico de proporções devastadoras.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, prefiro ver o álcool em sua dimensão estratégica de combustível renovável, que atende privilegiadamente nosso potencial energético de país tropical, que, cedo ou tarde, terá de construir sua independência energética sobre a biomassa e sobre fontes hoje ainda tidas pejorativamente como alternativas. Prefiro ver o álcool como combustível limpo. Nesse sentido, será questionável a comparação de preços entre petróleo e álcool, porque o que se paga a menos na importação do barril de óleo pode ser o que se gasta a mais na internação do hospital. Se for internalizado nos preços de mercado do álcool o seu benefício ambiental, a relação de preço entre os dois energéticos já será outra.

O Brasil está diante de uma alternativa que exige definição urgente, inadiável, sem vacilações: ou define o PROÁLCOOL como de fato importante e um programa estratégico que contribuirá para a sonhada auto-suficiência energética, ou condenará ao passado e ao esquecimento a tecnologia de produção e destilação, de produção de equipamentos de usinas e destilarias, de fabricação de motores a álcool. A tecnologia brasileira de produção de motores tem sido valorizada além fronteiras, mas enquanto a GM americana anuncia toda uma linha de utilitários movida a combustível renovável, a indústria brasileira, por falta de incentivos, produz hoje apenas 3% de novos veículos a álcool. Desde o ano passado, esse percentual já é inferior ao percentual de sucateamento de veículos. Ou seja, a cada ano saem mais veículos a álcool do mercado do que os que entram no mercado.

Pior ainda, esse percentual já não permite às montadoras linhas regulares de montagem produtiva. Mantidas as condições atuais, o carro a álcool está condenado à extinção no Brasil, onde ele surgiu e se consolidou não apenas como opção tecnológica, mas sobretudo como alternativa energética.

O Sr. Jefferson Peres – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO – Concedo o aparte a V. Ex^a, nobre Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Peres – Ilustre Senador Teotônio Vilela Filho, em tese, concordo com V. Ex^a. Acredito que todas as pessoas de bom-senso concordarão que será muito melhor para o País desenvolver uma fonte de energia renovável em lugar de uma que, além de esgotável, é importada em sua grande parte – 40% -, como é o caso do petróleo. Mas gostaria de fazer uma indagação, porque se trata de uma dúvida que me acomete. Em 1979, no segundo choque do petróleo, o preço do barril foi para cerca de US\$30,00, o que hoje equivale, aproximadamente, a cerca de US\$60,00 o barril, em moeda de valor constante. Isso viabilizou o álcool, cujo preço era muito mais alto do que o do petróleo.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO – Isso determinou a criação do PROÁLCOOL.

O Sr. Jefferson Péres – Hoje, o preço internacional do barril de petróleo está em torno de US\$17,00 a US\$18,00, o que equivale a cerca de US\$8,00 ou US\$9,00 de 1979. Não estou me reportando ao álcool anidro, adicionado à gasolina, pois com certeza V. Ex^a se refere, principalmente, ao álcool hidratado.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Perdão, Senador Jefferson Péres, por interrompê-lo, mas a Mesa deseja esclarecer ao orador que o seu tempo já está esgotado.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO – Peço à Presidência que me permita somente ouvir a conclusão do aparte do Senador Jefferson Péres e, em seguida, encerrar o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Perfeitamente, nobre Senador Teotônio Vilela Filho.

O Sr. Jefferson Péres – Praticamente já o conclui. Apenas perguntaria a V. Ex^a se o álcool só seria viável com um subsídio elevadíssimo. Faço essa pergunta porque, realmente, não sei a resposta. Não estou contestando V. Ex^a.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO – Senador Jefferson Péres, realmente, o PROÁLCOOL foi criado para competir com o petróleo, que estava com seu preço acima de US\$40,00 o barril. Essas eram as previsões no momento da criação do PROÁLCOOL. Hoje, a realidade é essa que V. Ex^a acaba de citar: o preço do petróleo está em torno de US\$15,00.

O Programa do Álcool, no entanto, tem uma estrutura montada de Norte a Sul deste País, com 1 milhão e meio de trabalhadores empregados nesse sistema produtivo. Há uma tendência mundial de se buscarem combustíveis limpos.

Hoje mesmo, em São Paulo, há dois governadores de estados americanos participando de um seminário sobre o PROÁLCOOL, porque a legislação americana já determina um percentual altíssimo de combustíveis renováveis, para evitar uma poluição excessiva, em função dos escapamentos de motores.

Existem também as questões estratégicas, no sentido de que a produção é espalhada por todo o País, além da questão ambiental.

Portanto, o Brasil precisa decidir – e é esta a questão que coloco, aqui, e é desta forma que encerrarei o meu pronunciamento – se hoje interessa, tal qual está o cenário internacional, manter-se ou não o PROÁLCOOL. Mas é preciso que se diga de uma forma clara, e não se deixe morrer por inanição um Programa que hoje atrai as atenções do mundo inteiro, menos a do Brasil, que é o promotor de um programa dessa natureza.

Concluindo, Sr. Presidente:

Há caminhos múltiplos para se apoiar e consolidar o Programa do Álcool. Desde a volta dos incentivos tributários para os carros a álcool até o estímulo à formação das frotas oficiais com combustível renovável. Da garantia e aquisição dos estoques previstos em lei até a correção dos preços ao produtor, hoje consensualmente defasados em percentuais inquietantes. Tudo, no entanto, dependerá de uma definição básica e urgentemente inadiável: o que queremos de nossa matriz e de nossa política energética. Garantir o curtíssimo prazo sem vislumbrar o futuro e o longo prazo, fazer ganho econômico em troca de perdas estratégicas? O que queremos, enfim?

Dessa definição depende o futuro do PROÁLCOOL, como depende o futuro da matriz energética e do próprio País.

Qualquer que seja a decisão de Governo, terá consequências profundas na vida nacional. Confio muito que o Governo não vai reincidir em um erro que tem marcado a política energética dos últimos anos: entender a energia apenas como insumo econômico, desprezando sua dimensão estratégica. Do contrário, é possível até economizar dólares, muitos dólares, o que não significará fator de crescimento e de desenvolvimento econômico, mas, antes, penhor de nossa dependência energética e de nossa submissão estratégica. Muito obrigado!

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ – (PFL-RR. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, gostaria, neste momento, de registrar e elogiar o convênio firmado entre o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e o Ministério do Exército para atuação conjunta na região Amazônica.

Esse convênio tem por objeto a cooperação entre o Ministério do Exército e o IBAMA, na área específica do Comando Mili-

tar da Amazônia, com a finalidade de operacionalizar a fiscalização da fauna e da flora na região Amazônica, bem como a educação ambiental e o exercício da cidadania, por meio do apoio mútuo entre os órgãos convenientes, buscando proporcionar melhores condições de vida às populações da faixa de fronteira, com a reversão de bens materiais apreendidos, nos termos do convênio, para atuar junto a essas populações.

Esse convênio, na prática, vem dotar o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal de uma condição operacional muito maior, fazendo com que a educação ambiental e a fiscalização possam chegar aos rincões mais distantes da nossa Amazônia.

Gostaria de parabenizar o Ministro Gustavo Krause, o Ministro Zenildo Lucena, o Presidente do IBAMA, Raul Jungmann, e o General Germano Arnoldi Pedrozo, Comandante do Comando Militar da Amazônia, pela iniciativa, que é de uma importância muito grande para a nossa região.

Quero, também, Sr. Presidente, registrar neste plenário a importante afirmação do Ministro do Planejamento do Chile, Luiz Maira, quando afirmou recentemente que aquele país amigo, o Chile, deverá ingressar, já no ano de 1996, no MERCOSUL. Temos aqui, no Senado Federal, nos batido pela ampliação do MERCOSUL, pelo ingresso de novos países nesse mercado comum. Temos lutado pelo ingresso da Venezuela, da Guiana e dos países do norte no MERCOSUL. Mas queremos registrar também, com muita satisfação, a importância da declaração do Ministro chileno que, inclusive na sua fala, diz: "Hoje é muito mais prioridade para o Chile participar do MERCOSUL do que do NAFTA, grupo do qual fazem parte os Estados Unidos, México e Canadá".

Portanto, essa é uma afirmativa da maior importância para o Brasil, que gostaria de registrar no plenário na tarde de hoje.

Muito obrigado.

Era o que tinha dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL-TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, tive oportunidade de ler no jornal *O Estado de S. Paulo* do dia 18 a seguinte manchete: "Adib Jatene quer garantir esterilização gratuita".

Ora, Sr. Presidente, gostaria de dizer que vejo a preocupação do Exm^o Sr. Ministro Adib Jatene em todos os campos do atendimento à saúde em nosso País, procurando desesperadamente aprovar o CMF específico para a saúde, preocupado com os gastos com abortos, excesso de cesarianas, esterilizações clandestinas neste País.

Mas a esterilização, do ponto de vista do Código de Deontologia Médica e até do Código Penal brasileiro, não é permitida, excetuando-se os casos que ali constam, ou seja, nos casos de risco comprovado para a parturiente ou para o concepto e assim por diante. Portanto, é de estranhar essa manifestação do Dr. Adib Jatene, garantindo a esterilização gratuita.

Sr. Presidente, tramita há mais de um ano nesta Casa o Projeto de Planejamento Familiar para o nosso País. Na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, já trataram do aborto e outros assuntos afins, muito mais avançados. Aqui, no Congresso Nacional, tivemos a apresentação de mais oito ou nove projetos de lei que cuidam do planejamento familiar em nosso País. Fizemos uma CPI que analisou a esterilização maciça em nosso País, da

qual fui relator, e concluímos pela apresentação de um projeto de lei que consagra a aprovação do desejo da mulher quanto à sua concepção ou contracepção.

Sr. Presidente, encaminhei à Mesa requerimento no sentido de que esse projeto, que já tramitou por várias comissões do Senado, tendo sido aprovado na Comissão de Segurança e Família da Câmara, receba o apoio das Lideranças desta Casa e que seja votado imediatamente, entrando na pauta dos nossos trabalhos no decorrer desta semana.

Ficamos aqui, única e exclusivamente, esperando os projetos de lei, as medidas provisórias e as propostas de emendas constitucionais oriundas do Poder Executivo. O Congresso Nacional e o Senado Federal não estão se dando conta de que estão deixando de legislar vários projetos já aprovados, que já tramitaram pelas diversas comissões e estão aí sendo engavetados, ou dormitando nos escaninhos das Subsecretarias, sem que venham para este plenário.

Sr. Presidente, compreendo que o Dr. Jatene está preocupado com os gastos que temos, neste País, com o excesso de cesarianas, que são da ordem de mais de US\$100 milhões anualmente, mas não aceito esse apelo patético feito por S. Ex^a, que está desesperado a preconizar que as mulheres sejam esterilizadas.

A SR^a Marina Silva – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO -- Pois não, nobre Senador.

A SR^a Marina Silva -- Senador Patrocínio, quero parabenizar V. Ex^a pela preocupação em relação ao planejamento familiar. A preocupação de V. Ex^a é muito importante na medida em que a questão da esterilização das mulheres é algo que eu considero muito grave. Em meu Estado, e em vários Estados deste País, mesmo sem a autorização e sem o apoio do Governo, se cometem verdadeiros crimes contra meninas de 17 a 20 anos, produzindo seqüelas irrecuperáveis, do ponto de vista físico e psicológico. Eu mesma tenho ouvido relatos de inúmeras mulheres que fizeram a esterilização de forma prematura, sem estar dentro da idade prevista, que é recomendada pela Medicina. Essas pessoas tiveram sérios arrependimentos, ou porque gostariam de ter filhos e não podiam mais, ou mesmo por consequência da sua saúde. Eu mesma testemunhei, durante a campanha em meu Estado, uma cena estardalosa: um quarto de maternidade com mais ou menos seis mulheres na faixa de 17 a 25 anos que iam ser esterilizadas por um candidato que era médico – nem sei se deveria ser chamado de médico. Nós fizemos a denúncia, e, ao invés de tomarem providências com relação à ação criminosa desse médico, as pessoas que estavam denunciando quase foram linchadas, porque usou-se de tamanha má-fé que criou um problema. Claro, as mulheres não gostariam de ter muitos filhos, mas não é essa a melhor forma, a melhor maneira de se evitar a questão da procriação indesejada. Então, no caso, entendo que o projeto a que V. Ex^a faz referência, sobre o planejamento familiar, é mais adequado do que a esterilização em massa de mulheres, o que tornaria a situação sem controle e com seqüelas muito grandes para a nossa população feminina. Muito obrigada.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Agradeço a intervenção brilhante e muito clara da eminente Senadora Marina Silva, que conhece a problemática em nosso País e sabe que, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste, têm sido esterilizadas à revelia meninas ainda – poder-se-ia dizer – impúberes. Ao atingir a puberdade, elas têm um filho, ou engravidam e abortam e já são esterilizadas. Ou seja, a mulher não tem o direito de se resguardar, de optar pela sua sexualidade.

Portanto, Sr. Presidente, fico preocupado quando vejo o Ministro Jatene dizer que está estudando uma maneira de oferecer serviços de esterilização para mulheres nos hospitais públicos, a

fim de eliminar o mercado negro da laqueadura de trompas no Brasil. Segundo S. Ex^a, é "o único jeito de acabar com o problema".

O Ministro anunciou que a Divisão Materno-Infantil do Ministério já discute formas de legalizar os métodos definitivos de anticoncepção dentro do Sistema Único de Saúde.

Ora, Sr. Presidente, há vários meses, venho solicitando urgência para apreciação em plenário do Projeto de Planejamento Familiar, fruto de um estudo acurado, exaurido dentro da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, resultado do pensamento de oito ou nove propostas.

E, neste momento em que acontece a Conferência da ONU sobre a mulher em Pequim, lugar onde se pratica uma verdadeira política de controle de natalidade, reiteramos o pedido de urgência para apreciação desse projeto de lei que trata do planejamento familiar e, o mais importante, estabelece a reestruturação do PAISME - Plano de Atendimento Integral à Saúde da Mulher -, com que a mulher terá acesso às informações daquilo que é melhor para ela e que haverá de ser garantido pelo Governo. Assim, a própria mulher decidirá sobre o seu corpo e sobre o que dele irá fazer.

Hoje, estão praticando um crime no Brasil: a laqueadura indiscriminada de mulheres - mulheres ainda impúberes -, como acaba de salientar a eminente Senadora Marina Silva.

É o apelo que faço: já reencaminhei o ofício para tramitação urgente dessa matéria e solicito a sensibilidade das Lideranças da Casa para que avancemos nessa matéria e possamos dar o exemplo. Isso já deveria ter sido aprovado antes da Conferência das Nações Unidas, mas ainda há tempo, para que o Ministro Adib Jatene não possa estar desesperadamente a pregar a esterilização das mulheres pobres do nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - A Mesa esclarece ao ilustre Senador Carlos Patrocínio que já determinou à Assessoria que providencie a resposta para o pedido de V. Ex^a ainda nesta sessão.

Concedo a palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, ao nobre Senador Osmar Dias, nos termos do art. 14, inciso VII do Regimento Interno.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB-PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o noticiário de ontem à noite assustou todos aqueles que ouviram a confirmação de que existe um movimento organizado para invasões de terras neste País, e, muito pior, a participação do Sendero Luminoso, confirmada por um dos membros do Movimento dos Sem-terra.

Eu não sou, evidentemente, daqueles que, por pertencerem a um partido que apóia o Governo, omitem-se diante da omissão do Governo. O Governo tem sido omissivo em relação a graves assuntos ligados ao campo, e não apenas no que se refere à reforma agrária, para a qual estabeleceu metas que não cumprirá - e faço tal afirmação porque conheço bem o assunto. Desde 1986, uma fazenda desapropriada de dez mil hectares, no Paraná, de propriedade de um dos maiores devedores da União - o Grupo Atalla -, recebeu quatrocentos e vinte e cinco famílias. De 1986 até hoje, a Justiça ainda não conseguiu definir se aquela área permanecerá com o seu proprietário, o Grupo Atalla, ou se ficará para aqueles que foram lá assentados e transformaram a propriedade, antes improdutiva, em propriedade produtiva.

O Governo não está encarando com seriedade este assunto e sangue já começou a rolar. Em Rondônia, os conflitos resultaram em mortes. Em Mato Grosso, os conflitos também já resultaram em morte. Mas nem isso foi suficiente para acordar o Governo e colocá-lo de frente com o problema, para dizer, de forma definitiva, primeiro, que com a legislação em vigor - e essa é uma res-

ponsabilidade nossa; quero, junto com os companheiros, tentar mudar essa legislação - que com essa legislação - repito - ele não cumprirá as metas. E mais, sem colocar os recursos necessários, também não cumprirá as metas.

O Governo estabeleceu para este ano o assentamento de 40 mil famílias. Pois cumpriu a meta às avessas. Segundo dados da CNA, sairão do campo, expulsas pela falta absoluta de planejamento para o setor, cerca de 600 mil famílias. Quem quer assentar 40 mil famílias e permite que 600 mil deixem o campo, está sendo, no mínimo, omissivo, para não chamar de irresponsável.

O Governo prometeu para a Agricultura - e o próprio Presidente anunciou - recursos de crédito rural para financiar o plantio. O Banco do Brasil impõe tantas regras, tanta burocracia, que o pequeno produtor que deveria estar sendo beneficiado pelo crédito desiste de tomá-lo e, portanto, desiste de plantar, porque sem dinheiro não conseguirá pagar o adubo e a semente.

As previsões de 15% de queda de safra são muito otimistas, porque no Centro-Oeste diversas áreas ficarão sem plantio. No Sul do País a redução do adubo, que poderia pelo menos manter a produtividade daquela região, acarretará a queda da produtividade, a safra cairá e a sociedade brasileira pagará um alto preço por essa omissão ou irresponsabilidade do Governo, porque já está ficando tarde.

Enquanto as cooperativas preparam-se para receber as quotas-partes prometidas pelo Governo Federal - R\$700 milhões -, R\$100 milhões foram repassados, R\$600 milhões os bancos privados devolveram ao Banco Central e lá estão aguardando uma determinação do Ministro da Fazenda ou do Presidente da República para que sejam devolvidos ao campo, através do Banco do Brasil.

Ninguém toma providências. O tempo passa, a safra não está sendo plantada devidamente e o Governo parece não estar vendo ou não quer ver o desastre que virá no ano que vem, com a queda da produção.

Faço essa comunicação inadiável para alertar o Governo de que a reforma agrária em andamento está sendo feita às avessas, que não adianta enganar os sem-terra que estão acampados, dizendo que todos serão assentados, porque isso é, no mínimo, jogar com a sorte daquelas famílias. Li uma entrevista em que o próprio Presidente afirmou: "Vou assentar todas as famílias que estão acampadas".

Além de não estarem sendo alocados os instrumentos necessários para que isso aconteça, isso estimula as invasões e os acampamentos. Não é assim que se faz um programa de reforma agrária sério. O que está ocorrendo é a venda de ilusões, que estão sendo compradas pela inocência de famílias de sem-terra que, no seu desespero, acabam se debatendo com a polícia dos Estados, gerando os conflitos que começam a alertar o Governo, que continua dormindo e se omitindo diante dessa realidade.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a safra cairá, produtores perderão a sua propriedade e o Governo continua falando, mas não passa de conversa fiada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - A Mesa informa ao ilustre Senador Carlos Patrocínio que o requerimento solicitando a inclusão na pauta do PLC nº 114/94 foi lido na sessão de ontem e remetido ao ilustre Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para sobre ele se manifestar, na conformidade do art. 255, parágrafo único, do Regimento Interno.

A Mesa solicita a todos os Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes que venham ao plenário porque, praticamente, todas as matérias constantes da Ordem do Dia se darão por votação nominal.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 1.221, DE 1995

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-deputado federal Fernando Luiz Alves Ribeiro:

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) comunicação desta iniciativa à família nas pessoas de Da. Maria Tereza Ferraz Alves Ribeiro, Da. Lourdes Frageli, irmã do falecido e esposa do Ex-Presidente do Senado Federal, Dr. José Frageli;

c) comunicação à Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul;

d) comunicação à Câmara Municipal de Aquidauana-MS.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 1995. – Senador Levy

Dias.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Será cumprida a deliberação do Plenário.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.222, DE 1995

Audiência da Comissão

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 12, do Regimento Interno, requeiro que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 1993, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também a de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 1995. – Senador

Eduardo Suplicy, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – O requerimento lido será incluído na Ordem do Dia, oportunamente, consoante o disposto no art. 255, inciso II, alínea c, item 12, do Regimento Interno.

A matéria será incluída em Ordem do Dia, oportunamente.

Sobre a mesa, aviso que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antônio Carlos Valadares.

É lido o seguinte:

AVISO Nº 1038/GM

Brasília, 20 de Setembro de 1995

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Estando convocado para comparecer a essa augusta Casa do Congresso Nacional até o dia 30 do corrente mês para, dando cumprimento ao deliberado pelo Plenário em relação à iniciativa do nobre Senador Sebastião Rocha, prestar esclarecimento sobre a política de financiamento do sistema de saúde e, sendo de meu conhecimento que constará da pauta da sessão ordinária do Senado, a realizar-se no próximo dia 26, a Proposta de Emenda à Constituição que dispõe sobre a instituição de contribuição social para financiamento das ações e serviços de saúde, consulto Vossa Excelência sobre a possibilidade de, usando da prerrogativa estabelecida no § 1º do art. 50 da Constituição Federal, comparecer, por minha própria iniciativa, àquela sessão a fim de prestar os esclarecimentos que e fizerem necessário.

Atenciosamente, – **Adib D. Jatene**, Ministro da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – A Presidência comunica que, de acordo com o expediente que acaba de ser lido, fica estabelecido para às 15h30min. do dia 26 próximo, o comparecimento a esta Casa do Ministro de Estado da Saúde, Dr. Adib Jatene.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES – Sr. Presidente, peça a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Tem a palavra V. Exª.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES (PTB-RS. Para uma comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, SRA.s. e Srs. Senadores, valho-me deste espaço regimental para reverenciar o 20 de setembro, data máxima do Estado do Rio Grande do Sul, em que comemoramos a Revolução Farroupilha, seus feitos e seus heróis.

Uma Revolução, como já dissemos neste Plenário, que destacou o sentimento gaúcho de rebeldia contra as injustiças e reafirmou o espírito federalista de justiça, igualdade e unidade nacional.

A data de 20 de setembro é um momento de reflexão, de resgate dos valores, da história e cultura do nosso povo que, agora, transformada em feriado estadual, ganha uma nova dimensão cívica para todos os gaúchos.

Este movimento está sendo possível, devido ao parecer favorável que apresentamos e que esta Casa aprovou, ao Projeto 97/95, de autoria do Deputado Jarbas Lima, concedendo permissão aos Estados para definir como feriado sua data magna.

A sanção do Presidente Fernando Henrique Cardoso, no dia 12 de setembro, possibilitou ao Governador Antônio Brito a decretação do feriado estadual já neste ano.

Hoje, portanto, acontecem em grande número de municípios desfiles de cavalarianos tipicamente pilchados, como dizemos no Rio Grande, ou seja, com trajes tradicionais.

As comemorações que se desenvolvem por uma semana, a Semana Farroupilha, também mobilizam as escolas e envolvem mais de dois mil centros de tradições gaúchas e entidades tradicionalistas.

Um exemplo dessa festa eu conheço muito bem, pois minha cidade, Santana do Livramento, é considerada a capital do tradicionalismo e palco do maior desfile do Estado, com mais de quatro mil pessoas, entre homens, mulheres e crianças.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, apesar da distância, sinto-me irmanada com o povo do Rio Grande, que neste dia pode afirmar coletivamente os valores que marcam os gaúchos, e em especial os tradicionalistas – a sinceridade, o desprendimento e a lealdade.

É um sentimento de integração que gostaríamos de compartilhar com o conjunto dos Srs. Senadores e com o povo dos seus Estados, através das palavras de Darcy Paixão, dizendo que:

Cabe ao tradicionalista assumir o seu compromisso de cidadão e de gaúcho. Enfrentar a parada. Campear novos rumos, mais seguros e felizes. Abrir os olhos em busca de liberdade e do saber. Plantar no agora a igualdade do sempre... para si... para os seus... para todos!

É a homenagem que gostaríamos de prestar, neste momento, ao povo do Rio Grande do Sul.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Sobre a mesa, officio que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

É lido o seguinte

SGMP/1.094

Brasília, 19 de setembro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em atenção ao Ofício nº 458/95, da Liderança do PT, cópia anexa, a indicação dos Deputados João Paulo, como titular, e Miguel Rosseto, como suplente, para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço. – Luís Eduardo, Presidente.

OFÍCIO nº 458/PT

Brasília, 15 de setembro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar o Deputado João Paulo Cunha para titular da Comissão Mista de Orçamento. Como suplente, indico o Deputado Miguel Rosseto, em substituição ao Deputado João Paulo Cunha.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Jaques Wagner**, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Serão feitas a indicação e a substituição solicitadas.

Esgotado o período destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA**O SR. PRESIDENTE** (Levy Dias) - Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 1993 (nº 316/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema RB de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Itumbiara, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 545, de 1995, da Comissão

- de Educação.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do art. 288, inciso IV, do Regimento Interno, a matéria depende de voto favorável de dois quintos da composição da Casa.

A votação será procedida pelo processo eletrônico. (Pausa)

Todos os Srs. Senadores já registraram comparecimento?

Trata-se de votação nominal.

Lembro ao Plenário que a presente matéria carece de voto favorável de dois quintos da composição da Casa.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa)

(Procede-se à votação)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade
Carlos Magalhães
Carlos Valadares
Bello Parga
Benedita da Silva
Carlos Patrocínio
Casildo Maldaner
Edison Lobão
Élcio Álvares
Epitácio Cafeteira
Francelino Pereira

Geraldo Melo
Gerson Camata
Guilherme Palmeira
Hugo Napoleão
Humberto Lucena
Iris Rezende
Jader Barbalho
João França
Jonas Pinheiro
Josaphat Marinho
José Arruda
Júnia Marise
Tectônio Vilela Filho
Lúcio Alcântara
Carlos Bezerra
Ramez Tebet
Artur da Távola
Emília Fernandes
Romeu Tuma
José Alves
Levy Dias
Lucídio Portella
Lúdio Coelho
Mauro Miranda
Nabor Junior
Onofre Quinan
Osmar Dias
Pedro Simon
Roberto Requião
Sérgio Machado
Waldeck Ornelas

ABSTÊM-SE DE VOTAR OS SRS. SENADORES:

Bernardo Cabral
Jefferson Peres
Beni Veras
Roberto Freire
José Bianco
Eduardo Suplicy
José Dutra

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Marina Silva
Lauro Campos
Ernandes Amorim
Esperidião Amin

O Sr. Levy Dias, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Encerrada a votação. Vai-se proceder à apuração.

Votaram SIM 42 Srs. Senadores, e NÃO, 4.

Houve 7 abstenções.

Total: 53 votos.

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para redação final. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

É lido o seguinte

PARECER Nº 579, DE 1995

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 1993 (nº 316, de 1993, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 1993 (nº 316, de 1993, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema RB de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.

Sala de Reuniões da Comissão, 20 de setembro de 1995. – Levy Dias, Presidente – Ernandes Amorim, Relator – Teotônio Vilela Filho – Ney Suassuna.

ANEXO AO PARECER Nº 579, DE 1995

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1993

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema RB de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 143, de 13 de março de 1990, que outorga permissão ao Sistema RB de Comunicação Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 1994 (nº 338/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PAMPEANA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 547, de 1995, da Comissão

– de Educação.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Comunico às Srs. Senadoras e aos Srs. Senadores que vamos ter que esperar alguns minutos, porque nosso sistema de impressão computadorizado está acusando um defeito que nossos técnicos estão tentando solucionar.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, peça a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, perdi a primeira votação e a presença porque estava cumprindo obrigações, atendendo ao pessoal da Vale do Rio Doce. Peço a V. Exª que não considere como falta, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Ata registrará a manifestação de V. Exª. Haverá nova votação, e V. Exª terá oportunidade de votar.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa)

(*Procede-se à votação*)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – A. Carlos Magalhães – A. Carlos Valadares – Ariundo Porto – Artur da Távola – Bello Parga – Benedita da Silva – Beni Veras – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Casildo Maldaner – Edison Lobão – Elcio Alvares – Emilia Fernandes – Eptácio Cafeteira – Ernandes Amorim – Esperidião Amin – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Melo – Gilberto Miranda – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Iris Rezende – Jader Barbalho – João França – João Rocha – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Agripino – José Alves – José Arruda – José Bianco – José Fogaça – José Ignaldo – Junia Marise – Lauro Campos – Levy Dias – Lucídio Portella – Ludío Coelho – Mauro Miranda – Nabor Junior – Ney Suassuna – Onofre Quinan – Osmar Dias – Pedro Simon – Ramez Tebet – Roberto Requião – Romeu Tuma – Ronaldo C. Lima – Sergio Machado – Teotônio Vilela – Waldeck Ornelas.

ABSTÊM-SE DE VOTAR OS SRS. SENADORES:

Eduardo Suplicy – Jefferson Peres – José Dutra – Lucio Alcântara – Marina Silva – Roberto Freire.

VOTA "NÃO" O SR. SENADOR:

Gerson Camata.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Encerrada a votação. Vai-se proceder à apuração.

Votaram SIM 55 Srs. Senadores, e NÃO, 1.

Houve 6 abstenções.

Total: 62 votos.

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para redação final. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, redação final que será lida pelo 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

É lida a seguinte:

PARECER Nº 580, DE 1995

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 1994 (nº 338, de 1993, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 1994 (nº 338, de 1993, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pampeana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

Sala de Reuniões da Comissão, 20 de setembro de 1995. – Levy Dias, Presidente – Ernandes Amorim, Relator – Teotônio Vilela Filho – Ney Suassuna.

ANEXO AO PARECER Nº 580, DE 1995

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1995

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio Pampeana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 55, de 22 de junho de 1992, que renova a permissão outorgada à Rádio Pampeana Ltda, para explorar, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de maio de 1990, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL-TO. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, revendo o Regimento Interno do Senado Federal, gostaria de suscitar uma questão de ordem a V. Exª, com base no § 1º do art. 77. A Comissão Mista de Planos, Orçamentos e Fiscalização do Congresso Nacional está devidamente composta, em funcionamento e já aprovou inclusive a Resolução nº 2, conferindo celeridade aos seus trabalhos. Mas tenho algumas dúvidas e acredito que alguns dos Srs. Senadores também as têm.

Então, para não dizer que isso passou de maneira inadvertida no Senado, esclareço que não pesa sobre os membros da Comissão qualquer denúncia. São as pessoas mais íntegras possíveis. Mas me parece que há incompatibilidade entre o art. 77, §1, do Regimento Interno e a composição atual da Comissão Mista de Orçamentos, Planos Públicos e Fiscalização.

Por isso, solicito a devida elucidação por parte de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Mesa informa a V. Exª que a Comissão Mista de Orçamento não é do Senado Federal, é do Congresso Nacional. Portanto, a Mesa entende que os membros da Comissão Diretora não só desta Casa como da Câmara dos Deputados não estão sujeitos a essas restrições feitas no Regimento do Senado, que se referem às Comissões Permanentes do Senado Federal.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Agradeço a V. Exª e me sinto mais tranqüilo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 1994 (nº 361/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à **MATTOS, ANDERY E SANTOS LTDA.** para explorar

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Itarantim, Estado da Bahia, tendo

Parecer favorável, sob nº 546, de 1995, da Comissão – de Educação.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

A Mesa solicita aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(*Procede-se à votação*)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade
Antonio Carlos Magalhães
Antonio Carlos Valadares
Arlindo Porto
Artur da Távola
Bello Parga
Beni Veras
Bernardo Cabral
Carlos Bezerra
Carlos Patrocínio
Edison Lobão
Elcio Alvares
Emília Fernandes
Epitácio Cafeteira
Ernandes Amorim
Fernando Bezerra
Francelino Pereira
Freitas Neto
Geraldo Melo
Gilberto Miranda
Guilherme Palmeira
Hugo Napoleão
Humberto Lucena
Íris Rezende
Jáder Barbalho
Jefferson Peres
João França
João Rocha
Jonas Pinheiro
Josaphat Marinho
José Agripino
José Alves
José Arruda
José Bianco
José Fogaça
José Ignácio
Junia Marise
Levy Dias
Lucídio Portella
Lúdio Coelho
Marluce Pinto
Mauro Miranda
Nabor Júnior
Ney Suassuna
Onofre Quinan
Osmar Dias
Pedro Simon
Roberto Requião
Romeu Tuma

Ronaldo C. Lima
Sérgio Machado
Teotônio Vilela
Waldeck Ornelas.

ABSTÊM-SE DE VOTAR OS SRS. SENADORES:

Benedita da Silva
Casildo Maldaner
Eduardo Suplicy
Gerson Camata
José Dutra
Lúcio Alcântara
Roberto Freire.

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Esperidião Amin
Lauro Campos
Marina Silva.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Encerrada a votação. Votaram Sim 53 Srs. Senadores; e Não, 3 Srs. Senadores.

Houve 7 abstenções.

Total de votos: 63.

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para redação final. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a Mesa, redação final que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

É lido o seguinte

PARECER Nº 581, DE 1995

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 1994 (nº 361, de 1993, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 1994 (nº 361, de 1993, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Mattos, Andery e Santos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itarantim, Estado da Bahia.

Sala de Reuniões da Comissão, 20 de setembro de 1995. – Levy Dias, Presidente – Ernandes Amorim, Relator – Teotônio Vilela Filho – Ney Suassuna.

ANEXO AO PARECER Nº 581, DE 1995

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1995

Aprova o ato que outorga permissão à Mattos, Andery e Santos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itarantim, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 142, de 13 de março de 1990, que outorga permissão à Mattos, Andery e Santos Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itarantim, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 4:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 1994 (nº 357/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga deferida à RÁDIO RECORD S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 528, de 1995, da Comissão - de Educação.

Em discussão o projeto. (Pausa)

O SR. EDUARDO SUP LICY – Sr. Presidente, peça a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra, para discutir a matéria, ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT-SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, gostaria de solicitar ao Relator da matéria alguns esclarecimentos.

Trata-se de projeto de decreto legislativo que aprova ato que renova a outorga deferida à Rádio Record para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Em primeiro lugar, queria esclarecer que, durante o ano passado, quando houve o exame dessa matéria, verificamos que havia uma impropriedade na forma segundo a qual havia o registro dos dados sobre os proprietários, porque estávamos examinando a outorga à TV Record como se a propriedade fosse dos sócios anteriores. Foi então que solicitei ao Ministério das Comunicações que enviasse a informação sobre os proprietários presentes.

Gostaria de perguntar ao Relator da matéria e à Comissão de Educação a esse respeito, porque, nos documentos do processo que tenho em mãos, não me parece que contenha a relação de propriedade dos atuais proprietários. Consta a antiga, como se o Sr. Guilherme Stolar fosse o principal proprietário. E recebi a informação de que a Comissão de Educação havia regularizado essa situação depois da iniciativa que tive.

Portanto, seria importante que votássemos essa matéria sabendo qual é o sócio proprietário atual, uma vez que não é mais majoritário o Sr. Guilherme Stolar – que é também sócio do Sr. Abravanel, no SBT.

Em segundo lugar, também gostaria de pedir informação relativa à situação de empresário, sócio majoritário ou controlador de rede de rádio e de televisão – no caso, da Rádio e da Televisão Record. Se porventura ocorrer qualquer condenação, no caso de haver, em tramitação judicial, algo pendente sobre o empresário controlador da Rádio e TV Record – como está em tramitação, ainda não há o julgamento; não será esta Casa quem irá julgar; obviamente, não temos aqui todos os elementos para fazer um julgamento –, se ocorrer, a âmbito da Justiça, em última instância – porque essas questões sempre ocorrem numa primeira instância; depois, em segunda e, normalmente, acabam sendo tramitadas até o âmbito do Supremo Tribunal Federal –, uma condenação, pergunto ao Relator que estudou a matéria: o que acontece com a eventual renovação da concessão que se está solicitando se houver a condenação no âmbito, digamos, do Supremo Tribunal, em última instância?

Sr. Presidente, acredito que essa seja uma informação relevante para que possamos julgar a matéria. E gostaria que essas informações fossem prestadas antes da leitura do requerimento, porque, dependendo das informações prestadas, o Partido dos Trabalhadores irá se abster nesta votação, como tem feito para as demais emissoras.

Assim, Sr. Presidente, solicitaria que possam ser prestadas ao Plenário estas duas informações: se no processo está regularizada a situação de propriedade e qual é o proprietário majoritário da **Rede Record**. Porque aqui nos nossos autos não consta a informação atualizada, que já foi encaminhada ao Senado Federal. A informação que aqui consta é aquela que existia antes das providências que eu mesmo havia tomado. O proprietário da **Rádio Record** não é mais o Sr. Guilherme Stoliar, conforme está aqui. Então, eu gostaria que isso fosse devidamente informado pelo Relator.

Se não há informação correta, então não podemos votar. Sr. Presidente. Se a informação não está atualizada, como tenho a convicção, a certeza, porque vi o documento – o documento foi encaminhado a mim, e eu o encaminhei ao Presidente da Comissão de Educação – então peço que a matéria seja retirada de pauta por informação incompleta.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, para discutir. Em seguida, ao Senador Roberto Freire. S. Ex^a tinha pedido a palavra anteriormente. A não ser que o Senador Antonio Carlos Magalhães deseje ceder a V. Ex^a (Pausa.)

O Senador Antonio Carlos cede a vez para V. Ex^a falar primeiro.

O SR. ROBERTO FREIRE – Talvez seja até melhor o Senador Antonio Carlos falar antes, porque alguns desses projetos são de sua época como Ministro das Comunicações, e é exatamente isso que eu ia perguntar, porque me parece que estamos votando sem nenhuma informação atualizada. Não é apenas a questão da **Rede Record**. Parece-me que quase todos estão desatualizados. Pode até não ter havido mudança de controle acionário, mas seria importante que não se verificasse apenas em relação à **Rede Record**. O que seria interessante, para não cairmos no preconceito. Quero dizer que quem está falando é quem pode ter autoridade, inclusive porque não tem nenhuma relação com nenhuma das religiões ou seitas. Gostaria que tratássemos do ponto de vista objetivo, que tivéssemos condições de saber se há atualização na questão de controle de todas essas concessões que nós estamos outorgando.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Antes de conceder a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, eu quero informar que no avulso distribuído ao Plenário consta, no Decreto de Concessão, uma Exposição de Motivos do Ministro das Comunicações Affonso Alves de Camargo Neto, Presidente da República, Fernando Collor de Mello.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, parece-me que V. Ex^a está me fazendo uma certa reprimenda.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – De maneira alguma, nobre Senador. Eu apenas estou comunicando ao Plenário, porque V. Ex^a aludiu que a relação consta nos avulsos distribuídos.

O SR. ROBERTO FREIRE - Mas não foi só em relação a este processo e foi exatamente por isto que falei, porque no anterior que nós votamos – de Mattos, Andery e Santos Ltda. – foi do Ministro Antonio Carlos Magalhães e de V. Ex^a como Presidente. É apenas para dizer que nós estamos recebendo informações atrasadas, sem estarem atualizadas e não apenas com relação à **Record**. Foi por isto que disse que era melhor S. Ex^a falar antes.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nesta semana, exatamente amanhã, eu deveria falar sobre comunicações: o que penso das comunicações, a minha atuação no Ministério, no Governo de V. Ex^a, Sr. Presidente. Quis o destino que tivesse que adiar, por algum tempo, o meu discurso. Entretanto, nesta oportunidade, acho por bem e não sou um temerário – alguns podem achar que sou – em abordar este assunto e o faço com a tranquilidade de consciência de quem cumpriu o seu dever e nada tem a temer. Ao contrário, a consciência tranqüila do dever cumprido.

Posso dizer, neste caso, que entendo que o Senador Suplicy tem absoluta razão. Primeiro, o Congresso Nacional, tanto a Câmara quanto o Senado, demora demais no exame dessas matérias. Demora demais no exame dessas matérias, repito, para que todos ouçam e demorem menos no cumprimento dos seus deveres. Depois, o Senador Suplicy tem razão porque conceder rádio e TV é uma obrigação do Governo, e todos que vierem vão fazer essas concessões.

Entretanto, o que há de imoral, ao conceder rádio e TV, é quando não se utiliza a rádio e a TV, seja político ou não, vender, o que tem acontecido muito no País, a concessão, passando para outros grupos. De modo que isso é imoral, e cabe uma legislação que venha coibir essa imoralidade. Conseqüentemente, ninguém pode negociar uma concessão que o Poder Público lhe deu e que realmente pertence ao Poder Público. E muitos negociam e fazem contratos de gaveta.

Daí por que acho que o Congresso Nacional tem que examinar os nomes dos proprietários da televisão, na ocasião da votação, para ver inclusive se são os mesmos que tiveram, pelo menos num prazo de dez anos, a concessão. O prazo de cinco anos é pouco, sobretudo porque muitos não utilizam a concessão e quando vão utilizá-la já não lhes pertence, pertence a outro grupo. Isso não é correto. Deveria voltar para o próprio Ministério fazer outra licitação, outra concorrência.

Portanto, entendo que a diligência, no caso, deve ser feita, como em todos os outros casos semelhantes. Deve ser um critério a ser adotado pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal, pelo Congresso Nacional. Deve ser examinado tudo isso. Como deve ter uma legislação urgente, ou de iniciativa do Executivo ou do Congresso Nacional proibindo essas transferências para terceiros de quem consegue os canais de rádio e televisão.

Esse é o ponto de vista – não posso abusar do tempo, já que V. Ex^a me olha, porque o meu tempo está esgotado -, para chamar a atenção do Senado da República e dizer que entendo que há razão no caso e que o Senado deveria pedir realmente para sabermos a que grupo pertence, em que tempo foi realizado, como foi realizado o negócio, se legal ou ilegalmente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava votando por abstenção. Mas depois do que o Senador Eduardo Suplicy, tardiamente, descobriu, depois de já termos votado três outorgas anteriores, todas elas com a mesma característica, talvez com uma diferença: como a **Rede Record** se encontra evidência na mídia, embora ela também faça parte da mídia, tinha-se conhecimento de mudanças dos controladores. Mas as informações que temos, na Ordem do Dia, é que nenhuma dessas outorgas ou informações têm cadastro atualizado dos atuais proprietários ou controladores. Todos esses projetos foram encaminhados, ou na época de V. Ex^a como Presidente, e o Senador Antonio Carlos Magalhães como Ministro das

Comunicações, ou o Sr. Fernando Collor e o Ministro Affonso Carmo. Portanto, estão defasadas no tempo. Seria interessante que não levantássemos apenas em relação à **Rede Record** – claro que a **Rede Record** foi quem causou essa interrupção no processo de votação -, mas seria importante que se levantasse em relação às demais. O Senador Antonio Carlos Magalhães levanta algo importante que – me parece – o atual Ministro das Comunicações quer executar: acabar com essa graciosidade. Porque gerou, evidentemente, distorções graves no setor de telecomunicações deste País. Essa concessão teria que ser gravosa, através de licitações, como pretende o Ministro – e que espero que esta Casa aprove. E para aprovar, uma coisa importante que poderíamos fazer seria suspender essas outorgas, talvez mantendo a renovação, até porque essa, de qualquer forma, significa uma continuidade. Teria que haver um fato que pudesse justificar a não-renovação. Mas outorga? Teriam que estar todas sobrestadas exatamente para se tentar moralizar esse setor, que, evidentemente, vai se expandir. Quero que fique bem claro: isso não significa nenhuma crítica pessoal a nenhum dos Ministros, a nenhum dos Presidentes. Não tenho nada a dizer sobre isso. Apenas que esse serviço não poderia ser feito e nem ser concedido da forma que institucionalmente se adotou no País, que não foi nem de Presidentes recentes nem do Presidente atual. Foi uma histórica manutenção de um sistema que permitiu entre nós formação de cartéis.

Acredito que é chegado o momento, já que estamos em profundas reformas, de também fazermos uma reforma aqui, suspendendo a votação destes processos e aguardando uma legislação que lhe dê maior transparência.

O SR. EDUARDO SUPLYCY – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento importante.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Sr. Presidente, peço a palavra, já que fui citado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em seguida darei a palavra a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães, pois o Senador Eduardo Suplicy a pediu em primeiro lugar.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT-SP. Para um esclarecimento. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, gostaria de esclarecer ao Plenário que a primeira informação que eu havia indagado de V. Ex^a, de fato, em se olhando todo o processo, que só agora pôde vir à Mesa, está atualizado. Isso se deve à minha iniciativa no sentido de obter esclarecimentos, porque, em 23 de fevereiro de 1994, o Ministro Djalma Bastos de Moraes, encaminhou processo administrativo em que a **Rádio Record** solicita autorização para efetuar transferência indireta das concessões que lhe foram outorgadas para a exploração de serviço de radiodifusão em onda média, curta,....” – e aí prossegue mencionando a transferência de ações, o aumento do capital social e o novo quadro societário, que passa a ser composto pelo Sr. Edir Macedo Bezerra, com 95.530 mil ações, e pela Sr^a Esther Eunice Rangel Bezerra, com 10.614 mil, totalizando 106.144 mil ações.

Então, se alguns Parlamentares colocaram que não têm sido preocupação de todos os Senadores, a cada momento, averiguar a atualização das informações, quem sabe, de fato, isso não ocorra para todas as emissoras, sobretudo as de rádio nos Municípios brasileiros. Mas, no caso, como há um conhecimento da opinião pública nacional de que o Sr. Edir Macedo, de fato, era o sócio proprietário, seria estranho aqui votarmos uma matéria com o conhecimento que não fosse esse. Como aqui ainda constava como proprietário o antigo, seria importante que soubéssemos – e eu gostaria de registrar – que, no processo, está atualizado o quadro societário. A Comissão de Educação examinou o processo já com essa

informação, o que não constava quando da primeira vez em que foi examinado.

Sr. Presidente, avaliamos que, no que diz respeito à tramitação na Justiça do que se passa com o Sr. Edir Macedo, isso deve ser examinado pela Justiça, e quando houver a tramitação em última instância, aí então a decisão deverá ter as consequências previstas na Constituição e na legislação para uma situação em que, porventura, ocorra uma condenação.

Sr. Presidente, nestes termos, nós, do Partido dos Trabalhadores, vamos nos abster, neste caso, como temos feito no caso de renovação de concessão de emissoras.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, para uma explicação pessoal, uma vez que S. Ex^a foi citado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para dizer que nem sempre aqui se informa corretamente. Quando se pede licitação dá a impressão de que não houve licitação. Quero dizer que no Governo de V. Ex^a, como acredito que nos outros, mas no de V. Ex^a com certeza, não houve um processo de concessão de rádio ou de televisão que não tenha havido licitação. Mas, muitas vezes, por exploração política ou até mesmo por ignorância do assunto, se diz que não houve licitação. Em todos houve licitação. E na grande maioria dos casos, houve até candidato único, o que evidentemente leva à concessão. E há casos aqui de outorga em que houve licitação. De modo que não entendo quando se pede o que já existe, de acordo com a legislação atual que se quer modificar, nada a opor, mas que, evidentemente, temos a dizer que sempre se seguiu a legislação, que exige a licitação. Fez-se licitação dentro dos padrões técnicos que a legislação exige. Não houve um caso em que não se fizesse licitação, e na maioria dos casos houve candidato único. Aí a culpa é de quem não quis entrar nessa mesma licitação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

Senador Roberto Requião, V. Ex^a falará como Relator em último lugar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, pelo que sei, o Relator é o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Consta do processo que o Relator da matéria é o Senador Roberto Requião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PPR-SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, só quero fazer dois comentários.

Em primeiro lugar, quero dirigir-me com toda lealdade ao nobre líder do PT, Senador Eduardo Suplicy. Em que pese toda consideração pessoal que S. Ex^a merece – como político também -, seu requerimento e a sua argumentação – a sua exposição é um requerimento -, uma manifestação, **data venia**, que só pode ser baseada num preconceito.

S. Ex^a falou na hipótese da condenação, nas consequências de uma possível condenação e nas ações que deveremos praticar se houver uma condenação. Essa linha de raciocínio é a do preconceito, **data venia**, na minha opinião, e, além de tudo, é subjetiva, posto que a competência do Congresso, estabelecida na Constituição Federal, não é analisar os critérios concernentes à propriedade do meio de comunicação. A competência do Congresso, capitulada no art. 223, começa a partir do **caput** do artigo:

Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato...

Ou seja, o ato é do Executivo. E aí, em socorro até do que disse o Senador Antonio Carlos Magalhães sobre a questão dos prazos, deverá fazê-lo no prazo previsto no art. 64, §§ 2º e 4º, que estabelece 45 dias em cada Casa, o que já foi ultrapassado sabidamente. A contar do recebimento da mensagem, 45 dias em cada Casa, devendo, a partir de então, figurar obrigatoriamente na Ordem do Dia. Os Senadores da legislatura anterior sabem como isso constava diariamente, e não havia deliberação.

Mas o que quero dizer, Sr. Presidente, com todo o respeito às colocações que aqui foram feitas, é que este assunto é muito mais complexo do que simplesmente pinçar o caso da Rádio Record. A Casa, que tem aprovado todas as concessões, todas as outorgas, não tem como negar a renovação da outorga de uma instituição, independente de quem for o seu proprietário. E não nos cabe, neste momento, verificar a regularidade da sua propriedade. Esta é uma incumbência do Ministério das Comunicações. Se houver o caso de falta de zelo, de exorbitância, cabe-nos, como cabe ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público, acionar a autoridade do Executivo faltosa. Agora, relutar na renovação da concessão de outorga para uma instituição que não sei se tem 30, 40 anos de serviços prestados à sociedade brasileira, a meu ver, é uma exorbitância que só poderia brotar de algum preconceito de algum de nós.

Esta é a colocação que faço, com o maior respeito, porque entendo que uma coisa é a circunstância política da linha editorial, do comportamento político das pessoas físicas, que integram a cúpula de uma organização dessa ordem; outra coisa é pegar sua existência e relutar na renovação do ato, sem que haja qualquer elemento disponível para objetivamente fazê-lo.

É preciso que coloquemos acima da preferência política, da divergência política o mínimo de critério, já que o Congresso Nacional está omissivo e não constituiu ainda o Conselho previsto no art. 224.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Exª tem a palavra para um esclarecimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP) Para um esclarecimento. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer ao Senador Esperidião Amin que o que fiz foi exatamente aquilo que S. Exª havia dito que deveria ser feito, porque o Ministério das Comunicações enviou originalmente a informação incompleta. Somente depois é que deu a informação completa, porque eu havia notado que se estava examinando a concessão da Rádio Record, sem que tivesse sido atualizada. Daí o Ministro Djalma Bastos de Moraes enviou, e como eu sabia dessa informação enviada ao Senado e à Comissão de Educação, quando olhei aqui no processo que ainda constava outro proprietário, estranhei, e por isso pedi para verificar, e dei a informação correta, atualizada, conforme me forneceu o Ministro das Comunicações.

Então, o assunto está esclarecido neste aspecto, de quem é o proprietário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, creio que o debate aqui permite analisarmos com tranquilidade a matéria, em termos de futuro.

Concordo com os Senadores que falaram. Esta é uma tese, não vamos falar no caso específico, mas vamos falar sobre a tese. Se verificarmos o item nº 5 da pauta, que se refere à **FM CINDE-RELA LTDA.**, veremos que o ato é de 13 de março de 1990, e estamos aprovando agora. Vamos aprovar agora o ato que se consolidou no dia 13 de março de 1990.

Então, parece-me evidente que devemos analisar o conjunto dessa matéria, como isso é feito e como não é feito. Em primeiro lugar, diz o Senador Antonio Carlos Magalhães – e eu o respeito – que a forma de conceder é esta que está aí: o Estado faz a concessão às pessoas que se apresentam – uma entidade, várias entidades.

Diz o Senador Roberto Freire que isso não deva ser gratuito, que deva ser oneroso; deve ser aberta uma licitação para determinada rádio, as pessoas apresentam-se e deve haver uma verba estipulada que o Estado receba.

Com toda sinceridade, apresento uma terceira opção, que é a minha, Sr. Presidente. Penso que, na concessão de rádio e estações de televisão, daqui para o futuro, deveríamos fazer um esforço no sentido de que elas fossem comunitárias. Em outras palavras, a universidade, os empresários, a sociedade daquela localidade organizaria uma fundação de direito público e privado e essa teria a prioridade e a ela seria entregue a concessão, daqui por diante, de rádio e televisão.

Parece-me que estaríamos modificando, alterando, mudando, e o Ministério da Comunicações poderia até orientar, verificar, fazer o levantamento de onde há ou não rádio, de onde se pretendem instalar serviços e, daqui para o futuro, onde é que pretendemos criar uma nova rádio, um novo canal e que se oficiem a todas as forças daquele município para dizer: "Há um canal que vai ser concedido a esse município e gostaríamos que vocês se organizassem em uma entidade comunitária, que a sociedade, o conjunto das forças da sociedade estivessem presentes e teríamos, então, não a rádio do Pedro Simon ou do adversário do Pedro Simon ou a rádio de "não sei quem", mas, sim, a rádio da comunidade, do conjunto da comunidade.

Sr. Presidente, esse é um projeto que apresentei e que está tramitando na Casa. Parece-me que, daqui por diante, é uma forma razoável de discutirmos uma matéria tão importante: a participação da rádio e da televisão na sociedade. Penso que, ao invés de se fazer a concessão a "a", "b" ou "c", poderíamos conceder ao conjunto da sociedade.

O Sr. Roberto Freire – V. Exª me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Tem V. Exª a palavra.

O Sr. Roberto Freire – Senador Pedro Simon, gostaria de esclarecer que, quando disse que teríamos que mudar a legislação, continuo afirmando que é necessário mudar. Nessa questão não estamos tratando apenas de concessões. No caso da Rádio Record, é uma concessão, e para as concessões, é necessário licitação. Mas estamos fazendo aqui – e a legislação permite – não apenas concessões, estamos outorgando concessões, estamos também concedendo permissões, as quais dispensam licitação. Estão aqui vários processos de permissão e não de concessão. Portanto, a mudança na legislação é fundamental. Precisamos criar mecanismos que garantam a transparência para todos através das licitações e que acabem com as permissões, claro, para esse setor. E, embora a Constituição permita, as licitações para serviços de radiodifusão dariam maior transparência e evitariam discussões sobre o assunto, como estamos fazendo hoje aqui. Em segundo lugar, Senador Pedro Simon, essas questões têm que ter ônus, não podem ser mais gratuitas. Trata-se de um serviço público como qualquer outro, para o qual se deve impor determinadas condições. Nesse sentido, penso

que a suspensão da votação dessas matérias seria uma boa medida deste Senado.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, todos nós, Deputados, Senadores, Ministério das Comunicações, temos vontade e disposição para resolver, da melhor maneira, esse problema. Ainda não chegamos à conclusão de qual é a melhor forma de equacionar essa questão, mas um bom começo seria o seu debate.

Creio que está tudo bem em conceder, em permitir que duas entidades ou duas pessoas que se apresentam e se ofereçam para explorar os serviços de determinada rádio ou estação de televisão.

Entretanto, parece-me que o Ministério das Comunicações teria condições de agir daqui para o futuro no sentido de que a exploração de uma estação de televisão, estação de rádio, por exemplo, num município do Rio Grande do Sul, a uma determinada pessoa fosse do conhecimento do prefeito, do bispo, do empresário, do representante da igreja luterana, dos representantes dos sindicatos, enfim, das forças vivas da sociedade, a fim de que elas se organizassem. Assim, a entidade comunitária poderia ter prioridade.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL-PI. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr^s. e Srs. Senadores, gostaria de trazer algumas considerações, pelo fato de haver ocupado a Pasta das Comunicações deste País no Governo do Presidente Itamar Franco e para esclarecer que hoje se diz muito que as concessões precisam ter licitações.

E aqui falou também um ex-Ministro, Senador Antonio Carlos Magalhães, que fez uma colocação muito interessante, pois no Governo de V. Ex^a, Sr. Presidente José Sarney, todas as concessões eram licitadas. E por quê? Porque há quatro etapas no processo licitatório. O primeiro é a inclusão no PB, o chamado Plano Básico, sem o que não se pode requerer a segunda etapa, que é o pedido de abertura de edital. O Plano Básico existe exatamente para que se possa bem aferir a administração de radiofrequências; verificar a topografia da região; verificar se comporta ou não, em função da população, da economia ou da situação de fronteira, alguma outra ou mais outras emissoras. E então se estabelece a inclusão no Plano Básico.

Depois, qualquer pessoa física ou jurídica requer a abertura do edital, que é processado pelo Ministério das Comunicações, através da Secretaria de Fiscalização e Outorga. Faz-se o edital, vem a concorrência e, em seguida, a concessão, de acordo com os critérios.

Obviamente há as permissões também. Mas as permissões são dadas, como muitas que estamos votando aqui, de acordo com a lei, para aqueles serviços públicos chamados "restritos". Se há necessidade de mudar a lei, a questão é outra. Mas hoje é esta a lei. Os serviços restritos são permitidos. Os outros serviços são concedidos.

No caso em pauta, estamos tratando de uma emissora que naturalmente tem funcionários, tem empregados, tem técnicos e talvez tenha trinta anos de existência. Estamos tratando, sim, de uma emissora que representa uma tradição no sistema brasileiro de televisão e radiodifusão. Devemos atentar para isso. Se houve demora, a culpa é nossa, do Congresso.

Já o Senador Esperidião Amin chamou a atenção para os 45 dias que a Constituição estabelece para que o Congresso Nacional – Câmara dos Deputados e Senado Federal – examine o ato, o ato em si, o ato da concessão ou o ato da permissão. Mas é claro que, se houver necessidade de maiores detalhes, não está proibida esta Casa de solicitar a atualização de registros ou das informações que bem entender.

Eram os esclarecimentos que me competiam prestar na condição de ex-Ministro das Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PLF-MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, nesta tarde, em decorrência da iniciativa do Senador Eduardo Suplicy, estamos tendo oportunidade de principiar um debate que não vai se extinguir hoje, em torno de um assunto extremamente importante para o País. Por isso mesmo é que, por disposição legal, essas concessões, inclusive renovações, terminam sendo submetidas à própria decisão do Senado da República.

Situo-me, Sr. Presidente, no campo da isenção, como nesse mesmo campo estão situados todos os Senadores aqui. Na minha longa vida pública, desde vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte, deputado federal, vários cargos públicos, dirigente de partido, hoje Senador da República, jamais aceitei qualquer insinuação ou assinar qualquer papel que me distinguisse na obtenção de um canal de rádio e de televisão. É uma orientação que tracei a mim mesmo como homem público e quero cumpri-la até terminar esta mesma vida pública.

Mas quero dar apenas um testemunho. Aqui fui relator de alguns projetos do meu Estado, relativos à permissão ou à concessão de canais de rádio. Após a votação, procurei manter contato com os cotistas, com os dirigentes dessas instituições, e fui surpreendido, em dois casos, com a informação de que ninguém conhecia, nas duas cidades mineiras, essas pessoas citadas nas concessões submetidas, em nível de renovação, à apreciação do Senado da República.

Por mais que eu telefonasse e buscasse dados e informações a respeito do assunto, somente depois, com mais tempo, com mais vagar, veio-me a informação de que essas concessões foram transacionadas com pessoas não da cidade, mas de outras regiões e até de outros Estados.

Há, portanto, uma distorção no que tange à concessão de um bem do Estado, que serve, ao mesmo tempo, de negócio. Conseqüentemente, penso que o Congresso tem o dever de informar-se sobre a atual situação dos proprietários dessas concessões aqui no Senado da República.

Esse é o testemunho que queria dar à Casa. Quero dizer que apóio plenamente a busca de informação, no sentido de que o Senado decida para quem efetivamente essas concessões estão sendo destinadas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Epitácio Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PPR-MA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi com muita atenção as colocações aqui feitas pelos nobres colegas, entre os quais ex-Ministros das Comunicações.

Até hoje, jamais votei contra a outorga de concessão ou permissão. E não sou proprietário de nenhuma emissora. Mas temos que concordar que toda essa história está levantada porque se trata da **TV Record** do Bispo Macedo. E eu também não sou evangélico. Apenas estranho que, de repente, depois da aprovação de um sem-número de concessões de emissoras, haja o interesse em se saber quem é o dono desta, e se realmente tomou as providências devidas para passá-la para o seu nome.

E quantas emissoras estão trabalhando neste País com nome de "fantasmas"? Afinal de contas, o PC Farias inventou o fantasma nos bancos, mas nas emissoras de rádio e de televisão? Não! Eles sempre existiram, e ninguém reclamou quanto a isso.

O nobre Senador Pedro Simon, que vive a realidade gaúcha, fez uma proposta interessante para o Rio Grande do Sul e talvez

para os outros Estados: chamar os prefeitos para que eles façam algo comunitário.

Nobre Senador Pedro Simon, na última eleição, dos 136 prefeitos, tive 130 contra mim e eles usavam as permissões para fazer política. Então, essa é outra realidade. Como aqui representamos a Federação, cada um de nós tala por um Estado da Federação.

O Sr. Pedro Simon – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EPITACIO CAFETEIRA – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Pedro Simon - Não estou defendendo a tese de se dar concessão para prefeito do Rio Grande do Sul. Eu seria contra. Penso que deveríamos criar uma entidade comunitária – prefeitos, empresários, universidades, estudantes, sindicatos de trabalhadores -, onde todos participassem. Também sou contra entregar essa atribuição para os prefeitos, até lá no Rio Grande do Sul. Falei numa entidade comunitária representativa de todas as forças do município.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA – Agradeço o aparte do Senador Pedro Simon, mas quero deixar claro que estamos, de repente, querendo consertar tudo o que foi feito até hoje.

O nobre Senador Roberto Freire fala em tornar onerosa a concessão ou permissão. Ou seja, quem já está ganhando dinheiro com concessão, tem condição de pagar, quem ainda não está, não tem condição de pagar para entrar.

Acho que as concessões deveriam ser um bem público. No meu entendimento – e aí me permitam fazer essa colocação -, acho que toda pessoa que tivesse condições de levar ao ar uma emissora com a mesma responsabilidade que faz um jornal, poderia, isto sim, levar a sua mensagem ao ar e se responsabilizar por ela.

Se fizermos as contas aqui, veremos que as emissoras de rádio e televisão estão quase todas dentro do Congresso. Ou será que não sabemos disso? Será que vamos fazer de conta que vamos julgar outras pessoas e que estamos examinando problemas dos outros e não os nossos próprios?

O Sr. Roberto Freire – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Com prazer, Senador Roberto Freire.

O Sr. Roberto Freire – Apenas para esclarecer, Senador Epitacio Cafeteira. Acredito que V. Ex^a tomou conhecimento de um projeto de regulamentação do Ministério das Comunicações, em que se definiam, na questão das concessões, critérios que colocariam os pretendentes à concessão dentro de aspectos positivos e negativos que graduariam quem poderia receber a concessão. Um deles, o negativo quase que total, seria se o pretendente já tivesse qualquer emissora de rádio ou de televisão na área. Esses critérios são parte do regulamento. Nas licitações esse aspecto teria que ser levado em conta. E não é apenas porque aqueles que estão no setor estão ganhando dinheiro – não é o problema de ganhar dinheiro: é para evitar a cartelização, o que está estatuído na Constituição. Quando falei em licitação onerosa, falei levando em consideração o preceito constitucional de não permitir cartéis. E a regulamentação do Ministério das Comunicações pretende evitar que aqueles que já são proprietários de emissoras de radiodifusão de som ou imagens possam vir a receber novas concessões. Desejo só esclarecer V. Ex^a. Não estou querendo formar nenhum cartel, muito pelo contrário.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Estou falando de coração aberto. A preocupação de V. Ex^a é sobre como ficará essa questão daqui para a frente. E eu pergunto: como fica daqui para trás? Usarei uma expressão jocosa, muito popular, mas, que expressa com muita clareza a situação atual: "quem furunfou, furunfou; quem não furunfou, não furunfa mais." Essa é a verdade do que estamos discutindo aqui.

Não entendo que, de repente, paremos as votações porque se trata da emissora do Bispo Edir Macedo. É o que está ocorrendo. Aqui, já foram aprovadas muitas matérias semelhantes a essa. Antigamente, decidíamos sem votação nominal. O nobre ex-Senador Jutahy Magalhães brigou muito contra isso, mas aqui foram aprovados projetos iguais a esse em abundância. O Senador também tem a mesma opinião sobre o assunto.

Hoje já estamos votando nominalmente esse tipo de matéria. De repente, falamos em **TV Record**, e para votarmos precisamos saber a quem pertence a emissora. Por quê? Jamais alguém perguntou quem eram os proprietários por ocasião de outras votações.

Sr. Presidente, pedi a palavra para manifestar-me a favor da matéria. Devo dizer que não estou entendendo que, de repente, todos aqui passem a acreditar em Lobo Mau e em Chapéuzinho Vermelho.

O Sr. Roberto Freire – Senador Epitacio Cafeteira, quando falei, inicialmente, levantei essa mesma preocupação de V. Ex^a. No momento em que o Senador Eduardo Suplicy fez a indagação sobre a atualização do nome dos proprietários da **Rede Record**, falei em preconceito. Há preconceito neste País, inclusive esse é um bom assunto para começar a ser discutido. Tentei fazer isso na época da Assembléia Nacional Constituinte; não consegui. O editorial da **Folha de S. Paulo** discorre sobre a atitude do Governador Mário Covas na questão da escola laica, que deveríamos ter com escola pública brasileira exatamente para evitar a hegemonia de religiões, talvez até transformando alguma religião em religião oficial, o que a Constituição proíbe. No caso das comunicações, acontece a mesma coisa. Como não pertença – falei muito claramente isso – a nenhuma religião, posso falar abertamente sobre esse assunto tentando defender exatamente a plena liberdade religiosa, o que não acontece neste País, infelizmente. E a Igreja Universal do Reino de Deus, apesar de todos os processos alienantes que utiliza, processos condenáveis, evidentemente que os seus fiéis têm de ser respeitados como quaisquer outros de qualquer outra seita ou religião. Se há da parte de seus pastores ou de alguns de seus pastores atitudes que mereçam crítica, que mereçam, inclusive, a incidência da lei, que se busque isso; mas que não se tenha, em relação à determinada militância de fiéis, posições preconceituosas. Foi o que quis expor. A minha posição de querer suspender a discussão se deu apenas por um acaso, no momento em que se discutia a renovação da outorga da **Rede Record**. Por mim, eu a teria suspenso desde o começo, qualquer que fosse a emissora.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Sr. Presidente, usei o microfone para dizer que não tenho nenhuma emissora de rádio nem de televisão, mas gostaria de ter pedido uma concessão. Não sabia que era tão fácil conseguir. Agora queremos fazer de conta que não foi feita a distribuição de emissoras de rádio e de televisão. Vamos, então, examinar de quem são porque vamos renovar uma concessão, uma permissão? Rádio e televisão neste País sempre foram privilégio. Pode-se fundar um jornal, mas não se pode instalar uma estação rádio ou de televisão sem que o Governo o permita. Essa é uma verdade a que temos de nos ater. Precisamos ter a coragem de dizer não à discriminação.

Meu voto é no sentido de conceder a renovação da **TV Record** e de qualquer outra que aqui vier, desde que não esteja apontada pelos membros da Comissão que, ao examinarem a matéria, tenham dado parecer contrário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua em discussão. Com a palavra o Senador Levy Dias.

O SR. LEVY DIAS (PPR-MS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, esse projeto

foi aprovado pela Câmara dos Deputados e tem parecer favorável da Comissão de Educação do Senado. Nesses quase 5 anos em que estou nesta Casa, centenas de projetos de concessão e projetos de renovação de concessão foram aprovados. É a primeira vez que vejo um debate dessa natureza sobre uma emissora de rádio. A **Rádio e Televisão Record**, de São Paulo, tem uma tradição muito grande em nosso País. Há muitas décadas está no ar, prestando serviço ao povo brasileiro. Ela tem seu corpo de funcionários, seu corpo técnicos e seu corpo de jornalistas. Todos os finais de tarde podemos ver um dos mais brilhantes jornalistas do Brasil, Chico Pinheiro, apresentar o **Jornal da Record**, secundado por Luiz Nassif. É um jornalismo cristalino, um jornalismo limpo e, acima de tudo, um jornalismo independente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – (Fazendo soar a campanha) – Peço a atenção dos Srs. Senadores, pois há orador na tribuna.

O SR. LEVI DIAS – Portanto, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, acredito que não votar hoje esse projeto, depois de votarmos alguns e de haver outros na lista para votação, é um preconceito. E todo preconceito é odioso. Portanto, encerro minhas palavras pedindo à Casa que votemos os projetos normalmente, como temos feito até aqui.

Não conheço o dono da **TV Record**, não tenho nenhum tipo de ligação com ele, mas acho que é um preconceito e voto contra o preconceito.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua em discussão.

Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra, para discutir.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicitaria a V. Ex^a que pedisse silêncio, fazendo soar a campanha, por favor.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – (Fazendo soar a campanha). – Lembro ao Plenário que há orador na tribuna.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, esse debate no dia de hoje, que no dizer de alguns seria impropriedade, a meu ver serve para duas constatações importantes. Primeira, a de que o Congresso Nacional está em falta com a sociedade brasileira, particularmente com os setores envolvidos mais diretamente com a área de comunicação social: segunda, a de que temos votado pedidos de concessão e renovação de rádio e televisão e tem havido reclamações de Senadores de que estamos votando sem conhecimento de causa. Essa situação também é culpa nossa. É culpa do Congresso Nacional.

A Constituição brasileira, no Capítulo V, que trata da Comunicação Social, reza no art. 224:

Art. 224 – Para os efeitos do disposto neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

Muito bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, essa lei a que a Constituição Federal se refere, que dispõe sobre a criação do Conselho de Comunicação Social, foi aprovada pelo Congresso Nacional, salvo engano, no ano de 1991. Caberia ao Conselho de Comunicação Social instruir matérias relacionadas à comunicação social, entre elas a questão das concessões de rádio e de televisão, como órgão auxiliar do Congresso Nacional. Se esse Conselho existisse, se já tivesse sido instalado, os Srs. Senadores votariam de forma mais esclarecida. A lei que criou o Conselho de Comunicação Social previa que fariam parte desse Conselho diversas enti-

dades da sociedade civil brasileira, a saber: a CNBB, a ABERT, a FENAD etc.

Muito bem, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, apesar de essa lei ter sido aprovada no ano de 1991, até hoje...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Lembro ao Plenário que há orador na tribuna.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – ...o Congresso Nacional não instalou o referido Conselho. Gostaria de registrar, inclusive, que fui Relator, na Comissão de Educação, do regulamento dos serviços de TV a cabo no Brasil, já que a lei aprovada previa que a regulamentação da referida lei seria atribuição do Poder Executivo, ouvido o Conselho de Comunicação Social.

O Ministro Sérgio Motta, encaminhou aviso ao Congresso Nacional para que se manifestasse a respeito daquele regulamento. A Mesa do Senado Federal distribuiu o regulamento, que tive a honra de relatar, para a Comissão de Educação. Quero registrar, inclusive, que a Comissão de Educação aprovou, por unanimidade, o parecer que apresentei sobre aquela matéria, o qual concluiu que não era atribuição da Comissão de Educação apreciar o regulamento de TV a cabo. Solicitava que o Poder Executivo sobrestasse o referido regulamento e conclamava o Congresso Nacional para instalar o Conselho de Comunicação Social num prazo de 60 dias.

Quero registrar, inclusive, que apresentei o Projeto de Resolução nº 3, de 1995, do Congresso Nacional, que regulamenta a escolha dos membros do Conselho de Comunicação Social pelo Congresso Nacional. Este Projeto foi lido no dia 1º de junho de 1995 e até hoje as Mesas do Senado e da Câmara não apresentaram o seu parecer sobre ele.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, enquanto não for instalado o Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional, previsto na Constituição Federal e aprovado em lei no ano de 1991, estaremos sempre sujeitos, de maneira espasmódica, como ocorre na tarde de hoje, a travarmos um debate a respeito de concessões ou renovação de concessões para rádios ou televisão, exatamente porque não existe esse Conselho, que teria a tarefa constitucional de auxiliar o Congresso Nacional na determinação e na apreciação de referidas matérias.

Portanto, gostaria de aproveitar para fazer um apelo ao Presidente do Senado, Senador José Sarney, na condição de Presidente também do Congresso Nacional, no sentido de que as Mesas do Senado e da Câmara emitissem logo o parecer a respeito do Projeto de Resolução nº 3, de 1995, do Congresso Nacional, que regulamenta a escolha dos membros do referido Conselho.

Aliás, a posição da Bancada do Partido dos Trabalhadores, nesta Casa, tem sido sempre no sentido de se abster em relação a quaisquer pedidos de concessões ou renovação de concessão de emissora de rádio ou de televisão, justamente para cobrar, sempre que necessário, a instalação imediata do referido Conselho de Comunicação Social.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GILBERTO MIRANDA -- Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O Senador José Fogaça havia pedido a palavra anteriormente para discutir. Concederei a palavra a V. Ex^a em seguida.

Com a palavra o Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB-RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esta é uma matéria que está em pendência no Senado há muito tempo. O assunto trazido à baila pelo Senador José Eduardo Dutra é, por sinal, também objeto, neste momento, de um projeto que tramita na

Comissão de Educação e que trata da regulamentação do serviço de TV a cabo no Brasil.

Em função desse Conselho Nacional de Comunicação que não é constituído, estamos quase que abdicando do papel do Congresso Nacional de dar um parecer sobre a regulamentação dos serviços de TV a cabo no Brasil, porque como a lei diz que é o Conselho Nacional de Comunicação que deve opinar e deve dar o parecer sobre essa regulamentação do Ministério das Comunicações, e como este Conselho não existe, a Comissão de Educação aprovou um parecer, algum tempo atrás, no sentido de que o Congresso deve se abster, ou melhor, deve abdicar da sua condição de poder e deve entregar inteiramente ao Poder Executivo a tarefa de regulamentar os serviços de TV a cabo.

Há, portanto, uma lacuna gritante do ponto de vista institucional no Congresso: é a não existência do Conselho. O Conselho deve ser constituído. Mas eu reconheço que o Conselho não é constituído porque a estruturação na qual foi montado, sob a qual foi erigido, é estritamente corporativista, Sr. Presidente e Srs. Senadores. Não faltou advertência deste Senador ao saudoso, querido, inesquecível e amicíssimo Senador Pompeu de Sousa, autor do projeto. Com extremo carinho, com denodado respeito, mas com veemência e clareza, eu disse neste plenário, Sr. Presidente, ao saudoso Senador Pompeu de Sousa o seguinte: "O projeto que V. Ex.^a está propondo, da forma como está propondo, vai levar à inexecutabilidade absoluta do Conselho. O Conselho se tornou inexecutável. Por quê? São quatro representantes das emissoras de rádio e TV, são quatro representantes dos jornalistas ou técnicos ou funcionários ou assalariados das emissoras de rádio e TV e mais cinco representantes da sociedade civil nomeados pelo Congresso Nacional.

O SR. PEDRO SIMON – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Senador Pedro Simon, veja V. Ex.^a, serão sempre oito a cinco. Serão sempre os interesses corporativos predominando acima dos interesses da sociedade civil. O que deve estar expresso no Conselho Nacional de Comunicação é aquilo a que se referia o Senador Pedro Simon: a comunidade. Não quem tem propriedade de rádio e televisão nem quem para elas trabalham. A Igreja, o sindicato de trabalhadores, o sindicato empresarial, a associação comercial e industrial, a central sindical, a universidade, as escolas, as entidades religiosas, enfim, Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Senadores, quem tem que se manifestar no Conselho é a sociedade civil e até a sociedade civil não organizada. Aqueles milhões e milhões de senhoras anônimas que têm um papel de educadoras em cada casa, em cada residência, em cada família, quem as representa no Conselho Nacional de Comunicação?

Esta questão é da maior gravidade e da maior importância. O então Presidente do Senado, Humberto Lucena, não teve condições de viabilizar isso. Eu compreendo o Senador Humberto Lucena, que tentou, mas não conseguiu, dadas as dificuldades políticas insanáveis dessa lei que criou o Conselho Nacional de Comunicação. Acompanhei o esforço do Senador Humberto Lucena, como imagino que agora deve haver por parte de V. Ex.^a, Sr. Presidente. Mas as dificuldades políticas – eu repito – são insanáveis, devido ao excesso de corporativismo que presidiu a instituição do Conselho.

Em nome da verdade e da mais absoluta isenção, peço o testemunho de quem estava naquela sessão, ao nosso lado e ao lado do então Senador, sempre saudoso, sempre honorável, admirável e amável figura, Pompeu de Sousa, autor da lei.

Em função disso, as coisas não andam. Cada vez que há um problema dessa ordem, como o Conselho não existe, não há como ter um parecer qualificado, estudado e embasado em conhecimento profundo das questões locais ou peculiares de cada rádio ou de

cada emissora de TV. Ou funciona a questão da divergência política: porque tal rádio ou tal emissora é ligada a tal pessoa, não importa se as contas estão certas, se os impostos estão certos, se a rádio é isenta, não importa se ela funciona perfeitamente. Se as regras estão obtidas, aí se quer derrubar. Às vezes, é o contrário: se é de tal pessoa, que é amigo, aí não importa se as contas estão mal, se os impostos vão mal, porque aí se quer aprovar de qualquer jeito. E onde é que está o dado, a referência, o parecer técnico, o conhecimento institucionalizado, filtrado lá na comunidade, através de um conhecimento direto e localizado de quem possa depor? Só o Conselho Nacional de Comunicação poderia fazer isso, como órgão auxiliar do Congresso Nacional. Mas o Conselho não é montado, não é constituído, e o resultado é o impasse, é a situação que estamos vivendo.

O Sr. Pedro Simon – Senador José Fogaça, V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Pois não, Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon – Sr. Presidente, o Senador Fogaça está trazendo à tona um assunto da maior importância. Com o pronunciamento do Senador José Fogaça, talvez se esteja iniciando aqui o equacionamento desta questão. O que S. Ex.^a diz é absolutamente correto, e quero assumir a responsabilidade pessoal como um daqueles que dificultaram a instalação do Conselho. O Senador Lucena, com o maior esforço, inclusive tinha os nomes resultado de entendimentos na Câmara, para que as lideranças do Senado também concordassem e o Conselho fosse instalado. E aí chegamos ao conhecimento de que os nomes eram ligados a determinados setores; que era o mesmo que entregar para uma determinada corporação praticamente todo o comando do Conselho. Fomos daqueles que impediram a sua instalação. Eu queria apenas dizer ao Senador Fogaça e à Casa que sei que o Senador José Sarney considera a possibilidade de designar uma comissão, formada por membros da Câmara e do Senado, para que ela estude as alterações que seriam necessárias na lei e a forma de escolher os membros para esse Conselho. Não sei, Presidente, se estou sendo inoportuno; estou apenas falando sobre algo de que tomei conhecimento: o Presidente do Senado e a Mesa estão preocupados e pensam que uma possível solução seria a criação dessa comissão bicameral. Acho que estamos caminhando na direção correta. V. Ex.^a disse muito bem: não se instala o Conselho, porque, na verdade, ele seria formado por um grupo fechado; não se instalando o Conselho, ficamos numa roda viva, sem nada resolver. Creio que o caminho que V. Ex.^a está defendendo é o mesmo sugerido pelo Presidente José Sarney, ou seja, a instalação de uma comissão para estudar a forma de preencher os cargos e a fórmula de alterar a lei, se for o caso.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Exatamente, Senador Pedro Simon, V. Ex.^a aponta o caminho. Se não houver uma modificação na lei que institui o Conselho e, portanto, na sua estruturação e composição, não vejo como esse Conselho será composto.

Darei um exemplo paralelo a este para mostrar como o domínio corporativo é golpismo que não leva a consequência nenhuma.

A Lei de Diretrizes e Bases, necessária ao País, já deveria ter sido aprovada desde 1988. Tentou-se, numa regra apenas, que foi o Conselho Nacional de Educação, colocar um domínio corporativo. Por isso, Sr. Presidente, a lei está aí há 7 anos, gramando de gaveta em gaveta, pelo Congresso Nacional.

Esse tipo de prática não pode mais continuar. Tenho certeza de que V. Ex.^a vai tomar as providências no sentido de que modifiquemos a lei que institui o Conselho e possamos dar a isso uma abertura institucional, uma representação civil correta, ou seja, que a sociedade brasileira esteja representada abrangentemente e não corporativamente, o que é absolutamente deletério.

O Senador José Eduardo Dutra havia pedido a palavra para um aparte.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex^a está com o seu tempo esgotado.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Lamento, Senador José Eduardo Dutra. Encerro o meu pronunciamento.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Artur da Távola. (Pausa.)

V. Ex^a desiste da palavra.

Com a palavra o Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PMDB-AM. Para discutir. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, está na hora de votar, senão hoje a **TV RECORD** deve começar dizendo simplesmente: a não-concessão ou estudo de concessão relativo ao PDL n^o 42 para o Senado por 2 horas.

Vimos votando tranqüilamente e aprovando todos os projetos. De repente, o Senador Eduardo Suplicy faz uma afirmativa no plenário, no início do seu discurso, dizendo que não estava atualizado. Induz a maioria dos Srs. Senadores a seguir na mesma linha, e aí se dá todo esse debate e paramos de votar.

Logo após, o Senador Eduardo Suplicy esclarece ao Plenário que o projeto está com a relação dos seus acionistas, pronto para ser votado e que não tem dúvida alguma.

Sr. Presidente, há outros projetos na seqüência da pauta, inclusive matérias de interesse do meu Estado, o Amazonas, e ainda estamos divagando com relação ao Projeto de Decreto Legislativo n^o 42. Vamos votar Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão o projeto.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB-PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, em primeiro lugar, o meu protesto porque, por diversas vezes, pedi a palavra para falar sobre a Análise Regimental, da qual sou Relator, e V. Ex^a negou-me a palavra, concedendo-me ao final da discussão.

Não sou Relator dessa matéria no Plenário. Ela possui um relatório de responsabilidade da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Em todo caso, falarei agora.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, nesta discussão senti um ranço inquisitorial. Espero ter me enganado. Em determinado momento, o Senador Ney Suassuna, com o seu espírito, a sua verve, o seu brilho, com um sorriso nos lábios e muita ironia sugeriu-me: "Requião, peça a palavra em nome de Jesus." Não o farei. Cristão ecumênico, quero sustentar o meu relatório em nome da equidade e da justiça.

Sr. Presidente, na sessão de 20 de abril de 1995, o Senador Osmar Dias, que está ao meu lado, levantou a questão da irregularidade da **Televisão Londrina Ltda.**, que teria na sua composição acionária um proprietário que dela não poderia figurar, porque já tinha participação em outras televisões. Não vi, nessa ocasião, esse entusiasmo para discutir a concessão da **Televisão Londrina Ltda.**, que é de propriedade do Ministro da Agricultura.

O requerimento do Senador Osmar Dias foi do dia 20 de abril de 1995. No dia 28 de abril de 1995, quatro dias depois do requerimento, o Ministro da Agricultura regulariza a sua situação na **Televisão de Londrina** e informa dessa regularização o Ministério competente.

Essa questão não provocou o entusiasmo do Senador Eduardo Suplicy e a vontade de discutir dos demais Senadores.

Quero adiantar aos Srs. Senadores que o tratamento que a Comissão de Educação e Comunicação Social do Senado deu a essa questão foi o mesmo que deu a todas da mesma natureza e sobre elas não se levantou nenhuma dúvida. Na discussão das confirmações das outorgas ou permissões, não vi nenhum entusiasmo na discussão da matéria.

Seria mais ou menos a mesma coisa discutir o decreto de 1992, confirmado pela Comissão do Senado em 1994, com votos contrários dos Deputados José Genoíno e Hélio Bicudo. Seria negar o reconhecimento a uma certidão de um casamento realizado cinco anos antes, pelo fato de, três anos posteriormente à realização do casamento, o marido ser objeto da suposição de um crime que ninguém sabe se ele cometeu ou não.

O que o Senado está analisando, neste momento, é o decreto de 30 de setembro de 1992, que renova a concessão para exploração de canal de radiodifusão de sons e imagens, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 1^o do art. 223 da Constituição Federal. Examinando a documentação, cheguei à conclusão de que ela estava regular e evidenciava o cumprimento das formalidades estabelecidas pela Resolução n^o 39/92, ficando caracterizado que a Empresa **Record** atendeu todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão.

Opinamos pela aprovação, na forma do Decreto Legislativo n^o 357-B/93, elaborado pela Câmara dos Deputados. Deixando de lado esta nefasta oportunidade do exercício da inquisição, recomendo ao Senado que, rapidamente, aprove a renovação da concessão da **Rádio Record**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Roberto Requião, a Mesa deu-lhe a palavra em último lugar em deferência a V. Ex^a, uma vez que V. Ex^a foi Relator da matéria na Comissão. Quando a matéria chega ao Plenário, o parecer, uma vez aprovado, é o parecer da Comissão, mas o Relator continua sendo V. Ex^a, na Comissão. E o nosso Regimento diz justamente que, após falar o último orador inscrito ou antes da votação do requerimento, mencionado no artigo do parágrafo anterior, do Relator, é lícito ao Relator usar da palavra no máximo 20 minutos. Assim, V. Ex^a teve oportunidade de esclarecer todas as objeções feitas. O nobre Senador foi o Relator da matéria e é o Presidente da Comissão; as indagações feitas no plenário, pelo Senador Eduardo Suplicy, foram-lhe dirigidas. Somente V. Ex^a, de acordo com os dados que possui, pôde responder ao Plenário. V. Ex^a está sendo injusto com a Mesa, quando a considera que o discriminou.

Muito obrigado.

Passa-se à votação.

A Mesa solicita aos Srs. Senadores que ocupem seus lugares.

A Presidência solicita aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes e em outras dependências da Casa que compareçam ao plenário, pois já temos **quorum** qualificado.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação*)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade
Antonio Carlos Magalhães
Antonio Carlos Valadares
Arlindo Porto
Artur da Távola
Bello Parga
Beni Veras
Bernardo Cabral
Carlos Patrocínio

Casildo Maldaner
 Coutinho Jorge
 Darcy Ribeiro
 Edison Lobão
 Elcio Álvares
 Epitácio Cafeteira
 Emandes Amorim
 Esperidião Amin
 Francelino Pereira
 Freitas Neto
 Geraldo Melo
 Gerson Camata
 Gilberto Miranda
 Gilvam Borges
 Guilherme Palmeira
 Hugo Napoleão
 Humberto Lucena
 Iris Rezende
 Jader Barbalho
 João França
 João Rocha
 Jonas Pinheiro
 Josaphat Marinho
 José Agripino
 José Arruda
 José Bianco
 José Fogaça
 José Ignácio
 Júnia Marise
 Leomar Quintanilha
 Levy Dias
 Lucídio Portella
 Lúcio Alcântara
 Lúdio Coelho
 Marluce Pinto
 Mauro Miranda
 Nabor Júnior
 Onofre Quinan
 Osmar Dias
 Pedro Fiva
 Ramez Tebet
 Renan Calheiros
 Roberto Requião
 Romeu Tuma
 Ronaldo C. Lima
 Sérgio Machado
 Waldeck Ornelas.

ABSTÊM-SE DE VOTAR OS SRS. SENADORES:

Benedita da Silva
 Eduardo Suplicy
 Emília Fernandes
 José Dutra
 Marina Silva
 Pedro Simon
 Roberto Freire.

VOTA "NÃO" O SR. SENADOR:

Lauro Campos.

O Sr. Presidente (José Sarney) – Encerrada a votação. Vota-

ção feita por 5 Senadores; e não 1 Sr. Senador.

háve 7 ausências.

Total de votos: 64.

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para redação final. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, redação final que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Bello Parga.

É lida a seguinte:

PARECER Nº 582, DE 1995

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 1994 (nº 357, de 1993, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 1994 (nº 357, de 1993, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga deferida à Rádio Record S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Sala de Reunião da Comissão, 20 de setembro de 1995. – **Antônio Carlos Valladares, Presidente** – Teotônio Vilela Filho, Relator – Ermandes Amorim – Ney Suassuna.

ANEXO AO PARECER Nº 582, DE 1995

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1995

Aprova o ato que renova a outorga deferida à Rádio Record S.A., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/n, de 30 de setembro de 1992, que renova a outorga deferida à Rádio Record S.A., para explorar, por quinze anos, a partir de 5 de outubro de 1992, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), sem exclusividade, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 5**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1994 (nº 360/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à FM Cinderela Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colorado, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, sob nº 551, de 1995, da Comissão – de Educação.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores já podem ocupar os seus lugares para votar. (Pausa.)

(*Procede-se à votação.*)

VOTAM "SIM" OS SRs. SENADORES:

Ademir Andrade
 Antônio Carlos Magalhães
 Antônio Carlos Valadares
 Arlindo Porto
 Artur da Távola
 Bello Parga
 Beni Veras
 Bernardo Cabral
 Carlos Patrocínio
 Coutinho Jorge
 Darcy Ribeiro
 Edison Lobão
 Elcio Álvares
 Epitácio Cafeteira
 Ernandes Amorim
 Francelino Pereira
 Freitas Neto
 Geraldo Melo
 Gilberto Miranda
 Gilvam Borges
 Guilherme Palmeira
 Hugo Napoleão
 Humberto Lucena
 Íris Rezende
 Jáder Barbalho
 João França
 João Rocha
 Jonas Pinheiro
 Josaphat Marinho
 José Agripino
 José Arnuda
 José Bianco
 José Fogaça
 José Ignácio
 Júnia Marise
 Leomar Quintanilha
 Levy Dias
 Lucídio Portella
 Lúcio Alcântara
 Lúdio Coelho
 Mauro Miranda
 Nabor Júnior
 Onofre Quinan
 Osmar Dias
 Pedro Piva
 Renan Calheiros
 Roberto Requião
 Romeu Tuma
 Ronaldo C. Lima
 Sérgio Machado
 Waldeck Ornelas.

ABSTEM-SE DE VOTAR OS SRs. SENADORES:

Benedita da Silva
 Eduardo Suplicy
 José Dutra
 Lauro Campos
 Marina Silva
 Pedro Simon
 Roberto Freire.

VOTA "NÃO" O SR. SENADOR:

Gerson Camata.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Encerrada a votação. Votaram "Sim" 51 Srs. Senadores.

Votou "Não" 1 Sr. Senador.

Houve 7 abstenções.

Total: 59 votos.

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para redação final.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, gostaria que computasse o meu voto "sim", pois estranhamente não apareceu no painel.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, eu solicitaria o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Ata registrará os votos "sim" dos Srs. Senadores Esperidião Amin e Casildo Maldaner e também a abstenção do Senador Lauro Campos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, redação final que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Bello Parga.

É lida a seguinte:

PARECER Nº 583, DE 1995

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1994 (nº 360, de 1993, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1994 (nº 360, de 1993, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à FM Cinderela Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colorado, Estado do Paraná.

Sala de Reunião da Comissão, 20 de setembro de 1995. – **Levy Dias**, Presidente – **Ernandes Amorim**, Relator – **Teotônio Vilela Filho**, Ney Suassuna.

ANEXO AO PARECER Nº 583, DE 1995

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº, DE 1995

Aprova o ato que outorga permissão à FM Cinderela Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colorado, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 127, de 13 de março de 1990, que outorga permissão à FM Cinderela Ltda, para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colorado, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão a redação final.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Item 6:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 1994 (nº 384/94, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à RADIO SUCESSO LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 548, de 1995, da Comissão

- de Educação.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A Mesa solicita aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(*Procede-se à votação.*)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade

Antônio Carlos Magalhães

Antônio Carlos Valadares

Arlindo Porto

Artur da Távola

Bello Parga

Beni Veras

Bernardo Cabral

Carlos Patrocínio

Casildo Maldaner

Coutinho Jorge

Darcy Ribeiro

Edison Lobão

Elcio Alvares

Epitácio Cafeteira

Emandes Amorim

Francelino Pereira

Freitas Neto

Geraldo Melo

Gilberto Miranda

Gilvam Borges

Guilherme Palmeira

Hugo Napoleão

Humberto Lucena

Iris Rezende

Jader Barbalho

João França

João Rocha

Jonas Pinheiro

Josaphat Marinho

José Agripino

José Arruda

José Bianco

José Fogaça

José Ignácio

Júnia Marise

Leomar Quintanilha

Levy Dias

Lucídio Portella

Lúdio Coelho

Mauro Miranda

Nabor Júnior

Onofre Quinan

Osmar Dias

Pedro Piva

Pedro Simon

Renan Calheiros

Roberto Requião

Romeu Tuma

Ronaldo Cunha Lima

Sérgio Machado

Waldeck Ornelas.

ABSTÊM-SE DE VOTAR OS SRS. SENADORES:

Benedita da Silva

Eduardo Suplicy

José Dutra

Lauro Campos

Lúcio Alcântara

Marina Silva

Roberto Freire.

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Esperidião Amin

Gerson Camata.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Encerrada a votação. Votaram SIM 52 Srs. Senadores; e NAO 2.

Houve 7 abstenções.

Total de votos: 61.

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para redação final. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, redação final que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Bello Parga.

É lida a seguinte:

PARECER Nº 584, DE 1995

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 1994 (nº 384, de 1994, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 1994 (nº 384, de 1994, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Sucesso Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul.

Sala de Reunião da Comissão, 20 de setembro de 1995. – **Levy Dias, Presidente – Emandes Amorim, Relator – Teotônio Viela Filho – Ney Suassuna.**

ANEXO AO PARECER Nº 584, DE 1995

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº _____, DE 1995

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Sucesso Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 123, de 13 de março de 1990, que outorga permissão à Rádio Sucesso Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclu-

sividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 7:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 1994 (nº 392/94, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da COLINHAFIN – EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, sob nº 552, de 1995, da Comissão

- de Educação.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

A Mesa solicita aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(*Procede-se à votação.*)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade
 Antônio Carlos Valladares
 Arlindo Porto
 Bello Parga
 Beni Veras
 Bernardo Cabral
 Carlos Patrocínio
 Casildo Maldaner
 Coutinho Jorge
 Darcy Ribeiro
 Edison Lobão
 Elcio Alvares
 Epitácio Cafeteira
 Emandes Amorim
 Esperidião Amin
 Francelino Pereira
 Freitas Neto
 Geraldo Melo
 Gilberto Miranda
 Guilherme Palmeira
 Hugo Napoleão
 Humberto Lucena
 Iris Rezende
 Jäder Barbalho
 João França
 João Rocha
 Jonas Pinheiro
 Josaphat Marinho
 José Agripino
 José Amuda

José Bianco
 José Fogaça
 José Ignácio
 Junia Marise
 Leomar Quintanilha
 Levy Dias
 Lucídio Portella
 Lúdio Coelho
 Mauro Miranda
 Nabor Júnior
 Onofre Quinan
 Osmar Dias
 Pedro Piva
 Renan Calheiros
 Roberto Requião
 Ronaldo Cunha Lima
 Sérgio Machado
 Waldeck Omelas.

ABSTÊM-SE DE VOTAR OS SRS. SENADORES:

Antônio Carlos Magalhães
 Benedita da Silva
 José Dutra
 Lauro Campos
 Marina Silva
 Pedro Simon.

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Eduardo Suplicy
 Gerson Camata.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Encerrada a votação. Votaram SIM 48 Srs. Senadores e NAO 02.

Houve 06 abstenções.

Total: 56 votos.

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para redação final.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, meu voto "sim" não foi registrado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Ata registrará o voto favorável de V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, gostaria de retificar o meu voto "não" para abstenção. Felizmente, o Senador Esperidião Amin chamou minha atenção, pois apertei o botão vermelho involuntariamente, quando gostaria de apertar o de abstenção.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Ata registrará a manifestação de V. Exª

Sobre a Mesa, redação final que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Bello Parga.

É lida a seguinte.

PARECER Nº 585, DE 1995

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 1994 (nº 392, de 1994, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 1994 (nº 392, de 1994, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Colinhafin – Empresa de Rádio Difusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Sala de Reunião da Comissão, 20 de setembro de 1995. –
Levy Dias, Presidente – Ernandes Amorim, Relator – Teotônio
Vilela Filho – Ney Suassuna.

ANEXO AO PARECER Nº 585, DE 1995

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presi-
dente do Senado Federal, nos termos do, art. 48, item 28, do Regi-
mento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1995

**Aprova o ato que renova a permissão da Coli-
nhalfin – Empresa de Rádio Difusão Ltda. para ex-
plorar serviço de radiodifusão sonora em frequência
modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa
Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria
nº 84, de 22 de junho de 1992 que renova, por dez anos, a
partir de 22 de maio de 1991, a permissão outorgada à Rá-
dio Colon Ltda., posteriormente transferida à Colinhalfin
– Empresa de Rádio Difusão Ltda. para explorar, sem di-
reito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em
frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de
Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de
sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão a re-
dação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discus-
são.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sen-
tados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Item :8

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto
Legislativo nº 24, de 1995 (nº 351/93, na Câmara dos
Deputados), que aprova o ato que renova a concessão
outorgada à empresa RÁDIO TV DO AMAZONAS
S/A, para explorar serviço de radiodifusão de sons e
imagens (televisão) na Cidade de Porto Velho, Estado
de Rondônia, tendo

Parecer favorável, sob nº 527, de 1995, da Comis-
são

- de Educação.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

A Mesa solicita aos Srs. Senadores que ocupem os seus lu-
gares.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(*Procede-se à votação.*)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade
Antônio Carlos Magalhães
Antônio Carlos Valadares
Arlindo Porto
Artur da Távola
Bello Parga
Beni Veras

Bernardo Cabral
Carlos Patrocínio
Casildo Maldaner
Coutinho Jorge
Darcy Ribeiro
Edison Lobão
Élcio Álvares
Epitácio Cafeteira
Ernandes Amorim
Esperidião Amin
Francelino Pereira
Freitas Neto
Geraldo Melo
Gilberto Miranda
Guilherme Palmeira
Hugo Napoleão
Humberto Lucena
Íris Rezende
Jáder Barbalho
Jefferson Péres
João França
João Rocha
Jonas Pinheiro
Josaphat Marinho
José Agripino
José Artuda
José Bianco
José Ignácio
Júnia Marise
Leomar Quintanilha
Levy Dias
Lucídio Portella
Lúcio Alcântara
Lúdio Coelho
Marluce Pinto
Mauro Miranda
Nabor Júnior
Onofre Quinan
Osmar Dias
Pedro Piva
Renan Calheiros
Roberto Requião
Romeu Tuma
Ronaldo Cunha Lima
Sérgio Machado
Waldeck Ornelas.

ABSTEM-SE DE VOTAR OS SRS. SENADORES:

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Gérson Camata
José Eduardo Dutra
Lauro Campos
Marina Silva
Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Todos os Srs. Sena-
dores já votaram?

A Mesa vai proceder à apuração.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaram SIM 53
Srs. Senadores.

Houve 07 abstenções.

Total: 60 votos.

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.
(Pausa.)

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de comunicar à Mesa – já que não tive oportunidade de apertar o botão – que o meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Ata registrará o voto de V. Ex^a

Sobre a mesa, redação final que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Bello Parga.

É lida a seguinte

PARECER Nº 586, DE 1995
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1995 (nº 351, de 1993, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1995 (nº 351, de 1993, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à empresa Rádio TV do Amazonas S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Sala de Reuniões da Comissão, 20 de setembro de 1995. – **Levy Dias**, Presidente – **Ernandes Amorim**, Relator – **Teotônio Vilela Filho** – **Ney Suassuna**.

ANEXO AO PARECER Nº 586, DE 1995

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1995

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à empresa Rádio TV do Amazonas S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/n. de 30 de julho de 1992, que renova a concessão outorgada à empresa Rádio TV do Amazonas Ltda., atual Rádio TV do Amazonas S.A., para explorar, por quinze anos, a partir de 20 de junho de 1988, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram.

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. JADER BARBALHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem a palavra o Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo inscrever a Liderança do PMDB para o período após a Ordem do Dia. Falará, em nome da Liderança do PMDB, o Senador Humberto Lucena.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em seguida à Ordem do Dia, a palavra será concedida ao Senador Humberto Lucena.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Item nº 9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 1995

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 1995)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 1995, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares e outros Senadores, que dispõe sobre a instituição de contribuição social para o financiamento das ações e serviços de saúde, tendo

Parecer, sob nº 531, de 1995, da Comissão - de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável à Proposta, nos termos de substitutivo que oferece, e pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 1995, que tramita em conjunto.

(Primeiro dia de discussão)

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões, em fase de discussão, quando poderão ser apresentadas emendas assinadas por um terço da composição do Senado.

Transcorre, hoje, o primeiro dia de discussão da matéria.

Em discussão. (Pausa)

Sobre a mesa, emenda que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lida a seguinte

EMENDA (DE PLENÁRIO)

Oferecida à Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 1995, que dispõe sobre a instituição de contribuição social para o financiamento das ações e serviços de saúde.

EMENDA Nº 2-PLEN

Inclua-se um novo artigo com a seguinte redação:

Art. 5º Esta emenda entrará em vigor se aprovada em referendo popular, a ser realizado no prazo de 90 (noventa) dias após a sua promulgação.

Justificação

Num país como o Brasil, com tão elevada carga tributária nominal, torna-se imperiosa a consulta ao povo quando se pretende instituir um novo tributo. Principalmente em se tratando de uma imposição fiscal indireta, regressiva, que vai onerar praticamente toda a população.

A meritória finalidade do tributo, destinado a minorar o dramático problema da saúde pública em nosso País, de forma alguma elimina a necessidade da consulta popular. A precariedade do sistema público de saúde afeta sobretudo os mais carentes, que constituem a maioria da população. Como tal, sua vontade prevalecerá no referendo. Nada mais justo, portanto, do que transferir a eles o poder de decidir se estão dispostos a pagar um ônus certo em troca de um benefício incerto.

A matéria não é ponto pacífico. Ao contrário, é altamente polêmica. Se todos concordam quanto à urgência de resolver o problema da saúde, a divergência é grande quanto aos meios de solucioná-lo. Uns gostariam de criar ou aumentar impostos que incidissem apenas sobre os privilegiados; outros, propõem onerar a carga de produtos supérfluos, como bebidas alcoólicas e cigarros, ou tributar atividades hoje clandestinas, como os jogos de azar. E existe, ainda, quem se oponha a qualquer aumento da carga fiscal, por entender, certa ou erradamente, que o problema da saúde se resolverá com um melhor gerenciamento do sistema capaz de eliminar os desvios de recursos.

No que tange à legitimidade e a oportunidade do referendo, não poderia ser contestadas nem mesmo pelo autor da PEC, o ilustre Senador Antônio Carlos Valadares, uma vez que defende arduamente a aprovação popular para as emendas constitucionais relacionadas à ordem econômica.

Finalmente, não se pode alegar sequer, contra a emenda ora proposta, que atrasaria a captação de recursos para a saúde, uma vez que a CPMF só poderá ser cobrada noventa dias depois de criada, exatamente o prazo fixado para o referendo.

Pelas razões expostas, espero que esta emenda tenha a plena aceitação dos senhores senadores.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 1995. – **Jefferson Peres – Marina Silva – Nabor Júnior – José Agripino – João França (em apoio) – Carlos Bezerra – Geraldo Melo – Fernando Bezerra – Edison Lobão – Roberto Requião – Ramez Tebet – Jonas Pinheiro – Beni Veras – Carlos Patrocínio – José Eduardo Dutra – Ney Suassuna – Epitácio Cafeteira – Eduardo Suplicy – Elcio Alvares – Teotônio Vilela Filho – Vilson Kleinübing (em apoio) – Joel de Hollanda – Osmar Dias – Lúcio Alcântara – José Roberto Arruda – José Fogaça – Valmir Campelo – Romero Jucá – José Ignácio.**

O SR. JEFFERSON PERES – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PERES (PSDB-AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, hoje damos início à discussão de um dos temas talvez mais polêmicos da Sessão Legislativa deste ano.

Iniciando o debate da matéria, pedi a palavra para dar conhecimento aos Srs. Senadores da emenda que hoje apresentei a esta PEC, com número mínimo regimental, a qual tem o seguinte teor:

"Inclua-se um novo artigo com a seguinte redação:

Art. 5º – Esta emenda entrará em vigor se aprovada em referendo popular, a ser realizado no prazo de 90 (noventa) dias após a sua promulgação."

Sr. Presidente, sei que essa emenda que, hoje, apresentei será discutida depois de ir à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Mas solicitei a palavra apenas para dar conhecimento ao Plenário desta emenda e pedir que, no momento oportuno, ela seja debatida com a atenção que está a merecer deste Congresso, porque se trata de submeter a restauração do IPMF à decisão da sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A emenda de V. Ex^a será publicada. Decorridos os cinco dias de discussão no plenário, a matéria voltará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Prossegue a discussão.

A SR^a JÚNIA MARISE – Sr. Presidente, peço a palavra para ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem V. Ex^a a palavra.

A SR^a JÚNIA MARISE – (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) Sr. Presidente, só desejo comunicar que o Senador Darcy Ribeiro falará, em nome da Liderança do PDT, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O Senador Darcy Ribeiro falará depois do Senador Humberto Lucena, que já está inscrito pelo PMDB.

A SR^a JÚNIA MARISE – Solicito, portanto, a V. Ex^a que inscreva o Senador Darcy Ribeiro para falar em nome da Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Já está inscrito.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy para discutir a matéria.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de discutir a matéria, gostaria de informar que a Senadora Marina Silva usará da palavra pela Liderança do Partido dos Trabalhadores em seguida ao Senador Darcy Ribeiro, se possível.

Relativamente à proposta de emenda constitucional do Senador Antonio Carlos Valadares, gostaria de submeter à apreciação tanto de S. Ex^a quanto dos demais Senadores duas emendas.

A primeira tem o sentido de promover uma garantia de maior progressividade à contribuição sobre a movimentação financeira. Seria no seguinte sentido:

"Acrescente-se ao art. 2º os seguintes parágrafos:

§ 1º – Estão isentos da contribuição de que trata o art. 1º, caput, as operações referentes ao pagamento de salário mediante depósito em conta bancária corrente do empregado e os débitos relativos a esse depósito até o limite de R\$2 mil mensais.

§ 2º – O valor de que trata o parágrafo anterior será corrigido mediante aplicação do índice adotado para atualização monetária dos tributos federais."

Sr. Presidente, a instituição de um novo imposto, de uma nova contribuição que incidirá sobre todas as movimentações financeiras, se por um lado se mostra necessária para o financiamento emergencial dos gastos com o sistema de saúde, representa também novo ônus que irá sobrecarregar ainda mais aqueles que já comprometem parte significativa de seus rendimentos com os tributos, os quais são recolhidos antecipadamente no momento do pagamento dos salários e rendimentos do trabalho. Sobre estes recai a maior parcela dos tributos arrecadados pelo Estado, em total descompasso com o que ocorre no restante do mundo desenvolvido, onde a tributação sobre o capital prepondera.

Recente estudo da Receita Federal comparou os resultados obtidos a partir de simulação relativa aos países integrantes do Grupo dos 7, do G-7 com os obtidos no Brasil. O resultado não deixa margem a dúvidas: enquanto nos países do G-7 os rendimentos de capital pagam uma alíquota efetiva média de 38%, no Brasil, essa alíquota se reduz a 8%. Sobre o consumo, a alíquota média no Brasil é de 17%, superior aos 13% incidentes sobre o consumo nos países de industrialização mais intensa.

Relativamente à contribuição sobre movimentação financeira, estão implícitos em sua sistemática de recolhimento alguns elementos de progressividade, tendo em vista que apenas 31,5% dos brasileiros com mais de 18 anos – é um dado que obtive no relatório do IBGE – possuem recursos depositados em conta corrente. No entanto, a contribuição não incide apenas sobre os depósitos de

rendimentos em conta bancária, mas sobre todas as operações de crédito e débito, inclusive aquelas relativas a transações comerciais de compra e venda de produtos, quer na fase produtiva ou de comercialização. Como resultado, a contribuição configura-se como mais um imposto indireto, cujo custo será repassado aos preços, prejudicando em maior grau aqueles que gastam a maior parte de seus rendimentos em consumo.

Neste momento em que o Congresso está analisando as reformas necessárias ao sistema tributário, não podemos escapar da tarefa de reduzir a flagrante injustiça do atual sistema. Isto significa, para a discussão em tela nesta proposta, conferir maior grau de progressividade à contribuição sobre a movimentação financeira, por meio da isenção dos valores referentes aos pagamentos de salários – até R\$2 mil -, para que não se aprofunde a perversa realidade existente, segundo a qual quem paga imposto no Brasil, majoritariamente, são aqueles que têm menor capacidade contributiva, cujos rendimentos não são suficientes nem ao menos para garantir uma qualidade de vida compatível com o grau de desenvolvimento já alcançado pelo País.

A outra proposição estabelece:

Acrescente-se o seguinte art. 5º:

"Art. 5º. As instituições financeiras deverão fornecer à Receita Federal os dados necessários à fiscalização do recolhimento da contribuição de que trata o §1º, caput, na forma da lei."

JUSTIFICAÇÃO

Um dos principais problemas de nosso sistema tributário é o elevado nível de sonegação e evasão fiscal existente. Se o Estado brasileiro concentrasse seus esforços na fiscalização e cobrança dos impostos já instituídos, não estaríamos discutindo a necessidade de criação de mais um, mas sim uma política de redução de alíquotas ou até mesmo extinção de alguns impostos, dado o salto que teríamos na arrecadação global do sistema.

Se neste momento podemos considerar que as necessidades reais de financiamento dos gastos com a saúde não podem esperar a adequação das condições de fiscalização compatível com as demandas existentes, também é verdade que não podemos criar novo imposto que peque pelo mesmo problema verificado naqueles já existentes – a falta de condições adequadas para se promover a fiscalização do mesmo. Neste sentido, a presente emenda pretende oferecer ao Estado estas condições, a serem estabelecidas em lei, de forma a não incorremos nos mesmos erros assinalados, sob pena de chegarmos à conclusão de que nenhum imposto será suficiente se sua arrecadação não puder ser fiscalizada.

Assim, Sr. Presidente, convido os Srs. Senadores a subscreverem as duas emendas que aqui apresento, uma vez que, pelo que entendo, há necessidade de pelo menos vinte e sete assinaturas para dar esta contribuição à proposição do Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, prosseguirá a discussão na sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Item 10:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 1995

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 1995)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 1995, de autoria do Senador Wilson Kleinübing e outros Senadores, que acres-

centa dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, facultando à União instituir imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, de vigência temporária, tendo

Parecer, sob nº 531, de 1995, da Comissão

- de Constituição, Justiça e Cidadania, pela rejeição da Proposta, e favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 1995, que tramita em conjunto, na forma do Substitutivo que oferece.

(Primeiro dia de discussão)

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, a discussão prosseguirá na sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Ernandes Amorim para uma comunicação inadiável. S. Exª dispõe de 5 minutos.

O SR. ERNANDES AMORIM (...RO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ao longo de minha vida pública, tenho assistido ao Poder Legislativo, nas três Instâncias: União, Estados e Municípios, quando levados a examinar procedimentos do Poder Executivo, procederem não exclusivamente movidos pelas provas, pelos fatos e pelo conteúdo dos processos examinados.

O mais recente exemplo foi do Governador Leonel Brizola, que, por pouco, não teve os direitos políticos cassados, por conta da ação dos seus adversários.

O julgamento é político e atende às conveniências de grupos.

O mérito e as provas não são fatores essenciais no julgamento.

Assim, tem ocorrido com Prefeitos e Governadores que submetem-se a um desgastante processo de negociação política quando se defrontam com o Legislativo.

Não são raros os casos de suspensão ou perda de direitos políticos, os quais, quando apreciados pelo Poder Judiciário, resultam de absolvição, pela essência política do julgamento.

O exemplo mais contundente desses casos foi o do ex-Presidente Fernando Collor de Mello e o do ex-Deputado Ibsen Pinheiro. Levou-se o País a uma comoção nacional durante esses processos. Multidões foram trazidas às ruas. O Congresso comportou-se tal qual as multidões. Apaixonado e passional, para o Congresso de nada valeram os argumentos da defesa de Collor.

O mesmo estava previamente condenado, num processo cheio de vícios e carente de provas substanciais, que, se racionalmente examinadas, recomendariam, pelos menos, maiores cuidados no exame e julgamento do seu processo.

Condenado, Collor teve os seus direitos políticos suspensos.

Encaminhado o processo ao Judiciário, o Presidente foi absolvido, ainda que por falta de provas, mas continuou sem os seus direitos políticos.

O projeto que ora apresento pretende oferecer a qualquer brasileiro nessas condições a oportunidade de, uma vez inocente, recuperar os seus direitos e a sua cidadania.

O povo que os julguem nas urnas!

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Exª tem a palavra por 2 minutos.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PMDB-AM. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, queria comunicar ao Plenário que foi aprovado o Re-

querimento nº 20, de 1995, segundo o que, como Relator do Projeto SIVAM, convoco, para que esclareçam e prestem informações sobre o referido projeto, as seguintes autoridades: o Secretário Especial de Políticas Regionais, no dia 26/09; o Ministro do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos da Amazônia Legal, no dia 28/09; o Ministro da Justiça, no dia 04/10; o Ministro de Minas e Energia, no dia 11/10; o Ministro da Agricultura e Reforma Agrária, no dia 18; o Ministro do Exército, no dia 25/10; o Ministro das Relações Exteriores, no dia 08/11; o Ministro de Ciência e Tecnologia, no dia 21/11; o Ministro da Marinha, no dia 22/11; o Ministro das Comunicações, no dia 29/11; o Ministro da Fazenda, no dia 05/12; o Ministro da Saúde, no dia 06/12; os Secretários Estaduais do Meio Ambiente, no dia 13/12; os Secretários Estaduais de Segurança Pública, no dia 20/12.

Após a oitiva sobre o SIPAM, até o mês de dezembro, entraremos propriamente no SIVAM, no mês de março.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB-PB, Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, estando na Paraíba na última segunda-feira, cumprindo missão oficial delegada por V. Ex^a, não pude participar das homenagens que o Senado prestou à memória do inesquecível Governador Antonio Mariz, falecido no dia 16 do corrente mês, após pertinaz moléstia que lhe esgotou, aos poucos, todas as energias vitais.

É bem verdade que o Senador Ronaldo Cunha Lima fez-me presente, ao falar também por mim, no seu brilhante discurso.

Entretanto, pela grande vinculação pessoal e política que mantinha com Antonio Mariz, não posso silenciar após a sua morte.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, Antonio Mariz foi um homem público excepcional, cuja inconfundível personalidade destacavam-se como principais ornamentos: a dignidade pessoal e política, o espírito público e a competência.

Filho de José Marques da Silva Mariz e Noemi de Holanda Mariz, herdou a genuína vocação política do pai, nome de grande repercussão na Paraíba, deixando viúva Maria Mabel Dantas Mariz, sua grande companheira, não apenas no seio da família, mas também no curso de sua brilhante trajetória de homem público, e, bem assim, suas filhas queridas, Adriana e Luciana.

Esposo dedicado e pai exemplar, Mariz, entretanto, pela inata vocação política que já ressaltai, desde muito jovem entregou-se, de corpo e alma, muito mais às causas do povo de que aos interesses de sua própria família.

Após ter atuado como universitário na permanente luta dos estudantes pelo aperfeiçoamento de nossas instituições políticas, destacando-se, sobretudo nas mobilizações da UNE, a nível nacional, quando fazia Direito no Rio de Janeiro, Antonio Mariz fez um curso de pós-graduação em Ciência Política, em Nancy, na França, em 1959.

Regressando ao Brasil, ingressou no Ministério Público, mas, sobretudo, iniciou sua atuação político-administrativa.

Subchefe da Casa Civil do Governo (1961-1962), Prefeito Municipal de Sousa – PB (1963 a 1969); Secretário de Estado da Educação e Cultura (1969-1970) no Governo João Agripino; Deputado Federal, em quatro legislaturas, candidato ao Governo da Paraíba em 1982; Diretor do Desenvolvimento Urbano do Banco Nacional da Habitação (1985-1986); Senador eleito em 1990 e, afinal, Governador do Estado em 1994.

O Sr. Hugo Napoleão – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA – Ouço V. Ex^a, nobre Senador Hugo Napoleão.

O Sr. Hugo Napoleão – Senador Humberto Lucena, V. Ex^a traz, através do seu discurso, a imagem do que foi Antonio Mariz. Tive a felicidade de conviver com S. Ex^a na Câmara dos Deputados e, depois, neste Senado da República. Era de temperamento afável, mas sempre muito firme, cordial e determinado. Foi um homem que, por onde transitou, deixou suas posições muito claras. S. Ex^a, eu e outros companheiros assumimos perante o grupo que convençionamos chamar, na época, de os "renovadores" da ARENA. Era um grupo de jovens parlamentares que pensava de uma maneira mais liberal do que aquela que estava presente naquele momento, naquele instante da vida pública brasileira. Tínhamos uma identidade com relação a determinados pontos da nacionalidade, da questão da presença do Estado, da questão da sociedade como um todo. A partir daí, passamos a nos entender. Vi em S. Ex^a uma trajetória de um homem combativo, que teve, por certo, seus revezes – como temos todos nós – mas um homem de família extremamente bem constituída, um homem que tinha a Paraíba sempre em primeiro lugar – como, aliás, o fazem V. Ex^a e o Senador Ronaldo Cunha Lima – e o seu País no âmago do seu coração, da sua mente, com aquele espírito altruísta voltado para o bem comum. Gostaria de consignar, com muita saudade, esta pequena intervenção no discurso de V. Ex^a, lembrando Antonio Mariz.

O SR. HUMBERTO LUCENA – Muito obrigado a V. Ex^a pela sua solidariedade.

O SR. PEDRO SIMON – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA – Ouço V. Ex^a, nobre Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon – Senador Humberto Lucena, também não pude estar presente aqui na segunda-feira para me manifestar como fizeram a unanimidade dos Srs. Senadores. Permita-me que, através do grande amigo de Antonio Mariz que é V. Ex^a, eu traduza ao povo da Paraíba, aos seus representantes e a esta Casa a minha manifestação de carinho, de afeto, de admiração e de respeito a esse grande homem. Em mais de uma oportunidade, inclusive quando se despediu do Senado para assumir a governança do seu Estado, disse em aparte a S. Ex^a: "V. Ex^a é uma das pessoas mais íntegras, mais digna, mais correta, de conteúdo mais profundo que já conheci na vida pública. Realmente, repito aqui, Antonio Mariz foi daquelas pessoas que tinha fidelidade à verdade, tinha fidelidade às suas causas, à busca do bem; onde quer que estivesse, estava preocupado em se esforçar na busca do bem comum. Antonio Mariz foi uma daquelas pessoas que podemos colocar como padrão da sociedade. Que bom se na vida pública todos nós, políticos, fôssemos constituídos pelo menos de uns 10% de "Antônios Mariz", para que pudéssemos ter uma orientação, uma firmeza, uma maneira de ser, um caráter no sentido de o cidadão ser o mesmo em qualquer lugar que esteja. Sinceramente, tinha em Antonio Mariz uma das pessoas que mais admirava, uma das pessoas que mais apreciava, uma das pessoas por quem tinha mais reverência pela sua maneira de ser. E tem razão V. Ex^a, pois quando a doença o atingiu, suportou-a com dignidade, com firmeza. Inclusive, quando na ameaça das interrogações, aceitou o embargo da luta, aceitou a candidatura, elegeu-se e, até o fim, a expectativa e a esperança o dominavam. Morreu Antonio Mariz, mas não tenho dúvida de que seu exemplo e seu gesto, não apenas a V. Ex^a, mas a mim e aos seus amigos, não apenas a nós, Senadores seus colegas, mas a todos aqueles que cuidam de reverenciar o que é sério e o que é digno, haverão de reverenciar a memória desse extraordinário companheiro nosso, que foi o Senador, o Governador Antonio Mariz.

O SR. HUMBERTO LUCENA – Sou grato a V. Ex^a, nobre Senador Pedro Simon, que, inclusive, nos deu a honra da sua presença na Paraíba durante as últimas homenagens que o povo do meu Estado prestou ao seu querido ex-Governador.

Prossigo, Sr. Presidente.

Na Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988), foi Presidente da Sub-Comissão de Direitos e Garantias Individuais e Membro da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.

O ex-Governador desempenhou importantes missões parlamentares no exterior e publicou trabalhos que bem caracterizam a autenticidade do seu pensamento político, como: **Autonomia Municipal (1971)**, **Aposentadoria dos Trabalhadores Rurais (1971)**, **Uma Política Brasileira de Proteção aos Direitos Humanos (1973)**, **Nordeste (1977)**, **Sistema Político Brasileiro (1978)** e **Constituinte - Congresso Democrático (1988)**.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, são esses os principais traços biográficos de Antonio Mariz.

Mas, para nós, que o conhecíamos de perto e, por isso, tínhamos por S. Ex^a uma crescente admiração, muito mais do que os altos cargos e funções que ocupou, o que verdadeiramente caracterizou Mariz foram os seus gestos, suas atitudes, suas posições políticas.

Preocupado em ser fiel ao povo que o elegeu, S. Ex^a dava tudo de si para não decepcionar a opinião pública, que sempre foi a sua bússola.

Como Prefeito de Sousa, nos idos dos anos 60, apesar das dificuldades financeiras do Município, nunca deixou de pagar o salário mínimo aos funcionários, o que representava, como ainda hoje, sobretudo no Nordeste, uma honrosa exceção.

Ligado aos movimentos de esquerda da época, sob a legenda do PTB, deu à sua atuação política um cunho progressista, apoiando, por isso mesmo, as reformas de base do então Presidente João Goulart, sobretudo reforma agrária que despertava paixões e acirrava ânimos, nos campos e nas cidades.

Por isso mesmo, ao eclodir o Movimento Militar de 1964, foi afastado da Prefeitura e preso na capital do Estado. Não fosse a mão amiga do ex-Governador João Agripino Filho, seu parente e um dos chefes civis do referido Movimento, e as suas qualidades de administrador justo e correto, não teriam o reconduzido, assegurando-lhe a retomada do poder municipal.

Daí em diante, Mariz passou a viver momentos de angústia, já que as peculiaridades da política estadual, sobretudo pela suas ligações pessoais com Agripino, não lhe permitiram, desde logo, tomar o caminho do MDB.

Mesmo assim, porém, pelas arraigadas convicções democráticas, nunca deixou de ser uma voz discordante do lado de lá. Todos os projetos de cunho anti-social, particularmente os referentes ao emprego e à renda dos trabalhadores, sempre tiveram nele um ferrenho opositor.

Verberou veementemente contra as cassações e suspensões de direitos políticos e contra as prisões, as torturas e os desaparecimentos. Lutou tenazmente pela anistia, afinal vitoriosa.

Como seu amigo e admirador, acompanhava-o de longe, observando que ele, embora prisioneiro das conveniências políticas locais, cada vez mais agigantava seus passos na busca de uma saída honrosa que o libertasse pessoal e politicamente de compromissos que não se compatibilizavam com o seu pensamento político.

E a hora chegou. Candidato ao Governo da Paraíba, em 1978, detentores do poder não absorveram o seu nome, o que o levou a assumir uma atitude de rebeldia, mesmo sob a ameaça de cassação do mandato parlamentar e de ter suspensos os seus direitos políticos.

Lançou-se candidato à sucessão governamental contrariando os Deuses do Olimpo.

A sua derrota o engrandeceu e nos aproximou. Abriu uma dissidência no seu partido, ao lado de João Agripino, e fez uma coligação branca com o MDB, possibilitando a minha eleição para o Senado.

Daí para cá, nunca mais nos separamos.

Mariz passou uns tempos no PP, mas com a incorporação do seu partido ao MDB, fundou conosco o PMDB, sob cuja legenda disputou o Governo do Estado em 1982, numa campanha desigual, pois o voto vinculado assegurou, de antemão, a vitória esmagadora da ARENA. O PMDB só elegeu os Governadores do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Mas ele não perdeu o ânimo de luta e, em 1986, consagrado pelos votos dos paraibanos, voltou à Câmara dos Deputados, para uma atuação marcante na Assembléia Nacional Constituinte, onde instituiu o Imposto sobre Grandes Fortunas.

E mais adiante, em 1990, a Paraíba o promoveu ao Senado, na mesma eleição que levou Ronaldo Cunha Lima ao Governo do Estado.

Senador, Antonio Mariz destacou-se pelos seus pareceres e pelos seus discursos brilhantes, oportunos e corajosos, como aconteceu, por exemplo, na luta que empreendi em defesa do meu mandato de Senador reeleito pela Paraíba em 1994, quando afirmou, enfaticamente desta tribuna:

"Se a Paraíba fosse incapaz de reagir à violência que se comete contra o mais ilustre dos seus filhos, se faltasse à Paraíba a capacidade de indignar-se, de revoltar-se diante de tão torpe injustiça, então, eu seria o primeiro a não querer ser o seu Governador de Estado. Preparei-me a vida toda para governar a minha terra. Dediquei-me a vida inteira a esse objetivo. Talvez, contudo, o que me distinga, o que me diferencie da maioria dos políticos, seja o fato marcante de que não adulo os poderosos, não cortejo sequer a opinião pública, tantas vezes enganada pelos interesses escusos da imprensa nacional. Ajo em nome de princípios e valores, que julgo expressarem as mais profundas aspirações e padrões de conduta do nosso povo. Não pago qualquer preço para chegar ao poder."

Líder do PMDB e da Oposição no Senado, durante o Governo Collor, foi, para mim, uma honra escolher Antonio Mariz para ser o Relator do processo de **impeachment** contra o ex-Presidente da República, tarefa que o engrandeceu, ainda mais, perante a opinião pública.

Candidato ao Governo da Paraíba, em 1994, Mariz fez a sua luta num ambiente de entusiasmo popular, tendo, ao seu lado, eu e Ronaldo como postulantes ao Senado, numa campanha em que a unidade foi o segredo do nosso triunfo eleitoral.

Vitorioso, assumiu o Governo do Estado sob o **slogan** da solidariedade, voltado para o combate à fome e à miséria, num Estado cujas finanças haviam sido saneadas pela eficiência administrativa de Ronaldo Cunha Lima e, depois, de Cícero Lucena, e já começa a dar importantes sinais de recuperação administrativa, na medida em que realizava importantes ações de governo, através dos projetos "Cooperar", "Água de Beber", "Meio de Vida", "Luz na Terra", "Vida Criança", "Anda Paraíba", e tantos outros, cujo prosseguimento constante era uma das metas de Antonio Mariz.

O Sr. Ney Suassuna - Senador Humberto Lucena, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA - Ouço V. Ex^a, nobre Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna - Excelência, falar de Antonio Mariz para nós da Paraíba é muito fácil e para mim, especialmente, porque, como seu suplente e como seu amigo de 25 anos, militei lado a lado de Antonio Mariz. Lembro-me do dia em que ele escreveu

esse discurso. Varávamos a madrugada, e ele, com indignação, redigia esse discurso, que faria no dia seguinte, pela manhã, em sua defesa. A Paraíba perdeu o seu Governador; o PMDB perdeu um governador: nós perdemos o nosso amigo e o nosso líder pacato, tranqüilo, mas firme, sempre firme. Muitas e muitas vezes mudei posição por convencimento de Mariz. E algumas vezes eu o fiz mudar de posição, como foi o caso do apoio à candidatura de Fernando Henrique Cardoso, que quase ele não apoiou, mas que terminou apoiando, principalmente por pressão minha. A Paraíba perdeu o seu Governador; o PMDB perdeu um governador; nós perdemos – como eu disse – um líder tranqüilo, mas sempre muito firme; e eu perdi um amigo de 25 anos, como V. Ex^a e Ronaldo da Cunha Lima. Só temos pranto.

O SR. HUMBERTO LUCENA – Ninguém mais do que V. Ex^a para dar esse testemunho em nome do PMDB e da Paraíba. Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o homem público vale pela sua atuação e pelo seu pensamento.

O que fez Antonio Mariz já o lembrei.

Mas, para completar o seu perfil, registro nos Anais do Senado algumas de suas sentenças:

"Eu vejo o governo como um instrumento de resgate da pobreza. Acho que a função primordial do governo é exatamente procurar eliminar essas diferenças."

"Os números do IBGE são escandalosos na denúncia do problema de concentração de renda, da qual o Nordeste é a vítima por excelência."

"O problema nordestino deve ser visto numa perspectiva nacional. Interessa ao País restabelecer índices de crescimentos regionais que permitam acreditar na integração das unidades federadas que ali se situam no plano de trabalho, no mesmo plano de prosperidade que o País ambiciona."

"O traço característico dominante dos Governos do Brasil, das elites dirigentes, dos dirigentes dos quadros que detêm o poder econômico, a característica dessa cúpula nacional é a crueldade, é a incapacidade de agir com senso de humildade, de bondade. É uma classe dirigente cruel".

"Os Governos democráticos não são os que realizam apenas as grandes obras, mas, sobretudo, os que melhoram as condições de vida do povo."

"O fundamental é entendermos e vencermos a afronta de tanta fome num Estado que sequer produz, em seu território, nem mesmo o alimento para a minoria que pode comprar."

"Tentarei um Governo de equipe, voltado, antes de tudo, para a solidariedade que faz da dor de um a dor de todos, e da alegria de todos a alegria de cada um."

Sr. Presidente, Sr^s. e Srs. Senadores, que Deus conforte Mabel, Adriana, Luciana e demais familiares nessa hora de dor e ilumine o Governador José Maranhão nessa traumática transição do poder na Paraíba.

O Sr. Eduardo Suplicy – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy – Já tive, na segunda-feira, a oportunidade de externar o sentimento de pesar, de respeito, de amizade, enfim de tudo o que representou para o Senado e para mim próprio, como exemplo, o Senador Antonio Mariz. Subscrevo inteiramente a análise que V. Ex^a faz da extraordinária pessoa que era o Senador Antonio Mariz. Gostaria de dar um testemunho também de algo que me impressionou, relativo à pessoa de V. Ex^a,

porque poucas pessoas foram tão amigas de V. Ex^a quanto o foi tão intensamente o Senador Antonio Mariz, principalmente no episódio que V. Ex^a sabe, eu lhe expliquei, quanto à decisão que o Senado teve sobre a pessoa de V. Ex^a. Apesar de o Senador Antonio Mariz viver com a sua moléstia, como candidato, ele veio a Brasília para realizar um esforço extraordinário de alguém que, percebi, tinha um conhecimento, uma amizade e um respeito, de grande profundidade, pelo Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA – Agradeço o aparte do nobre Senador.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Darcy Ribeiro.

O SR. DARCY RIBEIRO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O Sr. Senador Ademir Andrade enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB-PA) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o governo francês, do Senhor Jacques Chirac, realizou um teste nuclear subterrâneo no atol de Mururoa, Pacífico Sul, apesar dos protestos de todo o mundo desenvolvido, japoneses, australianos, filipinos, europeus de diversas nacionalidades e norte-americanos foram às ruas para condenar de maneira veemente a decisão francesa. Governantes repudiaram o teste nuclear e consumidores estão rejeitando produtos tradicionais originários da França.

O custo político e elevadíssimo, mas, ainda assim, o governo de Paris insiste em realizar outros cinco testes, no mesmo campo de provas do Pacífico Sul, em nome da atualização de seu dispositivo bélico nuclear. Os militares franceses prometem aderir à moratória internacional de testes atômicos, depois que se encerrar esse ciclo de testes. No entanto, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, desde que a guerra fria se encerrou não há mais espaço, nem necessidade para que as bombas atômicas atormentem a espécie humana.

No último dia seis de agosto, o mundo reverenciou a memória dos 140 mil mortos vitimados pela bomba atômica que explodiu sob os céus de Hiroshima, em 1945. No dia nove, lembramos os 74 mil cadáveres provocados pelo artefato nuclear que brilhou nos céus de Nagasaki, no sul do Japão. Os dois ataques nucleares levaram a humanidade a perceber que havia sido descoberto um meio de se destruir a espécie. Acabara a guerra tradicional, do homem contra o homem.

Em Hiroshima e Nagasaki ocorreram, no ataque nuclear, situações semelhantes: sombras de pessoas pulverizadas pelo calor de mais de três mil graus impressas nas paredes do que restou de prédios e casas destruídos, pilhas de cadáveres calcinados e milhares de feridos vagando em busca de abrigo. Depois veio a chuva negra e chegaram os efeitos da radiação atômica. As duas bombas continuam fazendo vítimas até hoje.

As bombas atômicas lançadas contra o Japão contêm lições preciosas para a humanidade. Terminou naquele dia seis de agosto a era da inocência. Começou a do terror nuclear e a do equilíbrio pela chantagem recíproca, segundo a capacidade de destruição de cada país. A história nuclear começa, no último momento da segunda guerra mundial, quando o grande físico Alberto Einstein escreve ao Presidente Roosevelt chamando sua atenção para a possibilidade de terminar o conflito com o Japão com poucas perdas americanas e absoluta destruição do inimigo.

Os norte-americanos montaram em Los Álamos uma instalação supersecreta que, conduzida por alguns dos mais brilhantes especialistas do mundo, detonou a primeira bomba atômica em 15 de julho de 1945. O Presidente Harry Truman soube do sucesso do teste quando estava em Potsdam, na Alemanha, já negociando com os soviéticos o novo mapa da Europa, pós-fascismo. Dias depois, Truman autorizou o lançamento das duas bombas atômicas sobre o Japão, sob o argumento de evitar a perda estimada de um milhão de soldados norte-americanos na invasão daquele país.

Poucos anos depois, a União Soviética explodiu a sua primeira bomba atômica. Stalin havia infiltrado um agente entre os gênios que trabalharam em Los Álamos. Em seguida o conhecimento técnico sobre como produzir a nova arma se difundiu: chineses, franceses, ingleses e indianos explodiram suas bombas atômicas. Os russos e os norte-americanos chegaram, mais tarde, ao requinte: criaram a bomba de hidrogênio, a arma mais poderosa jamais produzida pelo homem. Ela reduz a cinzas tudo o que estiver num círculo de 32 quilômetros em torno de seu epicentro.

Mas as lições do ataque nuclear contra Hiroshima foram entendidas, desde logo, pelos cientistas que participaram do projeto Manhattan.

Roberto OPEN RAIMER, o pai da bomba, transformou-se num militante pacifista. ele, ao descobrir a eficácia e a abrangência de seu invento, fez sua autocrítica numa frase terrível: "Eu me transformei na morte". Diversos outros cientistas admitiram não ter noção precisa da capacidade destruidora da nova arma.

O mundo mergulhou, em seguida, na provação da guerra fria. Estados Unidos e União Soviética expandiram ao máximo seus arsenais nucleares sob o argumento de que um não iniciaria a guerra por saber que o outro tinha a capacidade de destruir o mundo várias vezes. O confronto leste-oeste se constituiu no argumento básico que permitiu o desenvolvimento das armas e a realização de testes atômicos. Ainda assim, desde os anos cinquenta, os dois lados começaram conversas sobre limitação dos arsenais atômicos.

Em 1979, os governos dos Estados Unidos e da extinta União Soviética concordaram em limitar a potência dos testes subterrâneos com armas nucleares. A partir dos últimos anos da década de oitenta, o final da guerra fria empurrou os governos na direção de limitar ainda mais o número de testes e os arsenais nucleares. Recentemente, a Rússia, a Inglaterra e os Estados Unidos declararam moratória aos testes nucleares, exemplo o que não foi seguido pela China, que continuou detonando bombas nucleares. Os chineses explodiram bombas atômicas, recentemente, nos dias 15 de maio e 16 de agosto.

Agora o mundo descobre que o governo francês decidiu realizar testes nucleares, entre setembro de 1995 e maio de 1996, no seu campo de provas no Atol de Mururoa, no Pacífico Sul. Os governos do mundo inteiro, sobretudo os situados no Pacífico, estão protestando contra a decisão de Paris. Os japoneses já iniciaram um boicote aos produtos franceses, atitude que começa a ser seguida pelos australianos. A França, o país da liberdade, da fraternidade e da igualdade, vira suas costas para os apelos pacifistas e insiste em submeter o mundo, outra vez, ao flagelo nuclear.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a França das liberdades não é a França das bombas atômicas! O mundo deu passos decisivos em favor da paz, nos últimos anos. As mudanças foram significativas. Caiu o muro de Berlim, a União Soviética se dissolveu em diversos países e a tendência mundial, inclusive no antigo leste-europeu, é o retorno às liberdades democráticas e ao livre comércio. O contrário disto é o obscurantismo da guerra, a ditadura sanguinária e a hecatombe de Hiroshima e Nagasaki.

Nós, no Brasil, estivemos longe do círculo de fogo do poder nuclear. No entanto, devemos levar a nossa solidariedade àqueles que protestam em todos os recantos do Planeta contra a retomada dos testes nucleares pelo governo da França. Não existe mais a guerra tradicional, não ocorre mais a situação de um soldado lutar em campo aberto contra o inimigo. A guerra de agora, se ocorrer, será travada por sofisticados computadores capazes de infligir o maior dano possível ao adversário e, por extensão, à vida humana.

A guerra atômica ameaça a vida no Planeta Terra. Nenhuma país, em verdade, poderá utilizar essa arma. Se o fizer, será varrido do mapa. Não haverá tempo para que os aviões levantem vôo, nem para que os soldados se coloquem em marcha. Os mísseis com ogivas nucleares, saindo de bases terrestres ou submarinas, são capazes de acabar com o mundo diversas vezes.

Não há sentido na realização de novos testes nucleares, os governos europeus trabalharam com afincos no sentido de organizar e implantar a sua comunidade de países. Em verdade, a Europa caminha, a passos largos, para se transformar num único país. Lentamente, as fronteiras foram se abrindo, o comércio se expandindo, as diplomacias se entendendo e a paz começou a emergir como uma possibilidade concreta. Em sentido contrário, os nacionalismos, as ditaduras e os belicistas perderam terreno.

Tudo, enfim, aponta no sentido de uma paz duradoura, profícua e extremamente benéfica para todos quantos dela participarem. E, neste bom momento da humanidade, justamente o país da democracia, das liberdades, da preocupação com os direitos individuais, a França de tantos exemplos dignificantes para a história da humanidade, decide agredir não só o homem, como a sua própria história.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, não podemos deixar de reprovar, de público, a infeliz decisão do governo do Senhor Jacques Chirac de retomar os testes nucleares no Pacífico Sul. Esses testes só prejudicam o atual status da grande Nação Francesa, além de não intimidar os demais detentores do poder atômico. O momento é de paz e de construção da liberdade, da democracia e de busca da igualdade. O governo da França, com essa decisão, contraria a sua própria história de liberdade, fraternidade e igualdade que sempre ofereceu ao mundo.

Finalizamos apelando para que o governo brasileiros manifeste de público a sua condenação se somando aos demais países do mundo que buscam o caminho da paz para a humanidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

- 1 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 58, DE 1993

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 1993 (nº 316/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema RB de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás, tendo Parecer favorável, sob nº 545, de 1995, da Comissão – de Educação.

- 2 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 34, DE 1994

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 1994 (nº 338/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pampeana

Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 547, de 1995, da Comissão
- de Educação.

- 3 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 41, DE 1994

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 1994 (nº 361/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Mattos, Andery e Santos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itarantim, Estado da Bahia, tendo

Parecer favorável, sob nº 546, de 1995; da Comissão
- de Educação.

- 4 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 42, DE 1994

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 1994 (nº 357/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga deferida à Rádio Record S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 528, de 1995, da Comissão
- de Educação.

- 5 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 1994

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1994 (nº 360/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à FM Cinderela Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colorado, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, sob nº 551, de 1995, da Comissão
- de Educação.

- 6 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 78, DE 1994

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 1994 (nº 384/94, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Sucesso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 548, de 1995, da Comissão
- de Educação.

- 7 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 80, DE 1994

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 1994 (nº 392/94, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Colinhalfin - Empresa de Rádio Difusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, sob nº 552, de 1995, da Comissão
- de Educação.

- 8 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 1995

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1995 (nº 351/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à empresa Rádio TV do Amazonas S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, tendo

Parecer favorável, sob nº 527, de 1995, da Comissão
- de Educação.

- 9 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 1995

(Tramitando em conjunto com a Proposta de
Emenda à Constituição nº 37, de 1995)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 1995, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares e outros Senadores, que dispõe sobre a instituição de contribuição social para o financiamento das ações e serviços de saúde, tendo

Parecer, sob nº 531, de 1995, da Comissão

- de **Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável à proposta, nos termos do substitutivo que oferece, e pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 1995, que tramita em conjunto.

(Primeiro dia de discussão)

- 10 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 1995

(Tramitando em conjunto com a Proposta de
Emenda à Constituição nº 40, de 1995)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 1995, de autoria do Senador Wilson Kleinübing e outros Senadores, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, facultando à União instituir sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, de vigência temporária, tendo

Parecer nº 531, de 1995, da Comissão

- de **Constituição, Justiça e Cidadania**, pela rejeição da proposta, e favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 1995, que tramita em conjunto, na forma do Substitutivo que oferece.

(Primeiro dia de discussão)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h38min.)

**ATA DA 148ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 1995**

(Publicado no DCN, Seção II, de 20 de setembro de 1995)

RETIFICAÇÕES

Na página 16.077, logo após a Resolução nº 44, de 1995, no cabeçalho da sessão,

Onde se lê:

ATA DA 148ª SESSÃO, EM 19 DE SETEMBRO DE 1995

Leia-se:

ATA DA 148ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
EM 19 DE SETEMBRO DE 1995

.....
Na página 16.125, 1ª coluna, logo após o Parecer nº 578, de 1995,

Onde se lê:

VOTO EM SEPARADO

Leia-se:

VOTO EM SEPARADO, VENCIDO

.....

Na página 16.135, 1ª coluna, na ementa do Projeto de Lei do Senado nº 262, de 1995,

Onde se lê:

...indireta ou fundamental da União...

Leia-se:

...indireta ou fundacional da União...

COMISSÃO ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 470, DE 1995-SF

"Destinada a analisar a Programação de Rádio e TV, no País".

ATA DA 3ª REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 1995.

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos dos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de um mil novecentos e noventa e cinco, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Hugo Napoleão (Presidente), Pedro Simon (Relator), Artur da Távola (Vice-Presidente), Valmir Campelo, João França e a Senhora Senadora Benedita da Silva, reúne-se a Comissão Especial "DESTINADA A ANALISAR A PROGRAMAÇÃO DE RÁDIO E TV, NO PAÍS". Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Hugo Napoleão, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Logo após, a Presidência convida o Senhor Roberto Muylaert, Diretor-Presidente da Roberto Muylaert Comunicação, para sentar-se à mesa. Em seguida, o expositor inicia sua explanação sobre "Uma Política de Comunicação para o Brasil do Século XXI". A seguir, o Senhor Senador Hugo Napoleão concede a palavra ao Senhor Relator, Senador Pedro Simon, para fazer sua indagação. Usam da palavra os Senhores Senadores Benedita da Silva e Artur da Távola. Em seguida, assume a Presidência o Senhor Senador Artur da Távola que faz uma síntese da exposição. A Mesa comunica uma próxima reunião a ser realizada terça-feira próxima, dia 29 de agosto, em horário posteriormente definido. Nada mais havendo a tratar, a Presidência agradecendo a presença do Senhor Roberto Muylaert, encerra os trabalhos e, para constar, eu, Adriana Tavares Sobral, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, irá à publicação juntamente com apanhamento taquigráfico que faz parte integrante desta Ata.

ANEXO À ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 470, DE 1995-SF, "DESTINADA A ANALISAR A PROGRAMAÇÃO DE RÁDIO E TV, NO PAÍS", REALIZADA EM 22/08/95, COM OBJETIVO DE OUVIR O SENHOR ROBERTO MUylaERT, DIRETOR-PRESIDENTE DA RMC, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador *Hugo Napoleão*
Vice-presidente: Senador *Artur Da Távola*
Relator: Senador *Pedro Simon*
Íntegra de Acompanhamento Taquigráfico

Reunião 22-8-95 – 14h48min

Presidente: Senador *Hugo Napoleão*
Relator: Senador *Pedro Simon*

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) – Declaro aberta a terceira reunião ordinária da Comissão Especial destinada a analisar a programação de Rádio e TV no Brasil. A Comissão houve por bem convidar para fazer uma exposição hoje e, em seguida,

responder a eventuais indagações o Dr. Roberto Muylaert, que tem vasta experiência no setor, inclusive, na *TV Cultura*, onde desenvolveu um trabalho primoroso.

Concedo a palavra ao Dr. Roberto Muylaert para que faça, perante a Comissão, sua exposição.

O SR. ROBERTO MUylaERT – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Hugo Napoleão, meu prezado amigo Senador Pedro Simon, Senador Arthur da Távola, meus amigos, minhas senhoras e meus senhores, antes de começar, queria dizer que é uma honra para mim estar aqui no Senado Federal, como primeiro palestrante desta Comissão, cuja importância é patente e cujos resultados, tenho certeza, serão os melhores possíveis para a Nação.

Desde o início, o computador e a televisão sempre tiveram uma tela cada um, uma semelhante à outra, e houve muita demora até que se pensasse esses dois aparelhos trabalhando juntos. Isso porque a televisão, inventada em 1930, era, há até pouco tempo, uma máquina burra, sem qualquer modificação desde sua criação, a não ser a introdução da cor.

Do lado de cá, situou-se, até agora, um espectador passivo, sem ação, recebendo a mensagem em via de mão única, sem retorno; do lado de lá, há até pouco tempo, um número limitado de emissoras de TV, com mais programas produzidos do que se poderia colocar no ar através de seus sinais analógicos, em contraposição à tecnologia mais moderna hoje utilizada, os sinais digitais.

Os sinais analógicos são ondas elétricas contínuas que simulam as características da fonte e são transmitidos por antena até o aparelho de televisão, onde são convertidos em elétrons, que se transformam, por sua vez, em sinais do tubo do aparelho por analogia.

Estou dando essas definições técnicas simplesmente porque é crucial, hoje, que se conheça bem a diferença entre o sinal analógico e o sinal digital.

A grande evolução do sistema analógico, perseguida pelos japoneses desde 1972, era a TV de alta definição, HDTV. Depois de 14 anos, a Europa e os Estados Unidos entraram nessa briga; perderam tempo e dinheiro, tentando estabelecer um padrão internacional para a alta definição. Consta-se aí uma pequena mas importante vantagem dos países que não desenvolvem tecnologia de ponta em alta escala porque podem dar os saltos tecnológicos que deram certo, sem passar pelas idéias que não vingaram e que, no caso da HDTV, custaram alguns bilhões de dólares ao Japão.

A alta definição perdeu importância justamente porque surgiu o sistema digital para transmissão de imagens. No meio digital, a informação é representada, sempre e apenas, por 1 e 0, sendo cada um deles um bite. Os sinais digitais são livres de distorções já que os erros podem ser corrigidos, tomando a imagem tão perfeita que a TV de alta definição analógica, hoje, deixa de ter sentido.

Portanto a unidade do sistema digital é o bite e, por meio dele, acontece o casamento do computador e da televisão e passam a ter uma linguagem comum; portanto, podem conversar entre si.

Isso é apenas o começo. Como os bites podem ser enviados em grandes quantidades depois de estocados e manipulados, o sistema digital muda a própria natureza da televisão e do rádio. Uma hora de vídeo digital pode ser transmitida em segundos.

Por outro lado, os bites permitem que os sinais sejam comprimidos e, assim, surgem os satélites com capacidade para transmitir 100 canais, enquanto já se tornou lugar comum falar-se de uma televisão com capacidade para receber 500 canais.

Todavia, uma experiência, nos Estados Unidos, mostrou que telespectadores com possibilidade de assistir a 40 canais acabam optando, no máximo, por 7, após três meses.

A propósito, lembro-me que, há apenas 9 anos, quando iniciava o meu primeiro mandato à frente da *TV Cultura*, em São Paulo, fomos pioneiros na contração da Rede Mundial de Notícia – CNN.

O interesse por aquele canal era ainda tão pequeno no Brasil que, por absurdo que possa parecer, conseguimos exclusividade do canal, por um ano, para todo o Brasil. Entretanto, fomos em seguida surpreendidos por um aviso do antigo Dentel, do Ministério das Telecomunicações – que o Senador Hugo Napoleão também conhece –, que nos proibia, à época, de transmitir aquela programação, visto que a Embratel detinha o monopólio de todos os sinais de satélite que porventura chegassem até o Brasil; segundo ela, porque, além de ser uma incoerência jurídica, era uma incongruência tecnológica.

Dessa forma, acabou o departamento jurídico da **TV Cultura** por demonstrar ao DENTEL a inexistência desse monopólio, cuja simples formulação, nos dias de hoje, provocaria risos.

A extraordinária mudança, provocada pela existência de grande número de canais, refletiu-se na programação, que se tornou um produto escasso, enquanto os meios de produção passaram a ser abundantes. Chegou a hora de os produtores de programas serem valorizados.

Já o número de receptores de televisão à espera de bons programas, em todo o mundo, superam o número de 1 bilhão, estando 8% deles na América Latina. Esse aparelho, tomado inteligente pelos bites que agora possui, poderá receber o vídeo *on demand* ou por encomenda. Permitirá que a telespectadora compre o modelo de vestido da atriz da própria novela que assiste, por meio do retorno do seu próprio aparelho. Receberá também vídeo games para as crianças ou locações de filmes, tudo sem sair de casa.

Repare que todas essas opções são apresentadas na mesma tela, através do cabo de fibra ótica corretor.

São 5 os caminhos para levar a informação à casa das pessoas: o satélite, a radiodifusão, o cabo, o telefone e a mídia embalada, carregada debaixo do braço, como define o Professor Nicholas Negroponte, do Instituto de Comunicação do MIT – Massachusetts Institute of Technology.

No seu livro recém-lançado no Brasil, "A Vida Digital" – que, aliás, recomendo aos amigos da área –, o autor reflete sobre o fato de que, hoje, em plena era dos bites, a maior parte da informação ainda chega até nós sob a forma de átomos, como diz Negroponte, que são os videocassetes, os jornais, os livros e até mesmo o moderno **CD-Room**. Para esse último, ele prevê uma vida curta, embora seja a última novidade do mercado, já que se trata de um sistema de comunicação com base no suporte físico que o contém, que ele chama de átomos.

Negroponte prevê o fim da entrega de qualquer objeto em sua casa, em matéria de comunicação, substituindo-se a entrega por sinais enviados por fibra ótica, que podem transmitir um trilhão de bites por segundo.

Isso significa que uma fibra do tamanho de um fio de cabelo é capaz de transmitir, em menos de um segundo, todas as edições de um jornal como **O Estado de S. Paulo** feitas até hoje.

Essa nova conceituação torna obsoleta até mesmo a legislação norte-americana, que proíbe alguém de ter uma estação de TV e um jornal na mesma cidade, o conhecido **cross ownership** nunca aplicado no Brasil, mas ainda visto por aqui como modelo para evitar monopólios.

Só que, agora, ainda segundo Negroponte, não deveria ser mais ilegal a propriedade de um bite de jornal e de um bite de televisão na mesma cidade, já que ambos farão parte, muito em breve, de um complexo e personalizado sistema de informação *multimídia inseparável*.

Disse ainda que o aparelho de televisão e o computador serão similares: a pessoa pode digitar na sua televisão, assim como poderá assistir à televisão no seu computador, muito em breve.

Os jornais e revistas brasileiros já são feitos totalmente em bites, sendo o único anacronismo do processo a sua impressão, momento em que a comunicação eletrônica sai do bite para o papel, até então não utilizado em toda a elaboração do jornal na redação.

Mas não é só nisso que o sistema de comunicação, no Brasil, está adiantado quanto à tecnologia.

As TVs por cabo e transmissão aérea, por UHF e microondas, o chamado **MMDS**, já fazem parte do cenário de programação de múltiplos canais por assinatura, embora ainda se situe, no Brasil, na faixa dos 500 mil assinantes, até agora, nas classes sócio-econômicas mais privilegiadas, para um público potencial de telespectadores geral, no Brasil, da ordem de 100 milhões de pessoas. Mas, sem dúvida, o crescimento da TV por assinatura será geométrico, prevendo-se a existência de 6 milhões de usuários pagantes já no ano 2.000.

Uma comparação: a Rede Globo, nos melhores horários, hoje, tem na ordem de 60 milhões de espectadores.

Por se tratar de uma atividade que consome grande volume de capital, a briga, até agora, é travada entre os maiores grupos de comunicação do País.

O projeto do Governo de regulamentação da lei de TV a cabo, aprovado pelo Congresso no início deste ano, para concessão de outorga do serviço, dá preferência a empresas que não tenham outra concessão e a projetos de âmbito regional.

Na moderna tecnologia DTH – *directly your home* –, onde o Brasil já aparece com destaque, o sinal vem diretamente do satélite, em banda KU, comprimido, para uma pequena antena parabólica presa na parede externa das residências.

No ano que vem, deverão estar disponíveis dois desses satélites no Brasil, pertencentes aos grupos internacionais Hughes e Murdock, associados a grupos de comunicação brasileiros cada um deles. Cada um deverá lançar outros 40 canais para os assinantes desse serviço, que poderão comprar suas antenas de 45 cm de diâmetro até mesmo em supermercados.

Mas e o conteúdo da programação, com essa quantidade enorme de canais à disposição, tem melhorado? Aparentemente, não.

Algumas pessoas continuam a se queixar de que não há nada para ver na TV, depois de "zapear", por muito tempo, pelos diversos canais disponíveis. O conhecido cantor Bruce Springsteen criou até uma canção chamada "57 canais e nada para ver".

Nos Estados Unidos, na TV a cabo, o tempo médio de permanência de cada telespectador em cada programa é de 12 minutos apenas. Inclusive, nos Estados Unidos, já estão vendendo um aparelho em que o canal muda automaticamente a cada 3 minutos, o que parece uma piada, mas há uma quantidade suficiente de neuróticos para comprá-lo.

Essa insatisfação é própria da natureza humana diante de uma característica da TV a cabo, onde a variedade corresponde a uma segmentação por assunto, sendo que *quantidade nem sempre corresponde a qualidade*.

Assim, quem gosta de documentários pode assisti-los de manhã, de tarde e à noite na TV por assinatura; ou quem gosta muito de ópera poderá até deixar de ser adepto do bel-canto, tal a quantidade de árias que lhe serão ofertadas a toda hora.

Nessas considerações, surge o conceito da TV pública, uma idéia muito bem-sucedida nos Estados Unidos desde a década de 60, justamente porque a TV pública procura, no melhor espírito do humanismo, dar ao espírito humano um pouco de cada um desses setores culturais.

Portanto, desde a década de 60, a TV pública é um sucesso nos Estados Unidos, mas agora passa por maus momentos com a oposição do Líder Republicano, Newt Gingrich, no Congresso, o que é favorável ao corte das verbas federais que cobrem apenas

15% do orçamento das PBS, mas detonam as adesões das verbas estaduais e também municipais.

A Primeira-Dama, Hillary Clinton, saiu em defesa das PBS num artigo bem recente, onde afirma que as crianças norte-americanas de 2 a 5 anos, oriundas de famílias de baixa renda, que assistem a programas como "Vila Sésamo", têm resultados significativamente melhores nos testes de potencial de leitura, vocabulário, raciocínio matemático e preparo geral para a escola. Isso, apesar dos índices de audiência de apenas 2% que as emissoras públicas conseguem nos Estados Unidos.

No Brasil, o fenômeno da TV pública é inédito, em termos mundiais, circunscrito à TV Cultura de São Paulo.

A TV Cultura de São Paulo, uma fundação de direito privado, cujas verbas são fornecidas predominantemente pelo Estado de São Paulo, consegue 11% de audiência no horário nobre, contra 2% da TV pública americana, com programas de fundo educativo, sob a forma de entretenimento, disputando com as comerciais e chegando ao terceiro e até ao segundo lugar de audiência em São Paulo e em outros Estados do País. Em Manaus, tenho informações de que a TV Cultura está em segundo lugar de audiência, atrás apenas da Rede Globo.

As faixas sócio-econômicas atingidas pela emissora são surpreendentes, face o nível de qualidade e até de sofisticação dos programas, como o "Castelo Rá-Tim-Bum", visto por 54% de crianças classes C, D e E – portanto, majoritariamente classes C, D e E -, contra 46% das classes A e B.

Já as emissoras estatais do País sofrem de clientelismo político e de uma subserviência ao noticiário oficial que afugenta o público espectador, sendo que esses fatores negativos só agora começam a melhorar.

Hoje, na área federal, há uma esperança concreta que surge: é a TV Escola, da Fundação Roquete Pinto, Secretaria de Comunicação Social e Ministério da Educação – a primeira tentativa séria de integrar as escolas do País, por meio de um canal de satélite exclusivo para treinamento de professores, e que se inaugura agora, já, no dia 04 de setembro próximo.

Um problema grave de comunicação na área federal é o da Radiobrás. Essa empresa estatal não dispõe no seu orçamento de US\$2 ou 3 milhões, essenciais para substituir três dos seus cinco transmissores de longo alcance, situados aqui em Brasília, no rodeador, que estão fora do ar por falta de válvulas obsoletas em plena era dos bites.

Até gostaria de recomendar, se o Presidente me permitir, aos Srs. Senadores que por acaso não conheçam – tenho certeza de que o Senador Arthur da Távola, que é de Comunicação, seguramente conhece -, uma visita aos transmissores da RADIOBRÁS no rodeador, que é uma experiência interessante e, ao mesmo tempo, deprimente, porque se vêem o potencial brutal de transmissão para as áreas mais longínquas do Brasil e um pessoal extremamente ativo, esforçado e preparado, que funciona como mecânicos de automóveis em Cuba, recuperando equipamentos totalmente obsoletos em nome de uma causa nobre, que é a transmissão para as regiões remotas do País.

Apenas 1% – atenção, 1% – da verba de publicidade que as estatais despendem por ano nas emissoras comerciais, se aplicado nos veículos da Radiobrás, não como favor, mas como publicidade, poderia resolver o seu problema mais premente, permitindo que as vastidões perdidas do nosso território sejam de novo atendidas.

Outro assunto que diz respeito à RADIOBRÁS, muito em voga no momento, é o da "Voz do Brasil", cuja obrigatoriedade é anacrônica.

O programa poderia ser transmitido em cadeia apenas pelas emissoras que o desejassem, assim como acontece com centenas

de rádios de todo o País, que se unem todas as manhãs à Rádio Nacional de Brasília para transmitir, por livre e espontânea vontade, o seu noticiário.

O "Voz do Brasil" é um programa dividido em meia hora do Poder Executivo e do Poder Judiciário, e meia hora do Poder Legislativo, instituição em que estariam as maiores resistências ao fim da obrigatoriedade.

A rede oficial de rádio e televisão leva grande desvantagem em termos de qualidade nos serviços em que ela se confunde com as comerciais, tanto pelas limitações impostas à administração das estatais, como pelo empreguismo e pela estabilidade do funcionário público, que é um seriíssimo problema na consecução de trabalhos criativos.

Surge, aí, uma boa oportunidade para privatização, mantendo-se o Governo apenas nos serviços essenciais de comunicação para as zonas mais remotas do País e para o exterior.

Casos claros de privatização são a própria TV Nacional, de Brasília, a rádio Nacional FM, de Brasília, puramente comercial, e a própria rádio Nacional do Rio de Janeiro, cuja missão de abertura, missão essencial de transmissão de música brasileira já se esgotou no período Vargas, no período Juscelino.

Para se ter uma idéia da importância da rádio Nacional do Rio, à época, sem rádio Nacional não haveria Caetano Veloso. Toda sua cultura musical vem daí.

Resta analisar o papel a ser desempenhado pelas redes de televisão aberta que, por muitos anos, ainda serão os veículos de comunicação mais importantes do País, enquanto as TVs por assinatura estiverem limitadas à parcela da população com maior poder de consumo.

A televisão começou bem, no Brasil, em termos de conteúdo, apresentando na TV Tupi, de Assis Chateaubriand, inaugurada em 1950, uma programação dentro dos moldes que a nossa Constituição de hoje prevê, no seu art. 221, onde, como todos sabemos, as emissoras deverão dar preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas. Deverão promover a cultura nacional e a regional, incentivar a produção independente e respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família. Tudo isso está na Constituição. E não é exatamente isso o que vemos no ar.

De fato, a televisão, quando começou no Brasil, tinha programas educativos, infantis, de qualidade – é o caso do primeiro "Sítio do Pica-pau Amarelo", na década de 60 -, teatro, música brasileira de primeira ordem, música erudita, ópera ao vivo, entrevistas, entre outras coisas de bom nível. Não havia ainda injunções comerciais na programação, o que explica tudo, já que eram os jornais do Grupo Diários Associados que sustentavam a sua televisão, e não o contrário.

No momento em que passou a existir uma feroz disputa pelas verbas de publicidade, que hoje somam US7 bilhões por ano, no Brasil, sendo 51% para a televisão – uma enorme concentração -, a luta pela sobrevivência predominou sobre o simples cumprimento da Constituição Federal.

Hoje, fala-se com graça, mas com bom fundo de verdade, que os programas da TV comercial úteis à sociedade são invariavelmente escalados para as 6h30min da manhã, já que a batalha da audiência não pode ser perdida em nenhum horário importante.

Não se negue, porém, que as principais redes de televisão brasileiras conquistaram um padrão de qualidade respeitado no mundo inteiro, sendo admirável na emissora líder, mesmo sem entrar em juízo de valor, a abrangência de sua audiência, da favela ao palacete, constituindo uma proeza difícil de se realizar em qualquer país, especialmente quando as desigualdades sociais são tão flagrantes.

Em se tratando de conteúdo, a questão mais importante que se levanta hoje, em todo o mundo, diz respeito à violência e à exploração

do sexo pela TV, um aparelho que está dentro dos lares e ao alcance das crianças a toda a hora. Um paliativo para evitar esses excessos é a classificação indicativa, responsável pela determinação da faixa etária a que são destinados os programas de televisão.

A Portaria nº 773, do Ministério da Justiça, prevê uma pequena multa para as emissoras que não cumprirem essa classificação; que eu saiba, não está sendo cobrada. Tal obrigação é quase ignorada pelas emissoras. Os debates sobre esse importante tema invariavelmente descambam para a análise da possibilidade do retorno da tão execrada censura; ocorre que um assunto nada tem a ver com o outro.

Num país como o Brasil, o formato da programação de uma TV comercial pode ser considerado perverso em relação ao nível cultural e ao grau de informação do público espectador, que só se liga ao mundo pela televisão.

Assim, as novelas mostram o modo de vida dos super-ricos, que passa a valer como parâmetro dos falsos valores, a serem perseguidos também pelos menos favorecidos.

Nos intervalos, os comerciais são exibidos no melhor padrão de requinte internacional, das nossas agências de publicidade de primeira linha em todo o mundo, a exibir produtos inacessíveis, que precisam ser cobçados a qualquer preço.

Finalmente, os programas de violência completam o quadro, informando com detalhes sobre o modo de agir dos criminosos e banalizando os assassinatos.

E as emissoras, que competem entre si, não podem deixar de acompanhar as concorrentes, que estão conseguindo pontos no IBOPE por meio desses recursos discutíveis.

Algumas pesquisas mostram que a televisão não gera violência, apenas reflete o comportamento da sociedade. Mas elas só são válidas para o Japão ou para o Canadá, onde ninguém vai sair do conforto do seu lar e freqüentemente do aquecimento central para assassinar alguém na rua, só porque viu uma cena semelhante na televisão. Mas em nosso País, com o caldo de cultura da violência existente em algumas cidades, a correlação entre criminalidade e o que é apresentado na televisão é direto. Esse assunto tem tal repercussão também nos Estados Unidos, que se aguarda a aprovação pelo Congresso americano dos chips V, de computador, que poderá excluir automaticamente os programas classificados como violentos pelo próprio proprietário do aparelho de televisão.

Mas os programas para aplicar o chips V, de violência, são muito grandes, a partir da própria dificuldade de se estabelecer uma classificação que será obedecida por um chip eletrônico, incapaz de ter o mesmo julgamento dos pais mais cautelosos com a sua infundável lista de programas que gostariam de poder bloquear. No horário nobre, o chip pode trazer problemas para programas, como, por exemplo, "Nova Iorque contra o Crime" que ele imediatamente cortaria, mas que tenta educar e proteger as crianças daquela cidade.

Já a BBC, de Londres, uma das melhores emissoras de televisão do mundo, terá de reduzir a apresentação de cenas de sexo e violência, segundo o seu novo regulamento que entra em vigor no ano que vem, em 1996.

Portanto, trata-se de um programa de abrangência mundial sobre o qual, tenho certeza, que os Srs. Senadores irão muito refletir nesta Comissão. Porque cada país está atacando de forma diferente, mas que não poderá deixar de ser enfrentado.

No Brasil, ele tem aspectos de alta dramaticidade, como a carta que recebi de uma favelada, quando presidi a TV Cultura:

Adorei o programa de sábado da TV Cultura, porque, apesar de morar na favela comunitária, o meu canal é o 2. Não gosto das novelas" – palavras textuais – "porque uma vez fiz tudo o que elas fazem e me danei. Meus irmãos saem de noite para ganhar algum na manhã, aí eu mandei eles ver a Cultura antes de sair e foi superlegal. Fala mais coisa bonita, sim, que vou pedir para meus irmãos ver para eles sair da rua.

Assinado: Laurinda, Favela Comunitária São Judas Tadeu, São Paulo, 12 anos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) – Quería agradecer a primorosa exposição tanto do ponto de vista tecnológico, como do ponto de vista de político que acaba de ser proferida pelo Dr. Roberto Muylaert, que, gentilmente, aceitou em trazer a sua valiosa contribuição e colaboração a esta Comissão.

Antes de passar, inicialmente, a palavra ao Relator e aos Senadores já inscritos para interpelações, queria dizer que, uma ocasião, quando estava à frente do Ministério das Comunicações, recebi a visita do Deputado Francisco Silva, do PP, do Rio de Janeiro, que é evangélico, e, salvo engano, possui uma emissora de rádio naquela cidade. S. Exª trazia uma petição a respeito de uma cena de sexo explícito em uma das emissoras, passada às sextas-feiras, às 22h, e me instava a tirar o programa do ar. Disse-lhe que quem normalmente controlava essa programação era o Ministério da Justiça pela sua competência e alçada. Mas que eu iria, usando naturalmente o poder concedente do Estado, pelo menos, chamar um dos Diretores à minha presença para que ele fosse verbalmente notificado a imediatamente retirar do ar este tipo de programação, antes que qualquer medida pudesse ser tomada pelo Ministério das Comunicações. E, assim, foi feito e o programa saiu do ar.

Tipos de programas como esses, com sexo como finalidade, acho que realmente constituem um grave risco para a juventude. Era uma lembrança que me ocorreu agora.

Agora, com muito prazer, concedo a palavra ao Relator da Comissão, nobre Senador Pedro Simon.

O SR. RELATOR (Pedro Simon) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Senadores, Srª Senadora, prezado amigo, Roberto Muylaert, sinto-me grato e emocionado com o seu pronunciamento. Dificilmente teríamos uma identidade tão grande entre os nossos objetivos e a palestra, como esta apresentada por V. Sª.

Confesso que sou um admirador seu de longa data. Considero o seu trabalho, nesses nove anos, na TV Cultura, é algo extraordinário, é algo de marcar o seu nome indelevelmente na capacidade, na potencialidade que os brasileiros têm de avançar e de progredir em qualquer setor, notadamente na cultura.

V. Sª, praticamente com pouquíssimos ou inexpressivos meios, fez uma televisão de primeiríssimo mundo. E competindo num Estado como São Paulo – tive várias ocasiões de ver – teve a oportunidade de fazer programas realmente revolucionários.

Esse programa a que V. Exª se refere é padrão Globo, é um cenário de padrão Globo. Um programa que até hoje debatido e analisado como um dos melhores programas, que é o programa de debates na TV, é algo que considero o que tem de melhor.

Por isso, a Comissão houve por bem convidá-lo para abrir esses nossos debates. E a exposição de V. Sª foi da maior felicidade. Realmente, V. Sª colocou diante de nós um mundo do próximo século.

Gostaria de esclarecer a V. Sª um pouco mais do conteúdo e da vontade desta Comissão. Esta Comissão exatamente vê isso que V. Sª terminou de dizer: quando num fio de cabelo pode-se passar em segundos todas as edições do Estado de S. Paulo. O que significa isso em nível do próximo século? Estamos preocupados com essa progra-

mação exatamente em saber como é que a sociedade brasileira, como é que a mocidade, como é que as gerações que estão por vir vão sustentar esses debates com esses meios de comunicação, com a televisão, com coisa que o valha? Esta Comissão tem esse objetivo.

Com toda a sinceridade, estamos começando, não temos **parti pris**, não temos nada. O que achamos é que nos antecipar ao que vai vir em termos de preocupação com a nossa sociedade, com a nossa mocidade, com esses meios de comunicação e com a formação da personalidade do povo brasileiro no próximo século, esse é o nosso objetivo.

A gente diz e repete que esse é o Congresso Nacional. Aqui, temos legislação e mais legislação; milhares de leis que tratam da família; milhares de leis que tratam da educação; milhares de leis que tratam da televisão. Então, nada disso vai ter a formação no seu método, no meu método, nesses meios de comunicação.

O que podemos fazer? Para onde é que vamos? O que orientamos? Há aí televisão a cabo que foi votada. Há aí uma série de questões que estão sendo discutidas. Mas V. S^a colocou muito bem na sua conferência. Nos Estados Unidos, a legislação já é considerada superada. Quando apresento esses números de que em questão... de hoje até o final do século, teremos um público que aumenta nesse quilate, em progressão geométrica, é fácil de entender o significado da nossa preocupação.

Por isso pediria ao amigo apenas isto: dentro da sua conferência, dentro do conteúdo que V. S^a apresentou para o que vai acontecer neste País, quais são as suas idéias, dos caminhos da televisão, dos trabalhos que devemos levar adiante? Dar uma orientação, um conselho, uma sugestão, uma proposta, aos membros da Comissão com a sua longa experiência e com a sua vivência. Porque ninguém no Brasil, mais do que o conferencista, conhece o futuro e a prática que é fazer na televisão de São Paulo, ganhando, lutando contra um milhão de questões, uma televisão que realmente se identifica com a sociedade, com a família, com os jovens, com praticamente tudo.

Essa carta que o amigo leu eu já tinha tido oportunidade de ler, o senhor a mostrou para mim no seu gabinete. Tive a oportunidade de tê-la em minhas mãos, e me emocionei quando vi essa carta, singelamente escrita por essa menina.

O que V. S^a nos aconselha, o que V. S^a deixaria como agenda, como proposta de trabalho para esta Comissão, daqui para a frente?

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) – Com a palavra o nobre conferencista.

O SR. ROBERTO MUylaert - Senador, V. Ex^a agora deu-me uma missão realmente difícil, porque acredito que os membros do Senado Federal, ao longo de várias reuniões, terão a sabedoria de procurar a luz, através da discussão. Esse é um problema tão complexo que precisa de muitas opiniões e muitas idéias. Um grupo de pessoas, de várias especialidades, juntas, acaba decidindo sempre melhor do que uma pessoa só.

Mas como V. Ex^a lançou-me esse desafio, embora não seja gaúcho tenho que aceitá-lo. Acho que é necessário separar esse problema nas suas diversas matérias, nas suas diversas disciplinas. Uma delas, sem dúvida alguma, não sei se é a primeira, mas por acaso ocorreu-me falar em primeiro lugar, é a propriedade dos meios de comunicação, um problema complexo no País.

Hoje, seria difícil não ter acontecido com a TV a cabo o que aconteceu, ou seja, as empresas que dominam a comunicação a cabo – digo "TV a cabo", mas seria melhor dizer "TV por assinatura" – são praticamente o **Grupo Abril**, que fatura US\$800 milhões por ano, e o **Grupo Globo**, que agora chegou na casa do

US\$1 bilhão por ano. Portanto, não há quem possa competir com eles.

Mas tem que ser assim mesmo, porque também no exterior é o Murdock que faz isso, são as grandes corporações. Cada vez que se constrói uma televisão a cabo, o investimento vem primeiro e a assinatura vem depois. E a amortização do investimento pelo pagamento da assinatura demora anos. Então, é um tipo de investimento que só pode ser feito pelos grandes.

Todavia, se olharmos um pouco para trás, vamos descobrir que as concessões, no Brasil, foram feitas praticamente segundo um esquema político, sem quase nenhum outro considerando. Lembro-me perfeitamente de quando a Manchete ganhou a **TV Manchete da Editora Abril**, simplesmente porque fazia artigos contra o Governo, como faz até hoje, e a **Manchete** publicava lindas fotografias coloridas.

Assim como Silvio Santos ganhou – não me lembro bem quem era o concorrente, acho que o **JB**. E lembro-me daquele slogan que ele criou: "o Presidente é coisa nossa". Deve ser muito agradável ouvir isso, aos ouvidos do Primeiro Mandatário da Nação isso deve ser música. Mas isso está certo. Se a única pré-condição era esta, ou seja, estar bem com o Governo, por que não?

E aí me permito entrar num assunto que diz respeito a esta Casa, não especificamente ao Senado, mas ao Congresso Nacional, onde o número de Deputados – não sei se ocorre o mesmo com os Senadores – que têm emissoras de televisão é muito grande. Isso, claro, não é falta deles, nem dos Deputados nem dos Senadores, mas sim da forma como as concessões eram feitas.

Depois houve o caso das TVs chamadas comunitárias – não sei se todos aqui estão familiarizados com elas -, que são TVs educativas; o rótulo, a classificação é a de TVs educativas. Por coincidência, a maioria das concessões foi dada a Parlamentares – muitos deles não foram reeleitos – quando o Presidente José Sarney precisou dos cinco anos de mandato. É pura e simples coincidência, mas foi na mesma época.

Antigamente eu sabia isso de cor, agora não sei mais. Acho que eram duzentas as TVs comunitárias – o Senador Artur da Távola talvez saiba quantas são, porque ele conhece bem o assunto. Eram quase duzentas.

Como eram feitas essas concessões? Basicamente, o governo fazendo essas concessões para parlamentares, e o parlamentar recebendo, como se fosse no tempo do Getúlio ou do Juscelino, um cartório. Eu era pequeno, mas me lembro que quem ganhava um cartório estava feito por várias gerações. Só que o cartório da televisão é meio bumerangue. O sujeito ganha a concessão, tem que colocar no ar, gastar com equipamento, manter a televisão no ar.

A TV comunitária tinha duas características. A primeira é que não podia ter publicidade, por ser educativa. Há dois tipos de televisão no Brasil: a educativa e a comercial. A educativa não pode ter comerciais. Quando essas concessões eram feitas, havia a grande vantagem de se fazer um telejornal local, excelente para parlamentares em época de eleição.

E o que acontece hoje? Como é que esses parlamentares e os outros não parlamentares, que também são donos dessas televisões, podem sustentá-las se não podem ter comerciais?

Existe um flagrante desrespeito à lei no Brasil inteiro, porque essas emissoras estão pondo comerciais no ar, e algumas delas fazem até o que seria equivalente à publicidade explícita, fazem **merchandising** de chope, de cerveja, de tudo. Uma lei de 1967, um ano antes do AI-5, proíbe até aquele apoio cultural que inventei na **TV Cultura**. Cheguei a levar trezentas multas do Dentel durante o meu período na **TV Cultura**. Não paguei nenhuma, porque consegui anistia. O pessoal dizia que eu não podia ter dinheiro de empresa privada, que tinha que gastar do erário público. É isso

que diz a lei – e os Srs. Senadores podiam pensar nela – vigente. Uma lei feita pelas comerciais contra as educativas, e que prevê – pasmem – a proibição de receber doação. Se alguém quisesse doar R\$100,00 à *TV Cultura* ou à *TV E*, do Rio de Janeiro, não podia. Não seria possível receber por essa lei. Sem nenhum agradecimento na tela, Senador! Essa situação é vigente, agravada pelas duzentas TVs comunitárias que estão desrespeitando a lei.

Então, voltando ao pedido complexo que o Senador Pedro Simon me fez, eu começaria por analisar as leis existentes, que são verdadeiras aberrações. É pensar no que foi escrito pelo Ministério das Comunicações nesse projeto, que o Congresso aprovou, da regulamentação de TV a cabo. Que pelo menos as distribuidoras – porque existem as programadoras de TV a cabo e as distribuidoras, é a classificação – sejam descentralizadas, sob o ponto de vista da propriedade dessas emisoras, pelos grandes grupos de comunicação.

O que eu disse na palestra sobre o problema do *cross ownership*, de ter televisão e ter jornal, não é mais o grande problema, que aliás o Brasil nunca foi atacado. Porque agora jornal e televisão são a mesma coisa, é tudo bite eletrônico, sendo que o seu jornal será impresso pela sua impressora, se você não quiser ler o jornal na própria tela.

Um maravilhoso exemplo da capacidade do ser humano de resolver os seus problemas, quando não existe um governo perturbando, é a INTERNET. Os americanos ficaram anos pensando como fariam essa famosa estrada eletrônica. Enquanto isso, grandes aquisições, companhias telefônicas comprando empresas de TV a cabo para fazer grandes conglomerados para fazer essa estrada eletrônica, de repente, espontaneamente, surge um sistema que hoje tem trinta milhões de usuários e vão substituir, prestem atenção, o correio e o telefone, porque todas as mensagens que hoje existem são enviadas e recebidas no *E-Mail*, que é a caixa postal da INTERNET. A Patrícia, uma estudiosa americana que tem feito grandes trabalhos sobre a comunicação brasileira, tem um cartão que tem o *E-Mail*.

Aqui no Brasil, estamos esperando que a EMBRATEL regulamentamente. Uma coisa que nasceu espontaneamente nos Estados Unidos, foi adotada no mundo inteiro – menos pelos franceses, que já tinham um sistema feito por eles antes. Havia um grupo na França que estudava essa integração entre a INTERNET e o sistema francês. Ninguém pode ficar de fora disso.

No Brasil estamos esperando que a EMBRATEL – e eu estou na fila – libere esse negócio para que possamos – trinta milhões de outras pessoas – entrar na era da estrada eletrônica. Já, hoje, não se precisa esperar mais não, está pronto.

Estou ficando com muito prestígio, Senador, porque estou começando a dar sugestões aos Senadores, que sabem muito mais do que qualquer cidadão comum sobre essas coisas.

Outro ponto é a questão da violência na televisão. Escrevi aqui que o sistema é perverso – tenho plena convicção disso. Falei de um tripé. O tripé é formado pela novela, que trata sempre do mesmo assunto: é sempre o pobre que quer ficar rico, mas não rico como os ricos que eventualmente conhecemos. São ricos que nem vemos, aqueles que só andam de helicóptero e que têm ilhas em Angra dos Reis. Esses são os ricos das novelas.

E o público, exceto os vinte milhões que consomem, ficam olhando e almejando aquele falso valor. E vem o comercial que diz que se tivermos dinheiro podemos comprar. E finalmente todos os filmes são violentos e mostram com requinte como é que se faz para tomar à força aquilo que não se pode ter. Não sei se estou sonhando, se estou exagerando nessa correlação, mas para mim ela é direta, Senador.

E a exploração do sexo pela televisão? Os americanos, um dos países mais liberais do mundo, estão pensando em um semi-

condutor, um tipo de computador que censure a programação. Isso é mais forte do que o livro do Orwell, 1984, porque ele nunca chegou a pensar em colocar um equipamento que cortasse alguma coisa na televisão dos habitantes de 1984. Orwell tinha o *Big brother*, um olho eletrônico, que chateava, porque olhava o tempo inteiro para você. E os americanos estão pensando em algo para justamente cortar, censurar. Eu acho difícil até que isso seja implantado, porque é algo complexo e antidemocrático, em última análise.

Por exemplo, uma das nossas televisões – não sei se é a mesma a que o Senador Hugo Napoleão se referiu – tem vasta programação esportiva. Na sexta-feira, pelo menos, às 22h, corta o esporte e exhibe filme absolutamente pornográfico. Ora, todos sabemos que quem assiste esporte é a juventude saudável, que não está na rua fazendo bobagem, que prefere torcer pelo vôleibol campeão da olimpíada. E, praticamente sem comercial, sem intervalo, essa juventude é lançada a um programa pornográfico às 22h. Não pode estar certo.

Penso também que todos que sofremos com a censura. Eu, na *TV Cultura*, como colaborador, em 1980, tive várias conversas com o famoso Dr. Madeira, que olhava todos os textos. Até que nos dávamos bem, conversando com o censor para ver o que podia ir para o ar. Chegávamos até a nos acostumar com isso. Para a geração atual é impensável. Parece que estou contando uma história aqui do século XVIII, não é Senador?

Mas vivi isso. Vivi um oficial do Exército – depois me disseram que era pára-quedista, porque tinha calça dentro da bota, e o outro tem a calça fora da bota – arrancando-me um *tape* das mãos, que era simplesmente a primeira entrevista que o Lula deu à televisão, em um programa que criei na *TV Cultura*, em 1980, chamado *Vox Populi*. Foi o primeiro programa de entrevista depois do regime militar. Deixaram-me fazê-lo na *TV Cultura*, porque ninguém assistia, à época.

Então, essa censura, a que me refiro e da qual todos fomos vítimas, já era. Há esse patrulhamento, freqüentemente por parte de gente interessada em que continue a violência, o sexo, dizendo para não falar nisso, porque significa volta à censura. Digo que não é nada disso. Vamos falar nisso, sim, mas sem medo.

Ninguém que está aqui tem culpa no cartório, nunca foi censor. Sofremos a censura, razão pela qual podemos hoje, 15 anos depois, dizer: vamos censurar, no melhor sentido da palavra, ou seja, definir o que é, no entender da própria sociedade, um abuso contra os princípios elementares de defesa, por exemplo, da infância e da juventude.

Vou parar por aqui, porque o tema é muito longo. Eu o dividiria em tópicos. Tive a sorte de ser o primeiro orador, que pode ser abrangente, mas tenho a impressão de que, daqui para a frente, os tópicos, se forem circunscritos, possam trazer isso que V. Ex^a, Senador Pedro Simon, deseja: que esta comissão faça uma série de recomendações para o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) – Indago ainda se o Senador Pedro Simon deseja, como relator, deseja usar da palavra para algum outro esclarecimento.

O SR. PEDRO SIMON – No final.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) – No final para dar oportunidade aos outros Srs. Senadores. Terrei que, daqui a mais uns minutos, me ausentar por pouco tempo. Peço ao Sr. Vice-Presidente, Senador Artur da Távola, que assumam a Presidência nesses rápidos minutos em que eu não estarei.

O primeiro orador interpelante inscrito é o Senador Valmir Campelo, que todavia foi chamado ao plenário. Vou passar então, neste caso, para o segundo, nobre Senadora Benedita da Silva, a quem concedo a palavra.

A SRª BENEDITA DA SILVA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs. e Srs, apesar de eu ter chegado atrasada, pude ter o tempo suficiente, até por conhecimento anterior, de assistir a essa belíssima contribuição que V. Sª dá nesse momento para os debates.

Uma das preocupações que tivemos, até por tudo que passamos, é de fazer com que a nossa análise e reflexão tenha um único sentimento: de dar não só politicamente, mas culturalmente, condições de que as pessoas, através do meio de comunicação, tenham acesso a todas as informações, sem censura.

No entanto, temos esse caldo de cultura e censura projetados em nós. Às vezes, não ousamos nem sequer perguntar, quanto mais comentar. Vejo, pelo que o senhor coloca aqui, que temos um espaço e um campo enorme para fazer a pergunta que melhor convier, porque, com certeza, de forma nenhuma, será analisada ou vista como censura.

Mediante a exposição de V. Sª, pude perceber que temos uma cultura que não é necessária para o nosso crescimento pessoal. Absorvemos uma cultura, incrivelmente política no País, que nos leva a que possamos, única e simplesmente, olhar para um canal. Parece-me que nos Estados Unidos apenas 2% das pessoas dão audiência à TV pública. Pergunto: o que pensa da nossa audiência na TV pública brasileira? Porque não alcançamos um percentual maior de audiência?

A outra questão é: o que fazer num país onde a população é levada a nunca mudar de canal. Já existe um dispositivo nos Estados Unidos mediante o qual se pode mudar em doze minutos o canal. Pergunto: o que poderíamos fazer nesse sentido?

Tenho mais duas perguntas: existe uma receita para implantação do Sistema Público de Radiodifusão? Existe algum modelo a ser importado? Concluindo, a censura na TV é uma falsa idéia ou recursos discutíveis? Segundo a exposição, temos essa carga cultural da censura e não queremos colocar, no bom português, o dedo na ferida. Mas de certa forma incomoda, e não apenas a aqueles considerados religiosos – entre os quais me incluo – mas a toda a sociedade brasileira, que tem um certo cuidado e tem os seus limites para entender certos programas que hoje estamos vendo na televisão.

Como tenho a preocupação enorme de não censurar – mas também não concordo com alguns aspectos –, eu gostaria de parabenizá-lo pela exposição, porque verdadeiramente ela me colocou à vontade para fazer essas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) – Agradeço a intervenção da Senadora Benedita da Silva. Antes de passar a palavra ao Dr. Roberto Muiylaert, lembrei-me de que quando S. Sª fez a citação de 1984, de George Orwell, havia também um sistema pelo qual se mudava nas bibliotecas os jornais do passado quando se alterava o inimigo, quando este passava a ser amigo. Muito obrigado.

Passo a palavra então ao eminente conferencista.

O SR. ROBERTO MUYLAERT – Muito obrigado. Nobre Senadora Benedita da Silva, agradeço as suas palavras muito gentis e acredito que as colocações feitas por V. Exª, absolutamente pertinentes, ensinam a que eu possa ter uma abrangência maior em relação aos temas que já abordei.

Sobre o nível de audiência da TV pública no Brasil, era bom antes fazermos uma pequena definição. Na verdade, no Brasil existem três tipos de televisão: a comercial, majoritária amplamente; a TV estatal; e a TV pública, cuja única representante é a TV Cultura, de São Paulo, até agora. Por quê? Porque ela efetivamente depende do Governo do Estado em matéria de recursos. Parece-me que há também no Rio Grande do Sul, segundo acaba de informar o Senador Pedro Simon.

Mas o fato é que a TV Cultura depende do Governo, sob o ponto de vista financeiro, mas independe administrativa e politicamente. E esse é o segredo de tudo, porque a emissora estatal é eminentemente subordinada ao Governo; portanto tem que se curvar àquilo que o Executivo quer sempre.

E a empresa estatal tem tantas limitações, que é praticamente impossível fazer uma boa televisão estatal, porque a dinâmica que uma televisão exige fica totalmente inviabilizada pelos procedimentos de licitações, por exemplo, e pela estabilidade dos funcionários. Funcionário estável em coisa criativa é um terror. Tenho um exemplo que me foi contado pelo Jorge, Presidente da TVE no Rio de Janeiro: no carnaval, antes de ele entrar – havia um outro presidente – foi feito um grande plano – levou mais ou menos três meses – de cobertura do carnaval carioca sob um ponto de vista diferente. Era o chamado esquentamento – os senhores do Rio de Janeiro conhecem bem – das escolas de samba. Era essa a temática: eles tinham preparado vários programas em paralelo para servirem de apoio a aquele. No dia do desfile, os dois repórteres que estavam treinados para aquela cobertura faltaram, e não foi feito, não foi para o ar. O Presidente da TVE, à época, que era o Francisco Teixeira, depois da quarta-feira de cinzas, ao encontrar os dois, perguntou o que aconteceu e os dois responderam textualmente: "o senhor acha que nós vamos trabalhar durante o carnaval?" Esta história não é fictícia. Então a TV e a rádio estatal estão condenadas à ineficiência, à pouquíssima audiência, relação custo/benefício muito pequena. Enquanto a TV pública tem chance, e V. Exª falou de audiência e eu lhe respondo que a TV Cultura, com 11% de audiência no horário nobre, é caso conhecido mundialmente como excepcional. O normal é 2%, quando atinge 7% uma TV pública é excepcional. Por quê? Porque ela não apela.

O público não deseja, mas é vítima de um programa de baixo nível ou de uma violência porque é sempre atraente; existe essa curiosidade mórbida do próprio ser humano. O público não quer isso mas é atraído por isso.

Então, em matéria de audiência, a TV pública vai muito bem no Brasil, melhor do que em qualquer outro país. Porque consegue fazer televisão cultural e educativa com entretenimento, até porque televisão é entretenimento. Isso é uma coisa que nunca podemos esquecer. Ninguém liga a televisão para se chatear – "Agora vou me chatear um pouco, vou ver um programa bem chato" e liga a televisão". Ninguém é masoquista a este ponto. O sujeito liga a televisão para ver cores, para ver o que a Rede Globo faz tão bem, informar tudo ali. E, aí, se o programa tiver um fundo educativo, ele atrai tanto quanto aquele que não tem. E esse eu considero o grande erro dos comerciais.

Se observarmos, por exemplo, aquele programa infantil da Rede Globo, que tem os cachorros, é um programa bem feito, tem qualidade, ganhou até prêmios, mas se prestar atenção ao texto é um texto feito para adultos, não tem um pedagogo e um psicólogo ali. A TV Cultura trabalha um ano antes de gravar o primeiro programa, tem pedagogo, psicólogo, revisor de texto, analista comportamental, analista histórico, adequação à criança, à faixa etária. Tem um livro – que se o Senado ou a Comissão quiserem está à disposição na TV Cultura – que é uma espécie de bíblia do programa, feito um ano antes do programa entrar no ar, e que tem todos os cuidados que devem ser tomados em cada gravação, mas com detalhes inacreditáveis. O que pode, o que não pode, o que é politicamente correto sob o ponto de vista da criança.

O SR. (Não identificado.) – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO MUYLAERTE - No Brasil. Nos Estados Unidos a PBS faz...

A nobre Senadora Benedita da Silva pergunta por que no Brasil muda-se pouco de canal, nunca se muda de canal, não é isso?

A **Rede Globo** é criticável sob inúmeros pontos de vista, posso fazer uma palestra, se o Sr. Presidente me convidar novamente, só para falar mal da **Rede Globo**, tem um terreno fantástico. (risos) Mas com relação a esse ponto tocado pela nobre Senadora Benedita da Silva de que ninguém muda de canal, positivamente nós não podemos falar mal da **Rede Globo**, porque se há uma coisa em que o espectador é soberano é na mudança de canal, ele manda; e se ele não troca de canal é por que ele acha a **Rede Globo** melhor. A **Rede Globo** conseguiu a posição que tem no cenário nacional graças ao seu esforço, à sua criatividade ser maior do que a dos outros.

Na hora em que a pessoa é livre para mudar de canal ninguém fica num canal que não é bom. Então V. Ex.^a tocou justamente no maior mérito da **Rede Globo**, que é conseguir, num esquema de livre iniciativa, ter, de longe, a maior de todas as audiências, sendo que as demais emissoras somadas freqüentemente não atingem o mesmo nível. Isso é mérito profissional, ela tem vários. Também dá para fazer uma palestra sobre por que ela é tão boa, ambas as facetas valem.

Agora, é claro, nas origens, se quisermos falar como foram feitas as concessões. Imagine concessão de televisão no Brasil que até agora sempre foi dado de graça por razões políticas e, no dia seguinte, passa a valer milhões de dólares. Não sei se esta Comissão do Senado sabe, talvez saiba, seguramente o Senador Artur da Távola, que é do ramo, sabe que as concessões de cabo foram dadas, não muitas mas umas dezenas de concessões, logo no início, quando mal se sabia no Brasil o que era isso, para pessoas que nunca montaram alguma coisa, nenhum quilômetro, nenhum metro de cabo e que depois foram vendidos às grandes empresas de comunicações por cerca de US\$5 milhões cada concessão. Onde será que existe no mundo uma pessoa que vem ao Ministério das Comunicações, cinco ou seis vezes, sai com a concessão, guarda-a em casa, espera três ou quatro anos e vende por US\$5 milhões? É aqui, todos sabemos, e o sujeito nada fez de errado.

Imagine se é possível uma concessão, que o Governo dá de graça, ter um valor de revenda. Agora é que está-se examinando essa questão, o próprio Congresso Nacional está mexendo nisso, para que não se possa vender num período de cinco anos ou algo semelhante.

Nas origens, é claro, as concessões são nebulosas. Certa vez li um artigo que achei muito apropriado. Dizia que havia um tempo em que a TV não era concessão do Governo; o Governo era uma concessão da TV. É um achado esta frase.

Por que não se muda de canal, Senadora? É porque a Rede Globo merece que se fique lá. Esse é o grande mérito dela. Não está escrito em qualquer lei que a pessoa não pode trocar de canal.

V. Ex.^a falou em implantação de TV pública. Suponho que seu ponto de vista seja de ampliar. Acredito que se for alterada essa lei de 1977, permitindo que as TVs públicas, sob várias limitações, possam ter publicidade – preste bem atenção: sob inúmeras limitações, senão fica igualzinha à comercial – não há o que faça. Quando precisa de dinheiro e não tem de onde tirar, acaba baixando o nível mesmo para competir com a outra.

Até houve uma lei, quando o Ministro da Educação era o Ministro Goldemberg, que chegou à Câmara dos Deputados e deve estar aí até hoje, era bem feita e previa justamente casos em que podia haver publicidade para isso.

Agora, a TV estatal está fadada a terminar. Só não termina rapidamente porque eu que estive um período, embora curto, aqui em Brasília – e isso nos abre muito a cabeça, principalmente do paulista que acha que o Brasil é São Paulo e eu me enquadrava nisso; hoje sei que não é.

Por que a privatização não ocorre mais rapidamente? É uma coisa curiosa, mas o homem público, quando chega ao Governo, ele diz que vai desestatizar tudo, principalmente nessa era neoliberal que estamos vivendo, – neoliberal no melhor sentido da palavra.

O SR. (Não identificado.) – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO MUYLAERT – Então, quando o homem público chega com a intenção de privatizar, de repente ele descobre uma coisa muito simples: se ele privatizar, perde o poder. Se ele tem sob seu comando cinco empresas, passa a ter três. Isso é um perigo, porque o poder na área federal, estadual e municipal se mede também pela quantidade de quadradinhos no organograma.

Ora, a Alemanha privatizou todas as empresas da Alemanha Oriental em um ano; foram milhares de empresas privatizadas, antes estatizadas; não sobrou nenhuma. Não sei por que não devamos também privatizar, ao invés de tentarmos ter novas estatais.

Sobre a censura na TV, acredito que a nobre Senadora comunga da mesma opinião. Não se trata de censura de forma alguma. A Constituição prevê, o Ministério da Justiça tem uma portaria que diz ser necessário haver classificação por faixa etária de horário. Isso é elementar. Lembro, quando éramos garotos, que nos era impossibilitado de entrar para ver um filme proibido a menores de 18 anos. Não havia meio; podia até pôr gravata, mas tinha o porteiro e barrava. É mais ou menos o porteiro eletrônico que precisamos ter aqui simplesmente para que não se exponha às crianças esse nível de violência.

As TVs comerciais só compram o que costumam classificar como filme de helicópteros explodindo. Se não existir essas imagens o filme não é comprado.

Para se ter uma idéia, fui algumas vezes ao Festival de Cannes para comprar filmes europeus para a TV Cultura e uma série de programas. Só tinha a TV Cultura comprando e a TV Globo vendendo. As outras emissoras de televisão do Brasil não iam a Cannes, onde está toda a produção européia. Só iam a Los Angeles e a San Francisco, porque lá é que estão os grandes filmes de violência, que banalizam totalmente a criminalidade a ponto de o sujeito, na vida real, achar normal alguém puxar um revólver e dar um tiro.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) – Não há mais oradores inscritos.

Antes de encerrar, gostaria de fazer um registro na nossa Comissão de uma possível síntese da magnífica fala do Prof. Roberto Muylaert e, ao final, agregar apenas uma pergunta, para que não fique incompleto o nosso panorama, após uma fala tão precisa, tão brilhante.

Ficou muito claro, no início da palestra do Dr. Roberto Muylaert, que não se pode mais falar na questão de televisão propriamente considerando-se exclusivamente a visão da televisão em circuito aberto, essa televisão que está nos lares brasileiros ainda hoje. O fato é que a contemporaneidade se caracteriza por uma pluralidade da oferta nessa matéria. Existe a tevê aberta, o canal aberto, que habitualmente funciona em VHF, mas existe ainda em canal aberto uma possibilidade enorme de exploração de televisões em UHF que o País não desenvolveu. Seriam televisões que estão para as cidades como as rádios FM. O espectro é pequeno, não são redes nacionais, mas atingem, digamos, a necessidade da comunidade.

O País busca há muitos anos regulamentar essa matéria e até aqui não o fez.

Existe a tevê a cabo, uma novidade em implantação e expansão no Brasil. O Dr. Roberto Muylaert abordou muito bem a questão da concessão como se encontra, dada inicialmente de forma indiscriminada, depois confinada em dois grandes grupos que tinham capacidade de investimentos necessários para implantação.

Existe a televisão por satélite, em vias de ter ampliação e praticamente liquidar a tevê a cabo, ou pelo menos aparecer no mercado com uma oferta plural muito maior do que aquela, com uma antena pequenininha que se poderá comprar em qualquer supermercado, por um preço muito baixo, possibilitando uma infinidade de canais novos nos vídeos comuns das casas.

Existe o vídeo-cassete, uma forma congelada de apresentação de filmes, programas, ofertas, viagens, entre outros. Existe ainda o disco laser, mais sofisticado, mas é uma outra possibilidade e a tevê por assinatura, que se utiliza do cabo; num primeiro momento se utilizou também do satélite em uma das empresas.

S. Ex^a depois, com muita precisão, ponderou que hoje dois universos se aproximam sem o risco de se chocarem: o universo do computador e o da televisão. A partir daí o que se abre de expectativa, possibilidade e pluralidade é absolutamente inimaginável por nós nos dias de hoje.

O que caracteriza exatamente a rede do INTERNET, apenas para dar um exemplo – e esta rede é ainda mais computador que televisão – é o fato de que um sistema que foi montado exatamente para não ter uma ponta que a qualquer momento possa ser controlada pelo Estado, ou pelo capital ou por cessões estratégicas dos países.

O INTERNET é um sistema montado ainda quando da guerra fria em que as mensagens científicas precisavam de um grau de segurança na sua transmissão que não poderia ser interrompido pelo fato de que um dos elos da cadeia era obstaculizado por alguma forma de censura, por alguma forma de poder.

A partir daí originou-se um sistema que já está caminhando, no fim do século, para um bilhão de usuários, que podem realizar as inter-relações as mais inesperadas possíveis, com acesso aberto completamente a bibliotecas, a videotecas, enfim, a uma infinidade de setores, porque a tela, como disse muito bem o Prof. Roberto Muylaert serve para isso.

A primeira parte da fala do nosso convidado, nos alerta para o fato de que o que vamos tratar nesta Comissão, embora fundamental, é o passado. Aí reside nossa grande dificuldade, que, por outro lado, o País – conteúdo da segunda parte da exposição – está mergulhado no passado. Quer dizer, isto depende desta televisão em circuito aberto, que em breve perderá sua hegemonia como centro irradiador de programa, mas num país como o nosso, com os desajustes sociais, com as dificuldades e a enorme penetração desse meio que veio substituir o livro, a biblioteca, o teatro, pela falta desses e pela falta de oferta desse material é o meio que se aprofundou e se espalhou enormemente no País.

A segunda parte analisa essa matéria de modo bastante claro, mostra a importância da existência como que indiretamente sugerindo aos legisladores – ou até diretamente – a importância das experiências da tevê pública, que tanto podem ser fundações estaduais – como é o caso da **TV Cultura**, realmente uma emissora modelar nessa matéria – como podem ser públicas pela junção de instituições as mais variadas.

O que caracteriza a tevê pública é a sua finalidade não-lucrativa e a sua destinação à finalidade de outra natureza, razão pela qual admite-se a possibilidade do patrocínio desde que este, em graus muito reservados, não sirva para o enriquecimento privado de alguém, mas para o fortalecimento de um sistema no qual ninguém auferir lucros pessoais com sua atividade, e são todos assalariados. Entendo ser esta uma recomendação importante para a Comissão.

Há uma terceira recomendação com a qual, pessoalmente, não concordo integralmente – concordo com a análise, mas não com a conclusão. Mas não é o caso de discordar aqui. Estou fazendo

do apenas um exame. Trata-se da sugestão da privatização das emissoras estatais.

Permito-me fazer um parêntese apenas para dizer que há um problema de gestão nas emissoras estatais, que depende de enganos anteriores como a questão do regime único etc., entre outros, que tornaram inviável a administração, como bem expôs S. Ex^a, mas acredito que deve caber ao Estado, jamais uma faixa prioritária, tampouco majoritária, mas uma faixa específica de atuação nessa matéria.

Lembro, em abono ao que disse o nosso Prof. Roberto Muylaert, que o art. 223 da Constituição já deixa bem clara a proposta brasileira no tocante à matéria, quando dispõe:

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

Acredito que é sábia essa decisão. A complementaridade do sistema significa pluralidade da oferta. É claro que essa complementaridade – outro ponto muito bem levantado pelo Professor e estou querendo apenas enfatizar – não existe no Brasil. O espectro está praticamente, 90% ou mais, 95%, talvez, em mãos privadas, talvez nem 1% em mãos do sistema público e 2% em mãos do sistema estatal, o que realmente cria esse desajuste.

A palestra também foi magnífica principalmente no sentido de que a classe política – S. Ex^a foi muito delicado na passagem, muito suave, mas é preciso que se enfatize – tenha consciência de que a concessão para exploração de um serviço público dessa natureza na contemporaneidade é uma concessão de alta responsabilidade. Não se pode estar preso exclusivamente a critérios de natureza política ou à montagem de eventuais maiorias do Parlamento.

Avalio essa é uma contribuição que deve ser levantada, não obstante não tenha S. Ex^a dito com essa contundência, mas sugerido porque, sabendo falar para pessoas inteligentes, exerce a sutileza com enorme maestria e com muita eficácia.

Finalmente, fez S. Ex^a uma análise muito importante dos dois pontos que talvez mereçam, desde logo, uma ação imediata, uma vez que numa análise global da televisão brasileira é evidente que detectamos a existência de um conjunto de acertos e erros e é tão complexo o panorama que não se poderia, digamos, rotular numa só palavra a multiplicidade do que se faz na televisão.

A utilização das frustrações, das fantasias de natureza sexual para fins mercantis e a utilização da violência para fins de audiência seriam, talvez, os dois pontos em torno dos quais de imediato urge medidas. A palavra de S. Ex^a foi sábia nesse sentido. A quem cabem as medidas? Ele prefere, como talvez nós todos, que os próprios canais tivessem esse cuidado, mas cabe também ao Estado a mediação nessa matéria. Possivelmente caiba ao Estado, pelo menos aí, usar algo que lhe faculta o art. 21 da Constituição, inciso XVI:

Art. 21. Compete à União: (...)

XVI – exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de televisão.

Esse, que foi o final da fala dele, em resposta à Senadora Benedita da Silva, está no texto constitucional, ou seja, a classificação, que não é uma censura, mas a classificação pode, perfeitamente, situar certos programas em horários determinados, e aqui está um dos pontos nodais da questão.

O problema da competição entre os canais impede que seja exercitado esse dispositivo constitucional; ele é mais forte que o poder concedente, ele como concessionário, para que o poder concedente faça valer até o dispositivo constitucional.

Mas está presente, na sala, a preocupação com essa matéria e esse pode ser, desde logo, um dos avanços que esta Comissão pode permitir, ainda que ele não venha a resolver em bloco toda a problemática da Comunicação, como foi muito bem colocado.

Por todas essas razões, agradeço enormemente ao professor Muylaert, que deu uma contribuição realmente precisa, sintética.

Da minha parte, para permanecer preso ao tema desta Comissão e para não deixar que a idéia da televisão substitua o que, a meu juízo, ainda é o principal meio de comunicação – o rádio, e sabendo da sua experiência igualmente exitosa na Rádio Cultura de São Paulo, que são duas emissoras, uma emissora AM e uma emissora FM, com programações complementares, pediria esse sacrifício ao nosso ilustre palestrante, que nos desse também uma palavra sobre o rádio. Igualmente, como a televisão, o rádio aí está a necessitar de alguma preocupação, de alguma consideração dessa matéria.

Mas, desde já, deixo os agradecimentos em nome da Comissão e, creio, de todos os presentes.

O SR. ROBERTO MUYLAERT – Muito obrigado, Senador Arthur da Távola. V. Ex.^a foi muito gentil comigo e agradeço suas palavras.

O fato de estarmos de acordo com a maioria dos temas é uma coisa que mostra que devo estar no bom caminho.

O problema do rádio, realmente, também merece considerações à parte, porque se analisarmos bem, o rádio é mais importante para a grande massa da população brasileira que a televisão, em primeiro lugar, pela sua portabilidade, quer dizer, o rádio é levado para qualquer lugar, pode ser ouvido enquanto se trabalha, é barato e a população mais humilde, quando consegue ganhar o seu primeiro salário mínimo, as primeiras coisas que compra, segundo me disseram aqui em Brasília, na época dos candangos, são um rádio, um pente e um espelho – pela ordem.

Acredito que o rádio tenha muito menos problemas nessa segunda área que nós falamos, de influenciar negativamente a população sob o ponto de vista de exploração de sexo para fins comerciais, ou de violência. Quer dizer, acredito que a rádio presta, realmente, um serviço inestimável ao Brasil, sob o ponto de vista de notícias e sob o ponto de vista de divulgação da cultura brasileira.

Então, como há menos problemas desse tipo, acredito que a questão das concessões das rádios, obviamente, é similar e vem em paralelo ao problema da concessão da televisão. Portanto, de uma forma geral, as considerações feitas aqui a respeito de concessões de televisão servem para o rádio também. Não podemos esquecer que o rádio também entrou na era digital e existem emissoras que transmitem por satélite, cobrindo o território nacional inteiro. Solicito aos Srs. Senadores que pressionem o Governo para liberar uma verba para a RADIOBRÁS para que pelo menos o som da *Voz do Brasil*, senão o conteúdo, possa ser melhorado, pois é enorme a diferença de qualidade entre os programas normais das rádios e da *Voz do Brasil*. Estamos precários em termos do sistema de comunicação estatal. – O Senador está aqui esclarecendo que as emissoras diminuem a potência para boicotar a *Voz do Brasil*.

Aliás, abrindo um parêntese, repetindo a história de que aprendemos muito em Brasília, mesmo ficando pouco tempo. Estive conversando com o pessoal da Eldorado e disse que era a favor de que a *Voz do Brasil* não tenha um horário fixo, mesmo porque os estados e as cidades mais longínquas seguramente continuarão a sintonizá-la. Hoje, o Senador Pedro Simon citou que 5% de audiência da *Voz do Brasil* é um número extraordinariamente alto. O Senador Arthur da Távola sabe disso, 1% em rádio é uma barbaridade de audiência. Não tem nada a ver com televisão, porque a audiência é muito mais pulverizada. Mas estava dizendo para o João Lara Mesquita, o Presidente da Rádio Eldorado que a campanha que eles estão fazendo para acabar com a *Voz do Brasil*, do

maneira como está sendo feita, não é problema brasileiro, é um problema paulista. E digo mais, não é um problema paulista, é um problema paulistano. Porque, em nenhuma cidade do Brasil – talvez tirando o Rio de Janeiro, porque não sei como anda o trânsito por lá -, a pessoa fica no trânsito durante uma hora ou uma hora e meia, como acontece em São Paulo. O sujeito, no percurso do trabalho para casa, escuta a *Voz do Brasil*. Então, a campanha da Eldorado é primordialmente contra o trânsito ruim de São Paulo e, de uma forma subjacente, contra a *Voz do Brasil*.

Então, repito, sou favorável ao fim da obrigatoriedade, até porque as pessoas que se encontram, nesse horário, no trânsito de São Paulo poderão se livrar dessa obrigatoriedade, enquanto que alguém que mora lá em Parintins, na Beira do Rio Negro, continuará sintonizado, porque para eles a *Voz do Brasil* é muito importante.

Soube que, atualmente, a *Voz do Brasil* está sendo transmitida para o exterior pelas ondas curtas da RADIOBRÁS, para os brasileiros perdidos pelos confins do mundo. Parece-me um patente exagero de patriotismo.

Mas, enfim, a questão do rádio, em rápidas pinceladas, parece-me igual ao seu ponto de concessão, muito menos grave sobre o ponto de vista de influência sobre violência e sexo explorando o comercial. Se bem que a origem de muitos dos programas de televisão violentos apresentados hoje é o rádio. E alguns personagens que estavam no rádio estão na televisão, com aquela mesma forma de apresentação dos crimes, onde frequentemente o bandido vira herói.

Mas, enfim, da minha parte, quero dizer que fiquei extremamente honrado com o convite do Senador Pedro Simon, que me honra com a sua atenção há muitos anos. E devo dizer que somos do mesmo Partido, embora pensem que sou do PSDB. Nunca saí do PMDB desde o tempo do Franco Montoro. Temos essa coisa em comum.

Gostaria, também, de agradecer a presença do público aqui, dos estudiosos da Universidade de Brasília, cujo trabalho conheço e respeito.

O SR. (Não identificado.) - (Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO MUYLAERTE - Um sábio convênio, Senador, porque ali estão cérebros importantes e trabalhos extremamente sérios e de longo alcance.

Finalmente, desejo agradecer o comparecimento da imprensa, numa demonstração de que essa temática realmente é importante e interessa ao Brasil inteiro.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) – A Mesa indaga do Sr. Relator se deseja expender algum conceito e se há alguma reunião já marcada.

O SR. RELATOR (Pedro Simon) – A próxima reunião será na terça-feira. Falta definir o horário.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) – Fica, então, marcada uma reunião para terça-feira, e o horário a decidir. Agradeço a todos a presença.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h23min.)

COMISSÃO ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 470, DE 1995-SF

"DESTINADA A ANALISAR A PROGRAMAÇÃO DE RÁDIO E TV, NO PAÍS".

4ª Reunião Realizada, em 29 de agosto de 1995.

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos dos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de um mil novecentos e noventa e cinco, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Hugo

Napoleão (Presidente), Pedro Simon (Relator), Artur da Távola (Vice-Presidente), José Agripino, Edison Lobão e a Senhora Senadora Benedita da Silva, reúne-se a Comissão Especial "DESTINADA A ANALISAR A PROGRAMAÇÃO DE RÁDIO E TV, NO PAÍS". Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Hugo Napoleão, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Logo após, a Presidência convida o Senhor Geraldo Casé, Diretor Artístico da Divisão Internacional da Rede Globo, para sentar-se à mesa. Em seguida, o expositor inicia sua explanação sobre "Televisão para o Ano 2000". A seguir, o Senhor Senador Hugo Napoleão concede a palavra ao Senhor Relator, Senador Pedro Simon, para fazer sua indagação. Usam da palavra os Senhores Senadores Artur da Távola e Benedita da Silva. Em seguida, o Senhor Senador Artur da Távola faz uma síntese da exposição. A Mesa comunica que as próximas reuniões da Comissão serão realizadas nas terças-feiras, às 11:00 horas. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra os trabalhos e, para constar, eu, Adriana Tavares Sobral, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, irá à publicação juntamente com apanhamento taquigráfico que faz parte integrante desta Ata.

ANEXO À ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 470, DE 1995-SF, "DESTINADA A ANALISAR A PROGRAMAÇÃO DE RÁDIO E TV, NO PAÍS", REALIZADA EM 29/08/95, COM OBJETIVO DE OUVIR O SENHOR GERALDO CASÉ, DIRETOR ARTÍSTICO DA DIVISÃO INTERNACIONAL DA REDE GLOBO, QUE SE PUBLICA COM A DÉVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: *Senador Hugo Napoleão*
Vice-presidente: *Senador Artur Da Távola*
Relator: *Senador Pedro Simon*
Íntegra de Acompanhamento Taquigráfico

Reunião 29/08/95 – 14H35mim
Presidente: *Senador Hugo Napoleão*
Relator: *Senador Pedro Simon*

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) – Declaro aberta a 4ª reunião da Comissão Especial, destinada a analisar a programação de rádio e de TV no País.

Nossos trabalhos têm prosseguido normalmente. Na última vez em que nos reunimos, ouvimos a exposição e o debate do Professor Roberto Muylaert. Hoje, com alegria, recebemos o Diretor Artístico da Divisão Internacional da Rede Globo de Televisão, o Sr. Geraldo Casé, que fará uma exposição a respeito de uma televisão para o ano 2000.

Em primeiro lugar, em nome desta Comissão, gostaria de agradecer a presença de tão insigne e ilustre expositor, que está tão ligado à vida artística e cultural dos meios de divulgação do nosso País. Certamente, o seu depoimento ensinará à Comissão a oportunidade de uma visão mais abrangente sobre uma qualidade de programação ajustada aos novos tempos, ao Terceiro Milênio, ao Primeiro Mundo, ao ano 2000, a fim de que as nossas gerações futuras tenham condições de assistir a uma programação mais adequada, mais culturalmente elevada e mais educacionalmente apropriada.

Com isso, ditas essas palavras, que apenas têm o objetivo de sintetizar o espírito desta Comissão requerida pelo nobre Senador Pedro Simon, nosso Relator, concedo a palavra ao ilustre expositor desta tarde, para que dela possa fazer uso como bem lhe convier.

O SR. GERALDO CASÉ – Sr. Presidente, começarei a minha exposição de uma maneira que considero bem apropriada.

Num passado até remoto, eu e o meu amigo Artur da Távola – ainda não me acostumei a chamá-lo assim; sempre o chamei de Paulo Alberto – éramos professores da Universidade Gama Filho. Ele lecionava na cadeira de Rádio; eu, na de Televisão; e o Flávio Dan, na de Fotografia.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Isso ocorreu há apenas 35 anos.

(Risos.)

O SR. GERALDO CASÉ – Cada um assistia à aula do outro. A universidade colocava um táxi à nossa disposição, mas sempre voltávamos para casa de trem; a viagem de trem era mais confortável e mais longa, e, com isso, podíamos conversar.

Numa de nossas conversas, fizemos uma projeção do que seriam o rádio e a televisão no futuro, 20 anos depois; não pensávamos no que poderia acontecer com a televisão no ano 2.000, mas sim na década de 80. Tudo que imaginamos estava tão distante do que aconteceu, que fico preocupado quando penso no que podemos projetar para o ano 2000. Talvez, seja melhor começarmos a pensar no que não devemos fazer.

Se deixarmos de fazer uma porção de coisas impróprias, já estaremos estabelecendo um critério muito correto de como a televisão deve-se portar no ano 2000. Faltam apenas cinco anos para o ano 2000, mas esse tempo transcorre numa velocidade muito grande. Fui a Las Vegas, para assistir a uma exposição sobre técnica em televisão; dois meses depois, fui a Los Angeles, e tudo já estava superado.

Temos que pensar que o nosso objetivo é o conteúdo da televisão, o que está apartado da tecnologia. Temos que pensar em como não repetir as coisas que hoje fazemos de forma errada.

A responsabilidade dos homens que trabalham com televisão é muito grande. Durante 14 anos, fui Superintendente e Diretor da TV Educativa. Foi feito o projeto – não o chamamos de programa – do Sítio do Pica-Pau Amarelo, que levava em consideração a faixa etária do pré-escolar, do início e final do primeiro grau. Esse era nosso objetivo com o programa. É nessa área que acho que posso usar o maior número de informações a respeito, e o que imaginamos que poderá ser a televisão no ano 2000.

Acho que a televisão tem a obrigação, hoje, de pensar no adolescente e na criança que assiste à televisão; cada vez mais, ela passa a ser optativa, ou seja, o número de canais e o número de televisoros a cabo aumenta de maneira vertiginosa, a ponto de podermos ter brevemente 200, 300 ou mais canais. E isso cria uma opção para a audiência. Objetivamente, a televisão, para a criança, tem que ser levada tão a sério a ponto de poder dar subsídios aos programadores, aos governantes, a todas as pessoas que estão envolvidas no desenvolvimento do País em relação à televisão e a criança, à televisão e o adolescente.

Eu me apego mais a essa parte, porque é a parte em que estou há mais tempo trabalhando, desde que estive na TV Educativa do Rio, como pioneiro e fundador, e com a programação cultural e infantil da TV Globo.

Quanto ao futuro do País em relação à televisão e a criança e o adolescente, temos que imaginar primeiro como será a televisão tecnicamente nesses breves cinco anos. Como disse, com a opção das parabólicas hoje, aumenta o número de sócios e a possibilidade de atingir uma audiência muito grande. E isso realmente me preocupa.

O que vai acontecer sob o aspecto de que teremos uma televisão só para ouvir música, uma televisão só para assistir novela, uma televisão só para assistir esportes? Gradativamente já se vê isso. A STM só transmite esportes, a CNN só transmite notícias. Isso criará um leque de opções muito grande. E onde ficará a criança e o adolescente diante disso?

Imagino que a televisão de canal aberto – e devemos nos preocupar com ela – ficará num ponto como se fosse um canal de opção também. Não é um canal que vai absorver, que vai monopolizar toda a audiência. Cada vez mais teremos uma quantidade muito grande de canais de televisão que vão dando muitas opções. Admito até que todos os responsáveis pela televisão venham a ter preocupações maiores com a programação para crianças e adolescentes. E acho que esse será o grande problema que teremos que enfrentar no futuro.

Quanto à questão – que acho muito subjetiva – sobre o que faremos no ano 2000 com a televisão, eu mesmo falei agora a respeito disso com o Artur, que imaginávamos, há 35 anos atrás, que a televisão evoluiria de maneira muito mais lenta. E ela evoluiu numa velocidade tão grande que não nos dá tempo nem de aprender tecnicamente a manusear o equipamento. Quando temos o equipamento na mão e começamos a nos familiarizar com ele, existe uma mutação tão rápida que são colocados de lado em muito pouco tempo. Em menos de um ou dois anos já temos que colocar o equipamento de lado porque já surge alguma novidade.

Essa velocidade tecnológica cria problemas cada vez maiores em relação a produzir e fazer programas. Acredito também que teremos que estudar muito o procedimento de como estabelecer uma programação no ano 2000. Acho que é muito complicado. Para mim, acho que é algo que me leva sempre a esses 35 anos atrás, quando imaginávamos que a televisão seria parecida com um *clip*, que são várias coisas pequeninas expostas para podermos ter uma programação. E cada vez mais vejo que isso está acontecendo. Cada vez mais é mais rápida a exposição de uma notícia, a exposição de um programa, a exposição de um musical. E mesmo os programas para crianças têm uma velocidade tal que percebemos que a criança tem que se preparar para esse tipo de exposição de imagem. É algo que não vejo ainda como vai ocorrer. Sinceramente, imaginar a televisão para o ano 2000 é algo que temos que tentar repensar porque não vejo objetivamente como deverá ser.

Acho, primeiro, que temos que saber o que não devemos fazer e o que já fizemos, e o que fizemos errado. E preparar a programação do ano 2000 pensando, primeiro, expurgando o que fizemos de errado para podermos ter a possibilidade de acertar.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) – Muito obrigado. É interessante sua observação final. E gostaria até de dizer que, quando o senhor faz referências à modificação dos equipamentos, isso me faz lembrar que assisti, certa vez, no Rio de Janeiro, talvez pelos idos de 1955 ou 1956, a um programa na extinta Televisão Tupi, Canal 6. Havia uma atriz, Heloísa Helena, uma grande atriz. O programa ia ao ar na hora. Era transmitido sem os requintes de técnica de hoje em dia, mas ia ao ar na hora. Havia a cena de um jantar e, durante o jantar, um dos convidados passou visivelmente mal. Ela foi obrigada a fazer um gesto de como quem diz: corta. Cortaram, vieram os comerciais; a pessoa melhorou e ela então disse em seguida: "Fui obrigada a mandar tirar a mesa porque notei que era hora de mudar os pratos". Ela improvisou, como grande atriz que era. Isso hoje já seria impossível. Foi só uma lembrança de minha parte.

Mas eu gostaria de, em primeiro lugar, passar a palavra ao Relator, Senador Pedro Simon, dizendo que já se inscreve o nosso vice-Presidente, Senador Arthur da Távola, para fazer indagações ao eminente expositor. E, em seguida, a nobre Senadora Benedita da Silva.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Pedro Simon) – Sr. Presidente, quero dizer do respeito com que recebemos o grande homem de televisão, Geraldo Casé. Acho que foi feita aqui uma afirmativa, Sr. Geraldo Casé, pelo Muylaert, quando esteve aqui. Ele disse algo mui-

to interessante, que, em termos de televisão, no que tange ao conteúdo da televisão, partimos de uma situação anterior, quando tecnicamente ela era muito inferior do que é hoje. Mas na qualidade, a nível do público alvo, preenchia melhor seu espaço.

O primeiro exemplo que deu foi o *Sítio do Pica-Pau Amarelo*. Disse que era um programa extraordinário de informação, de entretenimento, até de aprofundamento na cabeça das crianças, enquanto todos os programas hoje praticamente endereçados a essa idade não têm nenhum conteúdo e nada parecido com aquele que foi o *Sítio do Pica-Pau Amarelo*. Era um programa culturalmente positivo, um programa que, eu me lembro, meus filhos ficavam assistindo apaixonados, que instrua, educava e orientava.

Dizia ele que, no início da nossa televisão, tínhamos programas de música popular, programas de cultura popular, tomávamos uma série de conhecimento da realidade do dia-a-dia, que os programas de hoje, com as improvisações, como disse nosso Presidente, é verdade, mas com as chances que se abriam a uma infinidade de artistas. O mundo não era só Rio e São Paulo, não era só os estúdios da Rede Globo. As chances se abriam.

Estou apenas lembrando isso para mostrar como a tecnologia e o avanço e, digamos, o padrão Rede Globo de televisão, o aperfeiçoamento, a técnica absoluta, nem sempre foram acompanhados no seu objetivo, no seu conteúdo, na sua destinação. Nossa grande discussão é em termos de por que estamos querendo saber sobre o programa de televisão no ano 2000.

É claro que isso, e V. Ex^a colocou com rara felicidade, está mudando. O Brasil tem enorme extensão territorial e há dificuldades de comunicação, como, por exemplo, em certos lugares na Amazônia, onde não se vai nem por terra, depende-se das condições para se chegar lá. A única maneira para haver uma unificação do País, na formação, em plasmar a sua existência, seria via televisão. Haveria condições de se fazer uma programação no sentido de buscar essa unificação, de identificar todos nós, via televisão – o que, de certa forma, é feito pelas novelas da Rede Globo, mas não pelo conjunto da formação da sociedade.

Dizem que, daqui a um par de anos, os canais que teremos à disposição serão de tal intensidade que ficarei em minha casa com o meu computador e a minha televisão e serei o senhor.

Então, nem essa chance de, em tese, haver uma Voz do Brasil na televisão, reunindo todo mundo, dando uma orientação, nem isso vai acontecer, pois o cidadão desliga e pega um canal americano ou europeu.

Como será essa nossa sociedade? Como vai ser essa presença na formação dos nossos filhos, dos nossos netos, na coordenação de como vai ser este Brasil naquela época?

Hoje já se discute, o senhor sabe melhor do que eu: é novela, é sexo, é violência, é isso, é aquilo; mas, na verdade, a nossa preocupação é lá adiante, quando sabemos que, mais do que família, igreja, e tudo mais, esses meios de comunicação vão formar as gerações que vêm aí.

A preocupação desta Comissão é como faremos para chegar lá. É claro, teremos de ver milhões de coisas para depois analisar. Não podemos, de certa forma, antever, nem legislar anteriormente, seria até ridículo, mas podemos nos preparar, o Congresso Nacional. A questão é essa. Assim como discutimos família, religião, educação, temos a obrigação de estudar isso, que vai influenciar, talvez mais do que os outros setores, na formação das próximas gerações.

Gostaria de saber como V. Ex^a vê a questão, em termos do que pode ser e do que não pode ser, principalmente numa emissora como a Rede Globo, que tem milhares de experiências, coisas boas como, anteriormente, O *Sítio do Pica-Pau Amarelo* e, hoje, os programas rurais, por exemplo. Observo a receptividade destes

últimos quando vou para o interior do meu Rio Grande. Conheço uma pessoa rústica, simples, que fez um esforço financeiro enorme para comprar um vídeo cassete para gravar os programas rurais da Rede Globo, explicando: "O negócio passa e depois eu me perco, não sei bem como é. Então, gravo para depois repetir, repetir e aprender".

Portanto, há esses aspectos e também existem coisas negativas. Como vamos fazer? Qual a orientação, o conselho que o senhor daria? Qual o caminho que devemos percorrer?

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) – Com a palavra o expositor.

O SR. GERALDO CASÉ – Em relação à importância dos meios de comunicação, como o rádio e a televisão, há uma coisa que levo em minha cabeça desde a época do meu pai, que foi pioneiro no rádio e com a qual se preocupava muito.

O SR. RELATOR (Pedro Simon) – Isso está no sangue, passa de pai para filho; é um vício.

O SR. GERALDO CASÉ – A integração deste País foi feita por meio do rádio e, depois, da televisão; inclusive, até na questão lingüística.

Quando estávamos preparando o projeto do **Sítio do Pica-Pau Amarelo**, consultamos a Universidade de Brasília na parte de matemática e, na parte de lingüística, a UNICAMP fez um estudo alentado a respeito da língua portuguesa e de como deveríamos adequar esse programa à televisão e a todos os pontos do País, para que houvesse uma forma de fala que fosse absorvida por todo o País e por todas as crianças, e que elas não encontrassem barreiras na maneira de falar.

O estudo foi muito bem feito. O **Sítio** teve essa coisa fantástica de poder ser projetado durante um ano. Tanto que não era programa, era projeto **Sítio do Pica-Pau Amarelo**. Nunca chamamos de programa **Sítio do Pica-Pau Amarelo**. Era um projeto, porque havia uma dinâmica de tal ordem, trabalhávamos com muitos professores, com psicólogos, com universidades que, junto a nós, traziam subsídios para que pudéssemos desenvolver, adequar o programa àquela audiência, porque tínhamos certeza, como a nossa Diretora da parte pedagógica, Maria Helena Silveira, dizia: temos não só que instruir, mas juntar a essa instrução um estímulo à criança a se educar, a absorver conhecimento, a encontrar coisas que ela não encontra nem na sala de aula. Ao mesmo tempo, o projeto não foi feito só para ser um programa de televisão. Ele foi feito com o intuito de complementar a sala de aula.

O projeto era feito da seguinte maneira: iríamos preparar um currículo para o programa que estava calculado em 320 programas, preparando os professores para recebê-lo. Normalmente o programa era veiculado e assistido, ou na parte da manhã, ou na da tarde, e também nos colégios, com os seus monitores, seus professores – porque é impossível educação sem um professor, pois há necessidade de **feedback**. A televisão até agora, embora possa ser interativa em determinado momento, não tem **feedback** junto ao aluno, porque ele faz a pergunta e não tem a resposta; ele só tem a televisão falando o que deve ser feito. O **Sítio** tinha esse intuito, ou seja, o programa – ou partes dele – era apresentado na televisão e na sala de aula, monitorado, pois o professor tinha conhecimento dele.

Não acredito, de forma alguma, que a televisão seja um professor. Nunca será. A televisão é um complemento da educação e do ensino, que não pode ser ministrado só por ela. Isso não existe. Sempre vai existir a necessidade do professor.

Sabemos que há uma carência muito grande de professores, no Brasil, com formação. Hoje, na maioria das vezes, o professor nem terminou ainda o primeiro grau e já é professor. Ele não tem uma formação para poder ser professor. Então, a nossa idéia era

ajudar a complementar o ensino dentro da sala de aula, com um programa de televisão que era de entretenimento e que estimulava o professor e o aluno, como: o que o personagem está fazendo em determinado momento? Ele está lendo. Então, o professor teria noção e possibilidade de complementar a sua aula através do programa.

Isso foi preparado durante um ano e meio, junto ao Ministério de Educação e Cultura da época. Preparamos, para mais de 20 professores, um currículo com todo o material de apoio que seria distribuído pelo Ministério.

Penso que, essencialmente, no futuro, mesmo nas televisões a cabo, nas televisões que terão obrigação de transmitir – ou por opção – programas infantis, haverá necessidade de saber o que será programado em termos de opção para a criança e para o ensino.

Conheço bem o trabalho do Muylaert, é realmente fantástico. Ele fez da **TV Cultura** uma emissora muito importante sob os todos aspectos, não só sob o aspecto cultural. Ele conseguiu desenvolver uma televisão educativa, mas com um apelo tão forte, de uma forma tão bem orientada, tão bem elaborada, tão bem produzida, tão criativa, que é uma emissora com um índice de audiência bastante razoável em relação às televisões comerciais.

Logo, se você tem oportunidade de fazer um trabalho de produção e programar de maneira correta e orientar bem, produzir bem, você vai ter possibilidade de ter uma audiência de opção. Essa, creio, vai ser a solução futura, saber quais os canais que vamos ter de opção. Não podemos estar policiando, nem censurando. Não existe possibilidade disso.

Durante as Olimpíadas nos Estados Unidos, na União Soviética, grupos de jovens se deslocavam para a fronteira da Finlândia, porque lá eles pegavam o sinal das Olimpíadas.

Se isso era possível na época, calculo hoje que as parabólicas e todos os satélites transmitem, durante todo o tempo, uma quantidade de emissoras muito grande. Você não pode conter isso; seria um absurdo.

Podemos ter canais optativos, canais de opção para qualquer tipo de endereçamento de programação. Creio que este vai ser o futuro. Haverá uma quantidade tão grande de liames, de fios e de canais que a dificuldade vai ser essa. Orientar uma programação, um programador realiza essa tarefa, mas não se terá um fruto absoluto, próprio e objetivo de uma programação do ano 2000.

Temos que preparar canais de opção para ensino, com programações através das quais possamos dar uma orientação. Não há possibilidade de controle desse tipo de transmissão. Se a televisão, sob um aspecto, se integrou, o rádio também. No futuro, ela dará opção tão grande quanto o computador. Com o seu televisor e sua parabólica, você vai ficar quase que ilhado; será ser um ser solitário assistindo a esse meio de comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) – Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Pedro Simon) – Quanto tempo ficou no ar o **Sítio do Pica-Pau Amarelo**?

O SR. GERALDO CASÉ – 11 anos.

O SR. RELATOR (Pedro Simon) – Por que saiu?

O SR. GERALDO CASÉ – Porque vários problemas ocorreram com o programa, até pelo fato de ter um custo muito alto; era um investimento altíssimo.

Por incrível que pareça, a televisão tem um problema muito grave. Embora o consumismo da criança receba loas e todo o enfoque, ela não é atendida pelo próprio patrocinador. Ou seja, quem patrocina os programas infantis não despense suas grandes verbas para os mesmos. Isso já cria o primeiro problema. Um programa

de **prime time** em qualquer emissora tem uma resposta e uma rentabilidade muito maior do que um programa infantil.

O SR. RELATOR (Pedro Simon) – Um programa tipo o da Xuxa, por exemplo, gasta quase nada...

O SR. GERALDO CASÉ – E tem uma rentabilidade enorme. É muito mais rentável sob esse aspecto.

Esse problema se dá com muita intensidade nas televisões educativas. Cada vez mais, a dificuldade em produzir, em função do custo, faz com que simplifique e, muitas vezes, prejudique a própria produção. Não temos verbas suficiente. Fui Diretor da **TV Educativa** e conheço bem essa questão.

O Sítio surgiu porque fizemos um convênio com a TV Globo, que tinha possibilidade de sustentá-lo. Sem isso, não haveria possibilidade de se fazer o **Sítio do Pica-Pau Amarelo**, embora ele tenha saído de um convênio com a TVE. Na época, o Ministério da Educação e Cultura deu possibilidade e verba bastante razoável para que a TVE pudesse sustentar parte da emissão do programa. Depois, a TV Globo o absorveu, com algum sacrifício realmente, para que o programa pudesse continuar no ar. Era um programa muito caro! Só para se ter uma noção, *tínhamos 20 capítulos semanais, ou seja, uma novela de 30 minutos diariamente, com troca de elenco, com troca de cenários, com troca de roupas, com mutações constantes, ou seja, a cada ano, tínhamos uma novela de 300 capítulos, uma coisa enlouquecedora para se produzir.* Isso demanda uma quantidade de dinheiro muito grande.

O SR. RELATOR (Pedro Simon) – A queda foi fundamentalmente custo-produto.

O SR. GERALDO CASÉ – Foi uma das razões.

O SR. RELATOR (Pedro Simon) – Nesse tempo todo, para esse público infantil, a programação se concentrou em desenhos, em brincadeiras e não se pensou num sucedâneo...

O SR. GERALDO CASÉ – Pensou-se. Nas últimas reuniões e seminários que tive na TV Globo, discutiu-se muito a possibilidade de se colocar no ar um programa semelhante ao **Sítio** – inclusive reestudando o processo sua preparação – ou mesmo a volta do **Sítio**.

O Diretor de Programação, Roberto Buzzoni(?) já conversou muitas vezes comigo a respeito disso, *estudando a possibilidade de se encontrar um apoio financeiro para poder sustentar esse programa no ar, que é tão caro ou mais do que uma novela.*

O SR. RELATOR (Pedro Simon) – Como V. S^a se sente, como um homem da **TV Globo**, vivendo essa situação – criada nesses últimos 20 anos – em que essa emissora fez com que o ambiente do Rio de Janeiro se tornasse o mesmo do interior do Rio Grande do Sul, do interior do Piauí – ambiente de um menino que não tem condição de conviver com aquilo. No entanto, essa é a realidade que fica diante de duas questões, quer dizer, o grande público da televisão é o público do Rio, de São Paulo, de Minas; esse é o grande público. O grande público consumidor, para quem as mensagens de publicidade, que dão retorno, existem, é exatamente também esse grande público.

Digo uma coisa muito singela, até muito ingênua, muito boba: até a vinda da televisão, quando a saía das mulheres encurtava um centímetro, isso lá em Paris, vinha uma fotografia, levava dez anos para chegar ao interior. Hoje, sai na novela da Rede Globo ontem e é moda lá no interior, no lugar mais longínquo que se possa imaginar.

Sinceramente, falo de coração, se fosse uma televisão minha e se eu tivesse a responsabilidade sobre ela, eu me perguntaria até onde vamos mexer com esse sonho, com essa expectativa de formação, de orientação. Quando se pergunta sobre sexo, crime, seja lá o que for, é uma questão que não sei dizer.

O SR. GERALDO CASÉ – A televisão é de tal maneira universal, e hoje todos os aspectos estão de uma forma interligados, que provavelmente aquele chinês na frente do tanque de guerra, na Praça da Paz, não seria visto senão depois de um ano ou seis meses.

Então, todo o processo que existe hoje na China, que é um país que, para nós, parecia ter uma nuvem, um véu encobrindo, que só conhecíamos através de histórias remotas, era um país até lendário, viamos a China muito mais como uma luta entre Formosa; eram coisas tão distantes para nós, que hoje, uma reunião de mulheres que vai acontecer lá na China – quer dizer, é uma coisa quer seria totalmente impossível de se imaginar -, o mundo todo vai estar de olho nessa reunião.

Todas as coisas que ocorrem hoje são de tal maneira universais que não há possibilidade de não estarmos preocupados. Cada vez a pressa é maior. Sei, pelo programa de minha filha, **Brasil Legal**, que ela procura, vai buscar nos pontos.

O SR. RELATOR (Pedro Simon) – O Senhor já é conhecido há muito tempo como o homem do pica-pau, como um grande homem. Agora querem saber quem é; é o pai da Regina.

O SR. GERALDO CASÉ – É uma grande vantagem. Deixa-se de ter a responsabilidade e passamos a responsabilidade para outros. Ela tem essa idéia, ela sabe onde ir, vai a todos os lugares do Brasil para buscar essas pessoas que fazem a cara deste País. Mesmo com a influência da televisão, mesmo com a influência dos meios de comunicação, eles têm a sua própria cara, seja no Amazonas, seja em Belém etc. Não é a saia curta nem outras coisas que vão perturbar muito a sua cultura, porque, senão, de repente, como o Brizola uma ocasião me falou, "cultura é até cadeira da mesa da Brahma", porque passou a participar desses botequins e depois já está na cabeça daquela pessoa e aquilo faz parte da sua maneira de viver, do seu ambiente. Essa é uma resposta mais ou menos a respeito de por quê. Porque, realmente, vai acontecer cada vez mais, numa velocidade cada vez maior, porque todo mundo vai estar interligado e não há possibilidade de se conter não só a televisão, a INTERNET vai criar exatamente essa coisa que vai ser mais espantosa que a televisão. A televisão vai participar como um dos meios de comunicação, o desenvolvimento tecnológico está criando exatamente isso. Cada vez se expandem os conhecimentos sobre esse aspecto e cada vez torna-se mais solitário. Porque o homem vai se tornar cada vez mais solitário, não tenha dúvida. Se não for através do afeto e do amor ele está perdido.

O SR. RELATOR (Pedro Simon) – O mundo entra na casa dele e ele está solitário.

O SR. (Não identificado.) – Ao mesmo tempo está em contato com o mundo.

O SR. GERALDO CASÉ – Ao mesmo tempo está em contato com muito mais gente.

O SR. RELATOR (Pedro Simon) – Interessante, sou do Internacional, embora muita gente pense que só tem Grêmio no Sul e na época que nós jogávamos, éramos campeões, tínhamos um grande centro-avante, que era o Cláudioimir(?), que era amigo do Mário (?). Quando aconteceu o Grenal, nós ganhamos, e ele foi apontado como um dos melhores jogadores e foi a um programa de televisão. Lá, os apresentadores disseram: Agora, vamos entregar ao Cláudioimir as duas caixas de Antártica que damos ao melhor jogador em campo. E ele respondeu: Quero agradecer, do fundo do coração, essas Brahmas que a Antártica está me dando.

(Risos.)

Quero dizer ao senhor apenas o seguinte: está aqui, inclusive, e quero destacar a sua presença, o Fernando César Mesquita, que está fazendo uma revolução aqui no Senado.

O SR. GERALDO CASÉ – Ele estava me falando agora.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) – A Presidência registra, realmente com satisfação, a presença do jornalista Fernando César Mesquita, que muito tem colaborado com os trabalhos da nossa Comissão.

O SR. RELATOR (Pedro Simon) – O senhor vai acompanhar, da sua casa, os debates no plenário e nas comissões, pela televisão. Quer dizer, esta Comissão ainda vai ter transmitidas a cabo as últimas as reuniões que ela realizar.

Tenho dito, e aproveito a presença do Fernando César Mesquita, que esta Comissão é um laboratório. Precisariamos do senhor não apenas hoje, mas de agora para o futuro, para ver o que fazemos, para onde caminhamos e o que desenvolvemos nessa questão. Fiquei muito impressionado quando, na reunião passada, o palestrante disse que, em segundos, um fio de cabelo pode transmitir todas as edições do **Estado de São Paulo**. Então, não sei o que vamos fazer. Vamos mudar o quê? Vamos caminhar para onde?

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) – Se o Relator me permite, um fio de cabelo tem a dimensão de um micrón, uma coisa impressionante. Todas as edições do jornal **O Estado de S. Paulo**, ficou consignado aqui pelo Professor Mulyaert, podem ser, em menos de um segundo, retransmitidas em um cabo da espessura de um fio de cabelo.

Se o Relator se dá por satisfeito, eu passaria a palavra ao Vice-Presidente, o eminente Senador Artur da Távola, para que pudesse fazer as suas indagações ao expositor Geraldo Casé.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Em primeiro lugar, quero agradecer a presença do Geraldo Casé e a acuidade com que ele sintetizou, e com isso provocando muito mais dúvidas, o assunto abordado.

Ele trouxe, em síntese, quatro pontos muito interessantes, que, a partir daí, se desenvolvem agora nos debates. Primeiro, que é impossível fazer uma previsão para daqui a cinco anos, o que realmente é correto, tendo em vista a pluralidade de ofertas nessa área. Ou seja, até podemos afirmar que a televisão que hoje está no ar já é a televisão do passado, de tal maneira a velocidade dessa transformação.

Segundo, ele disse algo, um ponto sobre o qual voltarei daqui a pouco, que a velocidade da evolução tecnológica da televisão, a edição, a mesa de truque, etc, condiciona o formato dos programas. Sobre isso gostaria que depois nos detivéssemos. Ele disse que isso está promovendo uma tendência muito forte ao corte, à edição, à velocidade das imagens, um pouco como se – ele até usou a expressão – passássemos a viver, a partir de agora, a linguagem do **clip** – o **clip** passaria a ser a linguagem da televisão. Não é exatamente o **clip**, mas se aproxima, ou seja, cada imagem não fica mais do que três segundos no ar, o próprio telejornalismo condensa assuntos fundamentais em vinte segundos, e, para fazer isso, ele precisa usar formas que caibam nos vinte segundos. Então, o formato condiciona o conteúdo.

De alguma maneira, a velha idéia de McLuhan, que foi combatida, volta à tona. O meio é a mensagem, ou seja, na medida em que o meio condiciona, ele elabora uma forma própria de mensagem.

Terceiro, ele diz então que, para o ano 2000, não há visualização possível. O que nós devemos, são palavras dele, é avaliar os erros e não os repetir. Vou também depois me deter sobre isso.

Sem ter essa visão muito clara, muito precisa, muito objetiva, que é da natureza de Geraldo Casé, gostaria de dar uma palavra breve sobre o **Sítio do Pica-Pau Amarelo**, que, a meu juízo, foi a experiência mais importante da televisão brasileira até hoje, retiradas as telenovelas, que representam uma experiência

nacional muito importante, e a evolução do telejornalismo. Para dizer que embora sonhem o nosso Geraldo Casé e um diretor da **Rede Globo** em voltar a fazer o **Sítio**, parece-me muito difícil a possibilidade do retorno desse programa ou de algo parecido na televisão em circuito aberto de hoje em dia. Por duas razões, a primeira é a que quero ressaltar. Ele falou que o **Sítio** nasceu de um entendimento, de uma **joint venture**, no fundo, entre uma emissora privada e o MEC. Naquela ocasião, o MEC, através da **TVE**, que foi a base, e a **Rede Globo**, através do seu mecanismo de produção, uniram seus esforços e foi possível, após um ano de estudos, lançar um programa que durou 11 anos.

Por que isso hoje é impossível? Porque no dia em que alguma TV particular, seja a **Rede Globo** ou qualquer outra, tentar repetir uma experiência dessas – digamos que seja a **Rede Globo** –, a sua concorrente compra um filme japonês de violência, pela metade ou por um terço do preço, do custo de produção de um programa dessa natureza, coloca no ar, com resultado de audiência superior. O que nos leva, Sr. Presidente, Sr. Relator, a uma possível reflexão ou conclusão.

Enquanto as emissoras, por sua alta direção – e acho que essa forma é melhor do que qualquer intervenção do Estado nisso –, pelo discernimento de seus dirigentes, não se decidirem a estabelecer um horário na televisão, por exemplo, matutino, no qual não haveria concorrência, ou seja, um horário, pequeno que fosse, no qual pudesse haver um esforço conjunto dos canais na elaboração de algum programa do tipo do **Sítio do Pica-Pau Amarelo**, não teremos televisão infantil qualificada. Teremos essa televisão que aí está, absolutamente é uma troca, sem nenhum controle, com programas altamente repetitivos. O problema é sempre escolher a lourinha parecida com a Xuxa, ou seja, o padrão louro do Norte, dolococéfalo, sem nada a ver com a etnia brasileira, sem nada a ver com o que este País tem de formação, esse padrão da boa fada do ponto de vista mitológico, que corresponde ao padrão dominante nos sistemas de televisão, que são aqueles que nos exportam a maior parte das películas. Vamos continuar a ter as Xuxas, as Angélicas, as subxuxas, evidentemente todas elas louras e muito bonitas, integradas numa estrutura de **marketing** formidável, que vai vender o disco, a calcinha, o sutiã, a chupeta, a mamadeira, vai vender tudo da Xuxa. Porque um **marketing** enorme se envolve e não há força suficiente para superar essa realidade, até porque as emissoras se transformam, no seu crescimento, e é natural que assim seja, em empresas com ramificações nas várias direções, desde logo, na discográfica, porque possui um potente, vamos chamá-lo de disc-jóquei inortodoxo, que é a programação.

Agora, podemos perguntar: existe alguma preocupação com a criação de padrões musicais brasileiros? Não, não existe. Não considero que o Brasil tenha que ser xenófobo nessa matéria, acredito que a internacionalização dos padrões musicais, que a internacionalização é bem-vinda; o que não é bem-vinda é a desapareição dos padrões nacionais. Essa situação não é bem-vinda. Ela deve coexistir, deve coabitar.

Por isso digo que o **Sítio do Pica-Pau Amarelo** é a experiência mais importante da televisão brasileira até hoje. Ele tinha pesquisa musical. Não sei se se recordam, mas a própria abertura do programa, até hoje sucesso, de certa forma, é do Gilberto Gil, com um teor de brasilidade notável. Além de ter sabido utilizar de maneira bastante eficaz não as histórias de Lobato, tal como estavam no livro – o **Sítio**, inclusive, chegou a ser muito criticado por isso –, mas o espírito lobatiano adaptado já à linguagem das décadas de 70 e 80, até com alguma matéria tecnológica não prevista por Lobato a seu tempo, e por isso mesmo, desde que sem a perda do espírito lobatiano, ali estava mantida a idéia.

E o que é essa idéia? Aliás não pretendo falar muito, porque este tema me fascina e vou cansar os senhores. Se o Presidente desejar, tenho um estudo sobre o **Sítio do Pica-Pau Amarelo**, posso trazê-lo à Comissão, se houver interesse.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) – Acho que é uma contribuição extremamente valiosa.

A SRª BENEDITA DA SILVA – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de solicitar ao Senador que trouxesse.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Então, essa experiência não se repete, porque a televisão hoje é outra. É uma pena, mas ela é de outra dinâmica. Enquanto os canais de televisão não se colocarem de acordo para que, em uma ou duas horas, e isso não seria ruim para eles, porque eles teriam audiência absoluta...

O SR. RELATOR (Pedro Simon) – V. Exª está dizendo que seria uma cadeia infantil?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Um horário no qual não houvesse competição, o que eles não farão, porque entendem que é contra a livre concorrência. Não é contra a livre concorrência. Isso é uma contribuição que os canais dariam ao Brasil, como no passado essa **joint venture Rede Globo-MEC** deu certo. Perfeitamente. Na televisão brasileira, com uma hora de duração, elaborada em conjunto por dia, poderia dar às crianças brasileiras isso que Geraldo Casé falou. O quê? Um programa educativo? Não, porque não é missão da televisão educar. A educação é missão da escola. É missão da televisão – quero destacar esse aspecto da fala do Geraldo – ser o elemento através do qual se detona um processo educativo, ser o instrumento do alargamento dos condutos sensoriais das crianças e dos jovens, levando, por esse alargamento, um desenvolvimento da sensibilidade.

O que programas da natureza do **Sítio** faziam, a despeito até de sua vontade educacional, mais do que educar era alargar os condutos da sensibilidade, era propiciar à criança a entrada num universo afetivo, solidário, nacional, familiar, tudo de um modo indireto, feito na trama. Essa, aliás, é a grande qualidade de Lobato. Quando Lobato, não sei se os senhores presentes repararam, retira pai e mãe de suas histórias, Lobato retira o elemento repressor na educação e libera a fantasia, a criatividade e a ludicidade infantil, através da figura da avó, bondosa, generosa, culta. E mais: Lobato prega a grande equidade racial deste País quando elege, na sabedoria da empregada negra de Tia Anastácia, uma figura no nível da avó. Então, promove o quê? Valor, valor de vida, de sensibilidade.

Isso desapareceu, não está nos filmes japoneses. Não adianta colocar na televisão novamente o **Sítio** para que o canal contrário coloque ali o japonês metralhando, implacavelmente, seus adversários. A não ser que os canais se coloquem de acordo, num gesto patriótico, com uma hora ou meia diária, e façam uma produção dessa natureza, vamos continuar nesse vale-tudo, que vai ser salvo, porque esta televisão é do passado, embora passe hoje. Vai ser salvo porque a quantidade de programação que será posta à disposição das pessoas é de tal ordem que alguma qualidade sobrenadará dessa quantidade.

Essa ligação e lembrança do **Sítio** parece-me ser uma experiência que não podemos esquecer, desperdiçar. O **Sítio**, inclusive, foi seqüência da experiência que a **Rede Globo** fez no **Vila Sésamo**. A partir daí há experiências importantes na **TVE** do Rio de Janeiro, sem repercussão de audiência, e há experiências importantes na **TV Cultura** de São Paulo, esta com alguma repercussão de audiência, inclusive com prêmios internacionais.

A **TVE** do Rio de Janeiro ganhou prêmios internacionais de programação infantil; há uma experiência do **Tio Maneco**, que é fascinante, absolutamente perdida, que era o desenvolvimento por aventura do espírito científico na criança. Também há experiências

da **TV Cultura**, inclusive algumas em vigor hoje em dia, bastante importantes. Isso não quer dizer que este panorama seja, portanto, caótico. Ele é caótico, catastrófico, sim, no fato de que, na televisão de circuito aberto, a competição se torna cada vez mais dramática, e há como que uma, permitam-me a palavra, "adulteração" dos horários infantis, ou seja, a luta pelo mercado faz com que os canais se esmerem em qualificar cada vez mais sua programação em horários que desbordem o chamado horário nobre. Então, o que antes era o que começava às 19h, na disputa de audiência adulta, hoje começa às 17h. E começa às 17h porque, se um canal não começa, o outro coloca o **Aqui e Agora**, bota o crime, e assim vai. Temos uma espécie de adulteração, porque adúltero vem de adulto, adúlterio é coisa de adultos. Uma adulteração no sentido específico, etimológico da palavra dos horários; eles estão ficando adultos, eles estão se adulterando. Por essa razão, o **Sítio do Pica-Pau Amarelo** era às 17h30min; os temas da **Escolinha** do Chico Anísio já eram muito agudos e violentos no duplo sentido, do deboche, do homossexualismo, de violências dessa ordem, às 17h30min. Agora, felizmente parece que se inventou o horário jovem, e é possível que de alguma maneira se atenuem, mas já não existe o espaço destinado à programação infantil, que seja pelo menos comum aos canais.

Isso posto, mas como disse o Senador Pedro Simon, estamos num laboratório, e acho que nossas idéias, todas, vão se somando para um objetivo comum.

Perguntaria, então, a Geraldo Casé sobre duas decorrências da sua fala: primeiro, como a tecnologia condiciona o formato, que foi o primeiro elemento?. Peço que S. Sª dê alguns exemplos; segundo, disse que para o ano 2000 não há visualização possível, basta-nos avaliar os erros e não os repetir. Quais são, na sua sugestão, os erros que não devem ser repetidos?

O SR. GERALDO CASÉ – Essencialmente, acredito que os erros que cometemos e que podemos dizer que também estão no passado, porque vamos ter que aqui pensar que esses erros não vão participar mais da próxima etapa da televisão, porque na evolução da mesma não é só tecnicamente, ela evolui de outra maneira, ou seja, quando você começa a colocar, bifurcar, canais diversos, totalmente separados, cada vez mais optativos... Em Nova Iorque ou Itália existem canais, em determinados horários, pornográficos, canais com qualquer tipo de programação.

O que vai acontecer é que os erros acontecerão se tivermos, no futuro, o canal aberto funcionando, então teremos que tomar cuidado a respeito. Agora, como posso visualizar a televisão? Não visualizo a televisão hoje como é feita aqui, como numa ocasião vindo naquele trem... calculo que a televisão, no futuro, vai ser um acorde musical com uma rosa, depois vem a cara de um sujeito, enquanto isso está se dizendo alguma coisa ou apresentado uma música. Ali, naquele momento, já estávamos pensando no primeiro **clip** musical que foi feito anos depois na **TV Excelsior**, porque eu imaginava que a televisão iria ser complementar, a tal ponto, que seria um dos canais de opção.

O que é a **MTV**? Liga-se a televisão e só tem **clips** de fragmentos musicais, não há um cantor cantando, mas um cantor que participa de uma imagem que está sendo apresentada.

Posso dizer que isso é erro? Não, digo que será uma opção que teremos. Quer dizer, temos que eliminar o que, evidentemente, não podemos admitir, porque não poderemos codificar as imagens que vêm de um programa pornográfico a uma criança quando todos os canais estiverem em funcionamento. Existe agora um controle remoto que é dado para a criança, ela tem seu controle remoto e, através dele, só entram os canais que foram selecionados. Essa sim seria a televisão do ano 2.000, que se utilizaria de técnicas através das quais dar-se-ia possibilidades à família, que hoje

fica muito alienada em relação à educação, como a escola também, porque colocou a televisão como cristo. A televisão não é cristo, ela tem sua função e devemos saber como desfrutar da mesma e criar determinados tipos de procedimentos que possam dar oportunidade ao pai de entregar à criança um controle remoto, seja a televisão que for, ela está codificada para aqueles canais, e não tem saída, a criança só vai assistir a aqueles canais.

Acho que este não é um caso de censura, mas de poder estabelecer critérios de escolha da programação; você não vai mandar seu filho atravessar a Avenida das Américas, de tarde, sozinho. Tem que dar uma disciplina. Acho que não existe possibilidade de qualquer civilização sem o processo de disciplina, de leis.

A televisão não deve ter leis no sentido restrito da palavra, mas deve ter leis, através da técnica, que possam dar à audiência possibilidades de optar, principalmente no que se relaciona à criança, ao adolescente, em relação ao que foi colocado na sua televisão. O computador funciona assim hoje, as crianças tem os disquetes, minha neta tem computador e trabalha com os elementos dados pelo pai e a mãe.

Acho que é esta a resposta.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Perfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Está satisfeito, nobre Senador?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Como dizia a própria televisão: "satisfeitíssimo".

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Isso era um anúncio de comercial, eu lembro bem.

Concedo a palavra à segunda inscrita, nobre Senadora Benedita da Silva, para que formule as perguntas que houver por bem.

A SRª BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores, estava aqui quase em desespero, porque tinha feito algumas anotações e estava querendo fazer algumas perguntas. A maioria delas já se esgotou, evidentemente, porque os dois ilustres Senadores foram capazes de absorver na íntegra o meu pensamento, o que não me prejudicou, evidentemente; ao contrário, fez-me aumentar o conhecimento e forçou também a que eu tivesse outro tipo de inspiração.

Para começar, agradeço muito a presença de Geraldo Casé, dizendo a ele que a dificuldade que tenho em chamá-lo de senhor é a mesma que ele tem de chamar o Senador Artur da Távola de Artur da Távola - deveria chamá-lo de Paulo Roberto. E devo também confessar que tenho uma paixão enlouquecida pela sua filha.

O SR. GERALDO CASÉ - Sei disso.

A SRª BENEDITA DA SILVA - O Brasil inteiro sabe disso.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Ele também.

(Risos)

A SRª BENEDITA DA SILVA - Ele também. Mas ele não sabe que eu tenho. Ele sabe que ele tem, mas não sabe que eu tenho, principalmente depois do nascimento da minha xará. (Risos) Tenho razões de sobra que os outros Senadores não têm. Por isso, a única novidade nas minhas perguntas vai ser exatamente isso.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Senadora Benedita da Silva, permita-me só um aparte, para fazer um comercial. Já que a família Casé está, assim, tão em moda, quero lembrar que, por acaso, estou lendo esse livro, no momento.

O SR. GERALDO CASÉ - Do Rafael.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - O Rafael Casé, que é filho...

O SR. GERALDO CASÉ - Sobrinho; é filho do Maurício.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Ah, filho do outro irmão dele... O Rafael escreveu um livro muito interessante sobre o **Programa Casé**, que é do pai dele, contando toda a história desse programa no rádio brasileiro, desde a década de 30, mais ou menos, quando ele começa, até o tempo em que viveu; até, praticamente a década de 50. E havia um panorama formidável da história do rádio, feito pelo programa do pai dele. A leitura vale para quem se interessar pelo tema. Ademais, está escrito de um modo muito agradável, muito sedutor, mesmo.

Desculpe-me. Obrigado.

A SRª BENEDITA DA SILVA - Vou fazer a leitura, sem dúvida nenhuma.

O que gostaria de perguntar, de certa forma, foi respondido. Mas queria fazer apenas quatro perguntas.

Primeiro: além de se fazer programas aqui e outras atribuições, existe a de editar programas que são vendidos pela emissora ao exterior. Queria compreender um pouco como é o tratamento de finalização disso, porque nem sempre o que é bom para o Brasil é bom para o exterior. Como é dado esse tratamento de finalização? Esta é uma pergunta.

A segunda, o Senador Artur da Távola já brilhantemente abordou, mas quero resgatar uma parte do **Pica-Pau Amarelo**, porque S. Exª colocou a questão da etnia. Uma das coisas que eu percebia no **Sítio do Pica-Pau Amarelo** é que as etnias - não sei se se consciente ou inconscientemente - estavam representadas no programa.

Sabemos que a comunicação tem uma força enorme. Havia uma preocupação com a criança, com essa produção magnífica que foi o **Pica-Pau Amarelo**. Como o Senador Artur da Távola, acredito que já não exista mais espaço - não que seja uma etapa superada para reproduzir um programa dessa envergadura. Mas gostaria da sua análise atual com relação a essa safra de produção, com fada-madrinha, e com essa exclusão, quase que aceita naturalmente pelo meio de comunicação, da imagem das etnias brasileiras, em particular, da negra. As crianças precisam se ver desde o início. Em desenho animado e nos programas infantis elas não aparecem. Como analisa essa atual safra?

Terceiro: sabemos que a TV que não diverte não atrai o público - por conseguinte, também não se sustenta financeiramente. E dizem até que, por exemplo, a **TV Educativa** não pode desempenhar o seu papel de maneira lúdica. Pergunto: qual é o caminho para as emissoras educativas?

Quarta e última pergunta. A legislação brasileira atual não permite a veiculação da publicidade comercial nas emissoras que exploram o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos. Mas temos observado que há uma certa burla a essa proibição. Pergunto: é possível aceitar-se, no caso, apoio cultural ou o merchandising? Como é que o senhor vê isso?

O SR. GERALDO CASÉ - Enquanto V. Exª formulava suas perguntas, fui anotando-as. Estou pegando ônibus de graça porque já tenho idade e não tenho boa memória para guardar tudo. Mas anotei aqui mais ou menos.

Com respeito à adequação dos programas exportados pela **TV Globo** existe um cuidado muito grande. Estou aqui com o meu Diretor na **ABERT**, o Borgeth, que dirigiu também a Divisão Internacional. Ele sabe do cuidado que tínhamos em relação ao material que a **TV Globo** exporta. Há um cuidado muito grande. Quando fui trabalhar na Divisão Internacional, fui exatamente como Diretor Artístico para poder preparar esses programas para o mercado internacional.

Vou lhe dar só um exemplo. As nossas novelas, as nossas minisséries são feitas para o mercado interno, especificamente. A **TV Globo** as projeta para o mercado interno; o mercado interna-

cional é complementar. Não fazemos programas para o exterior, fazemos programas para o mercado interno, para o Brasil. Então, temos que tomar alguns cuidados realmente.

Por exemplo, a novela *Pátria Minha* começa com a Bandeira Brasileira, com as pessoas num labirinto. E a exposição inicial da novela não era muito adequada porque expunha o nosso país no exterior. Não seria interessante apresentar fora do País o que apresentamos aqui. A Bandeira Brasileira e o nome *Pátria Minha*, os problemas sociais que existiam, os problemas que eram expostos, a maneira discursiva que o Gilberto utilizou na novela, tudo isso não seria muito interessante ser mostrado.

As emissoras querem – entre uma pancadaria da torcida do Coríntias, como em qualquer lugar do mundo – esse tipo de notícia. Não é adequado expormos o nosso intestino no mercado externo. Temos tido esse cuidado. Tanto é que a novela *Pátria Minha* fora do Brasil foi chamada *Vidas Cruzadas*; para a Europa, "O Labirinto". Na abertura não tem a bandeira brasileira, é usado só um labirinto. Fizemos uma nova abertura, e a música nós trocamos.

Fizemos uma análise, que não é uma censura, e entendemos que não seria adequado mostrar lá fora o que mostramos aqui dentro em relação à novela. Temos esse cuidado. Editamos as novelas de maneira que elas ao serem colocadas no mercado internacional não possam denegrir a nossa imagem. Essa é a primeira coisa que levamos sempre em consideração.

A pesar de a novela ser um produto comercial que vendemos e tudo mais, fazemos isso com critério. Trabalhamos com nosso produto com muito cuidado para que ele não só seja aceito, mas que seja – vou optar por uma palavra muito curta – limpo. Não que tenhamos dentro da novela. A novela enfoca sempre muitos problemas nossos e exportamos isso, mas temos o cuidado de manter um nível adequado.

Quanto ao *Sítio* que o Artur achava que era meu sonho, não tenho sonho nenhum em voltar a fazer o *Sítio*, porque o meu sonho é feito John Lennon.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - De morar no *Sítio*.

O SR. GERALDO CASÉ - Exatamente. Morar no *Sítio*. Não sei se, futuramente, poderíamos ter novamente o *Sítio*.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Quando eu me referi ao *Sítio*, eu quis dizer um programa ideal.

O SR. GERALDO CASÉ - Um programa daquela maneira, dificilmente. Mas, quem sabe se, no futuro, não teremos um *clip* do *Sítio*? Então, diante do grupo de audiência, teríamos possibilidade de criar um tipo de exposição que tivesse o mesmo conteúdo. Fiz um estudo logo depois que o *Sítio* parou, imaginando como poderíamos fazer o *Sítio* daqui a dez anos – não que eu quisesse fazer, eu estava apenas estudando. Se não poderíamos fazer? Podemos. Porque Monteiro Lobato é literatura. Com a Bienal do Livro, mostramos que existe uma capacidade de leitura muito grande. Por que não estimular a leitura mediante um programa de televisão que fora trabalhado sobre a temática de Monteiro Lobato? Não sei se isso seria possível. Por isso digo que o ano 2 000 é uma coisa uma subjetiva para mim, está muito distante para saber como é que podemos estimular esse tipo de programação.

O Senador Artur da Távola e a Senadora Benedita da Silva mencionaram a concorrência de filmes americanos e de japoneses. Temos que levar em consideração que toda essa programação não foi feita no Brasil. É feita e apresentada no exterior. Ela é universalizada porque é comprada por todas as emissoras de televisão do mundo. Os programas japoneses chegaram ao ponto de modificar a fisionomia, a característica do oriental para poder ter mercado no exterior. Há inclusive filmes feitos com co-produção americana e japonesa em que há um japonês, um negro, um branco, um loiro e

todos lutam karatê. Esses filmes têm o mesmo objetivo dos programas japoneses com os monstros, com as figuras de *super-homens*. Isso é uma constância, é universal e não vamos poder chegar e expurgar esse processo. Essa tendência existe realmente.

A SRª BENEDITA DA SILVA - Não é que tenha que expurgar. Eu me referi ao nível da nossa produção. A nossa produção exclui de certa forma. E no *Sítio do Pica-Pau Amarelo* tínhamos isso, assim como estamos agora vendo, pela primeira vez em *A Próxima Vítima* uma família completa de negros na televisão. Trabalhar com o imaginário infantil é muito sério.

O SR. GERALDO CASÉ - Vou contar uma coisa interessante. O Agostinho Neto, que foi Presidente de Angola, proibiu o *Sítio do Pica-Pau Amarelo* de ser apresentado naquele país. Só depois que foi explicado que Anastácia era uma pessoa da família e não empregada é que permitiu. Como tinha o tio Gamizé, que também era um negro, ele imaginava que tínhamos preconceito em relação ao negro. Até ele entender que o espírito de Lobato não era esse, que aquilo era uma família só, o programa *O Sítio do Pica-Pau Amarelo* foi proibido em Angola. Veja que é um enfoque completamente diferente. Posteriormente, ele compreendeu e o programa voltou a ser apresentado.

Quanto a recursos e programas da *TV Educativa*, creio que as pessoas chegaram a um ponto tal, os produtores e diretores ficaram tão fascinados com a tecnologia moderna, com os efeitos que, quando dirigia a *TV Educativa* e recebemos os equipamentos dos alemães, a primeira coisa que fizemos foi baixar uma circular proibindo usar os efeitos, a não ser que fossem adequados ao programa. Hoje, a questão tecnológica avançou de tal ordem que todos têm acesso e trabalham com esse tipo de mesa de efeitos e equipamentos avançados. Acredito que qualquer emissora pode fazer um programa com conteúdo sem ter esse primor de técnica, desde que esse conteúdo, esse atrativo seja realmente o que nós queremos: um bom texto, uma boa história.

Quando me questionaram se estava voltando à *TV Cultura*, à *TVE*, eu perguntei: - E você acha que esse programa vai atrair a audiência? E me disseram: - Não acredito que uma história bem contada não tenha uma audiência. Monteiro Lobato disse que uma história tem que ter princípio, meio e fim. Se a história tiver tudo isso e ainda for atrativa, não há necessidade de uma tecnologia tão grande para apresentar um programa de televisão. Penso que a *TV Educativa* sempre ficou muito preocupada em concorrer com a televisão comercial, querendo fazer o que essa fazia; e até hoje pensa nisso. Ela não tem que concorrer, tem que ser um canal optativo, um canal que tenha esse tipo de conteúdo e que possa apresentar esse tipo de programação. Essa é a minha opinião.

O custo de co-produção e a questão, inclusive de comercialização, na época de Gilson Amado – o Ministro era o Jarbas Passarinho – nós pleiteamos que houvesse, em todos os programas da *TV Educativa*, chancelas. Seria uma forma de passar, mesmo que fosse através do Imposto de Renda, podendo esse ser descontado, para que pudesse sustentar os programas e ter bons profissionais. Trabalhar sem bons profissionais é uma situação difícil. A *TV Educativa* formou muitos bons profissionais. E tem-se um nível muito melhor quando se trabalha com profissionais que têm conhecimento do veículo. Esse é um outro problema que tivemos sempre.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Não havendo mais quem deseje fazer uso da palavra, agradecendo a valiosíssima contribuição e colaboração do Sr. Geraldo Casé para os trabalhos desta Comissão, enaltecendo as intervenções do Relator, Senador Pedro Simon, do Vice-Presidente, Senador Arthur da Távola, da Senadora Benedita da Silva e agradecendo a presença de todos, vou declarar encerrada a reunião. Antes, porém, gostaria de

avisar que as próximas reuniões, por decisão da Mesa, não mais serão às 14h, e sim às 11h das terças-feiras. Mas, para tanto, a Presidência, através da Secretaria, mandará informar aos interessados e aos Srs. Senadores.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15h46min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

28ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, realizada em 13 de setembro de 1995, às 10h25min.

As vinte horas e vinte e cinco minutos do dia treze de setembro de mil novecentos e noventa e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, sob a presidência do Senador Gilberto Miranda e com a presença dos Senadores Vilson Kleinübing, Francelino Pereira, Esperidião Amin, Onofre Quinan, Júnia Marise, Osmar Dias, Roberto Requião, Ademir Andrade, Joel de Hollanda, Carlos Bezerra, Ney Suassuna, Arlindo Porto, Jonas Pinheiro, Pedro Piva, Lauro Campos, Freitas Neto, Fernando Bezerra, João Rocha, Eduardo Suplicy, Mauro Miranda, Carlos Patrocínio, Luiz Alberto e Bello Parga. Deixam de comparecer os Senadores Gilvan Borges, Ramez Tebet, Beni Veras, Leomar Quintanilha, Geraldo Melo, João França e Sebastião Rocha. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada e, a seguir, comunica que a reunião destina-se à exposição dos Senhores Secretários Estaduais de Planejamento "sobre perspectivas de investimentos em face do atual quadro de endividamento". Em seguida, sua Excelência concede a palavra aos Senadores Francelino Pereira, Vilson Kleinübing, Carlos Patrocínio, João Rocha, Jefferson Peres, Onofre Quinan, Roberto Requião, Ney Suassuna e Carlos Bezerra. Prosseguindo os trabalhos a Presidência franqueia a palavra aos Secretários de Planejamento e seus representantes, pela seguinte ordem: Acre – Luís Carlos Nalin Reis, Alagoas – Jorge Toledo Florenço, Amapá – Lourival Freitas (representante), Amazonas – José Augusto de Almeida, Bahia – Luiz Antônio Vasconcellos Carreira, Ceará – Antônio Cláudio Ferreira Lima, Espírito Santo – Magno Pires da Silva, Goiás – Ovídio Antônio de Ângelis, Maranhão – Ricardo Laendir Perez, Mato Grosso – Inês Martins de Oliveira Alves, Mato Grosso do Sul, Valter Cotêz (representante), Minas Gerais – João Heraldo (representante), Pará – Lucy Leão (representante), Paraíba – Armando Carvalho (Secretário Adjunto), Paraná – Cássio Taniguchi, Pernambuco – Eduardo Paiva (Secretário Adjunto), Piauí – Antônio José Guerra, Rio de Janeiro – Marco Aurélio Barbosa de Alencar, Rio Grande do Norte – Ivaldo Bezerra de Araújo Galvão, Rio Grande do Sul, Paulo Nardi (representante), Santa Catarina – Albano Shmith, São Paulo – Carlos Luqui (representante) e Sergipe – Marco Antônio de Melo. Encerrados os debates, a Presidência, declara cumprida a finalidade da presente reunião encerrando-a às quatorze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, **Dirceu Vieira Machado Filho**, a presente Ata que, lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador **Gilberto Miranda**, Presidente – CAE.

Reunião 1308095 – 10h30min

Presidente: Senador **Gilberto Miranda**

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Está aberta a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Esta é uma sequência da reunião que tivemos com os Srs. Secretários de Fazenda para sabermos exatamente qual a situação dos Estados, com relação à arrecadação e ao endividamento.

O interesse do Senado e da Comissão de Economia é saber dos Srs. Secretários, com a atual receita, com a atual amortização da dívida nos moldes da resolução atual, o que os Estados investirão, se investirão e como recuperarão suas infra-estruturas. Esperamos também que os Srs. Secretários tenham trazido dos Secretários da Fazenda o que discutimos na reunião passada, que daria uma fotografia da situação do Estado com relação à arrecadação e despesas. Inclusive, houve uma colocação do Senador Vilson Kleinübing de como proceder para que pudéssemos estudar com mais detalhe essa situação.

A palavra está franqueada aos Srs. Senadores, primeiramente, se quiserem fazer uso da palavra. Depois, ouviremos os Srs. Secretários de Estado.

Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, gostaria apenas de registrar e, ao mesmo tempo, louvar a iniciativa da direção da Comissão de Assuntos Econômicos, particularmente, de V. Ex^a, no sentido de ouvir os Secretários da Fazenda e do Planejamento.

Confesso a V. Ex^a que a reunião de portas fechadas permitiu – se as portas estivessem abertas teriam falado da mesma forma – um conhecimento completo sobre a situação dos Estados, embora cada Secretário da Fazenda falasse por poucos minutos. Todos foram objetivos e deram um excelente testemunho da péssima situação em que se encontram os Estados brasileiros e, conseqüentemente, os Municípios do País.

Depois daquela reunião, em cada Estado, mobilizaram-se os interessados, os governadores, e a expectativa da realização da reunião de hoje realmente conquistou toda a preocupação de nossa parte. De maneira que estamos aqui exatamente para ouvir atentamente os Secretários da Fazenda e do Planejamento. Evidentemente que não teremos ainda uma sinalização do que possa acontecer no futuro, mas, hoje, a meu ver, completa-se uma informação sobre os Estados, que é realmente de penúria. Precisamos contribuir para solucionar esse grave problema nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, Srs. Secretários de Planejamento, mais uma vez, farei uma colocação que fiz no final da apresentação dos Secretários de Fazenda na reunião que tivemos com eles. Nem eu e nenhum dos Senadores têm interesse em inviabilizar a administração pública de nenhum Estado. Agora, precisamos colocar a mão na cabeça e pensar um pouco no País sob o seguinte aspecto: quando vamos parar com essa estória de o prefeito passar a conta para o governador, o governador passar para o presidente e este para o povo?

Em segundo lugar, quando vamos criar mecanismos de austeridade administrativa nos Estados, principalmente no final dos últimos cinco meses de administração do governador? Por exemplo, foi relatado aqui – e o Relator da resolução é do Estado do Mato Grosso; portanto, posso falar à vontade, porque o ex-Governador do Mato Grosso era do meu partido. Antes de sair, ele deu um aumento de 142% na folha de pagamento, no real. Depois, atrasou a folha de pagamento dois meses, mas pagou rigorosamente em dia os empreiteiros. Agora, o novo governador está com o Estado inviável e quer transferir a conta para a União.

O Senadores sabem – e tenho relatado isso sistematicamente – que a União está fechando todos os meses com déficit. Se receber menos, vai aumentar o déficit.

Esse hábito é da época do Império, sem querer falar mal dos nossos ancestrais, mas é um hábito meio ibérico, "manda para a conta Coroa que ela paga". É o que o estamos fazendo: mandando

a conta para a Coroa. Depois, vamos acabar, vamos emitir papel etc. Estou aqui com os dados do aumento da arrecadação dos Estados brasileiros do primeiro semestre deste ano em relação ao primeiro semestre do ano passado. Não há um Estado brasileiro em que o ICMS não tenha crescido mais de 40% em termos reais. O Estado de Santa Catarina teve aumento de receita nos primeiros sete meses deste ano de US\$300 milhões.

Agora, a folha de pagamento de todos estourou. O problema é que não preparamos para administrar a coisa pública sem inflação. As pessoas esquecem que a folha de pagamento tem crescimento vegetativo – mesmo que não tenha aumento –, porque tem anuênio, biênio, quinquênio, tem a Justiça, que se aumenta. A folha de pagamento de qualquer Estado brasileiro cresce de 7 a 8% ao ano sem dar nenhum reajuste, porque criamos mecanismos para isso. A pessoa se aposenta, vai lá e repõe; não sai da folha, aposenta-se no teto. Quero deixar isso claro, porque, em primeiro lugar, paguei a conta quando fui governador. Cheguei a pagar 20% dos títulos públicos que venciam no semestre. Fiquei 17 meses com a folha de pagamento em atraso em Santa Catarina. Não fiz uma obra, em 21 meses, para colocar as contas em ordem. Agora fico triste porque vejo meu Estado com 90,2% da sua receita, que é a maior receita da história de Santa Catarina, de folha de pagamento, que vem para o Tesouro. E manda para o Tesouro, porque tem um governador que é amigo, que é parente etc.

Aliás, a dívida consolidada, segundo meu especialista em Constituição, não pode ser modificada por proposta do Senado nem por resolução do Senado; só com proposta do Presidente da República. Só a mobiliária é que se pode mexer. Essas resoluções são ineficazes inclusive nessas circunstâncias. Então, penso que nós, do Senado, temos de dar alternativa para os governadores, mas temos de exigir que, depois da eleição, nenhum governador pode dar aumento de salário. Se a folha de pagamento estiver atrasada, não se pode pagar nenhuma conta. Vamos completar: depois da eleição, não se pode dar aumento de salário. Se a folha estiver atrasada, não se pode fazer nenhum pagamento enquanto a folha não estiver em dia. Nenhum pagamento. E, em terceiro lugar, não se podem contratar obras e serviços depois da eleição. Se não se restabelecer o mecanismo de controle, daqui a dois anos vêm novamente os governadores e nós vamos, mais uma vez, reduzir o índice, porque é evidente que sempre é mais fácil passar o problema para cima.

Está aqui a receita – que aumentou – dos Estados brasileiros. Não é problema de receita; os Secretários sabem disso: o problema é de despesa. E vamos precisar muito dos governos estaduais para nos ajudar a mexer nessa quantidade de privilégios que há na Constituição com relação à folha de pagamento de todos os Poderes. Em Santa Catarina, dentro de oito anos, 50% da folha de pagamento será de inativos; 50%, ativos. Dentro de 16 anos, 98% dos funcionários públicos de Santa Catarina estarão aposentados, todos. Para não dizer 100%, digo 99, qualquer coisa, porque sempre há alguma reposição. Eram essas observações, Sr. Presidente, que eu queria fazer preliminarmente.

É importante que os Secretários nos entreguem as suas informações. Se algum Secretário puder fornecer alguma informação adicional, aceitaremos. Mas eu, como Vice-Líder do Governo, estou lutando para que se encontre, junto com o Relator que foi colocado, nosso Senador Carlos Bezerra, um encontro de solução negociada, mas desde que se estabeleçam esses critérios de austeridade para que não aconteça mais isto: atrasa a folha, mas não atrasa o empreiteiro, e dar aumento de salário depois da eleição. Que barbaridade, meu Deus do céu! Dar aumento de salário em cima do real, em cima de dólar, não há receita que agüente!

Eram essas as minhas ponderações iniciais.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Secretários de Planejamento dos diversos Estados da Federação, gostaria apenas de reiterar os cumprimentos a esta Comissão, por esta oportunidade, que ensaja ao Senado Federal cumprir o seu desiderato enquanto lidamos representantes dos Estados da Federação brasileira. Acho que esse é um trabalho muito sério. Devemos nos deter no seu estudo.

Gostaria de fazer aqui alguns comentários. Os pobres Secretários de Planejamento já não poderão jamais planejar alguma coisa, pelo menos, em termos de planos de desenvolvimento. Parece-me que eles terão que planejar como quitar os débitos dos seus respectivos Estados. Têm que fazer uma engenharia ou uma reengenharia ou coisa que o valha, porque a situação é efetivamente caótica.

Quero dizer que assim que cheguei ao Senado Federal, no meu primeiro mandato, entrei com uma ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, tendo em vista a folha do Ministério Público do meu Estado. Conversando com o Dr. Aristides Junqueira, percebi que um Procurador de Justiça do meu Estado ganhava em algumas vezes mais do que ele, ferindo todos os preceitos legais que existem no nosso País. Ganhamos de dez a zero no Supremo Tribunal Federal.

Portanto, é muito oportuno mais esse encontro com os Secretários da Fazenda. Quero dizer que isso é muito importante tendo em vista principalmente a reforma administrativa. Ou fazemos uma profunda administrativa, ou apoiamos mesmo aquilo que o Ministro Bresser Pereira está preconizando, talvez tenhamos que ir mais a fundo, ou então os Estados estarão totalmente insolventes no decorrer dos próximos anos.

Gostaria de dizer a todos os Secretários de Planejamento que esta Comissão tomou uma decisão de não rolar mais 100% da dívida mobiliária dos Estados. Esta é uma decisão que achei muito acertada da Comissão.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria apenas de dizer que fico muito alegre de estar participando desta reunião. Tenho certeza de que, através das explicações de todos os Srs. Secretários, de todos os Srs. Senadores, poderemos, efetivamente, fazer modificações profundas, quer através da proposta de reforma tributária, quer através da reforma administrativa. E tomar decisões para que o nosso País possa sair dessa situação de insolvência em que se encontra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o Senador João Rocha.

O SR. JOÃO ROCHA – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Secretários de Planejamento, queremos cumprimentar a Presidência desta Comissão pela iniciativa que teve de gerar essa espécie de simpósio, para que o Senado tivesse conhecimento da realidade e da situação de cada Estado em nosso País.

Como Presidente desta Comissão, que antecedeu ao Senador Gilberto Miranda, discutimos aqui o comprometimento da receita dos Estados no atendimento das dívidas consolidadas: a dívida mobiliária, a dívida interna e externa, que não poderiam passar de 11% da sua receita líquida.

Sentimos aqui também neste momento a preocupação do Senador Wilson Kleinübing. E realmente temos que aproveitar esta oportunidade para buscar não um paliativo, mas uma decisão definitiva para a rolagem de dívidas dos Estados e Municípios. Lembrou-me bem de que o Senador colocou aqui um comprometimento de receita com despesa de pessoal. E temos esse modelo também transportado para o Governo Federal.

Em 1992, a receita administrada do Governo Federal foi R\$32 bilhões. A despesa com pessoal foi R\$16 bilhões. Então, houve um comprometimento de 50% da receita bruta.

Em 1993, essa receita teve um crescimento real para R\$ 43 bilhões. A folha de pagamento cresceu para R\$ 19 bilhões só na área federal.

Em 1994, essa receita cresceu – que era de US\$ 32 bilhões, em 1992 – para US\$ 66 bilhões com um custo de quase R\$ 25 bilhões de reais em folha de pagamento.

Em 1995, está previsto uma arrecadação da receita gerando em torno de mais ou menos de US\$ 80 bilhões. Segundo outras informações que temos, a folha de pagamento, em 1995, deve chegar a US\$ 35 bilhões.

Então, de 1992 a 1995 houve um crescimento real, nominal, acima de 100%. Então, esse problema não é só com os Estados. Esse problema também V. Ex^{as} estão sentindo aqui que também se transporta para o Governo Federal.

Já para o Orçamento de 1996, o Governo já faz uma previsão de receita administrada de R\$ 111 bilhões, mas projeta uma despesa com pessoal de R\$ 46 bilhões.

Então, está mantendo praticamente o mesmo percentual de crescimento real em receita e em despesa de pessoal. Temos também, neste momento, de fazer uma análise mais crítica e mais profunda, por que houve esse comprometimento maior dos Estados em relação ao seu crescimento de receita?

Quando estipulamos, aqui na Comissão, uma resolução que limitava o máximo de 11% só para a receita líquida dos Estados, esperávamos que o Plano Real, que a estabilização da economia não sacrificassem os Estados com juros altos. Mas há Estados em que a dívida cresceu (valor nominal) em relação aos juros, do **spread** que chamamos, de quase 100% ao ano. Então, a dívida que era de R\$10 milhões, cresceu para R\$ 20 milhões. Por quê? Porque num regime de estabilização da economia esquecemos o critério mais fundamental e mais importante que tem que ser discutido aqui também. Se formos rolar dívida de Estado, limitando só o teto de comprometimento com a receita, não vamos resolver o problema dos Estados. Além de limitarmos o comprometimento da receita, temos que limitar os juros, o **spread** acima da inflação. Digamos, hoje, temos uma projeção de inflação de 20% ao ano, mas se os Estados, o Governo começarem a rolar dívida a 40%, a 50%, eles estarão pagando o **spread** de 100% sobre a dívida existente.

Então, acho que temos que aprofundar também a limitação, seja transferindo essa dívida para o Governo Federal, como falou o Senador Vilson Kleinübing, seja os Estados voltando a assumi-la num prazo mais dilatado, mais longo. Se não limitarmos o **spread**, esse juro exorbitante que não existe em país nenhum do mundo, não vamos resolver nunca o problema da dívida interna ou externa de Estados e Municípios. Porque quem gera inflação, quem gera juro alto, é quem faz a captação do dinheiro. E quem faz a captação do dinheiro é o Governo Federal.

Então, o que temos que fazer é analisar também paralelamente, além de elaborar uma resolução nova, é amarrar que o Estado, que o Município não podem pagar mais do que tantos por cento de **spread** ao ano sobre o valor nominal de sua dívida. Ai os Estados vão poder fazer o seu planejamento. Os Secretários de Planejamento vão ter condições tranquilas de analisar a sua projeção, o seu fluxo de caixa, porque vão ter a certeza de que, se não existir a inflação, digamos que tem um **spread** de 11% ou de 12% ao ano, que já é grande em termos de economia estável, mas ele vai saber que uma dívida consolidada de US\$ 100 milhões, ele vai ter 12% em cima dela de juro ou de correção, mas o valor é principal.

Hoje, o que sentimos? Sentimos na reunião com os Secretários de Fazenda que a maioria dos Estados simplesmente rolou dívidas. E as dívidas dos Estados cresceram 100%. Então, está errado na base.

Se queremos realmente buscar uma solução definitiva e se queremos realmente sair do paliativo para atender às necessidades do Estado com rigor, com seriedade, temos que partir também para a cabeça que é o Poder Federal. Então, vamos gerar juros compatíveis com a realidade de uma economia estável. Esta é a sugestão que dou a esta Comissão e aos Secretários de Fazenda e Planejamento, de que se nós não atrelarmos um **spread** compatível com a realidade desta economia, não vamos pagar nunca esta dívida e vamos só alimentar o sistema financeiro que só tem trazido prejuízos à nossa economia há mais de vinte anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Peres.

O SR. JEFFERSON PERES – Vou ser breve, Sr. Presidente, porque penso que estamos aqui mais para ouvir do que para falar.

Quero fazer minhas as palavras do Senador Vilson Kleinübing. Estas reuniões estão sendo extremamente úteis para que saibamos da situação real dos estados, mas estão sendo úteis, também, no processo de amadurecimento político, de tomada de consciência, Sr. Presidente, de que, com a estabilidade de preços e com o amadurecimento da sociedade brasileira, chegou a hora da verdade. Não vamos mais empurrar problemas com a barriga e nem mandar mais a conta para a viúva.

Ontem, nesta mesma sala, quando um Senador, meu colega, fazia um discurso exaltado – discurso em termos, porque era informalmente – e dizia: "A União tem que resolver os problemas dos estados!" Perguntei a S. Ex^a: "Quem vai resolver os problemas da União?" Sou representante do Estado do Amazonas, mas sou Senador da República. Não posso adotar a posição irresponsável de dizer: mande para a União, e o resto que se dane! Nós todos temos que ter – e creio que temos – espírito público. Todos estamos preocupados com a situação dos estados. E nem todos os estados estão na mesma situação. Alguns, talvez, estejam em situação difícil por problemas realmente incontornáveis, outros, nem tanto. Não sei, cada caso será um caso. É claro que os juros pesaram muito. É claro que há problemas que nós, do Congresso, temos que resolver. É inadmissível que, em alguns estados, 3 ou 4% dos funcionários públicos, ou seja, a nata do funcionalismo público, respondam por 30 a 40% da folha de pagamento. Isto não existe, em país nenhum.

Quando falo em austeridade, não falo em demitir a raia-miúda, não. É cortar fundo, e aí vem uma parcela do Judiciário. Quando a Constituição diz que ninguém pode ganhar mais, no Executivo, do que o Chefe do Executivo, Governador, como se pode admitir que, mediante vantagens pessoais – e como o Judiciário aceita isso numa burla ao espírito da Constituição? -, servidores aposentados tenham provento de duas a três vezes mais do que o Governador do estado? É responsabilidade do Congresso modificar a Constituição, e pôr um cobro a isso, um paradeiro a isso? E pergunto: os estados, todos, estão adotando medidas de austeridade, mesmo, para valer? Estão cortando, protelando, adiando obras adiáveis? Cortando gastos em publicidade, em tudo que pode e deve ser cortado? Todos estão fazendo isso? Não sei, Sr. Presidente.

O Senador Vilson Kleinübing foi muito feliz com a notícia de que o Senado deve atender, tanto quanto possível, ao pleito dos estados mas, levando em conta, também, as condições financeiras da União, porque a União é Brasil, também.

E em segundo lugar, que se estabeleçam condições em que os estados mais austeros sejam mais beneficiados, desde que cumpram essas condições de austeridade.

Era isso o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Senador Onofre Quinam.

O SR. ONOFRE QUINAM - Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, Sr. Secretário de Estado.

Ouvi, atentamente, todas as ponderações dos nossos colegas.

O Senador Kleinübing, no meu entender, fez uma colocação muito importante, de estabelecermos novas regras para que este problema não venha se agravando dia a dia. Mas uma coisa é certa: temos que encontrar a solução para os problemas que estão aí, ou seja, o endividamento dos estados. E vou mais adiante dentro das colocações do Senador João Roça.

No meu ponto de vista, o Governo Federal também é um grande responsável por esta situação, porque o custo do dinheiro está inviabilizando não os Estados brasileiros, não as empresas brasileiras, estão inviabilizando a Nação brasileira. Isto tem que ser revisto, o mais rapidamente possível, porque não adianta querer tapar o sol com a peneira. No Primeiro Mundo, onde há menos problemas sociais, vamos verificar que o custo do dinheiro é infinitamente menor que no Brasil. Aliás, igual ao do Brasil não existe. Outro problema que veio agravar a situação do meu Estado, e acredito que também a dos demais Estados, foi o salário mínimo. O governo não perguntou a nenhum governador se os Estados poderiam arcar com mais esse ônus. Além da gravidade do custo do dinheiro, veio o salário mínimo, que trouxe a recessão, que é um fator de agravamento da dívida, dos problemas sociais, enfim, de tudo.

O importante é encontrar uma solução ideal para os governadores que, recém-empossados, possam administrar seus Estados. No meu Estado, temos uma administração muito responsável, e praticamente não sobra nada para o governador em termos de investimento.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Na mesma linha do raciocínio e da exposição do Senador Vilson Kleinübing e do Senador Jefferson Péres, quero considerar este encontro didático e pedagógico. Estamos todos aprendendo muito aqui. Mas o fundamental é entendermos que a principal obra do Governo Federal e dos governos estaduais é a estabilidade econômica que garanta o desenvolvimento do País nos próximos anos. A pressão sobre o orçamento dos Estados é eminentemente da folha de pagamentos. Estamos verificando que os novos governadores calcularam mal o impacto do novo plano econômico. E cederam, de forma extraordinariamente generosa, às pressões salariais. Quem quer ser universal, cante a sua aldeia. O Senador Vilson Kleinübing cantou a dele, e eu canto a minha. Na semana passada, no Paraná, eu soube, pelos jornais, que o governo do meu Estado havia aberto mão de uma ação que o meu governo moveu contra o Poder Judiciário, para evitar um aumento sem lei, cedendo e concedendo, definitivamente, um aumento de 53,8%. Um Estado que abre mão de uma ação e que paga o indevido não pode estar tão mal de finanças. Mas, pelo que sei, através de dados extra-oficiais, a folha de pagamento do meu Estado já ultrapassa 85%. É um número rigorosamente absurdo, e faz com que eu tenha a mesma tristeza do Senador Vilson Kleinübing, porque passei o primeiro ano do meu governo sem construir uma única obra, para estabilizar as finanças e conseguir construir um processo de equilíbrio financeiro que viabilizasse o meu e os futuros governos do Estado do Paraná. É pre-

ciso que os secretários de Fazenda e Planejamento tenham também presente que o Senado votou, e o Presidente da República sancionou, a famosa Lei Rita Camata, que os obriga a conter a folha de pagamentos em 60% a partir do próximo ano. O caminho não é o do lamento nem o da insistência em obras e investimentos que não sejam rigorosa e absolutamente essenciais. Tenho verificado que, ao invés da solução dos problemas, que virá, com a ajuda do Congresso Nacional, através da Reforma Administrativa, os Estados recorrem a empréstimos externos. Cedem com a folha, pagam absurdos, aceitam qualquer tipo de pressão, principalmente do Poder Judiciário, e pretendem recorrer a vultosos empréstimos externos para realizar as famosas obras que consagram governos. A obra deste período que vivemos no Legislativo e que os governadores viverão nos seus mandatos é obra da reconstrução da estabilidade nacional e do investimento no que for absoluta e rigorosamente essencial. Quero crer que os Estados, os secretários de Planejamento, os governadores e os secretários de Fazenda contarão com a compreensão do Senado e do Congresso Nacional, mas não contarão com a complacência, sobretudo daquilo que derive da condescendência, da irresponsabilidade e da abertura das burras públicas a qualquer pressão salarial.

Tenho certeza, Sr. Presidente, que é oportuna e será produtiva a reunião com o Secretário de Planejamento. Vamos planejar para o Brasil, para a estabilidade, para o desenvolvimento.

Está na hora, Senador Jefferson Péres, de acabar com Estados que criam, no momento em que assumem os governadores, seiscentos cargos em DAS, com salários nababescos, e acabar com Estados que mantêm vinte e um mil funcionários no quadro extranumerário, a partir do momento das eleições.

Está na hora de percebermos que o País está mudando, que a cobrança da opinião pública é com a austeridade e a estabilidade. Está na hora de reduzirmos drasticamente as despesas com publicidade.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – A palavra continua franqueada aos Srs. Senadores.

Com a palavra, o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Secretários, concordo com o Senador Roberto Requião em que precisa haver um controle sério sobre o pessoal.

Urge que a reforma administrativa seja feita até mesmo antes da reforma fiscal. Ela precisa ser feita em todos os Poderes. Hoje, a média dos gastos dos Estados com pessoal está na faixa de 78% da arrecadação. Há Estado que gasta 80 e outros, 95% da arrecadação com a folha de pagamento. Mesmo sem nenhum reajuste salarial, o aumento da folha de pagamento será de 2, 3% ao mês, em virtude dos planos de cargo, dos quinquênios, etc.

Discordo, no entanto, do Senador Requião quando diz que os governadores planejaram mal. Não tínhamos como fazer o planejamento. É um fenômeno novo; nós estamos fazendo um aprendizado.

É preciso fazer a reforma não só no Executivo, mas também no Judiciário – e, aí, eu volto a concordar com nosso companheiro, que abordou brilhantemente o problema de que a obra deste Governo será a reconstrução -, no Ministério Público e, inclusive, no Legislativo.

O Legislativo precisa, também, ser analisado. Há Estados em que os Deputados ganham R\$31.000,00. No Estado mais fraco, hoje, o salário de um deputado é de R\$14.000,00. Não me perguntem onde. Há poucos dias fiz uma pesquisa e fiquei surpreso. O Estado em que o salário é menor está pagando R\$13, R\$14 mil.

Aqui no Senado, o salário é R\$8.000,00 e recebemos R\$5.300, R\$4.900, após os descontos de impostos. Essa reforma precisa ser feita seriamente em todos os Poderes: Legislativo, Judiciário e Executivo, sem esquecer o Ministério Público.

Temos de nos adequar a um tempo novo. Se o passado está negro, o futuro está preocupante com a receita presumida e com o Fundo Social de Emergência.

A maioria dos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste vai perder o equivalente a uma arrecadação mensal por ano se passarem as propostas como estão. Os erros do passado têm de ser corrigidos já, mas temos de apertar também um pouco mais pensando no que vai acontecer no futuro.

O sonho de cada governador é passar sua dívida para o Governo Federal, e o sonho do Governo Federal é retirar um pouco mais de cada Estado. Ainda não colocamos os prefeitos no meio.

A situação não é simples. Estamos diante de um desafio grandioso, que só tem um meio de ser vencido: mãos dadas entre todos nós, muita seriedade e uma administração espartana.

Este alerta nós fazemos porque fiquei pasmo.

Nós, do nordeste, do centro-oeste e do norte, sempre imaginamos que alguma coisa nos está sendo retirada, pela experiência dos últimos anos, para ser jogada para o sul e sudeste. Sempre foi assim.

Na última reunião de Secretários, gelei quando vi a situação de São Paulo.

A situação de São Paulo, proporcionalmente, é pior que a da Paraíba, é drástica. O Estado arrecada R\$1 bilhão e 200 mil e paga R\$1 e 800 mil, necessitando de 600 milhões a cada mês.

Temos de colocar o pé no chão, temos de fazer cortes, temos de pensar em enfrentar o futuro com muito descortino e com muita seriedade, senão o País se torna ingovernável.

Eu conversava com o Senador Kleinübing, ainda esta semana, sobre a minha preocupação geral e S. Ex^a dizia: "Mas a da área federal é pior."

O Governo Federal, se não me engano, está pagando, de juros/mês, quase R\$1 bilhão e 300 mil, 1 bilhão 200 e pouco, ou seja, um hospital a cada três dias. E não tem para quem passar a dívida.

Então, é como eu disse: o sonho de um governador é jogar a dívida para o Governo Federal e o sonho do Governo Federal é tirar um pouco dos Estados e prefeituras. Nós teremos de achar um meio termo.

É isso, Sr. Presidente, que me deixa extremamente preocupado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Passo a palavra ao Relator da matéria, Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA – Sr. Presidente, Sr^s Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Secretários, esta discussão tem de ser mais profunda, mais ampla.

O Brasil tem vícios seculares que precisam ser corrigidos e não são enfrentados, como, por exemplo, a questão da centralização.

Este é um país de dimensão continental, mas tem uma formação concentradora. A União fica com tudo, decide sobre tudo e, aí, atinge todo mundo.

O Plano Real, que nós defendemos, entendendo que é benéfico, por exemplo, trouxe para os Estados uma situação dramática, não só com relação ao salário mínimo, mas com relação à política monetária do Governo, que afetou suas vidas.

No meu entendimento, está em risco a construção mais inteligente da América Latina, que é a Federação brasileira.

País pobre, subdesenvolvido, com profundas desigualdades regionais, conseguimos, com tudo isso, manter a Federação durante séculos e tenho certeza de que vamos continuar mantendo-a.

Mas o que estamos vendo, hoje, é, inclusive, a Federação correndo risco em função da situação de ingovernabilidade que está começando a existir em vários Estados e que antevemos que vai atingir a maioria deles. Os que não foram atingidos ainda poderão sê-lo amanhã, se não houver uma solução por parte do Senado e do Governo Federal.

Nós, designado Relator desta matéria, estamos estudando esse assunto, já temos algumas linhas para o encaminhamento de um relatório, as propostas que existem aqui, nesta Comissão, são todas semelhantes, mas não podemos achar que estamos tratando da questão como se estivéssemos nos Estados Unidos, onde a Federação existe, realmente. Nós estamos no Brasil, onde a União insiste em concentrar tudo: concentrar os recursos, concentrar as decisões que estão afetando, todos os dias, a vida dos municípios e a vida dos Estados.

Estamos aqui, lógico, para defender a estabilidade econômica do País.

Todos nós temos responsabilidade com relação a essa questão, mas estamos aqui muito mais como representantes dos nossos Estados. Nós, no Senado, somos delegados dos nossos Estados, aqui, junto ao Governo Federal.

Temos o dever de olhar com carinho essa questão dos Estados e mandamos para os Secretários de Planejamento um pedido, que vou ler aqui, para o conhecimento dos Senadores, de alguns itens que gostaríamos que esclarecessem. O primeiro ponto é com vista à continuidade do processo de reforma constitucional.

1 – Que pontos V. Ex^a desejaria ver alterados do capítulo das Finanças Públicas: plano plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária anual?

2 – Quais os impactos positivos e negativos que a proposta de reforma tributária do Executivo terá sobre as finanças do seu Estado?

3 – Na opinião de V. Ex^a, que contribuições, se há alguma, a proposta de reforma administrativa do Executivo trará para o equilíbrio financeiro dos Estados?

4) Tendo em vista o equacionamento da questão do endividamento dos Estados, quais os itens que V. Ex^a considera importantes para colocação na mesa de negociações com o Governo Federal?

5) Quais pontos da Resolução nº 11, de 1994, devem ser alterados objetivando uma solução de curto prazo para a questão do endividamento dos Estados?

Além dessas perguntas, o nosso pensamento – e estamos discutindo, queremos ouvir os Secretários – é o de que devemos agir com alguns pontos definidos.

O primeiro ponto é que essas dívidas sejam englobadas num item só. Esse é o problema maior que temos com o governo, porque o governo não quer mexer na rolagem da dívida. Não pretende mexer. Mas ficaram dívidas indiretas, que os governos são obrigados a honrar por aval, que elevaram o percentual de pagamento dos Estados. Tem Estado que já chegou a 21%, quando deveria estar pagando apenas 11%. O que se pretende é englobar isso. Se não englobar, dividir em dois itens, mas equacionar o problema que está dificultando os Estados.

Num segundo momento, discutir o percentual. De acordo com a realidade dos Estados, que percentual seria? 9%, 11%, 7%? Vamos discutir esse percentual. Feito isso, vamos mudar o perfil dessa dívida. Alongar, ver o que é possível fazer de acordo com a realidade de cada Estado. Não adianta pedir para a Paraíba pagar 100 se ela só pode pagar 60. Não vai pagar os 100. Vai ser uma

dor de cabeça. Então, de acordo com os números, com a realidade, temos que estabelecer o perfil da dívida.

Outro ponto que achamos fundamental é que a União faz concessões, cortêsias com chapéu alheio. Por exemplo, usa o IPI para beneficiar a exportação. Retira recursos dos Municípios e dos Estados. Uma das idéias é que esses recursos que a União retirou dos Estados e dos Municípios sirvam para cobrir parte da dívida. Se retirou da Paraíba cinco milhões do Fundo, a Paraíba teria direito a cinco milhões. Se a Paraíba tem que pagar vinte, pagaria apenas quinze, ao invés de vinte. Seria deduzida essa cortêsia que a União fez com recursos dos Estados e dos Municípios.

Por último, o item que está em discussão: a situação de insolvência total de alguns Estados. Não sei se tem mais, a nossa Comissão está estudando, mas há dois casos que já estão detectados como de degeneração total. É o caso de Alagoas e de Mato Grosso, que estão totalmente ingovernáveis. Em Mato Grosso, os salários estão atrasados e a previsão é pagar apenas dois salários durante o resto do ano. Enfim, o Estado precisa adquirir condições de governabilidade. Em Mato Grosso do Sul, a situação também é grave, mas não tão grave assim. Esses Estados, para sobreviverem, foram obrigados a recorrer à antecipação de receita para pagar a folha. Teríamos que transformar essa dívida em dívida a longo prazo ou acoplar isso, conseguir um oxigênio para que esses Estados adquiram condições de governabilidade. Os serviços que o Estado deve prestar à população a cada dia diminuem mais, e logo haverá uma paralisação total se não houver uma atuação imediata. Não serão apenas dois Estados em situação ingovernável, serão muitos. Por hora, temos poucos, mas a Paraíba está caminhando para isso, assim como Mato Grosso do Sul e Pernambuco, bem como outros. Se não houver um trabalho nosso que ajude a resolver essa questão, a situação ficará mais complicada.

Estou fazendo essa pequena exposição para que os Secretários possam nos ajudar. As nossas idéias são essas. A razão da convocação dos senhores – queremos chamar também os governadores para conversar, para que nos ajudem com idéias, com contribuição.

As condenações aqui feitas pelo Senador Roberto Requião e pelos outros Srs. Senadores com relação às mazelas políticas feitas nos Estados, avalizamos totalmente. Inclusive a nossa proposta é de que a discussão não fique só na rolagem da dívida, mas abranja a reforma administrativa, a reforma tributária, a punição de governantes em final de mandato, que praticam verdadeiros crimes contra o poder público.

Há casos em que o cidadão devia estar na cadeia; fez proposadamente. Há Estado onde o Governador não conseguia pagar o salário e deu aumento de 134% para o outro governador não pagar e ter, dessa forma, o seu governo inviabilizado. Há governador que pegou 3 meses da arrecadação para pagar empreiteiro e não pagou a folha de pagamentos; fez um orçamento para triplicar o repasse para o outros Poderes, tudo criminosamente deliberado, para inviabilizar o próximo governante.

Ora, as nossas leis são falhas ainda com relação a isso. Pedir que a nossa equipe estudasse isso, como também a legislação, para vermos formas e meios de punir esse tipo de atitude, esse tipo de ação. Então Sr. Presidente, eram essas as nossas considerações.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – V. Exª me permite um aparte, eminente Senador Carlos Bezerra?

O SR. CARLOS BEZERRA – Com muito prazer, Senador.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – A lei eleitoral proíbe esses aumentos na tomada de posse do novo eleito. Há até uma emenda que eu consegui inserir na lei eleitoral vigente.

O SR. CARLOS BEZERRA – Ele não deu aumento; fez um remanejamento de cargos e salários, de forma que não pôde di-

zer que se tratava de aumento. Fez mais ainda: fez com que a "cupulazinha" do Estado – 20% talvez – levasse de 70 a 80% da folha de pagamento. Foi um absurdo essa manobra. Não foi para os pequenos salários, de professores ou enfermeiros; não foi para esses não. Esse aumento de 134% foi para os Procuradores, para a elite do funcionalismo, para a cúpula que ganha um salário nababesco, enquanto os outros ganham um salário de miséria e nem recebem.

Por essa razão, temos que estudar mecanismos para aperfeiçoar isso, para evitar que esses fatos continuem ocorrendo: prefeitos em fim de mandato, governadores em fim de mandato fazerem essas artimanhas, inviabilizando o Estado, inviabilizando o município.

Estamos procurando trabalhar em comum acordo com o Governo Federal nessa questão. Sabemos que essa questão é grave, séria. Temos conversado com o Ministro da Fazenda longamente a respeito disso. No Ministério, existe uma comissão inter-setorial que está discutindo esse assunto conosco para encontrarmos o melhor caminho para resolver essa questão.

Sr. Presidente, eram essas as considerações que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Srs. Senadores, Srs. Secretários de Planejamento, é muito interessante e proveitoso quando parte da Comissão é favorável e quando parte da Comissão é contrária. De um modo geral, todos os Srs. Senadores são contra aquilo que os governantes passados deixaram em final de mandato, mas, por outro lado, também não podemos esquecer a situação de cada Estado.

Para o Governo da União é fácil de esquecer. Senador Wilson Kleinübing, V. Exª está no papel certo. Como ex-Governador e como Vice-Líder do Governo, V. Exª defende muito bem o Governo Federal. É bom termos esse contraponto, e V. Exª, que foi Governador, sabe como fazer – e fez – uma administração austera. Mas há muitos Governadores que estão chegando e pegaram já, Senador Wilson Kleinübing, uma casa desarrumada.

O SR. CARLOS BEZERRA – Sr. Presidente, me permite um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – V. Exª tem a palavra.

O SR. CARLOS BEZERRA – A União fica um pouco... e o Presidente Fernando Henrique tem que fazer alguma coisa nesse sentido. Ele é um social democrata, acreditamos em Sua Excelência. A União é responsável pela política financeira, que tira um pouco de moral da União para falar nesses assuntos.

Sou favorável à estabilidade, luto por ela, mas o Governo não faz nada. É mesma política financeira dos militares, que vimos há 30 anos, ela não se modifica. Será que não tem meios – não se mexe – de se mexer com os banqueiros!

O problema desses Estados não é a metade do problema do Econômico, nem 20% do rombo do Econômico. Na hora do problema do Econômico, tudo bem, o Banco Central coloca dinheiro à vontade. Isso tira um pouco a moral da União para falar nesse assunto. Devemos preservar o Plano Real, a estabilidade econômica. A União é, sobretudo, o Presidente Fernando Henrique Cardoso estão mal acomodados nisso. Acredito no Presidente, nós acreditamos nele. Há que se fazer alguma coisa para mudar essa política financeira. Ele fica sem força para falar no assunto.

A mesma coisa aconteceu com o atual Ministro da Justiça, que anda por todo o Brasil pregando a defesa dos direitos humanos. Coloca-se a Polícia Rodoviária Federal para matar posseiros em Mato Grosso nessa madrugada, para atirar em pessoas pelas costas; cinco trabalhadores foram atingidos por onze tiros. Eu disse ao seu secretário: Que moral terá o Ministro para falar em direitos humanos, se a Polícia Rodoviária Federal sai por aí atirando em trabalhadores desarmados?

Então, penso que a União precisa fazer alguma coisa para melhorar a sua vida, a vida do País e a dos Estados. Essa política financeira e a descentralização são o nó górdio da questão. Enquanto isso não acontece, a União fica meio capenga.

Mas voltamos a frisar que vamos lutar, com unhas e dentes, para que o Plano Real não sofra qualquer arranhão. Penso que o Plano Real é fundamental para o País.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, como fui citado, gostaria de fazer uma pequena observação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, sou Vice-Líder do Governo, mas não estou aqui para defender o Governo naquilo em que o mesmo estiver errado. Como homem público, estou aqui para defender não Santa Catarina, mas sim o Brasil.

Fui eleito depois de ter feito a administração mais austera que já se viu em Santa Catarina. Durante dezoito meses, não pude fazer uma reunião no interior do Estado de Santa Catarina enquanto era Governador, porque os funcionários públicos não me deixavam ir às reuniões. Fiz um discurso numa cidade do interior de Santa Catarina, e, quando comecei a falar, todos os funcionários públicos viraram de costas para o Governador, porque estavam de luto.

Agora, quero dizer aos Senadores, aos Secretários aqui presentes e ao meu querido companheiro Senador Fernando Bezerra que a dívida de Santa Catarina não se formou por culpa nem do atual Governador, nem por minha culpa. Há alguns anos, o Vice-Governador, quando assumiu em final de mandato, emitiu títulos da dívida pública, chamados de ORTCs, equivalentes a dois orçamentos. Em nove meses, ele administrou dois orçamentos do Estado de Santa Catarina, que é o Estado de maior renda *per capita* do País e que tem a maior receita *per capita* do País. Esses títulos públicos, que totalizam US\$500 milhões, estão rolando no mercado e aumentando a taxa de juros. O Senado sempre aprovou a rolagem de 100% desses títulos e, agora, passa-os para a União. A União que se lixe! O erro está naquela causa que citei.

Não estou aqui para inviabilizar nenhum Estado brasileiro. Penso que temos que aproveitar a oportunidade, usando o empenho dos Governadores e dos Secretários para acabar com essa farra, com essa bagunça.

Citei o caso de que V. Ex^a falou. Vou dar o nome do Estado: é o Estado de Mato Grosso mesmo. O Governador que está envolvido nisso é do PFL, do meu Partido. Foi ele que deu esse aumento de 134% e que só pagou aos empreiteiros. Está errado, seja ele do PFL, do PT, do PMDB ou de qualquer partido.

A União está pagando US\$12 bilhões de juros; a União é a maior punida com essa política fiscal existente. Sou absolutamente contrário a isso também. Juro alto tem que acabar, mas juro alto só existe porque só tem um tomador no País, que é o Poder Público, insolvente, que se endividou dessa forma.

Se o Senado não tiver essa responsabilidade, não sei o que estou fazendo aqui. Não sei o que estamos fazendo numa Casa em que o funcionário público tem salário médio de US\$6 mil. Que moral temos para falar do salário médio dos funcionários dos Estados?

Vamos ver o que pode ser feito. Vamos criar leis para impedir essa bagunça. Não quero que outro Governador de Santa Catarina ou que outro Governador de São Paulo passem pelo que está passando o Governador Mário Covas hoje. Estes devem ser os piores quatro anos da vida do Governador Mário Covas; S. Ex^a nunca mais vai querer ser Governador.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Vai. Claro que vai. (Risos)

O SR. VILSON KLEINÜBING – Era o que tinha dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Senador Vilson Kleinübing, dando continuidade, quero dizer a V. Ex^a que os Estados não têm condições de fazer o que o Governo Federal faz. Desde 1988, os Estados não podem emitir títulos novos; os Estados não podem colocar bônus; os Estados não podem criar outras formas de receita. O Governo Federal pode, sim, mandar uma mensagem para mais três anos de Fundo Social de Emergência para fazer tudo o que V. Ex^a vê está fazendo. O Governo Federal pode fazer todo tipo de bagunça. E se os Estados chegaram a essa situação, chegaram porque o Governo Federal permitiu e deu aval para esses financiamentos.

Eu acho que V. Ex^a tem toda razão. Temos que tentar achar uma solução.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. VILSON KLEINÜBING – O Presidente da República não pode fazer todo e qualquer tipo de bagunça. Só pode fazer com a aprovação do Congresso, inclusive até o Fundo Social de Emergência. Cabe-nos aprovar ou rejeitar. Calma lá, Sr. Presidente, calma lá!

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – E os trinta anos de Revolução, como foram Senador? Vamos esquecer que esse endividamento aconteceu nos últimos trinta anos. Se examinarmos a situação dos Estados trinta anos atrás, veremos que era completamente diferente. O que nós temos é que tentar ouvir os Estados e achar uma solução para eles. Mas não podemos, de forma nenhuma, apenas colocar a culpa nos Estados em que os governadores começaram a governar há oito meses.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, mais uma vez, vou fazer uma correção sobre a minha observação. Ninguém está culpando os atuais governadores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Nós vamos ouvir todos os secretários.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Por favor. Eu até disse que a causa, no meu Estado, é de um ex-governador que foi vice muitos anos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Vamos ouvir os secretários. Peço aos secretários que forem falando que se identifiquem para a Taquigrafia.

Com a palavra, por cinco minutos, o Secretário de Planejamento do Estado do Acre.

O SR. NALIN REIS (Acre) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, Srs. Secretários, a situação do Acre reflete bem tudo o que já foi colocado com certa peculiaridade em função da sua dimensão populacional, da sua dimensão econômica e, também, em função da sua histórica dependência de recursos federais, em especial, recursos oriundos do FPE.

Hoje, o Estado conta com uma dívida pública, relativamente pequena, de 370 milhões de reais, afora uma dívida com empreiteiros e fornecedores, como bem colocou o Senador Vilson Kleinübing, oriunda de um final de administração catastrófico, em que três meses de folha de pagamento ficaram atrasados e todos os fornecedores de três meses também ficaram sem receber. E o governador atual vem imprimindo um governo absolutamente de guerra, em que os recursos sejam definidos para ações absolutamente necessárias como saúde e educação.

Com relação à receita do Estado, esses 370 milhões de reais significam, principalmente, receitas negociadas com a Previdência Social, PASEP, rolagem de dívidas com programas habitacionais e de saneamento. Afora esses 370 milhões, o Governo discute uma dívida muito pesada – nesse ponto, eu não sei se é a questão de ou-

tros Estados também – com o INSS e o FGTS, numa outra discussão. Há três anos, foi criado o Instituto de Previdência do Estado e o INSS e o FGTS simplesmente se omitiram na criação desse instituto, sem que houvesse uma compensação da dívida existente até então.

A grande saída do último Governo, no momento em que se criou o Instituto de Previdência criou o ônus para o estado dos novos aposentados. E, além dos novos aposentados, ainda fica com o ônus de pagar todo o débito atrasado com INSS e FGTS.

No que diz respeito a uma análise rápida da situação da nossa dívida, se fôssemos efetivamente desembolsar todos os recursos de dívida pública, despenderíamos, para o exercício de 1995, 12,24% do total das receitas do Estado. Considere-se que, no Acre, temos uma vinculação compulsória. E isso, para os Poderes, para os municípios, para funcionários de um ex-território e para a dívida pública, é da ordem de 35% da receita total do Estado, que fica com apenas 65% disponível para suas necessidades. E deste 65%, 91% tem sido consumido com a folha de pagamento.

Para o Orçamento de 1996, já estamos nesse esforço de guerra que o Governo atual vem fazendo. Conseguimos rebaixar esse valor da folha de pagamento, para que o Estado possa comprometer apenas 46% do total das receitas com a folha de pagamento. E isso está exigindo do Governo um esforço imenso e um atrito muito grande com os Poderes, em especial o Poder Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas, que, no início do Governo, solicitavam e exigiam a transferência de cerca de 20% do total das receitas.

E tivemos praticamente que entrar numa contenda, numa briga violenta. E, hoje, esses repasses estão na ordem de 15% para os Poderes e o restante está sendo trabalhado com muita dificuldade, com muita restrição.

No que tange a uma rápida abordagem em relação aos anos de 1993, 1994 e 1995, em 1994, o Estado teve uma margem de poupança real negativa da ordem de R\$56 milhões. Houve um déficit violento. E ainda assim, com a margem de poupança real negativa de R\$56 milhões, foi amortizado um valor de dívida pública de R\$7,43 milhões, até contrariando a Resolução nº 11, que definiria como limite máximo esse valor da margem de poupança real.

Em 1993, do mesmo modo, uma margem de poupança real também negativa de 2,5 bilhões de cruzeiros reais. E o Estado amortizou uma dívida de R\$458 milhões.

Para a previsão do ano de 1995, deveremos ter uma margem de poupança real de R\$6,6 milhões e um valor a ser amortizado, ainda em discussão, mas seguramente esse é o valor mínimo a ser amortizado, de R\$21,4 milhões.

Em suma, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Estado entende que é imperiosa a necessidade de um alongamento do perfil dessa dívida e uma rediscussão dos níveis de comprometimento, uma vez que hoje teria que comprometer cerca de 12% do total das suas receitas.

Com relação às reformas a serem implementadas pelo Congresso ou pela União, entendemos que é mais importante a reforma administrativa. Até pelo comprometimento que a questão administrativa causa nas finanças do Estado.

Mas também queremos deixar claro aqui uma questão muito breve. Quando se trata da eficiência máxima do Estado, o nosso Estado do Acre, com toda certeza, está buscando um esforço absoluto e imenso a essa eficiência máxima. Também queremos deixar claro que à União cabe um papel fundamental para reduzir as desigualdades regionais. No momento em que se coloca a questão de privatização, a questão de eficiência da máquina pública, nós do Acre, do distante Acre, não podemos deixar de lembrar que o nosso Estado, que hoje ajuda a pagar a dívida externa, não tem um

estão de dívida externa. Quer dizer, não foi beneficiado com praticamente nada de uma dívida externa e hoje ajuda a pagar.

No momento em que se coloca que os Estados precisam ser viáveis, que cada um tem que tomar conta da sua casa, o Acre precisa ser visto como uma necessidade imperiosa da União, primeiro, reduzir as suas desigualdades regionais e, segundo, procurar melhorar as condições de uma população que ficou esquecida em detrimento da população do Centro-Sul, onde os grandes investimentos foram feitos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o representante do Estado de Alagoas. Pediria a V. Sª e a todos os outros Srs. Secretários que se identificassem.

O SR. JORGE TOLEDO (Alagoas) – Senador Gilberto Miranda, Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Estado de Alagoas naturalmente não tem projetos, tem sonhos. O Senador há pouco se referiu ao estado de ingovernabilidade em que se encontra o Estado – e esta é a mais profunda verdade. O Estado de Alagoas hoje precisa de um anestesista, mas também de cirurgiões, e esses estão aqui no Congresso Nacional.

Hoje acreditamos que o grande problema dos Estados, e especificamente do Estado de Alagoas, reside na folha de pagamento. Para que os senhores tenham uma idéia, o Estado de Alagoas, através de antecipação de receita, Fundo de Participação e ICMS, de 1º de janeiro de 1995 até 30 julho, fez ingressar nos seus caixas R\$361 milhões. Despendeu R\$342 milhões com a folha de pagamento e tem duas folhas atrasadas.

Todos os funcionários do Estado estão absolutamente tristes, decepcionados com o governador. O Governador do Estado de Alagoas trabalha tão-somente para os seus 173 mil detentores de contracheques do Estado.

Essa é uma situação absolutamente insustentável. Acredito que aí reside a questão fundamental, a questão que deveria tomar, na minha maneira de ver, muito mais densidade neste debate do que qualquer outra. Não deveríamos enfocar questões que se referem a pequenos percentuais, esquecendo esse grande desmando que acontece nos Estados e também nos Municípios.

O Estado de Alagoas tem algumas dificuldades que passarei a relatar, quase todas ligadas à folha de pagamento. Cerca de 30% desses valores alocados na folha são dirigidos aos inativos. Esse número crescerá em progressão geométrica nos próximos anos, fazendo com que, daqui a quinze anos, o Estado de Alagoas não possa contratar ninguém, porque estará com toda a folha de pagamento alocada nos inativos. Não vamos imaginar certamente que é possível uma recuperação econômica de tal porte, que suporte todas essas despesas e ainda todos os serviços necessários a serem prestados à população alagoana. É um Estado de 2,5 milhões de habitantes, que trabalha tão-somente, repito, para os seus 73 mil detentores de contracheques.

A agricultura está completamente desmantelada, os serviços médicos estão absolutamente desprezados, com uma quantidade de leis que não permitem ao governador governar. Qualquer passo que ele tome é absolutamente obstaculizado por leis que existem protegendo procuradores, advogados, estabilidade. Tudo isso é absolutamente verdadeiro. Não podemos planejar, podemos apenas sonhar. O governador não pode governar, pode apenas lamentar o estado de coisas que acontece no seu Estado.

Algumas providências acreditamos que devem ser tomadas de maneira fundamental. A reforma administrativa parece-nos a única saída para ordenar os Estados e os Municípios também. Todas essas questões ligadas ao excesso de funcionários públicos voltarão para o País como questões sem solução. Não enxergamos

qualquer possibilidade de planejar, investir, promover obras e bem-estar.

Na realidade, para os outros dois milhões e 430 mil alagoanos que não são funcionários públicos, o Estado quase não existe. Um pouco de segurança pública, um pouco de emergência e urgência, já que os serviços médicos, de uma maneira geral, não funcionam, é o que o Estado de Alagoas tem apresentado à sua população.

Portanto, cresce indiscutivelmente a economia informal, como também a vontade daqueles que estão na economia formal de se transferirem para a economia informal, o que gera uma ingovernabilidade que, neste momento, no nosso modo de ver, é nos Estados, mas que será, sem dúvida alguma, nos Municípios e refletirá na União.

Assistimos, nesta semana, a uma reportagem segundo o que a economia brasileira cresce no informalismo. É verdade, porque a sociedade não tolera pagar esse tipo de custeio que está sendo protegido por essa legislação.

Penso que muito mais do que fazer lei é preciso desmanchar leis. A quantidade de leis que existe já protege qualquer tipo de iniciativa no sentido de burlar e de se apropriar dos recursos públicos. Isso é uma realidade.

O Estado de Alagoas, naturalmente, não tem números, porque, no estado em que se encontra, não poderia sequer discutir planejamento. Ele tem apenas sonhos e, nesse aspecto, gostaríamos de terminar a nossa intervenção. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao representante do Amapá.

O SR. LOURIVAL FREITAS (Amapá) – Sr. Presidente, sou representante do Governo do Estado do Amapá em Brasília, substituindo a Secretária de Planejamento, Maria Lúcia Negrete.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, na verdade esse quadro é muito preocupante, e, infelizmente, por um atropelo de última hora, nossa Secretária, que tinha confirmado presença, não pode vir e pediu que eu apenas apresentasse as escusas a esta Comissão pelo seu não comparecimento.

Estou aqui acompanhando as discussões e já tive oportunidade de discutir esse assunto, essas reformas na última legislatura como Deputado Federal e quero apresentar ao Sr. Presidente apenas uma sugestão. É claro que a questão crucial de todos os Estados é com relação à folha de pagamento, e quero sugerir aos Senadores aqui presentes a possibilidade de se colocar, nessa reforma administrativa, fiscal, tributária etc. que o Congresso está discutindo, alguma coisa que também ponha um controle sobre os Poderes Legislativo e Judiciário dos Estados.

V. Ex^s sabem perfeitamente que, no último ano, a Câmara dos Deputados tinha do Orçamento Federal 0,14% ou 0,16% e o Senado tinha algo parecido em torno disso; o total do Poder Legislativo Federal não ultrapassava 2%.

Então, parece-me que esse é um nível razoável para que seja aceito como modelo para os Estados. É impossível, é inaceitável, que as Assembléias Legislativas dos Estados consumam em torno de 10%, 15% ou 16%, como ocorre em muitos Estados, que em alguns casos comprometem a receita com seus Poderes Legislativo e Judiciário em torno de 20%, o que é impossível, inaceitável.

Então, deixo como sugestão aos Senadores que vão ter a incumbência de discutir esse assunto nessa reforma para que estabeleçam algo em torno desse nível; que se siga o exemplo do Legislativo Federal, que consome, do Orçamento – não tive acesso ainda à Proposta de Orçamento deste ano – algo em torno de 2%. Fica aqui a sugestão e as escusas da nossa Secretária de Planejamento. Era essa a sugestão, Sr. Presidente. Estou im-

possibilitado de apresentar os dados referentes à temática desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao representante do Amazonas e Secretário da Fazenda, acumulando o cargo no dia de hoje, Dr. Samuel Ranan.

O SR. SAMUEL RANAN (Amazonas) – Sr. Presidente, Senador Gilberto Miranda, Sr. Relator, Srs. Senadores, colegas Secretários, o quadro do Estado do Amazonas não é diferente de todo o quadro que vimos na reunião passada com os Secretários de Fazenda e estamos vendo ratificado agora.

Permito-me começar essa exposição breve citando o art. 3º, inciso III, da Constituição Federal:

"Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: (...) Erradicar a pobreza, a miséria, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais".

Entendemos que essa correção, essa redução do esforço que existe hoje entre os Estados empobrecidos do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e os Estados da Região Sul e Sudeste somente será viável se o somatório de recursos e a condição de receita e despesa forem superavitários. De outra forma, estaremos aprofundando esse fosso que já existe – e que é grave – entre desequilíbrio social e regional no Brasil hoje.

Se tomarmos o nosso exemplo do Estado do Amazonas, que tem uma folha de pagamento inferior a 60%, chegando a 54% a 55%, mesmo assim estamos totalmente impossibilitados para fazer qualquer tipo de investimento e a razão é muito fácil de ser entendida: Folha de pagamento 55%. Temos hoje o repasse ao Poder Legislativo, Ministério Público, Poder Judiciário e Tribunal de Contas do Estado da ordem de 14,5%, 15%. Então, o nosso 54% mais 15% chegamos a 70%, arredondando os números.

A manutenção de toda a máquina do Estado da Administração Direta e Indireta está na ordem de 14% a 15%; com isso, chegamos a 84%, 85% e comprometemos hoje, com a dívida interna e externa 14,8% da receita; este ano, nossa receita está inteiramente comprometida com a dívida interna e externa. Então, chegamos a 100%, mesmo a folha de pagamento abaixo do limite de 60%, ou seja, não basta reduzir a 60% tem que reduzir a níveis mais baixos ainda; estamos com 54% e não teremos dinheiro para investir, porque temos o repasse aos Poderes e tem o comprometimento da dívida.

A nossa folha de pagamento tem distorções graves: um terço dela vai para pagamento de aposentados e pensionistas; um outro terço vai para os salários dos privilegiados – 4% do total de funcionários recebe um terço da folha. Então, dois terços da folha de pagamento do Estado não vai para a massa de trabalho do Estado; é compulsório para os aposentados e para esses estatutários privilegiados que tem quintos garantidos, vantagens pessoas que hoje existem e não se podem tirar, a menos que se cumpra o mandamento constitucional de que ninguém pode ganhar, a qualquer título, remuneração global superior ao salário do Secretário de Estado, em nível de Estado.

Estamos com esse problema e tentamos atacá-lo com a tramitação de uma lei na Assembléia Legislativa no sentido de não se poder pagar a ninguém, a qualquer título, remuneração superior ao salário de Secretário de Estado. Com isso, podemos economizar 3% da nossa receita, se isso for cumprido.

Olhando esse quadro e vendo que não sobra nada para investir com a nossa receita própria, procuramos olhar o lado do Orçamento de Investimento da União. A União, em 1995, de janeiro a agosto, investiu zero no Estado do Amazonas; a União tem no Orçamento cerca de US\$8 a 10 bilhões, mas nada chegou a nosso

Estado, embora tenhamos 1,8% da população, 1,25% do PIB e uma área territorial equivalente a 18% da área territorial brasileira; e o investimento é zero.

Mais grave ainda: Nosso fluxo de dinheiro para a União é positivo, ou seja, é um Estado pobre que exporta recursos para a União. A União deve arrecadar, no nosso Estado, neste ano, a título de tributos e contribuições US\$900 milhões a US\$1 bilhão; repasse do fundo de participação do Estado e do Município da ordem de 250 a 280 milhões; pagamos, a título de dívida, 135 milhões, e, a título de saúde e educação, cerca de 50 e 60. Então, somos exportadores líquidos da recursos para a União da ordem de US\$700 milhões, este ano.

Então, como se pretende corrigir um desequilíbrio social regional se um Estado pobre hoje é exportador líquido de recursos para a União? Essa é uma preocupação grave que queremos trazer aos Srs. Senadores.

Ainda dentro deste ângulo, a nossa fatia do Fundo de Participação vem sendo sucessivamente reduzida face ao Fundo Social de Emergência, que reduz a participação do IPI. Recentemente em relação ao PIS e CONFINS para a União não desonerar as exportações, para não perder essa receita de PIS e CONFINS ela o faz de forma a retirar dos Estados, dando crédito presumido de IPI, que outra vez reduz o Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios.

Esse quadro é preocupante, e mais ainda no nosso Estado, em que a economia pulsa em termos da Zona Franca de Manaus – 97% da economia do Estado é centrada na Zona Franca de Manaus.

Embora tenhamos, pelo texto constitucional, no art. 40 das "Disposições Transitórias", a garantia por prazo certo até em 2.013 – de área de livre comércio e de industrialização, – nós, de forma abrupta, sofremos, em abril deste ano, um contingenciamento feito pelo Governo Federal, sob o pretexto de que há uma crise na balança comercial.

Então, até mesmo a expansão da nossa economia, não pôde se manifestar de forma espontânea, porque um agente externo, ao verificar que a balança comercial estava desequilibrada, atacou, de pronto, um contingenciamento na Zona Franca de Manaus; mas não o fez em várias outras áreas do País que não são garantidas pelo texto constitucional como área de livre comércio, como é o caso da fronteira do Brasil e Paraguai, em que o volume de importações ilícitas chegam a suplantar, em poucos dias, aquilo que o nosso Estado importa durante um ano.

Este é um outro fato.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – V. S^a dispõe de um minuto para concluir.

O SR. SAMUEL RANAN (Amazonas) – Por esse motivo, a nossa proposta vai, primeiro, no sentido de que o percentual seja fixado diferencialmente para as regiões do País. As regiões mais pobres devem ter tratamento diferenciado. Então, que os percentuais para as regiões sejam diferenciados.

O alongamento do perfil da dívida – e isto é inegável – em 20 anos, com essas proporções, não há como se pagar. E que esse percentual englobe também todas as dívidas da administração direta e indireta que, hoje, estão fora e onerando o Estado, pois estamos pagando 14,8% ao invés de 11%

E, mais ainda: que seja já, porque o grande problema será o pagamento do 13°. Se isto não acontecer, agora, teremos problemas em vários Estados com o pagamento do 13°, uma vez que estamos pagando mais do que os 11 e mais os prováveis 9 ou mais do que os prováveis 7 que nós propusemos, formalmente, no documento que entregamos ao Sr. Presidente, hoje, pela manhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao representante da Bahia, Dr. Luiz Antônio Carrero.

O SR. LUIZ ANTÔNIO CARRERO (BAHIA) – Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Gilberto Miranda, Srs. Senadores, companheiros Secretários dos Estados, gostaria de iniciar minha exposição pela estrutura de gastos públicos do Estado.

O Senador Antonio Carlos Magalhães, Governador no período de 1991 a 1994, recebeu o Estado, em março de 1991, com todas as receitas tributárias, todas as receitas do Estado comprometidas com os gastos de pessoal, encargos e custeio da administração; sequer o serviço da dívida era pago naquela ocasião.

O Estado não tinha condições de contratar qualquer empréstimo, seja de natureza internacional, seja empréstimo junto às instituições financeiras nacionais, a exemplo do BNDE e Caixa Econômica, portanto, sequer podendo iniciar um programa de saneamento e de habitação.

A partir daquele momento, o Senador determinou ao Secretário da Fazenda e ao Secretário do Planejamento que procedessem a um ajuste financeiro, a uma reforma fiscal, que permitisse a retomada da capacidade de investimento do Governo. Isto foi obtido logo no primeiro ano da sua administração.

A partir deste momento, o Estado recompôs a sua estrutura de gastos até esta data; o Governador Paulo Souto inclusive tem dado continuidade a esse trabalho e vem mantendo a estrutura de gastos do Estado na seguinte ordem: pessoal e encargos – abaixo do limite constitucional, situado na ordem de 60%. O custeio da administração que, quando da sua posse como Governador, estava na faixa de 20 a 25%, foi reduzido, de imediato, para um patamar de 10%, que vem sendo mantido até então. Os serviços da dívida, hoje, situam-se, na projeção para 1995, na ordem de 17,6%. A capacidade de investimento do Estado hoje está estimada em 12,4%. Essa capacidade de investir já alcançou em 1993 o percentual de 21%. O Estado investiu, nessa época, cerca de 450 milhões de dólares com recursos próprios. Portanto, o Estado da Bahia vem mantendo essa estrutura.

Não diria que isso nos traz grande conforto mesmo porque algumas condições essenciais da negociação da rolagem e da negociação da dívida, de maneira geral, foram modificadas ao longo do tempo. A própria reforma tributária que está em tramitação no Congresso modifica, de certa forma, essa base. O Estado perde receita, sobretudo em virtude da desoneração das exportações, o que só para o Estado da Bahia representa uma perda anual de 60 milhões de dólares anuais. Há também a questão do Fundo Social de Emergência e os outros assuntos que estão na temática da reforma tributária, que os senhores bem conhecem. Além disso nesse período houve também modificação da relação da União com os Estados. A União transferiu, gradativamente, suas responsabilidades referentes à infra-estrutura econômica e social para os Estados. Estados como a Bahia – eu tomarei a liberdade, aqui, Secretário Antônio Cláudio, de mencionar o Estado do Ceará – se lançaram até porque recuperaram a credibilidade perante os organismos financeiros internacionais e, em função da ausência de investimentos federais nesta área, buscaram recursos externos de forma a ampliar, mais ainda, a sua capacidade de investir. Durante esse período de 1991 a 1994, formamos uma carteira bastante expressiva, que evidentemente se esgotará nos limites do nosso potencial econômico. Os Estados não poderão buscar sistematicamente elevar sua capacidade de investimento simplesmente a partir da contratação de recursos externos e de imposto fiscal próprio porque, de certa forma, será exaurida essa capacidade até pelo próprio limite do seu potencial econômico.

No nosso caso, em particular, eu diria que fizemos um grande esforço para ampliar essa capacidade de recursos próprios do Tesouro da ordem, hoje, de 350 milhões de dólares/ano. Com esse esforço, a contratação de recursos externos deverá elevar-se a 450 ou 470 milhões de dólares/ano. Entretanto, isso não nos deixa numa situação confortável, apesar de mantermos uma estrutura rígida com gastos de pessoal e contribuímos, portanto, para o esforço nacional do custeio da administração. Preocupam-nos, sobretudo, algumas variáveis que se têm alterado ao longo desse tempo, sobretudo com relação às regiões menos favorecidas. Observamos – e isso é um fato notório, todos os especialistas abordam esse tema na questão – que, a partir do final da década de 80 e no início da década de 90, o nordeste, em particular, começa a experimentar um processo de estagnação no seu crescimento econômico e até de decréscimo da sua economia. A tendência natural é uma reconcentração de capital no eixo sul-sudeste, até porque será favorecido por outras medidas e outros fatores nacionais, os quais nós apoiamos plenamente, mas que contribuirão, certamente, para ampliar mais ainda esse processo de reconcentração. Falo da lei de concessões, das privatizações e do evento do MERCOSUL que, enfim, deixarão essa região ainda mais fora das condições naturais de competitividade. Preocupa-me, em particular – e ao Governo da Bahia – que haja a sensibilidade – e acho que esta Casa, particularmente, tem tratado dessas questões dos grandes temas nacionais, com grande sabedoria – de buscar alternativas compensatórias para essas regiões que, eventualmente, tenham mais dificuldade de se inserirem no novo ciclo de desenvolvimento que se está desenhando e que se desenhará no futuro com o processo de estabilização. O nordeste, em particular, deverá enfrentar situações difíceis. Hoje, a situação é aparentemente boa já que estamos cumprindo com todos nossos compromissos na Bahia, o que não nos deixa tranquilos com relação aos próximos anos. A expectativa de nosso crescimento não é muito favorável. Eu acredito que a nossa economia não deve crescer a taxas superiores a 2,3% nos próximos 2 ou 3 anos, em função, exatamente, de algumas limitações e dificuldades sobre as quais não valeria a pena discorrer longamente.

Voltando à questão estritamente da dívida, lembro que a dívida total do Estado hoje representa cerca de R\$3 bilhões e 600 milhões. Desse total, a dívida contratual significa algo em torno de 75%. A dívida mobiliária, que é a sexta maior dívida mobiliária do país, não é tão significativa para nós, mas representa algo em torno de 13,6% e vem crescendo assustadoramente, inclusive com a rolagem dessa dívida, com as elevadas taxas de juros. Parece-me que esse equacionamento deverá ser objeto de um estudo mais apurado. Então se tornará praticamente impossível para determinados Estados, inclusive o nosso, assumir o pagamento da dívida mobiliária nos termos em que ela está. Ela saltou, de, 1991 de cerca de R\$190 milhões para cerca de R\$500 milhões em 1995, o que significa um crescimento assustador exatamente em função das elevadas taxas de juros e da rolagem dessa dívida.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – V. S^a tem um minuto para concluir, Sr. Secretário.

O SR. LUIZ ANTÔNIO CARRERO (Bahia) – Pois não. A dívida da administração direta se situa na faixa de 83% e a da administração indireta em torno de 16%. A evolução nominal nos últimos seis meses está na ordem de 12,87. Portanto, esse quadro geral, apesar de a Bahia ter uma situação confortável, volto a ratificar, é preocupante para os próximos anos, primeiro porque o Estado esgota sua capacidade de buscar novos recursos para alavancar sua capacidade de investir, que deverá esgotar-se, mesmo porque há ausência de aportes federais, sobretudo direcionados para a infra-estrutura econômica. Isso vai fazer da Bahia e da Região Nordeste destinar a esses Estados

maiores dificuldades de buscar a inserção no novo ciclo de desenvolvimento do país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o representante do Ceará.

O SR. ANTÔNIO CLÁUDIO FERREIRA LIMA (Ceará) – Antônio Cláudio Ferreira Lima, Secretário do Planejamento do Estado do Ceará.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Companheiros Secretários, antes de mais nada queria elogiar esta iniciativa do Senado, mais especificamente desta Comissão, que faz com que esta Casa realmente exerça seu verdadeiro papel de Casa da Federação brasileira.

A história do Ceará já é bem conhecida. Em 1987, com o Governador Tasso Jereissati, fez um ajuste fiscal e, a partir de então, o Estado foi governado com todo a austeridade. Em que pese à pouca participação da União nos investimentos, mesmo assim o Estado praticamente, com suas próprias forças, conseguiu, ao recuperar a sua credibilidade e a sua capacidade de investimentos, fazer com que a economia crescesse a taxas bem razoáveis. Com isso a sua arrecadação aumentou sucessivamente. Chegamos até o governo seguinte, o Governo Ciro Gomes, a investir em média mais de 20% da receita líquida, chegando a ter um ano em que investimos cerca de 25%.

Apesar de tudo isso, no início desse governo, encontramos uma situação que afeta a todos os Estados e que tem a sua origem, principalmente, na folha de pagamentos, com o crescimento autônomo vegetativo dessa folha em cerca de 2 ou até 3% ao mês, que, capitalizada, em um ano significa um aumento que não tem como ser vencido pelas receitas do Estado.

A situação encontrada dá para traçar um cenário para 1995 nos seguintes termos: a receita líquida do Estado, é formada por 58,5% de receita própria e 41,5% de fundo de participação. Com relação à despesa, 70,5% dessa receita líquida está comprometida com a folha de pessoal; 13% com o custeio; 18,6% é o que resta para pagar dívidas e investir. A dívida interna consome 9,2%, e a dívida externa 0,8%; sobram portanto, dentro desse cenário de 1995, que esperamos melhorar até o final do ano, cerca de 6,5%. É bom ressaltar que dívida mobiliária no Estado do Ceará é praticamente residual. Daí por que a dívida, como um todo, está sob relativo controle.

Estamos desenvolvendo um trabalho que tem como objetivo fazer com que, já no primeiro semestre do próximo ano, atinjamos uma média de despesas com pessoal de 60,6%, com uma redução de cerca de 10%; e fazer com que o custeio passe de 13 para 11,7%; isso fará com que capacidade de investimento do Estado suba para 13,5%. Esses são os cenários de 1995 e do 1º semestre de 1996.

Com relação às medidas que estão sendo adotadas, mesmo o Estado, a Unidade Federativa possuindo uma margem de manobra muito reduzida, estão sendo tomadas medidas no plano administrativo, no plano de pessoal, que farão com que alcancemos uma queda de cerca de 10 pontos percentuais já no primeiro semestre do próximo ano. Agora, no plano nacional acreditamos que a reforma administrativa trará benefícios, mas que deverão vir, primeiro, concomitantes com a reforma tributária. E a reforma tributária deverá ter como um princípio básico a redução das desigualdades regionais.

Esta é, portanto, a posição do Estado do Ceará. Trouxe as informações, os dados solicitados pelo Sr. Relator. E quanto aos dados adicionais estaremos remetendo brevemente, porque isso implica numa discussão um pouco mais aprofundada, que pretendemos realizar, inclusive, no âmbito da Região Nordeste com os demais companheiros secretários.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao representante do Distrito Federal. (Pausa)

Concedo a palavra ao representante do Espírito Santo, Dr. Magno Pires da Silva.

O SR. MAGNO PIRES DA SILVA (Espírito Santo) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Secretários, como é do conhecimento dos Srs. Senadores e demais Secretários já expostos nesta situação aqui com os Secretários da Fazenda, a situação do Estado do Espírito Santo não é diferente da situação apresentada pelos outros Estados. Hoje temos uma previsão de realização de receita anual da ordem de R\$1,625 bilhão, receita essa superestimada pelo Governo anterior, do qual uma dedução de recursos destinada ao sistema de incentivos fiscais, da ordem de 426 milhões anuais, reduz essa previsão de receita para algo em torno de R\$1,190 bilhão, realizáveis até o final do ano.

A nossa dívida interna, hoje, soma cerca de R\$612 milhões, sendo que uma dívida externa da ordem de R\$116 milhões e uma dívida interna da ordem de R\$4,7 milhões, sendo que consumimos 7,4% da receita líquida com o pagamento da dívida interna, e 0,3% dessa receita com o pagamento da dívida externa.

Além disso, estamos trabalhando com cerca de 94% da receita líquida mensal comprometida com o pessoal. Pagamos cerca de US\$78 milhões/mês para uma folha de pagamento com cerca de 72 mil servidores e de uma receita líquida de 84 milhões. Estamos operando, a cada mês, com o déficit da ordem de R\$20 milhões por mês.

No orçamento de 1996, estamos trabalhando com a perspectiva de fazer uma redução das despesas. Essa redução de despesas prevê chegar a ter, em 1996, um gasto com pessoal da ordem de 71%. É o que almejamos fazer. Isso significa ter um corte da ordem de 15% do total das despesas. Além disso, estamos também trabalhando com a perspectiva de termos no próximo ano 5% da receita total destinada a investimentos com recursos do Tesouro, o que coloca a possibilidade de investimentos do Estado da ordem de 56 milhões de reais para o próximo ano, de investimentos com recursos próprios. Sendo que a orientação colocada pela ação Governo inclui, nesses 56 milhões milhões de reais, contrapartida de projetos federais que herdamos em andamento do Governo anterior. Mesmo assim, com essa situação econômica, com esse déficit mensal e com uma previsão de apenas 5% de investimentos para o próximo ano, o Governo do Estado tem levado adiante projetos de investimentos, herdados do Governo anterior, principalmente que dizem respeito ao financiamento do Banco Mundial, que somam recursos da ordem de 398 milhões de dólares, sendo um valor financiado de 199 milhões. No Plano Plurianual, já remetido ao Poder Legislativo, estamos prevendo recursos da ordem de 1 bilhão e 700 milhões para serem aplicados nos próximos 4 anos, fundamentalmente nas áreas prioritárias do Governo.

A iniciativa privada tem previsão de investimentos no Estado com grandes projetos, como é o caso da Companhia Siderúrgica de Tubarão, da SAMARCO, da Aracruz Celulose, da Companhia Vale do Rio Doce, ampliação desses projetos, investimentos que chegam a 1 bilhão e 400 milhões de reais nos próximos três anos.

Isso significa que o Governo do Estado tem trabalho direto com esses grandes projetos no sentido de dizer que os recursos do Tesouro estão voltados fundamentalmente para o investimento na área social. Recuperar a capacidade de investimentos, recuperar a capacidade financeira do Estado, com investimentos prioritários no PPA para as áreas de saúde, educação, segurança e agricultura.

O que está posto para nós como desafio, fundamentalmente em relação à questão da reforma tributária, é que o Estado do Espírito Santo tem o peso significativo da receita do ICMS dos produtos exportados, principalmente em relação aos produtos laminados da Companhia Siderúrgica de Tubarão, dos pellets da Companhia Vale do Rio Doce. Nós queremos discutir e achamos importante que se leve em conta, nos Estados exportadores, a compensação de perda de receita tributária do ICMS decorrentes da reforma tributária federal, no caso da diminuição da alíquota dos bens exportados, o que afetaria sobremaneira a economia do Estado do Espírito Santo.

Com relação aos outros dados solicitados pelo Senador Gilberto Miranda e pelo nosso Relator, estamos encaminhando-os por escrito, para que possam ser levados em consideração por esta Comissão.

O SR. CARLOS BEZERRA - Permita-me interrompê-lo. Muitos Secretários não falaram sobre a questão da reforma tributária e seria importante que eles dissessem para nós o que estão pensando sobre o assunto.

O SR. MAGNO PIRES DA SILVA (Espírito Santo) - A informação é que muitos receberam ontem a circular. Eu gostaria de registrar, Senador Carlos Bezerra, que esses dados que V. Ex^a nos solicitou no início da reunião não nos chegaram a tempo para formularmos as respostas adequadas que merece esta Comissão.

Do ponto de vista do Espírito Santo, o que está posto como uma reivindicação e um debate feito em nível do Governo, é que queremos discutir mecanismos compensatórios sobre a perda de receita do ICMS sobre produtos exportados. Essa é a questão que está posta para o Governo do Espírito Santo.

O SR. CARLOS BEZERRA - Mas, nem que seja a primeira visão... Gostaríamos que o Secretário falasse um pouco, pois trata-se de um assunto de fundamental importância para os Estados. Ainda que não seja uma coisa aprofundada, interessa-nos ter uma média do pensamento de V. S^s a respeito desse assunto.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - V. Ex^a tem a palavra.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Também quero dizer ao Secretário do Planejamento que o Estado de Santa Catarina quer uma parte da receita do que é importado pelo porto do Espírito Santo.

O SR. MAGNO PIRES DA SILVA (Espírito Santo) - Isso podemos discutir, sem dúvida alguma.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Porque o ICM é pago lá.

O SR. MAGNO PIRES DA SILVA (Espírito Santo) - Correto.

Bem, colocada essa questão, o que consideramos de fundamental importância é que o esforço do Governo do Estado tem ido na direção de recuperar as finanças públicas porque herdamos uma folha de pagamento em atraso - cerca de US\$140 milhões de dívida corrente. Estamos hoje pagando uma folha e meia em atraso, pagando em torno do dia 20 do mês seguinte ao valor vencido da folha.

Então, a nossa situação, do ponto de vista da dívida interna/externa, está administrada. Temos capacidade até de aumentar o pagamento da dívida, mas o que está fundamentalmente colocado é a capacidade de superar as despesas relacionadas com o crescimento das despesas com pessoal. Isso significa dizer que o Governo do Estado está enfrentando sérias dificuldades no sentido de reduzir as despesas para o próximo período. E acredito que essa também seja a dificuldade que tem sido encontrada pela maior parte dos Secretários, segundo os relatos aqui colocados.

Gostaria ainda de dizer que queremos, fundamentalmente, que os recursos alocados, principalmente nesse mecanismo de rolagem da dívida, estejam vinculados aos investimentos das áreas sociais. Não é possível permitir a continuidade do pagamento dos juros das dívidas de todos os Estados sem que haja a devida compensação do ponto de vista dos investimentos sociais. É aquilo que o Relator aqui colocou: fazer essa vinculação com o teto da Receita, porque o pagamento desses juros está asfixiando as economias dos Estados.

É essa a nossa contribuição. O documento por escrito está sendo encaminhado à Relatoria e ao Presidente da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o representante de Goiás, Dr. Ovídio Antônio?

O SR. OVÍDIO ANTÔNIO (Goiás) – Sr. Presidente Gilberto Miranda, Sr. Senador Carlos Bezerra, Srs. Senadores, meus Companheiros de Secretarias Estaduais de Planejamento, cabe-me inicialmente analisar uma questão. Parece-me que a vontade do legislador, explicitada na Lei nº 8.727, regulamentada pela Resolução nº 11 do Senado, era que todas as dívidas dos Estados com organismos federais estivessem embutidas dentro do percentual de pagamento, fixado para 9% no primeiro ano e 11% no segundo ano. Entretanto, isso não vem ocorrendo.

Nas negociações havidas com a área federal, burocrática, encarregada de dizer o que estava ou não protegido pela Lei da Rolagem, os Estados ficaram em posição defensiva e minoritária, até frágil, e não tiveram grande parte das suas dívidas encaixadas dentro do espírito da Lei de Rolagem. Essas foram as negociações havidas, que pressupunham que todas as dívidas estivessem contidas dentro do percentual estabelecido.

Pode ter havido alguma falha de redação; pode ter havido uma interpretação rigorosa, mas o fato é que se traiu o espírito da negociação havida com os Estados por ocasião da formulação desses dispositivos, mas não na sua concepção, na sua interpretação e na sua aplicação.

Então, essa é uma questão que coloco ao Sr. Senador Gilberto Miranda e para a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para que examinem se tenho razão nas minhas afirmações ou se elas realmente estão desprovidas de qualquer fundamento legal.

O fato é que Goiás não está pagando apenas 11%, mas chegamos a desembolsar até 18% ao mês para honrar os compromissos com relação à nossa dívida. Isso faz com que apenas 3,72%, nesses últimos 7 meses, tenham sido aplicados em investimentos no Estado, e nem sequer em investimentos novos, mas em conclusão de investimentos que já vinham sendo realizados a partir da administração anterior.

E por que essa situação hoje nos afeta profundamente? Por que esse percentual está elevado e reduzindo as nossas disponibilidades para investimento? Porque inúmeras medidas federais afetam profundamente os Estados. Podemos citar alguns exemplos: o aumento do salário mínimo aumentou a nossa folha de pagamento em 20%. E aqui cabe-nos dizer que a nossa média de salário é de apenas 6 salários mínimos por servidor/mês. É a média de salário. É a metade da média do Espírito Santo.

A recessão que, apesar de negada, está efetivamente instalada no País, reduz o consumo; as elevadas taxas de juros dificultam as atividades comerciais e produtivas; o controle do crédito reduz também o consumo. Isso afeta sensivelmente a nossa base tributária, faz com que a nossa receita vá para baixo, não por uma ineficiência da gerência do Estado, mas por força de decisões que foram tomadas e que fazem parte de um plano de ajuste de economia, que elogiamos, aplaudimos e somos solidários, mas que não levam em conta esses prejuízos financeiros a que os Estados, compulsoriamente, estão submetidos, sem que nada possam fazer. Além disso, os incentivos fiscais como IPI, aqui denominado "ge-

nerosidade do Governo Federal", relativamente a alguns setores da economia, afetam também as transferências de recursos federais para os Estados, embasados em dispositivos constitucionais.

Relativamente a Goiás, ainda vivemos uma particularidade: a crise que a agricultura está passando. Uma fase difícil no presente, e o será muito maior ainda no futuro, porque, por enquanto, temos estoques que estão sendo utilizados, mas amanhã não iremos ter nem produção sequer para gerarmos a tributação devida. Por que isso está acontecendo? Os preços agrícolas estão em queda, abaixo dos preços de produção; estão aviltados, pois não tem nenhum mecanismo de proteção da atividade produtiva, sobretudo no Centro-Oeste, envolvendo os Estados de Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e grande parte de Minas Gerais. Estamos penalizados sensivelmente por essa incerteza por que passa a agricultura no momento.

Goiás possui um crédito expressivo junto ao Governo Federal em decorrência da divisão do Estado a fim de se criar o Estado de Tocantins. Esses recursos, que pertencem a Goiás por investimentos ali realizados no novo Estado, foram por diversas vezes incluídos na proposta orçamentária e no Orçamento da União, mas jamais foram pagos. Goiás ainda está credor desses valores. É importante que haja não só a cobrança mas também o pagamento do que a União deve aos Estados.

O que proponho à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal é que, no caso específico de Goiás, ou de qualquer outro Estado, que os nossos créditos sejam apropriados e, imediatamente, levados à compensação dos nossos débitos, amortizando as nossas dívidas e, quem sabe, não nas últimas parcelas, mas nas primeiras ou numa média de distribuição que possa gerar o equilíbrio que os Senadores Wilson Kleinübing, Jefferson Péres, enfim, que todos esperamos possa acontecer entre os interesses da União e dos Estados. Não podemos continuar credores sem sermos pagos e sendo obrigados a pagar mensalmente, até por débito automático em conta, aquilo que está ajustado como nossa contrapartida na amortização das dívidas. Precisamos recuperar os níveis de investimentos para as médias adequadas e as mínimas exigidas pela sociedade, isto é, em torno de 15 a 20% das nossas receitas. O Estado que não puder aplicar esse percentual das suas receitas, retornando sob a forma de satisfação das necessidades públicas, não está cumprindo o seu papel. Para que isso aconteça, precisamos alongar o prazo dessa dívida; é preciso também reduzir o percentual de pagamento mensal, e, além disso, temos que englobar todos os débitos federais dentro de um único percentual a fim de evitar o que está acontecendo hoje, pois pagamos 80% a mais, por fora, da lei da rolagem, em função de não terem sido todos os débitos protegidos por esta lei, em razão da sua interpretação.

É uma sugestão que deixo, em nome do Governador Maguito Vilela e do Governo de Goiás. Precisamos estudar um mecanismo de reduzir ou eliminar vinculações constitucionais de receitas para que os Estados possam ter maior liberdade e, com responsabilidade, administrar diretamente, com mecanismos próprios, as suas receitas públicas. Para que tudo isso ocorra é importante que a nossa reforma tributária não traga prejuízos a mais para os nossos Estados – e aí o Senador Carlos Bezerra tem razão. E quando a Comissão de Assuntos Econômicos abre a discussão para que os Estados participem, ela dá uma demonstração que realmente o Senado e o Congresso Nacional renovaram os seus procedimentos ouvindo as partes, a sociedade e os Estados para tirar contribuições e aprimorar as decisões. Estamos deixando de ter decisões centralizadoras e centralizadas para abrímos a discussão e aprimorarmos o processo democrático. Neste aspecto, parabênizo o Senado Federal. A reforma tributária traz grande preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Sr. Secretário, V. S.^a dispõe de um minuto para concluir.

O SR. OVÍDIO ANTÔNIO (Goiás) - Obrigado. Procurarei estar dentro desse tempo.

A reforma dos Estados é fundamental; é preciso que os Estados tenham autonomia e recebam menor ingerência da União na sua ação administrativa.

Gostaria de prestar uma informação ao Senador Vilson Kleinübing e aos demais Parlamentares. Em Goiás, está se fazendo um governo exemplar. Nada se pagou a empreiteiros e a fornecedores nesta gestão. Priorizou-se o pagamento de salários atrasados dos funcionários. Enquanto não se finalizou esse pagamento, não se reativou as obras que estão paralisadas; milhares de demissões foram efetuadas; um amplo processo de privatização está em andamento; o combate à sonegação está ferrenho; não temos e nem sabemos como prover a possibilidade de concessão de qualquer aumento aos servidores do Estado. Primeiro, é preciso equilibrar-se as contas públicas e situarmos a nossa despesa com pessoal não a 60%, mas a 50%, índice ideal para se comprometer das receitas estaduais com os salários. Com relação à questão apontada de que vários Estados concederam aumento de fim de Governo – não me recordo se foi o próprio Senador Vilson Kleinübing que se referiu à legislação eleitoral -, talvez o Congresso Nacional, de modo geral, com as autoridades judiciárias da República com o Supremo Tribunal Federal, para que se não possa ter, amanhã, uma lei julgada como inconstitucional, talvez seja possível examinar a possibilidade de revogação dessas leis que concederam aumentos quando os Estados não tinham sequer condição de pagar o que já estava sendo devido aos seus servidores naquele momento. É possível rever essa situação dentro de um processo institucional legal que envolva, também, o Poder Judiciário com o Poder Legislativo e os Estados interessados para se encontrar uma forma de se rever isso.

Concordo com Alagoas: não estamos só precisando fazer leis mas, também, desmanchar algumas protecionistas e corporativistas que estão inviabilizando os Estados e a União Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao nobre Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Todos os Secretários estão falando sobre despesas. Sabemos que o grande problema dos Governos atuais é a folha de pagamento. A dívida é o percentual da receita. Não há sentido em se propor percentual diferenciado entre o Estado mais pobre, porque paga 10% do que arrecada, e o Estado mais rico, idem. Se arrecada bastante, paga 10% sobre o bastante; se arrecada pouco, paga 10% sobre o pouco.

O aumento médio do ICMS do primeiro semestre, de janeiro a junho deste ano, no Brasil, foi de 52,3%. A Região Norte aumentou em 75% a arrecadação do ICMS neste período; a Nordeste, em 60%; a Sudeste, em 53%; a Sul, em 40%, e a Centro-Oeste, em 49%. Por exemplo, Goiás teve um aumento de 59% da receita de ICM de janeiro a junho deste ano em relação ao mesmo período do ano passado. Para onde foi este dinheiro? Foi para a folha? Esta é a pergunta que faço.

Outro detalhe: quem aumentou o salário mínimo foi o Congresso Nacional. O Presidente até vetou a primeira vez. Os senhores lembram disso?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Está franqueada a palavra ao nobre Secretário do Estado de Goiás.

O SR. OVÍDIO ANTÔNIO (Goiás) – Sim. As preocupações do Senador Vilson Kleinübing procedem.

Quando colocamos essas particularidades dentro do contexto nacional, verificamos que as possibilidades dos Estados agirem são limitadas. Não importa se foi o Senado Federal ou o Presiden-

te da República quem gerou o aumento do salário mínimo, porque o trabalhador necessitava. Mas a repercussão na vida dos Estados não foi avaliada.

Por outro lado, estamos preocupados com despesas e, também, com a receita. A receita não cresce para absorver as despesas exatamente porque estamos num processo recessivo. Esta informação que o Senador traz, de que Goiás cresceu 59% em relação ao primeiro semestre do ano passado, irei avaliá-la. Não tem sido este o reflexo que temos encontrado na receita daquele Estado. Além do mais, estamos também discutindo equações financeiras que dependem fundamentalmente da economia. Não podemos comparar o primeiro semestre de 1995, sob a égide do Plano Real, com o primeiro semestre de 1994, quando estávamos com uma economia inflacionada, com todas as regras de mercado livre e, hoje, estamos vivendo um plano de ajuste rigoroso. Se estivéssemos vivendo talvez a mesma realidade de 1994, hoje, estaríamos talvez numa posição mais confortável. Portanto, não estamos apenas examinando situações particularizadas.

Creio que, quando protegemos os Estados – e é esse inclusive é um papel do Senado – estamos também protegendo o Brasil. Porque o Senador Vilson Kleinübing disse – que não está aqui – para proteger os Estados, mas para proteger o Brasil. Penso que, institucionalmente, o poder que representa os Estados no plano federal é o Senado. Por isso, quero me congratular mais uma vez e agradecer ao Senador Gilberto Miranda e a toda esta Casa pela oportunidade que está dando aos Estados de apresentarem a sua realidade.

Agora, há um detalhe que precisamos, Senador, só para concluir, observar. A dificuldade financeira dos Estados não é particular deles, pois as empresas estão quebrando, a atividade produtiva está desaparecendo, o emprego está grassando, e só se percebeu que estava havendo desemprego no País, quando a indústria automobilística, que tão um cartel mais forte e um sindicalismo mais atuante, passou a gritar. Mas estamos desempregando desde o ano passado e aos milhares por todo este Brasil afora. E estamos vivendo efetivamente uma grande recessão.

Para o quê precisamos atentar? Para o fato de que estamos cuidando do futuro. O próprio País está procurando renegociar as suas dívidas no plano internacional sempre. O próprio País busca diariamente recursos no plano federal. As viagens que o Presidente da República e os Ministros da área econômica fazem ao exterior não são de recreação, são de busca de recursos para investimentos. O próprio Estado de Goiás está buscando recursos novos para investimento. E por quê?

O SR. VILSON KLEINÜBING – Secretário, permita-me um aparte?

O SR. OVÍDIO ANTÔNIO (Goiás) - Ouço o aparte do nobre Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Prometo que vai ser a última manifestação que vou fazer.

Primeiro, não quero quebrar Estado. Passei por essa dificuldade. Por favor, quero deixar isso muito claro a todos os Secretários, a todos os Governos, até porque o meu Estado está aqui também. Esta é a primeira questão.

A segunda questão, quero tocar no ponto fundamental que é a causa do problema que é a reforma administrativa. Se perdarmos a dívida de todos os Estados brasileiros – Ninguém mais deve nada a partir de hoje, está perdoado – daqui a dois todos estarão aqui pedindo dinheiro porque a despesa não pára de crescer e não se têm o controle sobre a despesa. Este que é o problema. Esta é a função tentarmos consertar alguma coisa. Perdoar a dívida do Estado de São Paulo, hoje, quero ver como é que o Estado de São Paulo vai sobreviver com as dívidas locais, com a dívida federal. Até porque os credores dessa dívida não é a União, é o Banco do

Brasil. Como é que vai fazer para pagar? É o Banco do Brasil, é o BNDES, Caixa Econômica Federal; esses são os credores. E os títulos públicos, os credores são quem? Somos nós, mesmos através da nossa poupança e o povo brasileiro. Então, se perdoar a dívida, daqui a três, quatro anos, haverá Estado, aqui, pedindo dinheiro para o Governo Federal.

Faço como alerta. Porque aqui foi dito isto. As Prefeituras que utilizaram o regime único – Alguns Secretários falaram aqui a respeito disso – daqui a dez anos vão quebrar também porque não pára de subir. A frase mais correta que foi dita aqui, hoje, foi esta: temos que desmanchar leis que nos impediram de controlar a despesa. Esta que é a grande realidade.

O SR. OVIDIO ANTÔNIO (Goiás) – Para encerrar, só queria dizer ao Senador Wilson Kleinübing que a Casa é sua.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – O Secretário Jorge Toledo está querendo pedir um aparte a V. S^a.

O SR. JORGE TOLEDO (Alagoas) – Respondendo ao Senador Wilson Kleinübing, quero dizer que, quando a legislatura passada fixou os vencimentos dos Deputados e Senadores desta legislatura e reajustou em 100% esses valores, todos os Estados acompanharam, através das suas Assembleias Legislativas, fixando vencimentos de Deputados Estaduais em nível de 75% dos Deputados Federais, que levou, em consequência, a fixação dos Secretários de Estados, Comandantes de Polícia Militar que, por legislação interna, não podem ter remuneração diferenciada de 85% dos outros coronéis da Polícia Militar que agrega todo o oficialato. Aí vai para os procuradores, advogados. Enfim, pegamos o Plano Real em plena economia estabilizada e demos um aumento de 100% em parte substancial do setor público. Então, aonde foi essa arrecadação do ICMS? Está aí, Senador. Foi para pagar salário de funcionário público, e todos eles dentro das legislações, que, quando questionadas no Supremo, não conseguem respostas no sentido de parar com esse abuso.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra, para um esclarecimento, ao nobre Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Gostaria de dizer ao eminente Secretário do Estado de Alagoas, que existe a Emenda Constitucional n^o 1, de autoria do então Senador Nelson Carneiro, que S. S^a frisou, que não permite que os membros das Assembleias Legislativas ganhem a qualquer título mais do que 75% do Deputado Federal. Isso não ocorre em quase nenhum Estado da Federação. Existem os mecanismos que não estão sendo cumpridos dentro dos próprios Estados, porque dificilmente V. S^a vê um Deputado Estadual ganhando igual ou menos do que um Deputado Federal ou um Senador, porque os salários equivalentes. Portanto, há um descumprimento flagrante da lei. Mesmo porque a Emenda Constitucional n^o 1 estabelece que, a qualquer título, nenhum Deputado Estadual pode ganhar mais do que um Deputado Federal ou Senador, ou seja, mais do que 75%.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o Secretário do Estado do Planejamento do Estado do Maranhão, Dr. Ricardo Peres.

O SR. RICARDO PERES (Maranhão) – Sr. Senador Gilberto Miranda, Presidente da Comissão; Srs. Membros da Mesa; Sr. Senador Bello Parga, da Bancada do Maranhão; Srs. Senadores; meus colegas Secretários, em primeiro lugar, Senador Carlos Bezerra, gostaria de afirmar que aquela sua correspondência, lamentavelmente, só nos foi entregue, ontem, na representação do Maranhão, aqui no Distrito Federal. Houve algum problema na correspondência. Mas vamos tentar responder às suas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Secretário, pediria a V. S^a – Fomos deixando o tempo passar com todos, correr um pouco mais – e a todos os Srs. Secretários que fossem bem objetivos, porque temos às 14h30min sessão do Senado Federal.

O SR. RICARDO PERES (Maranhão) – Pois não, Senador.

No que diz respeito à receita e à despesa, o quadro geral do Maranhão para o próximo ano estima a sua receita em cerca de R\$1,1 bilhão. Tradicionalmente, essa receita líquida do Estado é composta de um terço de arrecadação própria do Estado e dois terços de transferência da União, notadamente o Fundo de Participação dos Estados. Dessa receita líquida, no próximo ano, estamos estimando que 10% vá para a cobertura das despesas dos Poderes constituídos. Este ano está mais elevada; está em torno de 14% a 15%. Mas fizemos incluir um dispositivo na LDO, limitando essas despesas até 10%. Passou na Assembleia Legislativa. Vamos ver como se comporta. Desses 90%, portanto, irá para o Executivo; 56,9% irá para o pessoal, lembrando que naquelas despesas dos Poderes, já está incluído uma parte do pessoal. No fundo, queremos limitar as despesas com pessoal em 60%. E acreditamos que isso seja possível porque o Maranhão, na média do primeiro semestre deste ano, só comprometeu 57% das suas receitas líquidas com o pessoal. Até o final do ano estimamos que essa média suba um pouco para, talvez, 62%. Isso é explicável, porque até maio não havia aumento do salário mínimo e então a média do primeiro semestre baixou. Daí concluímos que de 62% para 60% é possível trazer no próximo exercício.

O SR. WILSON KLEINÜBING – Está incluída a folha dos outros Poderes?

O SR. RICARDO PERES (Maranhão) – Sim. Chega a 62%, aproximadamente, a média até o final do ano. Realmente conseguimos manter segura.

As despesas com manutenção, entendendo aí as atividades-meio e as atividades-finalísticas dos órgãos, consumirão no próximo ano 24,6%. Mas a atividade-meio, que é o custeio propriamente dito, tradicionalmente, no Maranhão, ela se situa por volta de 12% a 13%; 4,9% dessa receita líquida deverá ir para cobrir déficit das empresas estatais, complementando-as; 12,2% a 12,5% vai para o pagamento da dívida. Isso nos leva a concluir que vamos ter cerca de 1,3% para investimentos no próximo Exercício. Explicando que a reserva de contingência já está diluída aqui dentro. Mas na hora em que apresentar o meu orçamento, o quadro vai ser um pouco diferente. Vou passar alguns dados com relação ao problema da dívida.

A dívida pública do Estado do Maranhão monta, hoje, a R\$2,208 bilhões, dos quais R\$1,8 bilhão é da direta e R\$352 milhões da indireta. O desembolso anual para o ano de 1995 é da ordem de R\$114 milhões, para o próximo ano, de 1996, R\$113 milhões, e para o ano de 1997, R\$151 milhões. O desembolso da dívida de 1995 em relação à receita líquida é de 12,5% a 12,8%. O desembolso com encargos da dívida de 1995, em relação ao Fundo de Participação do Estado, fica também no percentual de 12,8%.

Vou tentar ser mais direto, Senador. No que diz respeito às perdas ao que o senhor se refere com relação à reforma tributária, o Maranhão calcula que R\$38 milhões sejam perdidos por conta do Fundo Social de Emergência, R\$21,6 milhões por conta da antiga Medida Provisória n^o 948, reeditada como n^o 973. A desoneração da exportação deve colocar cerca de R\$30 milhões de perdas anuais. O FIPEX deve perder R\$18 milhões. São essas as perdas, aproximadamente R\$108 milhões – é a estimativa da Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão.

Gostaria de fazer agora algumas considerações, Senador. Apesar de todos os ajustes que foram feitos agora, no início dessa

administração – ajustes pesados realmente –, o Governo está privatizando empresas, reduziu os seus cargos em comissão, vendeu todas as aeronaves do Governo, para o próximo ano estamos limitando deliberadamente a folha de pessoal em 60%. O custeio administrativo e operacional do Estado vai ficar contido nos mesmos moldes do ano de 1995. Isso já está incluído na LDO e vai ser seguido. Estamos tentando conter os poderes em 10%. Ainda assim só temos 1,3% para investir. É muito pouco.

No Orçamento de 1995, destinávamos 16%, aproximadamente, para investimentos. É bem verdade que, naquela época, 49% eram destinados a pessoal, o que, em relação a 60% que vamos praticar com muito esforço agora, ainda assim tem 11% de diferença, que significa em moeda R\$110 milhões a menos para investimentos.

Desse ponto, sentimos que há um aumento de pessoal, dado ao crescimento vegetativo, que já se referiu anteriormente nesta Casa, mas existe realmente também uma sobra daqueles atos administrativos de governos anteriores. Foi aprovado um estatuto do Magistério e um da Polícia Militar, que são também responsáveis pela elevação do valor da folha.

Mas, nesse ponto, eu gostaria de lembrar também sobre uma das coisas que o Senador Wilson Kleinübing falou, que é a respeito das responsabilidades da União. Achamos que a União tem uma parcela de responsabilidade, porque, pelo que me recordo, em épocas passadas, a própria União estimulou os Estados a contraírem dívidas em dólares – e na época era Ministro o Sr. Delfim Netto. E os Estados assim o fizeram, e hoje ainda pagamos aquela dívida contraída que foi estimulada pela União. Não quero dizer que não vamos pagar, o Estado reconhece que deve pagar.

O SR. CARLOS BEZERRA - V. S^a me permite um aparte?

O SR. RICARDO PERES (Maranhão) - Pois não.

O SR. CARLOS BEZERRA - Essa dívida inclusive para fazer obras federais. Mato Grosso tem R\$1 bilhão de dívida aplicada em rodovias federais que o Governo Federal ficou de assumir e não assumiu, e é dívida do Estado.

O SR. RICARDO PERES (Maranhão) - Agora, os senhores imaginem a situação do Secretário do Planejamento elaborando um Orçamento para o ano próximo, que, no momento em que eu colocar a reserva de contingência, que é obrigatória por lei, vou ter que transparecer no meu Orçamento investimento zero e cerca de R\$50 milhões, R\$60 milhões a menos nas despesas administrativas do Estado no próximo exercício. Eu bem sei que na reserva orçamentária irei usar depois. Mas como levar isso ao Poder Legislativo e à população? É realmente bastante difícil.

Lembro-me que a União, se não me falha a memória, no seu plurianual, está destinando cerca de US\$80 bilhões para infraestrutura, mas somente 50% disso é recurso próprio da União, os outros são recursos a conquistar na iniciativa privada, com concessões, com uma quantidade enorme de coisas que a União pode fazer. Imaginem o Estado do Maranhão tentando abrir concessão para uso de uma estrada com baixo volume de tráfego, não tem sentido. É muito difícil a situação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Secretário, o senhor tem um minuto para concluir.

O SR. RICARDO PERES (Maranhão) - Então, eu faria sugestões, Senador. Com relação ao Fundo Social de Emergência: não prorrogar sua vigência, como pretende o Governo Federal.

Com relação à Medida Provisória nº 973, relativa ao IPI, do crédito presumido: aprovar a emenda do Senador Waldeck Ornelas, sugerindo que o benefício ao exportador se dê através do PIS/PASEP/COFINS e não através da concessão do crédito presumido.

No que se refere à não inclusão dos dispêndios, com o compromisso da dívida dos órgãos da administração indireta nos con-

tratos de refinanciamento da dívida interna dos Estados, nos termos da Lei nº 8.727 e no limite de 11% da receita líquida, estabelecida pela Resolução nº 11/94, do Senado Federal, a nossa sugestão é que se aprove o Projeto de Lei do Senado nº 120/95 e a Resolução nº 49/95, do Senador Humberto Lucena.

Gostaria também, em atenção a um dos itens levantados por V. Ex^a, Senador Carlos Bezerra, fazer algumas sugestões: com relação ao Plano Plurianual da União, que se verificasse a possibilidade de fazer com que ele não coincida em data com os Planos Plurianuais dos Estados e que haja, inclusive, um bom espaço de tempo entre um e outro, de tal maneira que os Estados possam, ao fazer os seus planos, levar em consideração as obras que a União está fazendo e adotar um sentido de complementaridade nas suas obras. Isso é uma coisa de grande valia e que nos atrapalha bastante no momento em que estamos formulando os nossos planos.

Do ponto de vista da reforma administrativa, o Estado acha bastante louvável a questão da queda da estabilidade. Realmente, o quadro de pessoal é um problema, e todos sabemos disso. Mas vemos com alguma preocupação quando se admite a contratação através do regime celetista e vemos isso, por um lado, como muito bom: pode-se fazer uma substituição de pessoas inoperantes por pessoas operantes; mas, do ponto de vista da contenção do limite daquele número de funcionários, pode ser uma porta aberta essa contratação. Um governo inescrupuloso pode, realmente, contratar celetistas à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concluído, Sr. Secretário?

O SR. RICARDO PERES (MARANHÃO) - Sim, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra a Secretária de Planejamento de Mato Grosso, Dr^a Inês Martins de Oliveira Alves.

A SR^a INÊS MARTINS DE OLIVEIRA ALVES (Mato Grosso) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Companheiros Secretários de Planejamento dos outros Estados, como tivemos a citação, por diversas vezes, como exemplo, de Mato Grosso, gostaria, em primeiro lugar, de usar alguns minutos para também expor, não apenas essa situação de agravamento financeiro do Estado, mas também colocar a situação do Estado, a situação real do Estado, da sua potencialidade, da sua capacidade produtiva, que realmente é bem representada como quando vemos o Estado como segundo produtor de grãos no País.

Acredito que a União não pode ficar de fora de toda essa situação do Estado, mesmo porque, desde a divisão do Estado, com alguns compromissos que foram assumidos pela União e não cumpridos, o Estado teve que absorver durante todo esse tempo uma migração intensa, uma migração bastante significativa, dos Estados do Paraná e Santa Catarina, onde se fecham escolas rurais. O Estado de Mato Grosso tem que absorver os alunos que vêm desses outros Estados, e temos de responder com infra-estrutura, escolas, saúde e todo tipo de investimento que o Estado tem de fazer independente da sua capacidade de arrecadação econômica, e tudo o mais.

Também gostaria de ressaltar algumas medidas que a União vem tomando, de maneira unilateral, recaindo a responsabilidade sobre os Estados, que não são ouvidos a respeito da forma mais adequada à sua capacidade econômica.

Nesse sentido, ressaltaríamos a questão do preço mínimo, diferenciado para o Estado de Mato Grosso, o que representa uma perda significativa da sua receita, onde a variação cambial, nos produtos, principalmente na exportação da soja, representou uma perda para o Estado de Mato Grosso em 1995, também bastante

significativa, e sem poder o Estado ter nenhuma gerência, nenhum controle, no sentido de diminuir, minimizar de alguma forma essa situação.

Na reforma tributária prevista, o Estado perde aproximadamente 38% da sua receita; perde, na uniformização das alíquotas, aproximadamente 16%; perde também na parte de exportação dos produtos semi-elaborados 6,16%. São números que realmente nos assustam e trazem ao Governador uma preocupação imensa, porque não apenas as medidas de austeridade que estão sendo tomadas no Estado, mas outras também devem fazer parte desse contexto, como é o caso da revisão das condições de pagamento da dívida externa e interna, pelos Estados.

O Governador, que vem colocando como prioridade esse enxugamento à reforma administrativa do Estado, encaminhou ao Supremo Tribunal a DIM do PCCS do Tribunal de Justiça, que representou um acréscimo de mais de 100% do duodécimo repassado ao Tribunal de Justiça de 94 para 95. Perdemos no Supremo, apesar de as condições colocadas serem muito semelhantes às argumentações do Piauí, assim mesmo perdemos e não temos onde mais reclamar.

A previsão para o próximo ano, o Tribunal da Justiça continua a pedir o aumento do duodécimo, do Tribunal de Justiça, que é aproximadamente de 15% da receita do Estado. É uma situação que preocupa tremendamente, porque não temos no Estado o apoio do Tribunal para conter também as vinculações salariais, que têm um efeito cascata muito pesado ao Estado, envolvendo os salários de fiscais do Estado, delegados, procuradores. Fizemos a representação junto ao Supremo através da DIM, sobre a Lei Complementar nº 33, aprovada pela Assembléia Legislativa, em dezembro do ano passado, cujo veto do Governador foi derrubado pela Assembléia, que também nos deu um acréscimo na folha de quase 30%. São situações que, questionadas na Justiça, não representam solução nenhuma.

A reforma administrativa, assim mesmo, está sendo feita, estamos em regime de mutirão intenso, buscando novas legislações, procurando derrubar legislações já existentes também dentro do âmbito do Estado e Assembléia Legislativa, para que possamos, realmente, alterar esse quadro da folha de pagamento, que hoje tanto nos preocupa. A folha hoje representa quase 100% da nossa arrecadação real, líquida.

O comprometimento com a dívida está próximo a 21%; o repasse aos poderes também representando 21,8%. Estamos prevendo, já na LDO aprovada, para o ano de 1996, alguns mecanismos de controle sobre o custeio, estendendo isso aos poderes e também limitando, utilizando da Lei Rita Camata, limitando a 60% gasto com pessoal, tanto para o Poder Executivo quanto para os outros poderes. Realmente será uma batalha, começamos esta semana o fechamento da Lei Orçamentária, que nosso prazo é no próximo dia 30. A batalha não será muito fácil, dependerá de muita compreensão, determinação do Governador, para que possamos atingir um número mais razoável do que este Orçamento de 95, que para nós representou um Orçamento mal fadado, que é a palavra mais correta.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Secretária, a senhora tem um minuto para concluir.

A SRª INÊS MARTINS DE OLIVEIRA ALVES (Mato Grosso) – Gostaria de deixar ao Relator e ao Presidente as sugestões do Estado sobre a Resolução nº 11, pedindo justamente a alteração do limite de pagamento, porque hoje o nosso pagamento com as indiretas representa quase o outro limite, porque de 11 vamos para quase 21. Considerando que propusemos, inclusive à Secretaria do Tesouro, a extinção da Companhia de Habitação do Estado, para que pudéssemos, dessa forma, que o Estado absorvesse

sua dívida, que hoje representa um valor considerável. Mesmo assim, houve uma reação muito negativa por parte da Secretaria do Tesouro que aquilo seria acompanhado pelos outros Estados e representaria uma sobrecarga para a União.

O SR. CARLOS BEZERRA - Srª Secretária, sobre a folha de pagamento, há quantos meses está atrasada? O Estado recorreu a antecipação de Receita para pagar pessoal e a previsão de salário até o fim do ano?

A SRª INÊS MARTINS DE OLIVEIRA ALVES (Mato Grosso) - Nós recebemos o Estado com duas folhas atrasadas, uma parte do décimo-terceiro e mais os duodécimos atrasados, e com isto nós deveremos terminar o ano, temos uma previsão, com quase quatro folhas atrasadas se continuarmos na mesma situação. Então, apesar das medidas de contenção, o Governador reduziu da folha todos os não-estáveis, demitimos 12 mil funcionários não-estáveis, quando a própria União não teve ainda este enfrentamento. O Governador se dispôs a isso, comprando uma briga muito grande com os servidores, mas mesmo assim os números ainda não são suportáveis nesta forma que se encontra.

Estamos colocando também a companhia de energia num possível processo de privatização e ressaltaria, como medida da União, o controle da tarifa, o que não nos permite o aumento da tarifa e com isto não podemos pagar a Eletronorte. E estamos, hoje, penalizados pela Eletronorte no investimento pelas obras que estavam sendo feitas, e como o Estado não vem pagando a sua conta de energia se diz a Eletronorte não fará os investimentos que estavam previstos. Isso tudo são penalidades que o Estado vem enfrentando, mas que, realmente, precisa ter um apoio a nível federal, a nível desta Casa para que possamos trazer as condições de volta a patamares administráveis pelos Estados, porque não adianta só garantimos o Plano Real, com muita força pela agricultura, que vem pagando este preço, e o Estado, como sua economia mais forte é a agricultura, é um dos Estados mais penalizados por esta situação.

Nós deixaríamos como sugestão o estabelecimento de um novo limite para a dívida dos Estados, para o pagamento das dívidas, a inclusão das indiretas nesta situação de limite e também os mecanismos compensatórios pela perda da receita, pois se tivermos uma perda de 38% acreditamos que seja necessário garantir mecanismos que realmente funcionem, que não seja como a distribuição do FPE, onde o Estado, hoje, tem um prejuízo bastante significativo com relação ao FPE, porque havia uma previsão de revisão, em 1992, pelo Senado, o que não houve, e com isso o Estado perde uma diferença quase R\$6 milhões ao mês de repasse de FPE.

A SRª JÚNIA MARISE – Nós estamos acompanhando o esforço que o Governo do Mato Grosso está fazendo, exatamente no sentido de procurar caminhos e soluções para atender estes desafios. Gostaríamos de uma informação sobre o montante da dívida mobiliária e o montante da dívida contratual do Governo.

A SRª INÊS MARTINS DE OLIVEIRA ALVES (Mato Grosso) – A situação da dívida do Estado representa, hoje, R\$1,200 bilhão na dívida das diretas, na dívida interna e externa, e da administração indireta mais R\$108 milhões que representa o total de R\$1,470 bilhão. Isso representa ao Estado, hoje, um desembolso mensal na média de R\$16 milhões ao mês, para uma receita mensal de R\$64 milhões aproximadamente.

O SR. JONAS PINHEIRO – Gostaria de um aparte, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Aparte concedido ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO – Eu queria ainda acrescentar, e isto vale para o Mato Grosso e todos os Estados das Regiões Norte e Nordeste, o Governo toma algumas decisões unilaterais, como disse a nossa Secretária, que vão exatamente prejudicar toda

essa região. Imaginem só que na questão da agricultura tivemos um preço mínimo, editado no ano passado, no mês de julho, e este ano ou para o próximo ano nós temos um preço mínimo menor do que o que foi editado há 12 meses atrás, portanto vamos ficar 24 meses com preço mínimo dos produtos agrícolas abaixo, muito fora da realidade e que vai dar enorme prejuízo para os produtores brasileiros destas regiões, e o que é mais cruel é que o preço mínimo representa preço de sustentação para o agricultor, representa custo de produção e o governo está entendendo que preço mínimo é o preço internacional ou o preço de mercado. Com isso, com certeza, estarão penalizados nessa atitude os produtores rurais do Brasil, sobretudo dessas regiões, e também os Estados onde terão, quando o produto for adquirido pelo governo, preço mínimo menor, portanto, com incidência menor de impostos.

Pelo exposto, ainda hoje, reunido com a bancada dos Senadores do Nordeste, propusemos um decreto legislativo, pois entendemos que o Conselho Monetário Nacional, ao determinar a queda do preço mínimo dos produtos em relação ao ano passado, está exorbitando. A lei é muito clara. A partir disso, vamos pedir o apoio dos Srs. Senadores e, se possível, dos Secretários de Planejamento para evitarmos esse mal aos agricultores e aos Estados-membros do Brasil.

O SR. CARLOS BEZERRA – V. Ex^a está levantando um problema que o Secretário de Planejamento de Goiás já abordou e que é grave.

V. Ex^a é especialista em agricultura. A nossa previsão de redução da safra de Mato Grosso, que é o segundo produtor de grãos do País, atualmente é de 50%. Produzimos sete milhões e pouco de toneladas. Devemos produzir três milhões e pouco no próximo ano. Então, se este ano a situação do Estado que tem como principal fonte de renda a agricultura é dramática, ano que vem será muito pior.

A SR^a INÊS MARTINS DE OLIVEIRA ALVES (Mato Grosso) – Somente para concluir e complementando a informação do Senador Carlos Bezerra, gostaria de dizer que essa redução afetará o Estado profundamente na sua receita e, com isso, não temos nenhum mecanismo, não vemos nenhum outro mecanismo, por parte da própria União, de favorecimento para que possamos ter algum outro instrumento de desenvolvimento. Estamos com o Fundo Centro-Oeste até este mês sem nenhuma contratação, porque os seus custos estão impedindo a contratação com um sobre-custo de 8%, exigido pelo Banco do Brasil como taxa de serviços para esse fim.

Na colocação de se reavaliar o Plano Plurianual, gostaria de garantir um equilíbrio regional, assegurando investimentos às regiões menos desenvolvidas do País, para que possamos buscar uma igualdade regional, mesmo que a médio ou longo prazo tenhamos pelo mesmo essa expectativa.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o Sr. Representante do Estado de Mato Grosso do Sul, Dr. Frederico Vitorino Valente.

Antes de passar a palavra a S. S^a., quero pedir aos Srs. Secretários – temos doze ainda para falar – que controlem o seu tempo de exposição e não ultrapassem os cinco minutos de que dispõem, pois vou ser bem rígido quanto ao tempo de cada um.

O SR. VALTER CORTEZ (Mato Grosso do Sul) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de mais nada, gostaria de salientar que estou substituindo o Secretário de Planejamento, dado a uma cirurgia a que teve de se submeter recentemente e que o deixou impossibilitado de vir a esta reunião.

Sou Superintendente de Planejamento da Secretaria e o que vou colocar não é muito diferente daquilo que já temos ouvido. O Estado do Mato Grosso do Sul é essencialmente pastoril e tem a

sua receita basicamente sustentada na produção de carne e de grãos. Como já foi explicitado por outros que me antecederam, a queda dos preços dos produtos agrícolas tem comprometido seriamente nossa receita.

O nosso Estado tem uma grande extensão territorial. Temos duas fronteiras internacionais, fronteiras secas que geram grandes dificuldades e grandes dispêndio de recursos para o estado na sua fiscalização e na implementação de ações que possam garantir as atividades sócio-econômicas nessas regiões. Tem desempenhado funções que são do Governo Federal, ou seja, tem cumprido atribuições que deveriam ser da Polícia Federal e que tem feito com que o Estado invista grandes recursos para suprir essa deficiência do Governo Federal na região. O Estado vem buscando diversificar sua economia de forma a viabilizar a implementação de outras atividades que possam dar uma melhor sustentação ao seu desenvolvimento.

Com relação à questão energética tem gerado grandes dificuldades e tem feito o Estado buscar a agroindustrialização de forma a agregar valores aos nossos produtos básicos.

Em outros momentos, mesmo no Governo anterior, do Dr. Wilson, ele teve que fazer grandes investimentos em pavimentação de rodovias federais para poder viabilizar o acesso a regiões isoladas do Estado, no caso a BR-262, que foi toda construída com recursos do Estado e que possibilitou fazer uma ligação de Nordeste a Sudoeste, de Três Lagoas a Corumbá, no Pantanal, divisa com a Bolívia. Hoje em dia, isso tem gerado grandes dificuldades, dado o comprometimento que o Estado assumiu.

Com relação à questão da folha de pagamento do Estado, desde que assumimos o governo, com a folha que está sendo paga esta semana, o Estado já honrou compromisso com 10 folhas. Em oito meses de administração, o Governo já pagou 10 folhas, porque o 13^o estava atrasado, pois não havia sido pago em dezembro. Isso fez com que o Estado, que tem uma arrecadação líquida em torno de R\$46 milhões mensais, comprometesse em torno de 50% da sua receita com a folha de pagamento.

O Estado tem comprometido também 19,2% da sua receita com transferências a outros poderes; de 14% a 15% com custeio e em torno de 26% com compromissos da dívida interna e externa. Portanto, percebe-se, estamos tendo déficit a todo mês. No entanto, o governo do Estado vem buscando mecanismos, mesmo em bancos privados, para poder honrar esses compromissos de forma a não deixar seus servidores na mão, que já são pessimamente remunerados, o que gera grandes dificuldades, já que não conseguimos manter o nosso quadro trabalhando a serviço do Estado. Estamos, portanto, buscando mecanismos de forma a renegociarmos essa dívida de curto prazo, dado que a dívida de longo prazo é perfeitamente administrável.

Diria ainda que o Estado é o quarto no menor índice de participação na FPE, só sendo menores do que ele Santa Catarina, São Paulo e Distrito Federal. O Estado do Mato Grosso do Sul tem um índice de 1.3320%. O fundo de participação, portanto, concorre aproximadamente com 20% da receita líquida do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Sr. Secretário, V. S^a tem um minuto para concluir.

O SR. VALTER CORTEZ (Mato Grosso do Sul) – Diria que o Estado vem buscando, junto ao Governo Federal e ao Ministério do Planejamento, a solução desse seu endividamento de curto prazo, pois o governo anterior deixou uma série de obras iniciadas e não acabadas, causando dificuldades ao Estado na consecução dessas atividades e na implementação de ações nas áreas de meio ambiente, assistência social e segurança.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Muito obrigado.

O SR. CARLOS BEZERRA - Gostaria de saber se há antecipação de receita no Estado? O atual governador fez a operação de antecipação de receita?

O SR. VALTER CORTEZ (Mato Grosso do Sul) - Não, ainda não fizemos; só as já efetuadas.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o representante do Estado de Minas Gerais, Secretário da Fazenda, Dr. João Heraldo.

O SR. JOÃO HERALDO (Minas Gerais) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, estou representando o Secretário de Planejamento de Minas Gerais, que é vice-Governador, e que no momento ocupa o governo em exercício, não podendo, portanto, comparecer.

Vou procurar trazer, com muita brevidade, três solicitações ao Senado, especialmente, a esta Comissão. A primeira delas é que esta Comissão, especialmente os Senadores, que têm-se envolvido nesse debate, percebam que muitos dos problemas discutidos aqui são transitórios; não quero dizer todos, mas muitos são eminentemente transitórios ou agravados transitoriamente pela conjuntura que hoje vivemos. Que conjuntura é essa? Estamos num regime de transição de uma inflação muitíssimo elevada, crônica, de 25 a 30 anos, para um regime de estabilidade monetária. Essa transição tem trazido muitos dos problemas mencionados aqui. Vou citar, apenas como exemplo, a questão do excessivo gasto de pessoal - e é lastimável que o Senador Wilson Kleinübing não esteja aqui, porque uma das perguntas que S. Ex^a fez relaciona-se com este assunto. Podemos entender parte do problema mencionando o fato de que os Estados, Municípios e a própria União geralmente faziam uma folha, uma folha e meia, até duas folhas, por ano, por meio do imposto inflacionário. Os Estados arrancavam dos funcionários folha adicional, e, com isso, o problema não aparecia. Ou seja, em outras palavras, os Estados deprimiam o valor real médio do salário do seu funcionário ao longo do ano, utilizando a inflação. Isso acabou. Hoje, a realidade é crua, é essa que está aí, não há como os Estados produzirem uma folha, uma folha e meia ou duas folhas adicionais porque, felizmente, temos a estabilidade. Então, isso responde um pouco à indagação do Senador Wilson Kleinübing, porque realmente parece paradoxal.

Desse modo, a primeira solicitação que eu faria aos Senadores, especialmente ao Relator, é que percebam, que esta Comissão faça um esforço para compreender que alguns dos problemas aqui são transitórios, e, portanto, poderíamos ter, também, soluções transitórias.

Nesse sentido, deixo uma sugestão de que, por exemplo, no tocante à Resolução nº 11, as operações "ARO" possam ser, apenas em dezembro deste ano e em janeiro de 1996, flexibilizadas. Não é uma solução definitiva; julgo que devemos pensar em soluções transitórias também.

A segunda solicitação que faço a esta Casa e a esta Comissão é de que haja também um esforço de percepção e compreensão de que a situação dos Estados no Brasil é profundamente diferenciada. No tocante ao Estado de Minas Gerais, que aqui represento, o problema principal é a dívida mobiliária, que também é o problema de alguns outros Estados, que certamente se manifestarão sobre isso.

Quero reafirmar o compromisso aqui e deixar claro, de uma vez por todas que essa dívida é de Minas, e Minas a honrará; não há - e não podemos aceitar - nenhum tipo de insinuação de ninguém de que haja qualquer tentativa de transferir dívida do Estado para a União; porém, esse problema da dívida mobiliária é um problema macroeconômico do País, dada a sua dimensão; é um problema que ainda não foi atacado. Nós, em Minas Gerais, temos solicitado reiteradamente das autoridades federais abertura imediata de negociação para resolver esse problema, ou pelo menos começar a resolvê-lo, e isso não foi feito até o momento, por uma sé-

rie de razões e de dificuldades que compreendemos; mas faço um apelo ao Senado para que pressione legitimamente o Executivo, no sentido de nós, os grandes devedores mobiliários, sentarmos à mesa, para que se inicie um processo de negociação construtivo, procurando uma solução.

Temos propostas, Minas Gerais já apresentou propostas ao Banco Central, ao Ministério da Fazenda, e aguardamos efetivamente o início de negociações.

Com relação à dívida contratual de Minas Gerais, ela tem um bom perfil, um custo adequado, os juros médios dessa dívida hoje estão em torno de 7% ao ano, com prazo também adequado e com todos os benefícios da renegociação da dívida externa. Não temos problema nessa área.

A terceira solicitação que trago a esta Comissão, ao Senado, é que nos dêem os instrumentos. O Congresso Nacional precisa dar os instrumentos de ação aos governos estaduais. Não temos instrumentos de ação hoje. A reforma administrativa é absolutamente prioritária, absolutamente indispensável e a proposta que aqui está, que tenho certeza que conta com o amplo apoio dos governadores e dos prefeitos, é tímida e deveria ser, no nosso entendimento, aprofundada.

Quero fazer uma menção específica e deixar registrado que merece muita atenção o problema do relacionamento entre os poderes no âmbito estadual. Entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A proposta é muito tímida, sobretudo nessa área. É preciso mergulhar fundo porque o Executivo estadual vem sendo sistematicamente esmagado no seu orçamento pelos outros Poderes, sem nenhuma capacidade de resistência, sem nenhuma capacidade de se contrapor aos fatos consumados que são apresentados ao Executivo diariamente.

Com relação à reforma tributária, que é outro instrumento que pedimos ao Congresso, que é de responsabilidade do Congresso nos dar, queremos dizer que a proposta de reforma tributária que a União mandou, que o Executivo remeteu ao Congresso, tira receita dos Estados. Não podemos nos deixar enganar por nenhum tipo de subterfúgio. A proposta, pura e simplesmente, tira receita dos Estados. Isso é definitivo. Isso não comporta nenhum tipo de análise que tente escamotear a real dimensão do problema. No caso de Minas Gerais, especificamente, apenas com a desoneração das exportações, que é desejável do ponto de vista do País - não se nega isso - Minas perde R\$600 milhões por ano. Só com a desoneração das exportações.

Obviamente, a proposta que o Governo apresentou do Fundo de Compensação é rigorosamente insuficiente para cobrir isso aí. De modo que nós, além de não termos os instrumentos, estamos diante de um momento em que corremos o risco de ainda termos a nossa receita diminuída. De forma que são essas as três solicitações que encaminho a esta Comissão.

Vou repetir rapidamente, Senador, - permita-me - apenas para concluir a questão da percepção da transitoriedade do momento, sem prejuízo de nenhum dos argumentos e nenhum dos problemas estruturais que foram aqui levantados, a diferenciação do Brasil, a diferenciação entre os Estados e a necessidade de termos os instrumentos para agir.

Muito obrigado.

A SR^a JÚNIA MARISE - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra a Senadora Júnia Marise.

A SR^a JÚNIA MARISE - Sr. Secretário, qual é o montante da dívida mobiliária atual e da dívida contratual, hoje, de Minas?

O SR. JOÃO HERALDO (Minas Gerais) - A dívida total de Minas Gerais, hoje, está em torno de R\$8,5 bilhões, sendo R\$6

bilhões a dívida mobiliária e R\$2,5 bilhões a dívida contratual. Como disse, a dívida contratual não representa problema. É uma dívida que tem um bom perfil, um custo adequado e, portanto, é perfeitamente suportada pelo Tesouro do Estado. A nossa grande preocupação, e o problema que vem sendo escamoteado no País, nos últimos quinze anos, é o problema da dívida mobiliária. Ela cresce exponencialmente e hoje já não há solução para a dívida mobiliária dos quatro grandes devedores estaduais no âmbito fiscal. Já não há mais solução possível para essa dívida apenas no âmbito fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra a Representante do Pará, que representa o Sr. Secretário do Planejamento.

Pediria que se identificasse.

A SRª LUCI LEÃO (Pará) - Chamo-me Luci Leão, e gostaria de pedir as desculpas do Secretário do Planejamento, Simão Jatene, que ontem à noite teve um imprevisto, inclusive fui acionada, porque estava em Brasília, para vir representá-lo; de modo que não tenho um relatório completo com as respostas que foram solicitadas pelo Senador Bezerra, mas estamos mandando isso por escrito. Dentro das indagações que foram feitas, vou adiantar o que posso, de uma forma bem resumida.

Com relação ao perfil das despesas do Estado do Pará, quero dizer que hoje, considerando apenas o pagamento de pessoal do Poder Executivo, estamos com 46%, e, se se acrescentar o pagamento de pessoal dos outros Poderes, com base na receita corrente, esse percentual chegará ao limite dos 65%. Transferência a municípios, temos 15%, e os repasses para os outros Poderes totalizam 16%. A dívida é de 9%, e o custeio é de 10%. Estamos conseguindo investir 4% da nossa receita total.

Já a dívida do Estado não representa um problema preocupante. A dívida fundada está perfeitamente sob controle. O que está onerando, esses 9% da dívida, são as operações de antecipação de receita contraídas por este Governo para poder honrar duas folhas de pagamento de pessoal que, no Governo passado, ficaram em atraso, quais sejam o pagamento do 13º salário e o salário de dezembro.

Também consideramos que a reforma administrativa é prioritária em relação à reforma tributária, porque já estamos no limite com o pagamento de pessoal, considerando que a Lei Rita Camata, que entra em vigor no próximo ano, além de reduzir para 60%, reduziu também a base. Haverá uma diminuição do percentual, que passa de 65% para 60%, e haverá uma redução na base sobre a qual se calculam esses 60%.

Com relação à reforma tributária, o Estado do Pará, de fato, está muito preocupado com a proposta em discussão, pois, sem dúvida, é um dos Estados que mais perdem com a desoneração das exportações. Só com essa desoneração, estimamos que serão gastos entre 35% e 40% da nossa receita de ICMS. E, de forma alguma, o Fundo de Compensação que está sendo anunciado ressarce a perda do Estado, até porque, hoje, sem se considerar a reforma, 10% do IPI são destinados ao ressarcimento da desoneração dos produtos industrializados. Estão sendo mantidos os mesmos 10% para ressarcir, além dos produtos industrializados, os produtos semi-elaborados que os Estados estavam tributando.

Consideramos também que o ano 2000 está muito perto para ser fixado como limite; não será em quatro anos, ou seja, a médio prazo, que iremos conseguir obter um resultado sobre a economia total do Estado, de forma que se possa compensar de outra maneira essa receita que está sendo perdida com as exportações.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao representante da Paraíba, Dr. Armando Carvalho, que é Adjunto do Secretário de Planejamento.

O SR. ARMANDO CARVALHO (Paraíba) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, colegas, serei breve.

Inicialmente, fornecerei os dados percentuais referentes à receita líquida do Estado da Paraíba.

Até o mês de julho, incluindo o pagamento do pessoal de todos os Poderes, atingimos 70,75%. A dívida, em média, até julho, chega a 20,2%. No mês de julho, a dívida atingiu o percentual de 24,51%, porque tivemos que renegociar alguma Letras do Tesouro do Estado. O custeio da máquina do Estado chega, em média, a 9%. Deduzindo, haveria um percentual de 1,5% para investimento.

De janeiro a julho, investimos um pouco mais, ou seja, cerca de 3,5%, porque entramos um pouco na tal reserva do 13º salário. Neste ano de 1995, não iniciamos nem uma obra na Paraíba; apenas demos continuidade a algumas obras consideradas prioritárias.

A nossa dívida totaliza um bilhão e quinhentos e cinquenta milhões de reais, dos quais trezentos e trinta milhões se referem à dívida imobiliária.

Queremos solicitar, para o Estado da Paraíba, especial atenção ao Projeto de Lei nº 120, que faz algumas alterações na Lei nº 8.727, e ao Projeto de Resolução do Senado nº 49, que altera pontos da Resolução nº 11, de 1994, do Senado Federal.

Da nossa folha de pagamento, cerca de 82% são destinados ao Executivo; 2,23%, ao Legislativo; 3,35%, ao Judiciário e 5,04%, ao Ministério Público. São as informações básicas que eu tenho a dar.

O SR. CARLOS BEZERRA - Tem antecipação de receita?

O SR. ARMANDO CARVALHO (Paraíba) – Não. Nem do governo anterior, nem do atual. Há cinco anos, não fazemos antecipação de receita para pagamento de folha, nem para nada.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o representante do Paraná, Secretário Cássio Taniguchi.

O SR. CÁSSIO TANIGUCHI (Paraná) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, colegas Secretários, gostaria inicialmente de fazer uma pequena correção aos dados que o Senador Roberto Requião, ex-Governador do Paraná, colocou na abertura. Nossa despesa com pessoal, de um orçamento de receita líquida da ordem de 3 bilhões, é da ordem de 70%; despesa de custeio, da ordem de 7%; amortização da dívida, 9%; investimentos, 9%; e precatórios, 5%, sendo que a dívida global interna, contratada, é 761; a externa, 375, e a dívida mobiliária, 270.

É importante dizer que desde que o Governador Jaime Lerner assumiu, em 1º de janeiro, não se faz contratação de pessoal. Há uma contenção violenta para redução de despesa de custeio, e principalmente redução e limitação da despesa com publicidade. No Brasil, o que deu certo, a gente não faz mais.

Um ponto importante, que faço coro com os Estados produtores, especialmente Estados produtores agrícolas, é que o real está baseado sobre a agricultura. A agricultura talvez tenha sido efetivamente a grande âncora para suportar o Plano Real. Consequentemente, nós, Estados produtores, especialmente os agrícolas, merecemos algum tipo de compensação, já que só no setor agrícola do Paraná houve uma queda da ordem de 42%, com reflexos negativos sobre a produção industrial, no período de janeiro a junho de menos 1,9%, quando o Paraná teve uma das maiores taxas de crescimento durante o ano de 1994.

É evidente que a proposta de reforma tributária, como está colocada, retira total autonomia aos Estados de bem colocar a sua política financeira, assim como reforça o caixa da União. Acredito que esta é uma colocação unânime. Concordamos também com o Secretário da Fazenda de Minas Gerais quanto ao fato de que o fundo previsto para compensação em relação à isenção do ICMS

sobre as exportações, sobre as matérias primas, sobre os insumos agrícolas e sobre os bens de capital, não dá nem para o primeiro e segundo anos; conseqüentemente, é insuficiente para suportar essas isenções. Os quatro Estados que compõem o CODESUL – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul – elaboraram uma nota conjunta em relação à proposta de reforma tributária, que será encaminhada através dos meios legais, ou seja, através dos seus governadores, que a farão chegar não só ao Executivo como também ao Senado Federal.

Em relação à ação do Estado, eu gostaria também de colocar, porque aqui ninguém falou sobre o combate à sonegação, a necessidade de aumentar as receitas. Não adianta ficar chorando sobre o leite derramado, quando, na verdade, temos que criar as condições de cidadania, visando a exigência de nota fiscal, combatendo a sonegação, porque só isso dá uns 30 a 40%, por baixo. Essa é uma atitude necessária. No Estado do Paraná, através da Secretaria da Fazenda, nós lançamos o programa **Cidadão Nota Dez**, incentivando a exigência de notas fiscais em todos os níveis, no atacado, no varejo, na área de serviços e tudo mais. Acredito que isso constitui também uma ação fundamental do Estado visando ao aumento de arrecadação. Da mesma forma, pretende-se, através de um planejamento estratégico, dentro do Estado, fazer com que essa produção agrícola – sendo o Paraná o maior produtor de grãos do País – seja a mais industrializada possível dentro do próprio Estado, gerando conseqüentemente impostos e empregos. É uma medida a longo prazo, porém, tem que ser iniciada de qualquer forma. Não podemos perder essa chance de planejarmos o futuro; o planejamento não pode ser simplesmente um elenco de sonhos mas, de ações concretas sobre a realidade. É fundamental que, novamente, os Estados disponham desses instrumentos. Não é possível ficarmos sentados vendo a receita se esvaír. É essencial que essas ações sejam, efetivamente, realizadas. Talvez, o Paraná tenha sido o único Estado a conceder reajustes salariais diferenciados, num primeiro estágio, da ordem de 10% geral; 25% para os professores e 15% para a polícia de tal maneira que os aumentos reais obtidos, durante esse período, variam entre 15, 20 e 37%. É fundamental premiarmos a população, ou parte dela, que está engajada no processo de desenvolvimento do Estado mas, também, não podemos esquecer que representam somente 2% da população e que os 98% precisam ter acesso aos equipamentos básicos de educação, saúde, creches, enfim, tudo o que compõe a função do Governo.

Finalmente, temos algumas sugestões elaboradas pelo Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, Dr. Miguel Salomão, que, posteriormente, faço chegar à Mesa, uma vez que o tempo é bastante escasso, e as quais apresentam algumas medidas fundamentais como por exemplo, a questão da alienação ou da privatização de alguns setores que não sejam prioritários e, também, a flexibilização de alguns artigos em relação à Resolução nº 11 do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao representante de Pernambuco, Dr. João Joaquim Guimarães Sena.

O SR. EDUARDO PAIVA (Pernambuco) - Perdoe-me, Sr. Presidente, o Secretário não pode comparecer e eu o estou representando. Sou o Secretário Adjunto de Planejamento do Estado de Pernambuco.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Secretários, serei breve porque os problemas enfrentados por Pernambuco poderia ser a síntese de tudo o que já foi dito, até agora, com pequenas alterações. Aquele Estado, não por uma questão de política dos seus dirigentes, nunca teve uma dívida muito alta. De fato, o débito constituiu-se um problema. Não temos dívida mobiliária; o que temos creio ser comum a todos os Estados é um problema seriíssimo com relação a pessoal.

Ainda que, como disse o representante de Minas Gerais, isso seja algo passageiro, fruto de uma mudança de regime monetário e uma inflação alta para uma baixa o regime do curto prazo é o quebra uma empresa e, também, o Estado. É sério na medida em que existe uma série de vinculações, de isonomia dentro do próprio Executivo que, necessariamente, tem de ser enfrentado muitas vezes nos tribunais e sem nenhuma garantia de sucesso.

Afora, a questão das vinculações e das isonomias existentes dentro do Executivo, questões que podem e devem ser enfrentadas, temos algo mais sério como os chamados "poderes." Neste momento, estamos elaborando o Orçamento do Estado e observamos fatos inacreditáveis como o Tribunal de Justiça que, no Orçamento de 1995, teve uma despesa com o pessoal em R\$22 milhões e apresentou-nos uma proposta de R\$80 milhões.

Através do diálogo, tentou-se reduzir esse valor mas não foi possível. Não nos resta outra solução senão a de enfrentar aquele Tribunal, o que, também, indica choque com relação a própria Assembleia Legislativa com outros poderes e, até mesmo outros, que não sendo poderes se arvoram em ser como o Ministério Público que, hoje, deseja constituir-se em quarto poder.

Basicamente, o problema é este afora outros que são comuns e, acredito, que não vale a pena serem mencionados, com por exemplo, queda de receita provocada por recessão, que também é um problema de ordem conjuntural.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o representante do Piauí, Dr. Antônio José Guerra.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ GUERRA (Piauí) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, caros Colegas Secretários, inicialmente, eu gostaria também de me congratular com a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado pela iniciativa de ouvir as bases em relação a um assunto tão importante como esse.

Vou procurar responder ao ofício circular do Sr. Relator, em torno das questões colocadas, iniciando com a questão do capítulo das finanças públicas.

Entendemos que, com relação ao Plano Plurianual, LDO e Orçamento anual, não teríamos grandes modificações a sugerir. O apelo que faríamos é no sentido de que esses dispositivos fossem urgentemente regulamentados. Talvez pudessem ajudar a resolver certos problemas, principalmente aqueles relacionados com os abusos verificados no âmbito dos Estados.

Os Estados como o Piauí, que retardaram o seu processo de industrialização, não podem ser prejudicados agora com a proibição da concessão de incentivos, quando todos sabemos que a grande maioria dos mesmos tiveram nesse mecanismo a alavanca segura do seu desenvolvimento, como é o caso de Minas Gerais, Goiás e tantos outros.

Como ponto positivo da reforma, destaco os mecanismos para a redução da sonegação, que talvez seja o principal caminho para se aumentar a arrecadação sem se aumentar a base tributária ou as alíquotas e sem criar novos tributos tanto por parte dos Estados como da União e da Seguridade Social.

Em termos da reforma administrativa, são pontos positivos da reforma o término da estabilidade de forma indiscriminada para todas as categorias funcionais, bem como a competência ao Poder Executivo para promover mudanças organizacionais destinadas ao engugamento da máquina administrativa.

De nada adianta, entretanto, a adoção dessas mudanças se não houver mudanças também do Poder Judiciário e do Ministério Público, no que diz respeito ao passivo trabalhista do Poder Público com a avalanche de liminares e mandados de segurança relativos aos chamados direitos adquiridos, porque muitos Estados não podem pagar.

A reengenharia dessas relações deve ser estudada, inclusive a atuação dos chamados advogados do Estado, que têm deixado o caos acontecer, causando um endividamento ainda maior do Estado.

Quanto à questão principal, que é o endividamento dos Estados, ratificamos aqui a posição já colocada nesta Comissão pelo nosso colega Secretário da Fazenda, de que, primeiro, a situação é gravíssima não só para o Piauí, mas para todas as unidades da Federação, devido ao elevado comprometimento das receitas com o atual processo de rolagem que comprovadamente não é adequado e precisa ser revisto imediatamente, sob pena de assistirmos à paralisação dos governos estaduais, com graves conseqüências políticas e sociais para a Federação como um todo.

O quadro está comprovando a falência do modelo aprovado pela Resolução nº 11/94, pois a crise é generalizada e atinge todos os Estados.

No caso do Piauí, nossa dívida total é de 1,4 bilhões de dólares. E gastamos, no período de janeiro a agosto deste ano, 15% da nossa receita total líquida no pagamento de dívidas. Esse percentual tende a aumentar agora no segundo semestre, devido ao escalonamento que temos da dívida. Estamos gastando atualmente 85% em pessoal, mas já existe uma diretriz do Governador com medidas concretas no sentido de que, até o próximo ano, isso seja reduzido para 60%.

O SR. CARLOS BEZERRA – É só o total com os outros poderes?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ GUERRA (Piauí) – Exatamente. O que se pleiteia, enfim, é a redução do percentual do comprometimento da receita líquida de forma diferenciada, contemplando-se com o percentual menor os Estados mais carentes e a inclusão de todas as dívidas atuais nesse percentual. E aqui gostaríamos de ratificar também, de apoiar a sugestão feita por Minas Gerais, no sentido da flexibilização, excepcionalmente, das questões das dívidas por antecipação de receita desse ano.

Segundo, essa medida estaria coerente com o próprio posicionamento do Governo Federal, que sempre pleiteou e conseguiu reescalonar a sua dívida externa. Isso justificaria, dentre outros motivos, por terem sido essas dívidas contraídas por governos passados, algumas delas para fazer face a investimentos de responsabilidade da União.

Seria importante também que se vinculasse essa renegociação da dívida ao compromisso dos governos estaduais, de redução de suas despesas de custeio, particularmente as de pessoal e encargos, como vem fazendo o nosso Estado e já fez o Ceará e outros Estados, para que não se tenha daqui a quatro anos o mesmo cenário de hoje.

A redução da sangria de recursos que hoje está sendo destinado ao pagamento da dívida, destinar-se-ia à realização de investimentos e alocação de contrapartidas de empréstimos.

Em outras palavras: queremos uma melhor utilização desses recursos que deixariam de retornar à União, mas não socorreríamos as insaciáveis folhas de pagamentos, mas sim aplicados em investimentos produtivos destinados à ampliação da base econômica dos Estados, pois atualmente a capacidade de investimentos é nula e não podemos continuar desta forma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao nobre Representante do Rio de Janeiro, Dr. Marco Aurélio Barbosa Alencar, Secretário do Rio de Janeiro.

O SR. MARCO AURÉLIO BARBOSA ALENCAR (Rio de Janeiro) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, meus colegas, Secretário do Planejamento, vou procurar ser bastante breve nas minhas colocações, em função do adiantado da hora. Na verdade gostaria apenas de pegar carona em algumas das colocações feitas por alguns dos Secretários de Planejamento aqui presentes.

Primeiramente, gostaria de dar a minha interpretação em relação aos questionamentos feitos aqui sobre a recomposição de receitas do primeiro semestre de 1995 e que, segundo alguns senadores, justificariam a própria geração de algumas sobras de caixa nesse período, dado que o acréscimo médio de receitas foi da ordem de 50% em relação ao primeiro semestre do ano anterior.

Na verdade, essa recomposição de receitas se iniciou no segundo semestre de 1994, no período pós-Plano Real. E na verdade essa composição de receitas foi consumida no próprio segundo semestre de 1994, semestre eleitoral no qual certamente os Estados não acumularam recursos, produto dessa recomposição de receitas do Plano Real.

Então, na verdade, a comparação de acréscimos de arrecadação do primeiro semestre de 1995, em relação ao primeiro semestre de 1994, na verdade não é uma comparação adequada para aferirmos o estado do equilíbrio financeiro desses Estados.

No caso particular do Rio de Janeiro, no mês de janeiro, o atual Governo teve que honrar inclusive folhas de 13º e a própria folha de dezembro, que é a própria expressão da inexistência de recursos acumulados nesse período.

Gostaria de enfatizar um ponto que é, do meu ponto de vista, dos mais graves com relação a essa questão de finanças públicas nos Estados, que diz respeito à questão de despesa de pessoal. No caso do Rio de Janeiro, citando alguns números, o crescimento da despesa de pessoal, o crescimento vegetativo dessa despesa, é algo em torno de 3% ao mês. O que significa dizer 42% ao ano e que significa dizer também que nesses próximos quatro anos esse crescimento exclusivamente, meramente vegetativo implicará um acréscimo da nossa folha da ordem de 300%. Se admitirmos que o Plano Real vai dar certo, provavelmente a inflação nesse período será de 70%.

O SR. CARLOS BEZERRA – Será que dá para explicar rapidamente o porquê desses 3% ao mês?

O SR. MARCO AURÉLIO BARBOSA ALENCAR (Rio de Janeiro) – Em função de todo um sistema de benefícios concedidos aos servidores, a diversas categorias, questão de incorporações, triênios, uma série de benefícios que existem hoje na legislação do nosso Estado e que fazem com que a folha cresça nesse montante. Isso num regime de inflação acelerada, certamente não tem um impacto significativo, até porque as receitas inflacionárias encobrem, mas, certamente, num regime de estabilização econômica, o impacto sobre a estrutura de receitas do Estado e sobre o equilíbrio do orçamento é absolutamente brutal.

Certamente, o Governo do Estado aposta muito na reforma tributária porque, do nosso ponto de vista, não há saída. Sobre a questão da reforma fiscal é que podemos discutir. Mas, do meu ponto de vista, a questão significativa, relevante é a da reforma administrativa, que fará ou pelo menos dará instrumentos ao Governo, aos governadores para conter o crescimento abusivo, excessivo da despesa de pessoal.

Por outro lado, o crescimento da despesa de pessoal está associado, também, à questão da relação entre poderes, que também foi enfatizada aqui.

No caso do Estado do Rio de Janeiro, acredito que grande parte do tempo do Secretário de Fazenda é gasto com quedas de braço com o Poder Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público, o Tribunal de Contas, em relação à definição ou apropriação das reservas do Tesouro.

Então, essa regulação tem impacto também sobre a despesa de pessoal, porque grande parte das demandas dos Poderes são relativas a acréscimos de despesa de pessoal. Certamente, essa regulação da relação desses Poderes, no âmbito da administração financeira de cada um deles, creio, é uma algo que precisa ser muito

arbitrado, porque não vemos saída para essa questão senão no âmbito do Congresso Nacional.

Esse é o dado significativo em relação à questão despesa de pessoal.

Outro grande problema que afeta o Rio de Janeiro e afeta particularmente também os quatro maiores Estados é a questão da dívida mobiliária, o ponto que considero central e que, como...

O SR. CARLOS BEZERRA - V. S.^a permite um aparte?

O SR. MARCO AURÉLIO BARBOSA ALENCAR (Rio de Janeiro) - Pois não.

O SR. CARLOS BEZERRA - Dentro do que está apresentado da relação com os Poderes e dentro da questão dos servidores, de reajuste, de vantagem, tudo isso, se cada Secretário pudesse mandar sugestões para enriquecer o debate, por escrito - que lei tem que ser derogada, que medida tem que se tomar -, isto para nos ajudar, inclusive, no debate aqui no Senado, seria importante.

O SR. MARCO AURÉLIO BARBOSA ALENCAR (Rio de Janeiro) - Perfeito.

Outro aspecto que é particularmente grave em relação ao Estado do Rio de Janeiro e, acredito, em relação a São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, diz respeito à questão da dívida mobiliária.

Como muito bem enfatizou o Secretário de Fazenda de Minas Gerais, diria que os Estados não têm mais competência fiscal para dar soluções fiscais ao problema da dívida mobiliária, que chegou a um montante que realmente compromete substancialmente o orçamento dos demais Estados.

Para citar um número em relação a esse período de 8 meses, no caso do Rio de Janeiro, tivemos um volume de arrecadação tributária da ordem de R\$2,800 bilhões. O estoque da dívida variou R\$1,200 bilhão nesse período. Quer dizer, alguma coisa que representou 40%, quase 50% da receita bruta no período.

Na verdade, a solução dessa questão não passa por nenhum engessamento por parte do Senado, em relação à definição de volumes de amortizações obrigatórias, até porque esses volumes já existem hoje por força da Resolução nº 2081 do Banco Central, que impunha, nas operações de troca de títulos estaduais por LBCs, o resgate antecipado de títulos e agora impõe a amortização antecipada de obrigações de dívida fundada ou da própria dívida mobiliária. Já existe hoje uma obrigatoriedade em relação à dívida mobiliária que vinha afetando substancialmente o orçamento desses Estados e que não estão contemplados em nenhum dos limites que foram fixados pela Resolução nº 11 do Senado que diz mais respeito à questão da repactuação da 8727 do que propriamente em relação aos acréscimos dos saldos da dívida mobiliária.

Então, os encargos que os Estados assumem por conta do crescimento exponencial da dívida mobiliária estão certamente muito acima dos limites de 9 ou 11%, definidos pela Resolução nº 11 do Senado.

A dívida mobiliária tem aspectos técnicos que precisam ser considerados. Eu acho que o título LFP é absolutamente perverso, porque faz com que a despesa financeira dos Estados dependa da política monetária de curto prazo do Banco Central, o que é um absurdo. Nenhum secretário de planejamento e nenhum governo tem como prever, por ocasião da elaboração dos seus orçamentos, a despesa financeira que será comprometida por conta do serviço da dívida mobiliária, porque esse é um papel em que os encargos financeiros estão camuflados pela própria característica do papel. É um papel que não rende juros, ele rende o custo do dinheiro no **overnight**, que é fixado pelo Banco Central de uma forma aleatória. Então, certamente, nos períodos onde a política monetária é restritiva, pelo menos os grandes Estados emissores de dívidas pagam sempre essa conta. E certamente taxa de juros é alguma coisa

que afeta substancialmente as finanças dos Estados, porque, do meu ponto de vista, acho que há um desequilíbrio na estrutura tributária da Federação em relação, principalmente, a Estados e Municípios.

Nós tivemos uma experiência de gestão fiscal no âmbito da Prefeitura do Rio de Janeiro, e verificamos que os municípios têm uma estabilidade fiscal muito maior, até porque nenhum tributo, pelo menos nos Municípios das grandes capitais, representa mais do que 30% ou 25% no cômputo geral das receitas.

Nos Estados, pelo menos no caso do Rio de Janeiro, o ICMS representa alguma coisa em torno de 90% da arrecadação. E é um imposto em que não há flexibilidade no campo fiscal para os Estados, como há no caso dos municípios, por exemplo, em relação ao IPTU, que é, inclusive, um tributo inelástico à atividade econômica. Quer dizer, na receita do IPTU a taxa de inadimplência histórica é bastante constante, não é afetada pela recessão, pelo nível de atividade econômica, mas os Estados são particularmente afetados nas suas receitas pelo nível de atividade econômica.

Então, quando você conjuga taxa de juros alta com recessão, o Orçamento dos Estados é duplamente afetado. Por um lado você afeta pela queda de arrecadação, provocada pela redução do nível de atividade, por outro lado você afeta o estoque já elevado de dívida mobiliária, que faz com que esse nível de comprometimento seja absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Secretário, o senhor tem um minuto para terminar.

O SR. MARCO AURÉLIO BARBOSA ALENCAR (Rio de Janeiro) - Só para terminar, o que eu gostaria de enfatizar para os Senadores é que, evidentemente, o Estado do Rio de Janeiro hoje realiza um esforço grande no campo da reforma administrativa. Nós estamos, inclusive, deslançando um amplo programa de privatizações, que tem um componente de reforma administrativa, mas também tem um componente de captação de recursos. Do meu ponto de vista, a questão da dívida pública dos Estados, particularmente dos grandes Estados, transcende um pouco a questão fiscal interna. Eu acho que nós vamos precisar ter uma grande discussão no âmbito do próprio Congresso, para definir quais são os parâmetros de alongamento e de redução do custo dessa dívida, porque, do meu ponto de vista, não vejo nenhuma outra saída que não essa negociação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Secretário do Rio Grande do Norte, Dr. Ivanaldo Bezerra.

O SR. IVANALDO BEZERRA (Rio Grande do Norte) - Sr. Presidente, repetindo o que o meu colega do Rio de Janeiro disse, eu vou tentar pegar também uma carona, já que os problemas são iguais.

Todos os problemas são muito parecidos e, aparentemente, as soluções são semelhantes, pelo menos do ponto de vista de dívida contratual. Aparentemente, as soluções propostas pelo Secretário só divergem quando o tipo da dívida é diferente.

Eu vou dar, rapidamente, alguns dados do Rio Grande do Norte, só para constarem dos registros.

A dívida total do Estado é da ordem de R\$630 milhões, o que equivale, aproximadamente, a um ano de receita. Então, não é das maiores, nem é a menor. A dívida interna é de R\$522 milhões, e a dívida externa é de R\$108 milhões. Não temos dívida mobiliária, toda a dívida é contratual. A receita líquida de agosto foi de R\$43 milhões e tantos, dos quais o FPE representou 57% e o ICMS 43%; e as despesas totais representaram 105% dessas duas receitas. Ou seja, salários entraram com 83%, inclusive os outros Poderes; custeio e investimento - investimento é só uma força de expressão -, custeio, basicamente, 9%, e a rolagem da dívida 13%. Esse é o quadro geral dos números do Rio Grande do Norte.

Situaria o nosso Estado mais ou menos na primeira metade dos que estão menos mal, mas, evidentemente, como o problema se agrava e as despesas crescem mais do que a receita, a solução terá que ser de curto prazo, sob pena de termos que visitar a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado permanentemente e com o mesmo problema todas as vezes.

A minha impressão, Sr. Presidente, Sr. Relator, é que tem que se enfrentar o problema na estrutura. E o problema atual, como vários colegas já disseram aqui, é o da folha de pagamento, haja vista que alguns Estados estão com 50%, 60% ou 70% e o nosso com 83% de comprometimento da sua receita. Entretanto, como a legislação trabalhista, concessiva e abundante, não foi até hoje alterada, é inexorável que essas incorporações, sobre as quais falava o companheiro do Rio de Janeiro, essas vantagens ou esses quinquênios atropelam toda e qualquer receita, toda e qualquer programação para crescimento dos Estados.

Num Estado pobre como o Rio Grande do Norte e em outros do Nordeste não existe uma família que não tenha um parente muito próximo no governo, ou seja, a força da sociedade é tão grande que talvez o governador corra o risco de perder o seu emprego se enfrentar o problema realmente como a situação exige. É como se o Rio Grande do Norte pegasse 103 mil e demitisse metade. Sem soluções absolutamente radicais e provavelmente inviáveis politicamente não se resolverá o problema.

A reforma administrativa, ou seja, a proposta do Ministro Bresser, que aqui está, é muito importante para todos nós, porque praticamente quebra a estabilidade dos funcionários ou, pelo menos, flexibiliza, como dizem hoje, permitindo-nos enfrentar esse problema também a nível estadual.

Gostaria, portanto, de deixar para reflexão do Senado Federal e dos colegas secretários que, num Estado pobre como o nosso, na hora em que se colocar 10, 20, 30 ou 40 mil pessoas na rua talvez o problema ainda seja mais grave, já que a economia não tem a menor condição de absorver esses excedentes, que podem ser treinados para iniciativa privada, mas que são extremamente treinados para reivindicar por conta de toda uma vida de reivindicações em praça pública e na mídia.

Portanto, tanto na redução do limite do endividamento de 11 ou 12, alguns até com 21, para sete, por exemplo, como no elasticamento, se for possível, do prazo de 20 para 30 anos, se pensasse em colocar um delta X para cada percentual de redução no limite da rolagem, o Estado pudesse apresentar a quem direito, aos Ministérios por exemplo, um projeto de absorção de mão-de-obra na iniciativa privada. Ou seja, se há um repique da dívida para criar empregos, começaria a se enfrentar, acredito, a estrutura ou o problema estrutural do desemprego.

Nós mesmos já procuramos o BID, Dr. Henrique, com uma proposta desse tipo, ou seja, gerar emprego no Rio Grande do Norte contra o compromisso de se mobilizar ou incentivar a demissão voluntária, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Sr. Secretário, V. S.^a tem um minuto para concluir.

O SR. IVANALDO BEZERRA (Rio Grande do Norte) – Pois não. Fica, portanto, para reflexão, essa colocação que fizemos de geração de emprego atrelada, de alguma maneira, à redução do limite.

Gostaria, ainda, Sr. Presidente, de manifestar uma preocupação, qual seja, na reunião dos Secretários da Fazenda onde eu estava, porque a minha secretaria é de Planejamento e Finanças, o nosso vice-Líder do Governo, Senador Wilson Kleinübing, só se manifestou no final e parece-me que os Secretários da Fazenda puderam espelhar a crise que se abate sobre todos os Estados com uma maior pujança. Como hoje os Senadores se manifestaram an-

tes e, de novo, o Senador Kleinübing, com muita propriedade, inibiu de alguma forma as reivindicações e as queixas, estou sentindo uma diferença muito grande entre a reunião da semana passada e a de hoje. Parece-me que as críticas ou pelo menos as colocações foram mais contundentes do que as de hoje. Pode ser apenas uma impressão, mas gostaria de deixar para registro.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Secretário, os fatos que estão gravados serão levados em conta, sem dúvida nenhuma, pelo Sr. Relator, no seu relatório e, conseqüentemente, pelos Srs. Senadores, na apreciação. Como V. S.^a viu há muitos Senadores favoráveis, talvez a maioria favorável, uma minoria talvez contra. Sem dúvida nenhuma, todos gostaríamos que os Estados estivessem mais equilibrados com pessoal e tudo o mais.

Eu, pessoalmente, estou mais favorável, o Senador Wilson Kleinübing está mais à minha esquerda, mas acho que isso daí é que faz parte do debate de chegarmos a uma conclusão. Acho que as colocações que V. S.^a estão deixando é de uma contribuição brutal. E o enfoque dos Secretários de Fazenda é muito mais duro, às vezes, com o enfoque do Secretário do Planejamento. Mas um somado ao outro dá um resultado muito bom.

Concedo a palavra ao representante do Secretário do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO NARDI (Rio Grande do Norte) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Sr.^a e Srs presentes, a razão da ausência do Secretário Brum Torres aqui nesta reunião é a mesma do seu colega, lá, de Mato Grosso, é uma cirurgia, só com uma pequena diferença: o Secretário não é o paciente, ele é o cirurgião. Estamos fechando o orçamento, onde a coisa está tão feia lá que ele não se animou a deixar a equipe cirúrgica dele, lá, sozinha. E por uma razão muito simples. Quando ele foi pedir ou levou o bisturi ao Governador Antônio Britto, o Governador Antônio Britto abriu a gaveta e tirou um facão pesado e afiado, disse que aquele era o instrumento que ele devia usar. Como a gente já cortou gordura, já está cortando carne, estamos correndo o risco até de quebrar o osso do nosso paciente, lá. Não vou falar em números até porque o tempo não permite.

Quero trazer a esta Comissão a evidência do que o Rio Grande do Sul está fazendo em função do que está sendo discutido, aproveitando a pergunta que o Senador Jefferson Peres deixou no ar, questionando se todos os Estados estão fazendo o mesmo referindo-se ao corte de despesa. Queria assegurar ao Senador e à Comissão que o Rio Grande do Sul está fazendo a sua lição de Casa. E a determinação do Governador Antônio Britto para o Secretário Brum Torres foi muito simples. Ele apenas se utilizou de uma regra contábil básica que nos diz que para conseguir capacidade de investimento temos que agir sob duas variáveis: ou se aumenta a receita, ou se reduz despesa, ou as duas coisas ao mesmo tempo.

Quando referi antes que a coisa não está muito fácil, até porque o Governador Antônio Britto não está permitindo que muitos gaúchos sonhem. Até porque ele não dorme e não deixa a gente dormir. Sei que a gente pode sonhar acordado e deve sonhar acordado. Mas o Governador Antônio Britto preferiu deixar o sonho para depois e então partiu para os projetos.

E alguns desses projetos quero trazer a evidência da Comissão. No rol da despesa, há um compromisso pessoal do Governador de cumprir com a Lei Rita Camata de qualquer jeito. Para isso já começamos fazendo algumas coisas nas quais trago alguns exemplos.

Foram extintos 15% dos cargos efetivos do cargo: não se nomeia mais ninguém, não se faz mais concurso, não se preenche vagas. Cortamos 30% das funções gratificadas do quadro. Reduzimos triênis de 5% para 3%. Estamos tentando ampliar o prazo de incorporação de gratificação de 18 para 26 anos. Estamos propondo o fim dos adicionais de 15% e 25%. Estamos propondo o fim da

isonomia entre Executivo e Judiciário para evitar aquele efeito cascata que foi comentado aqui. O Governador está enfrentando até os coronéis da Brigada, mexendo em gratificações, incorporações e acabando com a promoção automática da reserva. Estão sendo demitidos cerca de 1000 funcionários pertencentes a metade das estatais que já foram extintas.

Não se está fazendo nenhuma obra nova. Está-se continuando aquelas que deveriam ser continuadas e parando outras. Estamos fazendo um esforço muito grande para reduzir essa avalanche de emancipações municipais que estão ocorrendo em Rio Grande.

Extinguimos algumas estatais, fizemos contratos de gestão com as cinco maiores estatais do Estado, estabelecemos compromisso de gestão com dezoito fundações e autarquias, estabelecendo metas de equilíbrio financeiro para todas elas, do lado da receita estamos com companhia contra a sonegação muito grande, campanha "Paguei quero nota", o Governador está empenhado pessoalmente em atrair investimentos privados para dentro do Estado, estamos tentando desmanchar a parte de concessões e parcerias com a iniciativa privada.

O problema é que o que ganhamos de dia perdemos de noite, esvaziamos o reservatório de dia e de noite os juros fazem crescer novamente. Então, estamos chegando à conclusão de que por mais que opere nosso paciente não será suficiente por uma razão muito simples, o Governo Federal está usando a equação contábil ao contrário, ele está tentando reduzir a receita do Estado e aumentando a despesa e será muito difícil, para os Estados individualmente, de per se, resolverem a sua situação, porque o gerenciamento dessas variáveis estão fora do Estado.

Então, genericamente quero trazer a posição do Estado do Rio Grande do Sul é no sentido de que qualquer mecanismo, qualquer iniciativa que vise fazer com que o Governo inverta esses sinais só trará benefícios para todos os Estados.

Tenho a impressão de que o Estado do Rio Grande do Sul e os demais co-irmãos conseguirão cumprir com seus projetos desde que o Governo, Senado e Deus queiram, nessa ordem inversa de interesse. Temos certeza de que Deus quer porque se ele quer a nossa felicidade em outra vida vai querer aqui também e o Senado parece que está disposto a nos ajudar, só falta convencer o Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – O Senhor tem um minuto para concluir.

O SR. PAULO NARDI (Rio Grande do Sul) – Era essa a posição que gostaria de trazer, os dados, informações e sugestões serão encaminhados à comissão formalmente e agradeço a atenção dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao representante do Estado de Roraima. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Secretário de Desenvolvimento Econômico de Santa Catarina, Dr. Albano Smith.

O SR. ALBANO SMITH (Santa Catarina) – Gostaria de iniciar nossas colocações concordando primeiramente com o Senador Wilson Kleimibing no que diz respeito ao principal problema do Estado que estaria hoje relacionado com as despesas de pessoal.

Santa Catarina iniciou o ano, em janeiro de 1995, cumprindo rigorosamente a lei com 65% da sua receita alocada com pessoal. Estamos em julho de 1995 com 90,2%, e isso se deve, basicamente, ao que já foi colocado anteriormente a um processo que existe em todo o Estado de leis antigas com relação ao Legislativo e Judiciário, empresas ligadas ao Governo que tiveram dissídio neste período e gostaria de frisar muito bem que a administração direta do Executivo está desde o início do mandato do Governador Paulo Afonso congelado, não tivemos nenhum tipo de aumento de salários.

Gostaria de endossar, neste momento, as colocações do nosso companheiro do Rio de Janeiro com relação aos problemas que temos no Estado nesta área. Temos uma previsão orçamentária para 1996 de R\$1,6 bilhões, caso essa previsão se concretize e a situação do Estado continue da mesma maneira como se encontra. Em agosto de 1996, a despesa de pessoal consumirá 100% da receita líquida do Estado. Então, a reforma administrativa é fundamental e imprescindível para o desenvolvimento do Estado.

Faço, agora, algumas colocações a respeito da arrecadação do ICMS, que, acumulada de janeiro a julho de 1995, apresentou efetivamente um crescimento real de 38,79 sobre o mesmo período do ano anterior, um crescimento de 24,9 sobre julho de 1994, como consequência do Plano Real, que eliminou as perdas provocadas pela inflação, além do aumento da renda disponível das famílias, gerando maior consumo e principalmente produtos populares.

As medidas econômicas adotadas pelo Governo Federal, a partir de novembro de 1994, de restrição ao crédito com a redução dos prazos de financiamentos e do compulsório sobre depósitos bancários provocaram a elevação dos juros restringindo o consumo, principalmente de bens duráveis, apresentando grandes reflexos na atividade econômica, causando a queda da arrecadação do ICMS a partir de maio de 1995. Os indicadores econômicos apontaram a partir de abril de 1995 uma desaceleração nos negócios, reduzindo o volume de vendas tanto no comércio como na indústria, bem como o registro de novos negócios encolheu em torno de 25%, principalmente nos meses de maio e junho.

O volume arrecadado em abril de R\$ 151,65 milhões não se manteve nos meses subsequentes, com redução dos recolhimentos, em maio, para R\$ 144,8 milhões, com queda de 4,5%; em junho, para R\$ 140,9 milhões, com queda de 2,7%; em julho, para R\$ 130,7 milhões, com queda de 7,24%. A perda total de abril até julho de 1995 causou uma sangria de recursos na ordem de R\$ 38,39 milhões, em valores nominais. Em valores reais, a perda é ainda maior, levando-se em consideração a inflação do período com queda real de 18,3%, e somente de junho para julho com redução de 9,72, acumulando uma perda total de R\$ 52,42 milhões em um ano.

Como consequência deste aumento da folha de pagamento e da queda de arrecadação, o Estado reduziu drasticamente a sua capacidade de investimento, passando de 9,5% da arrecadação líquida do Estado em janeiro de 1995 para 0 em agosto de 1995.

Teço, agora, algumas considerações, Sr. Relator, a respeito da reforma tributária. Santa Catarina estima uma perda de quase R\$ 402 milhões em sua receita se o projeto de reforma tributária for aprovado na sua íntegra. O Governo estadual perderia em um ano 25,12% dos recursos que dispõem e que hoje são insuficientes para quitar a folha do funcionalismo, que comprometem 90% da arrecadação, isso sem considerar as despesas de custeio e rolagem da dívida.

A reforma vai aniquilar completamente a capacidade de investimento do Estado. Os investimentos serão a primeira vítima da reforma, porque a estrutura de gasto fixo do Executivo não é flexível. Além da folha do funcionalismo todos os meses, o Estado tem de 8 a 9% de sua receita equivalente a R\$ 2 milhões...

O SR. CARLOS BEZERRA - Secretário, o dispêndio atual com a folha é de 90%?

O SR. ALBANO SMITH (Santa Catarina) – Atualmente, 90% da arrecadação do Estado se destina à folha de pagamento, sem considerar 9% com relação à rolagem da dívida e as despesas de custeio.

Vemos que os recursos que serão perdidos com a reforma tributária dariam para construir 80 mil casas populares a um custo de R\$ 5 mil cada uma, o que praticamente zeraria o déficit habitacional que existe hoje em Santa Catarina. Mas não é apenas o Es-

tado como ente que estaria perdendo. Pelas contas da Secretaria da Fazenda, os Municípios que recebem 25% do valor de ICMS, também serão penalizados. Com a queda de arrecadação, o repasse aos Municípios poderá cair em torno de R\$ 133 milhões.

A sociedade catarinense e o povo brasileiro, Srs. Senadores, estavam esperando realmente um projeto que simplificasse a estrutura tributária, aumentasse o número de contribuintes e dificultasse a sonegação de impostos. Nada disso, a nosso ver, está contemplado no projeto. Ao contrário do que foi garantido pelo Governo, não haverá praticamente nenhum mecanismo de compensação para as perdas dos Estados.

O Fundo que será criado, por exemplo, para compensar a perda com o fim da tributação das exportações de produtos semi-elaborados, de produtos primários, irá vigorar apenas até o ano 2.000. Também nesse ano, será extinto o Fundo IPI-Exportação, criado em 88.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Dr. Albano, o senhor tem um minuto para concluir.

O SR. ALBANO SMITH (Santa Catarina) – Pois não, senhor. Então, deixe só terminar esta colocação. Quer dizer, há uma preocupação muito grande no Estado, com relação à reforma tributária, que estimamos, também, que 10% da receita seriam perdidos com a mudança do sistema de recolhimento de ICM. O imposto passará a ser cobrado no Estado de destino e Santa Catarina é um Estado basicamente superavitário, exportador de mercadorias.

Então, a título de sugestão, nós gostaríamos que fossem levados em conta, efetivamente, mecanismos de compensação para esses problemas aqui relatados, que não são só no Estado de Santa Catarina, mas com o que podemos sentir são de todos os outros Estados da Federação, com problemas um pouco diferentes.

Só a título do que foi perguntado a uma série de companheiros, a dívida total do Estado, hoje, está em R\$2 bilhões, sendo que 1 bilhão e 800 são de dívida interna e 200 milhões, aproximadamente, são de dívida externa do Estado.

Agradeço a gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o representante de São Paulo, Dr. Carlos Luqui, representando o Secretário André Franco Montoro Filho.

O SR. CARLOS LUQUI (São Paulo) – É um prazer estar aqui nesta Comissão, Sr. Presidente, Sr. Relator, demais Secretários.

Eu, provavelmente, vou dizer muito pouco, ou acrescentar quase nada àquilo que já foi dito e, nesse sentido, digamos, eu pretendo utilizar meu tempo dentro dos limites estabelecidos.

Entretanto, talvez fosse interessante, antes de apresentar as propostas que o Estado de São Paulo apresenta, que, na realidade, não diferem em muito daquelas que já foram aqui apresentadas, gostaria de salientar uma questão básica, que é um problema macroeconômico, que foi inicialmente colocado, um pouco pelo João Heraldo, representante de Minas Gerais, mas que me parece conveniente ser novamente apresentado.

Tradicionalmente, o setor público – União, Estados e Municípios – se financiava através de dois canais básicos: através do imposto inflacionário, proveniente das elevadas taxas de inflação, e através do endividamento.

A partir de um determinado momento, os canais de endividamento foram reduzidos, para todas as esferas, e permaneceu o canal do fenômeno inflacionário.

Entretanto, a partir do Plano Real, no âmbito dos Estados também desapareceu essa fonte de financiamento, que todos nós devemos combater, evidentemente. Nós estamos aqui lutando para isso, o Plano Real tem que dar certo, ou seja, evidentemente, nós não queremos a volta da inflação, a fim de que nós possamos recuperar esse canal perverso de financiamento.

Entretanto, a situação é que os Estados perderam um último canal de financiamento, que seria o fenômeno inflacionário, e vocês poderiam perguntar: "Então, o que está ocorrendo com a União, porque ela também perdeu esse canal e, aparentemente, nada está se passando?"

O que ocorre é que o Plano Real foi montando em cima, fundamentalmente, da chamada âncora cambial e a âncora cambial permite um processo de financiamento para eventuais déficits que a União possa apresentar e não fazer apelo ao imposto inflacionário.

Conseqüentemente, o que notamos é que a União conseguiu fazer a substituição de um canal de financiamento, reduzindo através do imposto inflacionário e ampliando através da utilização de reservas, e os Estados, automaticamente, ficaram sem nenhum canal de financiamento. Portanto, assistimos a um discurso básico de que todos os Estados estão praticamente quebrados e, conseqüentemente, o que temos que fazer, e todos os representantes aqui insistiram, é tentar voltar a reduzir gastos de um lado, na forma que for possível, e aumentar as receitas.

O que gostaria colocar seria que todos nós, aqui, estamos no mesmo barco, porque, inclusive, o canal de financiamento que a União utiliza pode, eventualmente, se esgotar e, automaticamente, também aí, profundas reformas administrativas terão que ser efetuadas. Então, eu diria que o discurso básico, a mensagem básica que eu gostaria de registrar é que todos nós estamos na mesma situação. É fundamental que nos dêem instrumentos – recuperando a palavra do Sr. João Heraldo – para que os Estados consigam racionalizar os seus gastos e, certamente, a racionalização dos gastos passe por duas questões básicas. Eu acredito que se nós apresentássemos os orçamentos de cada um dos Estados aqui, ficaria mais ou menos claro e evidente que são dois grandes blocos que esgotam todas as receitas: o bloco das receitas de pessoal e o bloco da questão ou serviço da dívida. Conseqüentemente, não existe nenhum mecanismo possível de racionalização de gastos que não ataque essas duas questões, a questão pessoal e a questão das dívidas.

Nesse sentido, na questão pessoal, é fundamental que a reforma administrativa permita uma maior flexibilização para que, efetivamente, os Estados possam utilizar uma política de emprego porque, caso contrário, se eles não puderem utilizar uma política de emprego, automaticamente, eles não poderão utilizar nenhum tipo de política salarial. O que se assistiu, ao longo das últimas décadas, foi a que, face ao fenômeno inflacionário, face às dificuldades de se executar uma política de emprego, criaram-se todos esses mecanismos de quinquênios, anuênios e outras gratificações que fazem com que a folha salarial cresça naquilo em que se denomina de um crescimento vegetal.

No caso do Estado de São Paulo, as estimativas revelam que esse crescimento vegetativo se situa em torno de 1% ao mês, o que, digamos – e estamos longe do Estado do Rio – mas, certamente, um crescimento vegetativo de algo como 12% ao ano, com uma taxa de inflação bastante baixa, significa, simplesmente, um crescimento real. Portanto, é fundamental que todos esses canais sejam desmobilizados e, particularmente, o canal, através da reforma administrativa, em que se permi-

ta uma redução ou uma administração melhor do quadro do emprego e é fundamental, então, que todos tenham esses instrumentos à disposição, porque, caso contrário, o que vai acontecer é o seguinte: no caso do Estado de São Paulo, hoje, em agosto, vivemos uma dívida de, aproximadamente, 45 bilhões de reais. Essa dívida, nos primeiros oito meses, cresceu algo em torno de 11 bilhões de reais. Então, evidentemente, mesmo que o Estado de São Paulo tivesse o canal aberto para fazer todo o enxugamento da máquina administrativa – que ele não tem e ninguém tem – ainda assim nós estaríamos aqui chorando, daqui há algum tempo, pelo problema da dívida.

Então, o que eu gostaria de transmitir – é uma segunda mensagem – é que, apesar das coisas parecerem contraditórias, aqui e em algumas posições, todos nós estamos falando a mesma coisa. Apenas estamos olhando os problemas em diferentes aspectos. Então, é fundamental que as questões pessoal e da dívida sejam equacionadas.

Nesse sentido, para ficar dentro do meu limite de tempo, o que eu gostaria de dizer é que as propostas que o Estado de São Paulo gostaria de apresentar seriam de que, no quadro atual, é fundamental que, em determinados Estados, a fim de se solucionar o problema da dívida, a questão das taxas de juros. É inviável qualquer tipo de solução da dívida com essa manutenção de taxas de juros nesses patamares elevados. Se nós não fizermos alguns mecanismos de redução das taxas de juros, incidentes sobre essa dívida, o problema, aí, continuará e vai se agravando ao longo do tempo.

Fundamentalmente, ainda nessa questão da dívida, é fundamental que os processos de privatização sejam agilizados. E, aqui, parece-me que caberia – tentando responder o questionário que foi enviado – uma flexibilização na Resolução nº 11, do Senado, no sentido de que houvesse a possibilidade dos Estados emitirem títulos com base em alguns tipos de dívida, como, por exemplo, com as empreiteiras, e que isto não fosse considerado dentro do limite e que esses títulos tivessem um canal básico apenas para privatização. Esta, então, seria uma primeira proposta que eu colocaria em auxiliar o processo de privatização nos Estados.

Uma segunda proposta ou um comentário básico sobre a reforma tributária – eu não vou me estender porque, praticamente, todos os Estados, mais ou menos, aqui, já apresentaram. A reforma tributária, certamente, desde o início, nos primeiros estudos que foram realizados, partiu de um princípio básico, a meu ver equivocado, no sentido de que todas as propostas acabavam tentando manter os recursos que o setor público arrecadava no mesmo patamar. Entretanto, acredito que é fundamental que o setor público, evidentemente não estou desconsiderando a racionalização dos gastos, mas é fundamental que ele tenha recursos adicionais. Então nós precisamos partir para uma reforma tributária que não diminua recursos nem de Estados, nem da União e nem de municípios.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Sr. Secretário, pediria a V. Ex.^a que concluísse em um minuto, porque nós não podemos ter reunião das comissões em horário de plenário de Senado, e o Senado entrou, há um minuto, em funcionamento.

O SR. CARLOS LUQUI (São Paulo) – Então, tentando concluir, na questão da reforma tributária, parece-me que a perda estimada para todos os Estados é bastante expressiva e, conseqüentemente, isso não pode ocorrer, particularmente nesta situação. A estimativa para o Estado de São Paulo é que este Estado perderia algo como 23% da sua receita.

O que gostaria de cristalizar como mensagem seria simplesmente que nós precisamos de instrumentos – União, Estados e

Municípios – que permitam fazer este ajuste de um lado das receitas e do lado das despesas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao representante de Sergipe, Dr. Marcos Melo.

O SR. MARCOS MELO (Sergipe) – Sr. Presidente, Senador Gilberto Miranda, Srs. Senadores, Srs. Secretários de Planejamento, vou apenas, diante do adiantado da hora, me ater aos grandes números do nosso Estado, aliás, dos pequenos números, os grandes números são de São Paulo.

Bom, o nosso Estado não foge à regra geral daqueles que dispõem grande percentual da sua receita em folha de pessoal. No caso de Sergipe, isso representa 84% de uma receita que gira em torno dos R\$47 milhões por mês. O restante é para rolar e pagar o serviço da dívida e algum custeio. Portanto, a capacidade de investir do Estado hoje é zero ou próxima de zero.

Por outro lado, herdou-se um quadro financeiro extremamente difícil, com uma grande conta de restos a pagar, o que vem, de certa forma, aumentando os déficits estruturais do Estado. Em agosto, este déficit chegava a R\$66 milhões e pode chegar a R\$120 milhões até o final do ano, se não houver uma reação do Fundo de Participação dos Estados, que vem caindo nesse segundo semestre com relação ao primeiro semestre.

Diante desse quadro de dificuldades financeiras, o Governador Albano Franco tomou uma série de medidas de austeridade e de contenção de despesas, sobretudo, com relação à folha de pagamento, fazendo um forte enxugamento principalmente naqueles privilégios e gratificações, às vezes, dadas de forma ilegal. Para que se tenha uma idéia da concentração da massa salarial do Estado de Sergipe 8,7% do funcionalismo se apropria de 30% de toda a massa salarial, e nós já sabemos que são aqueles privilegiados, aquelas categorias do Fisco, do Tribunal de Contas, dos Poderes Legislativo e Judiciário, Procuradores, Ministério Público e assim por diante.

Espera-se que estas medidas, tomadas pelo Governador Albano Franco, redundem numa economia mensal de cerca de R\$4 bilhões a R\$5 bilhões nos próximos meses. E do lado da receita se tem tomado também medidas de rigor fiscal e também com relação à cobrança e à agilização da dívida ativa.

Com relação à dívida contratual, o Estado tem hoje uma dívida de R\$500 milhões e uma dívida mobiliária de R\$136 milhões. As nossas sugestões a esta Comissão, de certa forma, já estão...

O SR. CARLOS BEZERRA – Qual o percentual que os senhores estão pagando?

O SR. MARCOS MELO (Sergipe) – Treze por cento. É no sentido de modificar a Resolução nº 11 do Senado, de acordo com o projeto apresentado pelo Senador Humberto Lucena ou uma ótima combinação entre os projetos dos Senadores Humberto Lucena, Esperidião Amin e Pedro Simon.

Também, tanto quanto possível, ver a possibilidade de alongar a dívida consolidada dos Estados, de acordo com a Lei 8.727, isso passando de 20 para 30 anos, aumentar o número de prestações.

Também é importante que haja uma articulação mais efetiva entre o Senado, particularmente entre esta Comissão, e as autoridades econômicas do Governo Federal e dos Governos Estaduais no sentido de propor e estudar medidas de saneamento dos Estados, sobretudo daqueles Estados que dependem muito das transferências federais como são os Estados do Norte e do Nordeste.

Desnecessário aqui dizer da importância da reforma tributária, esse processo de enxugamento e de racionalização administrativa dos

Estados, da reforma administrativa, melhor dizendo. É preciso também que se estabeleça, crie ou se pense num dispositivo constitucional capaz de controlar as despesas dos Poderes Legislativo e Judiciário, pois hoje ninguém tem acesso às folhas de pagamento e às despesas desses Poderes. Isso é uma coisa extremamente séria.

Do ponto de vista da reforma tributária, estamos extremamente preocupados com a perda de receita. A reforma tributária, além de ser um instrumento de fortalecimento da Federação, deve também ser um instrumento de desenvolvimento daquelas regiões menos desenvolvidas do País.

Finalmente, tanto quanto possível, estudar mecanismos de compensação para as perdas financeiras que os Estados vêm tendo, sobretudo no Norte e Nordeste, com relação à continuidade do Fundo Social de Emergência e da emenda constitucional que estabelece imposto presumido para os exportadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – O representante do Estado de Tocantins não se encontra presente.

Gostaria de agradecer a todos os Srs. Secretários pelo fato de terem se deslocado até aqui e dizer também que o Relator irá apreciar, sem dúvida nenhuma, todas as colocações de V. S^{as}.

Esperamos votar amanhã o requerimento do Relator na Comissão. Serão convidados todos os Srs. Governadores de Estado, o Ministro da Fazenda e o Ministro do Planejamento para uma reunião a realizar-se no plenário do Senado, no dia 20, pela manhã, a fim de que se realize um grande fórum de debate entre Senadores, os dois Ministros de Estado e os Governadores, para que o Sr. Relator possa concluir o seu relatório.

Muito obrigado, Srs. Secretários.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h45min.)

ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Nº 012, de 1995.

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL,
no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares e a vista que dispõe o art. 143 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e art. 574 do Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

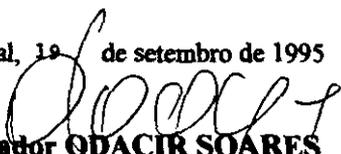
I - Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar os fatos narrados no Processo nº 000994/94-4, envolvendo o servidor **WILLIAM FERNANDO MAGALHÃES**, mat. 1739, do Quadro de Pessoal do Centro Gráfico do Senado Federal.

II - Designar **FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA**; mat 0692; **WILSON PEREIRA FALCÃO**, mat. 1189; **RONALDO WAGNER CARMONA**, mat. 1435, e como secretária, **ELIANA MARIA BULUS DE ALMEIDA**, mat. 1685, servidores do Quadro de Pessoal do mesmo Órgão Supervisionado, para, sob a presidência do primeiro, comporem a aludida Comissão, na forma do estabelecido no art. 149 e seguintes da Lei nº 8.112, de 1990.

III - Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos com apresentação do relatório final.

IV - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de setembro de 1995

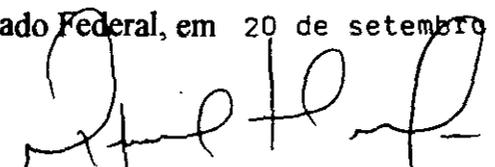

Senador ODACIR SOARES
Primeiro-Secretário

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 593 , DE 1995

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 019.388/95-0, 1

R E S O L V E nomear WALDO TOMÉ DE SOUZA para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no Gabinete do Senador Ronaldo Cunha Lima.

Senado Federal, em 20 de setembro de 1995



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 594, DE 1995

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, parágrafo 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993,

RESOLVE designar a servidora do CEGRAF, WALDETE DA PENHA LOUZADA, matrícula 2154, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, do Gabinete da Liderança do PT, com efeitos financeiros a partir de 24 de agosto de 1995.

Senado Federal, 20 de setembro de 1995



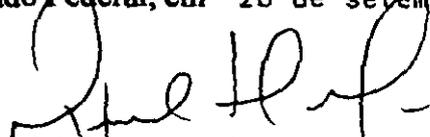
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 595 , DE 1995

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 019.744/95-1,

R E S O L V E exonerar, a pedido, RICARDO NUNES DE MIRANDA do cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 04 de setembro de 1995.

Senado Federal, em 20 de setembro de 1995



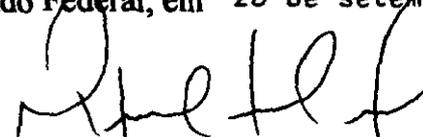
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 596 , DE 1995

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 020.259/95-6,

R E S O L V E nomear EMÍLIO DE FARIA BRAGA para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no Gabinete da Primeira-Secretaria.

Senado Federal, em 20 de setembro de 1995



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
(CNPJ nº 07.111.400/0001-90)

Instituto de Previdência dos Congressistas
Para Publicação nº 019/95 - Seção II

Em 19 de Setembro de 1995

[Assinatura]
Diretor Executivo

PORTARIA Nº 019/95-IPC/DE

Estabelece o Calendário para os Proces
os de Financiamento de Veículos.

O Diretor-Executivo do Instituto de Previdência dos Con
gressistas - IPC, no uso de suas atribuições e dando cumprimento ao art.
13 da Portaria nº 11/93, do Presidente do IPC,

R E S O L V E:

a) Para as inscrições de nºs 951 a 1000, os Contratos de
Financiamento de Veículos serão liberados a partir do dia 25/09/95, na
medida em que sejam aprovados os respectivos cadastros e propostas fi
nanceiras.

b) Para as inscrições posteriores à de nº 1000, as datas
de assinaturas de Contratos serão estabelecidas posteriormente.

c) Os pagamentos às firmas vendedoras dos veículos serão
realizados no prazo máximo de três dias úteis após o recebimento e apro-
vação dos documentos de aquisição de veículo, obedecidas as Normas de
Financiamento do IPC.

d) O horário de atendimento será das 14:00 às 18:00 horas.

Brasília, 19 de setembro de 1995.

[Assinatura]
APRÍSIO S. VIEIRA LIMA FILHO

Diretor-Executivo

MESA**Presidente**

José Sarney - PMDB - AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho - PSDB - AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos - PFL - MT

1º Secretário

Odacir Soares - PFL - RO

2º Secretário

Renan Calheiros - PMDB - AL

3º Secretário

Levy Dias - PPR - MS

4º Secretário

Ernandes Amorim - PDT - RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares - PP - SE

José Eduardo Dutra - PT - SE

Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR

Ney Suassuna - PMDB - PB

CORREGEDOR

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma - SP

CORREGEDORES SUBSTITUTOS

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet - PMDB - MS

2º Senador Joel de Hollanda - PFL - PE

3º Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares

Vice-Líderes

José Roberto Arruda

Vilson Kleinübing

Ramez Tebet

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPR**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júnia Marise

LIDERANÇA DO PP**Líder**

Bernardo Cabral

Vice-Líder

João França

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente:
Vice-Presidente:

Titulares		Suplentes
	PMDB	
1. Casildo Maldaner		1. Onofre Quinan
2. Ramez Tebet		2. Gerson Camata
3. Nabor Júnior		3. Flaviano Melo
4. Ney Suassuna		4. Coutinho Jorge
	PFL	
1. Elcio Alvares		1. José Agripino
2. Fancelino Pereira		2. Carlos Patrocínio
3. Waldeck Ornelas		3. Vilson Kleinübing
4. José Alves		4. José Bianco
	PSDB	
1. Lúcio Alcântara		1. Jefferson Peres
2. Pedro Piva		2. José Ignácio Ferreira
	PPR	
1. Epiácio Cafeteira		1. Lucídio Portella
	PTB	
1. Emília Fernandes		1. Arlindo Porto
	PP	
1. Osmar Dias		1. Antônio Carlos Valadares
	PT	
1. Marina Silva		1. Lauro Campos
	PDT	
1. Darcy Ribeiro		1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

**SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO (Ramais: 3490 - 3491)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO (Ramais: 4638 - 3492)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-HUGO NAPOLEÃO	PI- 1504/05
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-VAGO	
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
PEDRO PIVA	SP-2351/52	3-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PPR			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPPLY	SP-3213/15	2- ADEMIR ANDRADE *1	PA -2101/02
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-VAGO	
ARLINDO PORTO	MG-2321/22	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PP			
JOÃO FRANÇA	RR-3067/3068	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
OSMAR DIAS *2	PR-2121/22	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52

OBS: *1 - ADEMIR ANDRADE(PSB) - VAGA CEDIDA PELO PT.

*2 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-4344
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
PEDRO SIMÓN	RS-3230/32	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/17
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOEL DE HOLANDA	PE-3197/99
VAGO		7-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
VAGO		4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
PPR			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	2-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04	1-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
OSMAR DIAS *1	PR-2121/27	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VAGO	
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB - PL - PPS			
VAGO		1-VAGO	

OBS: *1 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÕES: 311-3652
FAX 311 3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-JADER BARBALHO	PA-3051/53
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	4-JOSÉ AGRIPINO	RN-2381/67
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
PPR			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PP			
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/27
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/48
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07	1-EDUARDO SUPPLY *1	SP-3215/16
PL			
ROMEU TUMA *2	SP-2051/57	1- VAGO	
PPS			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	

OBS: *1 - EDUARDO SUPPLY (PT) - VAGA CEDIDA PELO PSB
*2 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311.3972/4612
FAX: 311- 4315

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

		PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
IRIS REZENDE	GO-2031/32	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
GERSON CAMATA	ES-3203/04	5-vago	
JADER BARBALHO	PA-2441/42	6-vago	
vago		7-vago	
		PFL	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-vago	
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
vago		6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
vago		7-vago	
		PSDB	
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/52	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
vago		4-vago	
		PPR	
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
		PT	
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
		PP	
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-OSMAR DIAS *2	PR-2121/22
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	2-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
		PTB	
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
MARLUCE PINTO *3	RR-1101/1201	2-VALMIR CAMPELO	DF-1348/1248
		PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52

OBS: *1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - VAGA CEDIDA PELO PT
*2 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95
*3 - MARLUCE PINTO - DESLIGOU-SE DO PTB EM 1º/06/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3121
FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
COUTINHO JORGE	PA-3050/1266	1-GILVAN BORGES	AP-2151-52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-NABOR JÚNIOR	AC-3227/28
FLAVIANO MELO	AC-3493/94		
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
PEDRO PIVA	SP-2351/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2202/02	1-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PPL / PPS			

vago

REUNIÕES: HORÁRIO A SER DEFINIDO
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA
SALA Nº 15 - SUBSOLO
FAX: 311-1095

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ARLINDO PORTO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
VAGO		6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-PEDRO PIVA	SP-2351/2353
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-GERALDO MELO	RN-2371/2377
VAGO		3-CARLOS WILSON	PE2451/2457
PPR			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/2077
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	1-OSMAR DIAS *1	PR-2121/2127
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
ARLINDO PORTO	MG-2321/2321	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/2334
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PL			
ROMEU TUMA *2	SP-2051/2052	1-VAGO	
PPS			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-VAGO	

OBS: *1 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95
*2 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3286 (FAX)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1378/1478	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1- JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA -2191/97	2- BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PP			
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	1-ANTONIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04
PTB			
		1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB + PL + PPS			
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07

OBS: *1 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496/ 4777

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3546
FAX 311.3546

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA FISCALIZAR E CONTROLAR AS AÇÕES DECORRENTES DA IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS SETORES DE TELECOMUNICAÇÕES; PETRÓLEO E GÁS; ENERGIA ELÉTRICA; E TRANSPORTES.

COMPOSIÇÃO

Sob a coordenação do Senhor Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão

***Setor de Telecomunicações:* Senador Gilberto Miranda (PMDB)**

***Setor de Petróleo e Gás:* Senador Antonio Carlos Valadares (PP)**

***Setor de Energia Elétrica:* Senador Carlos Patrocínio (PFL)**

***Setor de Transportes:* Senador Coutinho Jorge (PMDB)**

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
 (Designada em 25.4.95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN
 Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
 Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO
 Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares		Suplentes
José Fogaça	PMDB	Pedro Simon
Casildo Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleintübing		Joel de Hollanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPR	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

Osmar Dias	PP	
	PT	Benedita da Silva
		Eduardo Suplicy
		Lauro Campos
DEPUTADOS		
Titulares		Suplentes
Bloco Parlamentar PFL/PTB		
Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPR	
Júlio Redecker		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi



EDIÇÃO DE HOJE: 120 PÁGINAS